

Meu bom amigo

A vida de Antônio Braighi

Copyright © 2018 by Antônio Augusto Braighi

Conselho Editorial

Deiara Braighi

Daisy Braighi

Denise Braighi

Dagmar Braighi

Aparecida da Conceição Braighi

Daniela Braighi

Regina Martins Ribeiro

Revisão

Pollyanna de Mattos Vecchio

Projeto gráfico e diagramação

Leticia Santana Gomes

B814m Braighi, Antônio Augusto.
 Meu bom amigo: a vida de Antônio Braighi/
Antônio Augusto Braighi, 1.ed. – Belo
Horizonte: AABA, 2018.
 384p. : il.

Inclui referências
ISBN: 978-85-99

1. Biografia. 2. Literatura. I. Braighi,
Antônio. III. Título

CDD: 920

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária:
Jussara Feitosa de Santana Gomes
CRB6-1094

Antônio Augusto Braighi

Meu bom amigo

A vida de Antônio Braighi



Belo Horizonte

2018

Esta biografia é sobre quem você pode ser
Sobre um modelo de sujeito, de cidadão, de cristão
Sobre quem a vida não cabe em um livro
De quem inspira pelo exemplo e palavra nenhuma basta
Sobre uma vida que não pode ser esquecida, tampouco lida
Mas todo (o) dia praticada

*Antônio Augusto Braighi –
que não é biógrafo, tampouco autor,
pudera de memórias um organizador*

“A minha vida foi sempre dedicada aos irmãos
necessitados.
Essa é a minha política,
a minha religião,
a minha Ave Maria
e o meu dever de servir à Pátria”

Antônio Braighi, o biografado

“Porque eu *tô* com saudade
da velha Brasília
do jogo de damas
e da oração
Da segurança
no seu olhar
da sagrada *bença*
no aperto de mãos”

Antônio Augusto Braighi, o neto

“My good friend!”
Antônio Braighi, o avô



Dedicado à memória de Antônio Braighi
e de Carlos Alberto Braighi

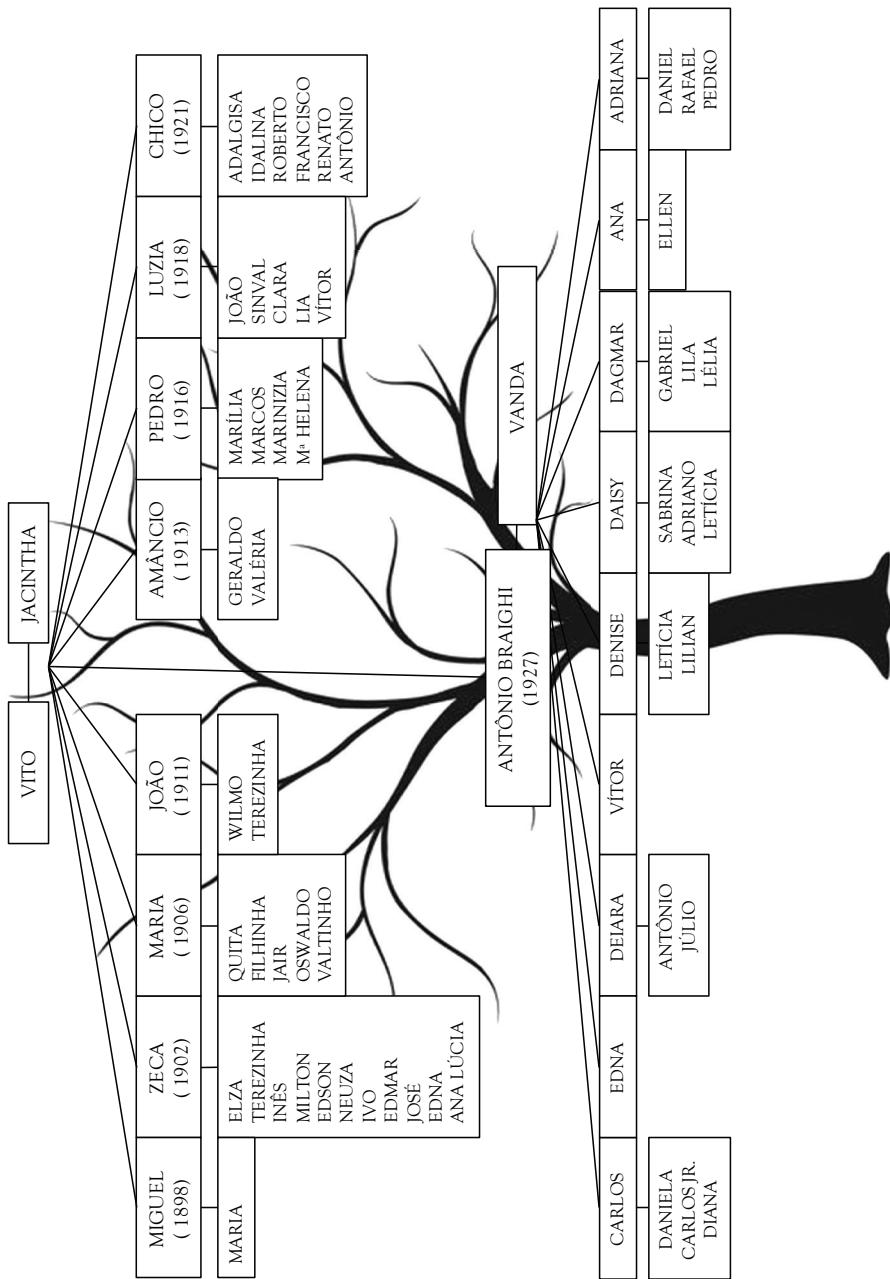
Obrigado à família;
a todos vós, que dela fazem parte



Sumário

Árvore genealógica.....	13
Prefácio	15
Apresentação	21
Parte I	
Antecessores	35
Parte II	
Vida pessoal.....	77
Parte III	
Ação social: o que realmente importa.....	163
Parte IV	
O que ficou...	361
Referências	379

Árvore genealógica





Prefácio

Imagens dizem muito... ...tanto quanto as palavras

Quando o Antonio Augusto me convidou para escrever o prefácio da biografia do seu avô, ele ainda não a tinha escrito. Assim, pensei em aproveitar a oportunidade para fazer algo original, que seria escrever sobre um livro ainda não lido; já explico como. Mas fui prorrogando e o livro ficou pronto e o prefácio não. Portanto, acabei lendo... mas pretendo, mesmo assim, manter a ideia original, com apenas um adendo, na minha opinião, necessário.

A ideia era me basear em duas fotos do biografado, que eu já conhecia, pois fazem parte do nosso acervo familiar. Mas, vamos por partes, pois tenho antes que fazer alguns esclarecimentos acerca da minha pessoa: sou marido de uma das filhas do “seu” Antônio (o biografado), aquela que trocou o pão de queijo pelo chimarrão, mudando-se para o pampa gaúcho. Através dela, a Daisy, ouvi muitas histórias e vi fotos de seu pai, meu sogro, o qual, infelizmente, nunca conheci pessoalmente; mas penso que tudo que ouvi e vi está perfeitamente registrado nas duas fotos mencionadas... porém, o tal adendo não, e terá, portanto, um comentário extra.

A primeira foto que quero comentar está na capa e mostra “seu” Antônio em meio a um grupo de crianças, as quais podemos facilmente identificar como carentes e/ou em situação de risco. A beleza desta foto reside no fato de ele ter ajudado a todas elas da melhor maneira ao seu alcance. Não vou entrar em detalhes, pois você, caro leitor, vai encontrá-los nas páginas que seguem, onde também verá que há mais fotos com outras crianças que tiveram a grande sorte de terem encontrado seu “pai” Antônio. Há inclusive depoimentos de

algumas, que obviamente hoje já adultas, não esqueceram quem olhou por elas quando mais precisavam.

O mais interessante nessas ações de resgate é que elas não tinham nenhuma conotação religiosa, política ou assemelhada, mas apenas a convicção de que os pequenos precisavam de ajuda, pois era desta maneira que “seu” Antônio se mantinha vivo e realizado. Sentia nessa ajuda a missão da própria existência. Ele era um filósofo prático, talvez sem o perceber. Mesmo quando ajudava adultos, a vencer, por exemplo, o vício do álcool, ou outros problemas do gênero, inclusive materiais, era com o intuito de transformá-los em pais dignos dos seus pequenos, os quais sempre foram sua principal preocupação. Distribuir ranchos ou agasalhos aos necessitados era uma rotina para ele. Pode parecer ironia, mas acho que o “seu” Antônio fazia parte de uma espécie em extinção, infelizmente; o homo consumens da atualidade não olha muito para o seu próximo menos afortunado, pois a contemplação do seu umbigo o absorve.

Comentando agora a segunda foto, a seguir, vemos um “seu” Antônio bastante diferente daquele descrito acima. Numa olhada rápida, nem o percebemos, já que se esconde por trás das outras pessoas retratadas, aproveitando a situação para “coroar” a irmã com uma bacia (que ela só deve ter visto depois de a foto ser “revelada”, pois naquele tempo este era um procedimento necessário). Se depois a irmã deu com a bacia na cabeça dele, não ficou registrado na crônica familiar. Mas o que realmente nos interessa no flagrante mencionado é o registro do humorista que o biografado também foi (entre seus ídolos, estavam o Mazzaropi e a Dercy Gonçalves). Como no caso das fotos com as crianças, também há outras no livro, sobre o lado cômico do “seu” Antônio.

Antônio Braighi em momento de descontração com o pai e outros familiares



Fonte: Acervo de Márcio Braga

Apesar de todas as tristezas que testemunhou e tentou amenizar, nem sempre com os resultados almejados, “seu” Antônio tinha, sim, um humor incomum. Ficava horas contando piadas, com direito a encenação e sem repetecos. Parafraseando Shakespeare: “O mundo é um palco, e nós os

atores”. E é neste palco que o biografado atuou com maestria, promovendo comédias e combatendo tragédias. Hoje talvez diríamos que era a maneira de ele suportar as injustiças que via, muitas vezes sem poder dar a solução desejada.... Seja como for, acho que essa sua terapia deveria servir de exemplo a todos nós, pois não é chorando que endireitaremos este mundo, vasto mundo... Além disso, nunca esqueçamos que fazer chorar é fácil... basta uma cebola, mas, fazer rir? Esta é uma arte na qual o “seu” Antônio era mestre.

Vamos agora ao referido adendo, que também se baseia numa foto, a da página 250. Esta eu só descobri no livro: ele aparece com seu cigarrinho, o qual infelizmente lhe abreviou a vida. Devo, no entanto, lembrar que quando ele começou a fumar (período que você, caro leitor, verá descrito no livro) não sabia das consequências do ato e, quando descobriu, já era tarde demais. Logo ele, que ajudou tantos alcoólatras a combater o vício, foi derrotado por este outro, lamentavelmente. Mas ele bem que tentou largar o tinhoso.

Ao prefaciar o livro para além das imagens, tornou-se imperativo fazer um comentário sobre o autor. Neto do “seu” Antônio, Augusto, na verdade, assim como muitas crianças apresentadas nesta obra, o tinha como pai. Morando no mesmo terreno, eles mantinham contato diário. Augusto cresceu sob o olhar do seu avô, bem como de sua batuta. Da função paterna exercida pelo “seu” Antônio, Augusto tem, em grande parte, sua formação. Durante sua infância, adolescência e início da vida adulta, ele esteve imerso nos valores e princípios de vida de seu “pai” Antônio.

Consequentemente, podemos encarar o presente livro por vários ângulos, ou seja: uma biografia, uma homenagem, bem como uma deliciosa viagem ao passado longínquo, que começa com os antepassados na Croácia, dos quais alguns resolvem imigrar, penetrando na Itália pelo norte, com um grupo se estabelecendo em Trieste, outro seguindo para o sul,

terminando em Banzi, com o nome da família mudando ao correr do tempo e região.

Novamente um grupo daqueles que se estabeleceram em Banzi, resolve “tentar” a América com destino em Buenos Aires. Mas numa daquelas reviravoltas que a vida nos apresenta, conclui sua trajetória em Betim, após uma passagem significativa por Belo Horizonte.

Assim também acabamos por conhecer um pouco do passado de Betim, bem pesquisado e descrito, que muitos leitores da cidade em questão irão reencontrar neste texto; que, em momento nenhum, se torna desinteressante para quem não é da região. Isto porque Augusto nos mostra, de maneira simples e direta, a transformação de uma cidadezinha pacata do interior de Minas Gerais num polo industrial, com todas as suas vantagens e desvantagens, pois a indústria cria empregos e impostos, mas também a miséria, já que cada vez mais a máquina substitui o ser humano. Os filhos desta miséria é que foram a grande preocupação do “seu” Antônio.

Portanto, convidado o leitor a voltar ao século passado através deste livro sobre um homem marcante e de uma época que ficou na lembrança...

Günter Kleemann

Apresentação

Apresentação recomendativa

Este não é um livro sobre uma celebridade.

Esta obra é, aliás, sobre mim e você. Acredite! Será que quebraríamos, assim, o gênero biografia no qual o presente texto pretensamente se enquadra? Não. Aqui não se conta a história de uma pessoa famosa. Há aqui a narrativa de um homem comum, mas que gerou efeitos e afetos em um público muito específico.

Este livro é sobre o que um sujeito fez pela comunidade; de alguém que, como cidadão – na essência maior dessa palavra – fez o extra, para além do ordinário. Agiu sem nada divulgar. É talvez por isso que você não o conheça e que, na mesma medida, o presente registro se faça necessário. Fundamental publicação para que se saiba não apenas sobre alguém, o biografado, mas sobre o que ele fez. Todavia, mais importante é que nos identifiquemos, que reconheçamos que, se não somos como ele, podemos ser, ao menos deveríamos ser se, de fato, almejamos uma sociedade mais justa e igualitária.

A esta altura, não importa o nome dele – nem mesmo o seu, leitor. Mas lembre-se: isso vale para toda a leitura.

Lembrete à apresentação

Este livro, que começou a ser produzido em 2009, não deveria ser escrito.

A ideia não é entrar na polêmica das biografias não autorizadas, mas a verdade é que o biografado não está mais entre nós – infelizmente – para deferi-la. Não obstante, eu sei – e se você o conhecia bem também ratificará – que o protagonista da presente história não aprovaria tal publicação, pois nunca gostou

de exibir-se, sobretudo de seus feitos. Aliás, no que concerne à atividade social, desta nunca se gabou e lembrava que a caridade deveria ser feita sem que ninguém soubesse. É também por isso, quiçá, que tenhamos adiado tanto tal empreitada. Não obstante, insistimos. Particularmente, busquei orientação e pareceres. Então, escrevemos (eu e o conjunto de entrevistados que me deram depoimentos, além de todos aqueles que me apoiaram na jornada) e publicamos o presente livro.

Recordo aquilo que me dissera então um ativo conselheiro com quem me consultei em busca de respostas sobre estar correta ou não a produção deste trabalho, se realmente deveríamos levar a empreitada adiante: “*Os bons exemplos devem ser divulgados!*”

Que o leitor se lembre então, mais uma vez, que o mais importante deste livro não é oobreiro e sim a sua obra.

O biografado: Antônio Braighi

Eu tive um grande amigo e o nome dele era Antônio Braighi. É sobre ele, como se imagina, que aqui escrevo. Eu tenho muito a dizer, mas alguém pode questionar, o que motivaria a leitura? Para quem gosta de ler, uma boa história é sempre estimulante. Quanto mais surpreendente e emocionante, melhor. É, por garantia, o que aqui se encontra. Isto há na narrativa de vida de alguém inspirador.

Antônio Braighi



Fonte: Site do Instituto Histórico IMPHIC - Betim

Esse último aspecto, assinalo, é central na presente biografia. O principal propósito dela, para além do registro da história do personagem principal, é inspirar atitudes de bem, influenciadas pelo exemplo de quem pautou a própria vida no exercício do amor fraterno. Esse é o mote pelo qual espero que o leitor se interesse.

Não sei se o relato no papel conseguirá transmitir com fidedignidade quem foi Antônio Braighi e/ou a essência de seus atos. No entanto, se o leitor visse o que eu vi ou ouvisse o que

ouvi – de dezenas de entrevistados – certamente compreenderia que não há vernáculo que dê conta de transmitir emoções com a propriedade com que as sentimos. Não há como mensurar, por exemplo, gratidão – posto que faltam palavras perto do sentimento vivenciado.

Não é obrigação a pagar, a recompensar. Não é só a vontade de dizer obrigado. É uma sensação, que não cessa, de reconhecimento pelo que o outro fez por você sem pedir nada em troca. É um fulgor no olhar, por vezes entremeado por uma gostosa e saudosa gotícula de lágrima que cobre as vistas, sempre que nos pomos a falar sobre o caso. É algo que se sente e se retribui com atitudes singelas de consideração. É o que tantos tentaram dizer-me sobre Antônio Braighi e demonstraram de formas variadas.

Gratidão pelo que esse sujeito fez pela gente. Sim, gente é um substantivo que designa um conjunto indeterminado de pessoas e, simultaneamente, a locução que corresponde ao pronome nós – eu e você, leitor. Fez pelo povo, por pessoas simples, várias, incontáveis e hoje, infelizmente, difíceis de encontrar. E fez ainda por quem, em seu arquétipo, quer se esmerar. Há aqui, então, apenas a transposição para o papel de uma narrativa pronta, que esperamos inspirar.

Antônio Braighi em um das ações sociais que empreendia

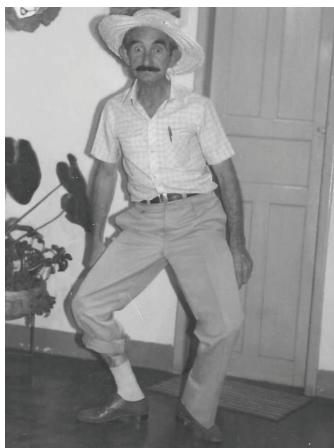


Fonte: Acervo de Daisy Braighi

Antônio Braighi fez o bem. E eis aqui algumas histórias que fundamentam essa afirmação.

Mas ele fez tantas outras coisas. Fez, por exemplo, rir¹ – e ainda faz quando nos lembrarmos dele. Imitador caricato, por vezes perfeccionista nas reproduções. Adorava uma dramatização teatral hilariante. Imitava bêbado como ninguém. Ia até os estabelecimentos comerciais de Betim/MG, cidade em que residia e, nas imitações, chamava tanto a atenção de quem passava que até, por vezes, acreditavam se tratar da realidade. Fã do caipira Mazzaropi, retratava-o com requinte artístico. Foi um contador de piadas sem igual e tinha o *timing* perfeito para expor uma boa história/causo e para responder na medida quando dele tentavam zombar.

Uma das imitações que Antônio Braighi mais gostava de fazer era
Mazzaropi



Fonte: Acervo de Daisy Braighi

¹O leitor observará que farei uso, ao longo da biografia, do recurso das notas de rodapé. Esperando não atrapalhar a leitura, mas sim enriquecê-la, inauguro a dinâmica com um relato alusivo ao caráter cômico de Antônio Braighi com um depoimento da filha dele, Daisy Braighi: “Lembro-me de uma viagem que fizemos de Betim a São Lourenço, em que ele nos brindou com suas piadas. Impressionante seu fôlego e memória para contá-las durante todo o trajeto. Fizemos apenas uma parada e ele ainda aproveitou para contar uma piada que exigia maior dramatização. Foram praticamente cinco horas de humor ininterrupto. As suas histórias engraçadas e as nossas boas risadas se volatilizaram pelos vários quilômetros rodados. Pena não ter um gravador naquele momento”.

Habita nas próximas páginas a história de um menino grande. Do Birro, criança que aprendeu a fumar cedo para espantar os mosquitos. De alguém que teve que amadurecer depois do falecimento da mãe, ainda aos 15 anos. De quem perambulou de casa em casa até se encontrar. Do Cuíca, bom de assvio, motorista de primeira. Do sujeito sem estudo que se tornou doutor, a orientar até juiz. Do melhor vereador que poderia ser. Do pai de tantas crianças órfãs ou sem lar.

Pai que foi, aliás, de tantas pessoas! Quantos não foram os entrevistados que repetiam o chavão, carregado de sentimentos nobres: “*ele foi um pai pra mim!*” Sobrinhos, cunhadas, noras, genros, amigos, comerciantes, qualquer um que passasse na rua... ele fazia o bem por todos, indistintamente, e não se colocava distanciado nos papéis sociais convencionados. Ele fora, em verdade, grande irmão na família universal.

Antônio Braighi, famoso pela Volkswagen-Brasília amarela que dirigia – antes mesmo de a música alusiva estourar. Homem polivalente, que se metia a saber de tudo e sobre tudo conversar. Humilde, entretanto, sempre guardava lugar para escutar. Jogador de damas nato, tocava gaita de boca nas horas vagas – quando lá não jazia um cigarrinho, justaposto à piteira, a queimar.

Antônio Braighi (de pé à esquerda) e amigos em viagem
a Minas Novas – MG (1957)



Fonte: Acervo de Daisy Braighi

Franciscano (sem seguir a Ordem), não permitia que qualquer animal fosse maltratado – e cuidava até dos bichinhos que viviam na rua. Franciscano, aliás, por ter fé inabalável, pela manutenção das orações diárias, pelos conselhos edificantes, por tudo que renunciou, pela simplicidade, pela doação (de si) aos pobres, aos menos favorecidos.

Antônio Braighi, do bigode grosso, sempre bem pintado. Beijoqueiro! Da barba que pinicava as crianças nos longos beijos que sempre fazia questão de dar. Não só nos pequenos, mas em qualquer um que dele se aproximasse e de quem ele gostasse, fosse homem ou mulher.

Antônio Braighi, o doceiro que fazia o melhor pé de moleque que você poderia comer, raiz, feito no tacho, à moda antiga. Aquele que nunca deixou de comprar a Tele Sena para, se um dia ganhasse, ajudar os outros. O velho pensativo, que gostava de passar o tempo se balançando em sua cadeira no quintal. Aquele que recebia quem quer que fosse em sua casa para conversar – e que de lá se deslocava, quando preciso, mesmo se fosse preciso andar milhas.

Seus segredos fui descobrindo no curso da produção deste livro: o poeta, que não se permitia ser elogiado, por detestar a conjecturável vaidade; o cantor, a embalar o sono das crianças que cuidava; o filantropo, que nunca foi rico, mas deixou de ganhar muito dinheiro em benefício de pessoas que (e aqui se abrem muitas aspas) nem eram da família; o envergonhado, que usou chapéu por muito tempo em razão de uma mecha de cabelos brancos que possuía.

Antônio Braighi que tirou gente das situações mais difíceis, dando outra oportunidade de vida a quem ali estava. Influenciava, mesmo a contragosto de outrem, a vida de quem achava que sabia conduzir o próprio caminho. Aos poucos, no entanto, foi aprendendo o que era o livre arbítrio e que, ainda que ele tivesse toda a boa vontade do mundo, cada um é responsável pelos passos que dá e pela direção que escolhe seguir.

Ainda assim, não deixou de orientar, de agir, de atuar com palavra e mão firme – no cumprimento, no levante e no afago. Tudo o fez de forma rudimentar, por vezes complexa – a demonstrar, como reflexo de sua própria contradição como homem, um pouco de suas imperfeições, como todos nós temos – com o conhecimento que detinha, sem o saber que lhe faltava, mas com um amor incomensurável que nele/dele transbordava.

É a história, por fim², de quem era agradecido a Deus pelo que tinha, sobretudo a família. Fora irmão protetor, filho cuidadoso, pai enérgico, avô meloso, marido carinhoso, tio influenciador, parente para o qual faltam bons adjetivos para enquadrar.

Antônio Braighi com a filha Dagmar e os netos Juninho
e Daniela (filhos de Carlos e Cida)



Fonte: Acervo de Cida Braighi

² E eu certamente deixei de registrar qualidades e características dele aqui. Desculpem-me.

Antônio Braighi com a neta Sabrina



Fonte: Acervo de Daisy Braighi

Quem foi então, e enfim, Antônio Braighi? Homem de nome curto, de apenas um sobrenome, marcando a alcunha que o faria conhecido em razão, sobretudo, de sua ação social. É o apontamento não apenas de quem foi este homem, mas do que ele se tornou ao perceber que a caridade, que a doação de si para os outros, representa, acima de tudo, o sentido de nossa existência neste plano.

Antônio Braighi fora, vale ressaltar, meu avô. Mas, que se registre, isso é irrelevante do ponto de vista da materialidade textual que se articula nas páginas desta obra. Vi (tive esta oportunidade e sempre serei grato) muito do que ele fez. Mas pouco do que registro aqui é diretamente sobre o nosso vínculo – ainda que esta seja, sim, uma motivação para escrever e que sirva como fio condutor em várias passagens. Ele era (é) meu avô e também meu amigo e eu me orgulho de ter herdado o seu nome. Mas também foi amigo de muitas outras pessoas, e é isso que se relata a seguir: o papel social que cumprira e como exercera – empreendendo posição de destaque nas vidas

de tantas pessoas de forma espontânea, voluntária, proativa, porque simplesmente quis assim.

Do icônico ao textual: a capa diz muito

A foto de capa deste livro ainda é um mistério para mim. Quem são aquelas crianças? Onde elas estarão? Qual teria sido a relação delas com Antônio Braighi? Procurei-as nos últimos anos nos bairros Bandeirinhas, Citrolândia, Cachoeira... e nada. Mas, ao mostrar o retrato para uma das grandes companheiras de jornada social de meu avô, a querida e emérita cidadã betinense Dona Noemi Gontijo³, ela me disse, resumindo e trazendo resolutiva: “*Estes foram os verdadeiros amigos que tivemos!*”, e basta.

O título: amigo até no nome

O título do presente livro, contrariando o “método tradicional” de produção, foi uma das primeiras demandas a serem cumpridas – conforme o leitor verá ao final.

A expressão “meu bom amigo” tem um sentido muito maior do que porventura possamos ainda conferir nestas páginas preliminares. Antônio Braighi foi parceiro de muitos, companheiro em várias empreitadas, quinhoeiro que nunca reivindicou a sua importante parte no sucesso daqueles com quem dividiu a jornada.

É por isso que se pode dizer que meu avô fez jus ao sobrenome. Brajko, na origem croata do sobrenome que veio a se tornar Braighi, tem raiz na palavra brät⁴. Vocábulo curto, que

³ Fundadora do Salão do Encontro, obra social reconhecida em todo o país.

⁴ Vale fazer a ressalva: segundo o professor croata-brasileiro Milan Puh, tal perspectiva, apesar de ser assegurada em dicionário, parece um pouco distante para ser sustentada como uma verdade absoluta, dadas as mutações pelas quais toda e qualquer língua passa.

exige fonética distinta da que temos no Brasil, e significa nada mais nada menos do que irmão, amigo, confrade. Coincidência seria pouco para qualificar essa informação, ou não?

O meu lugar

Uma das últimas e a mais dolorosa lembrança que tenho de meu avô é a de um homem cansado, olhando para o nada, com pensamento distante de quem já dava sinais de uma iminente despedida. Ele observava um terreno que estava sendo preparado para a construção de um prédio, vizinho a casa em que durante anos residiu. Antes, ali, havia uma residência, certamente de propriedade de pessoas com as quais ele teve a oportunidade de conviver, compartilhar alegrias e tristezas. Naquele momento, parecia que o inevitável progresso lhe trazia a nostalgia dos momentos que vivera em família.

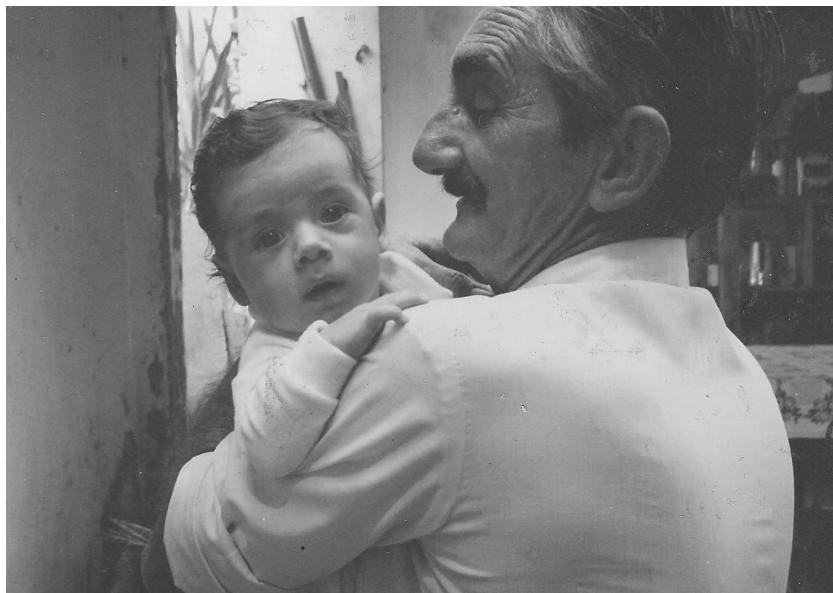
Cerca de quatro meses depois, minha mãe já me preparava para o que haveria de acontecer. Meu avô padecia em um hospital em Belo Horizonte e o quadro era praticamente irreversível, diante das condições de saúde. Tive antes, no entanto, a oportunidade de visitar o apartamento em que se hospedara no melancólico Hospital Felício Rocho. Ali, senti que aquele seria de fato o seu leito de morte. Por maior que fosse a fé de todos os filhos e netos, Deus resolveu que era a hora de levar aquele bom espírito para junto Dele. Afinal, a obra já estava terminada e a mensagem já havia sido compartilhada.

Anos após o falecimento de meu avô, aquela cena permanece viva em minha mente. É como se ele estivesse a dizer: “*Eu não viverei para ver este prédio de pé!*”

Naquele dia, havia tanto para dizer e eu me calei. Havia muito para se ver naquele momento, naquela cena aparentemente comum, mas ele durou ínfimos segundos. Hoje ele se eterniza na minha memória. Agi de modo egoísta, avalio até como covarde. Não foi timidez, algo um tanto análogo

ao comodismo, do qual ainda me arrependo. A gente sempre deixa as conversas com quem ama para depois, estamos sempre correndo, pensando demais no que aparentemente é importante e que, quando nos damos conta, o que tinha valor vai embora e depois... bem, o depois não acontece.

Antônios; Biógrafo e biografado



Fonte: Acervo de Deiara Braighi

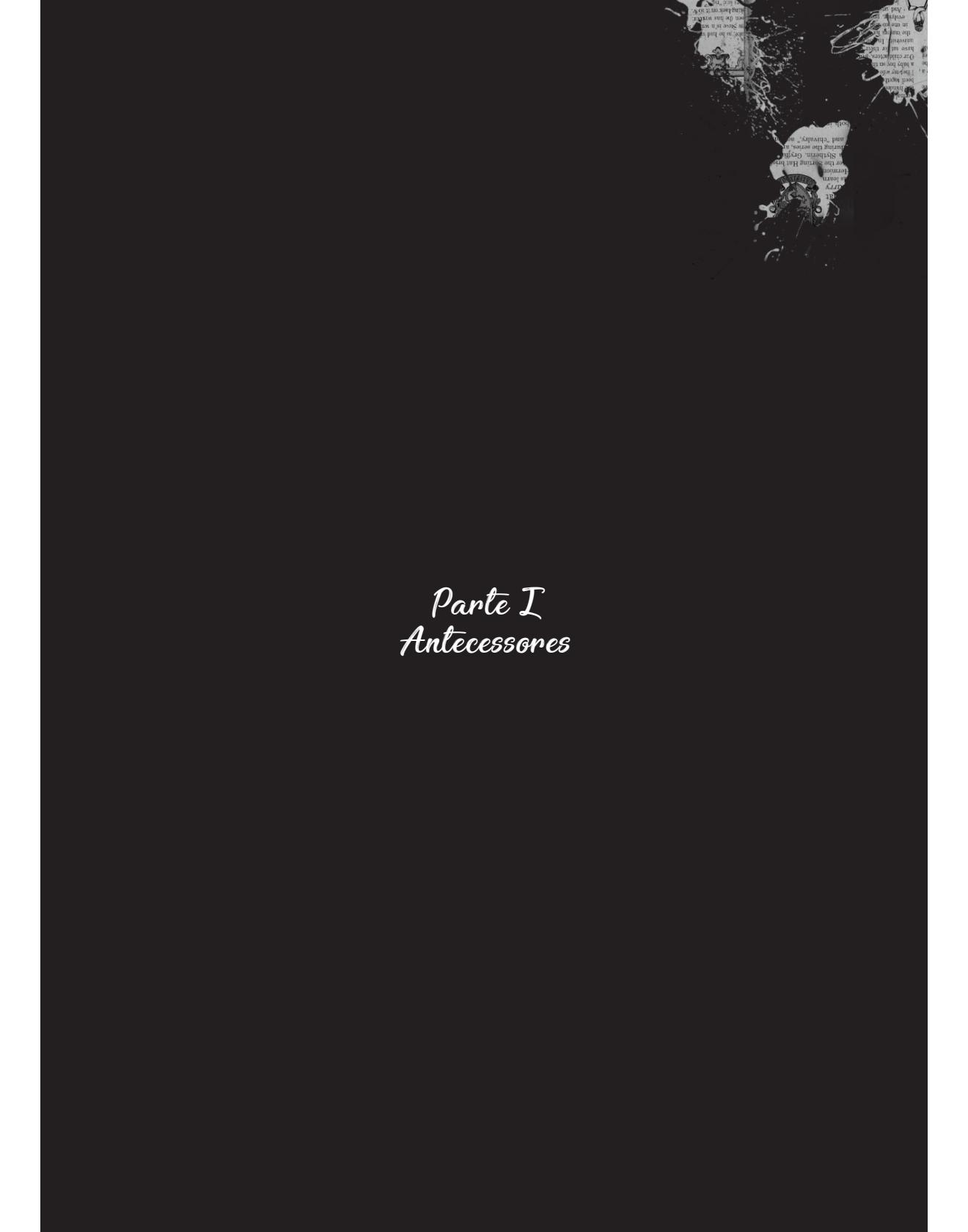
Com isso, escrever este livro não representaria simplesmente conhecer e apresentar a história de um homem que fez tanto pela família e pela cidade dele. Seria a oportunidade ideal para cessar as minhas angústias.

Mas, sejamos razoáveis. Não estaria mais uma vez sendo egoísta? Não há como não ser. Afinal, aqui temos um registro baseado em pontos de vista a partir da vida do outro – que, infelizmente, não está mais entre nós para corroborar, questionar e/ou até ampliar os dados biográficos que aqui

anoto. Todavia, a história, ratifico, já fora escrita. Por ele. E, de certa forma, é a voz dele que atravessa todo o texto. Tive a honra de conhecê-lo e sabia um pouquinho como ele pensava, o que lhe motivava. Assim, organizando os relatos sobre meu avô, tento encontrar a lógica na tessitura, extraíndo, tanto quanto possível, o que expõe a forma como ele via o mundo e a expressava. Hoje, então, de alguma maneira tento compensar o vazio de sua partida com a materialização das suas memórias.

No curso da produção desta obra, rememorei algo: ouvi dezenas de vezes a expressão que apregoa que todo homem deve ter um filho, escrever um livro e plantar uma árvore. Sem nos aprofundarmos sobre a origem da expressão, o que se extrai é: deixe raízes e uma história a ser contada. Uma narrativa inspiradora, que sirva de exemplo. Um relato de vida que seja tão forte e importante a ponto de ser compartilhado e tido como referência.

Assim, o livro – como reconstrução da realidade – tem valor muito menor que a história. Não se consegue, aliás, representar aqui quem de fato foi Antônio Braighi. O que se tem, afinal, é um recorte muito pessoal de quem conviveu com ele, das testemunhas de seus atos e comportamentos, daqueles que aproveitam este espaço para reforçar o que é inegável e de concordância unâmire: um exemplo ímpar de homem de família, político (no sentido mais amplo da palavra) e ser humano.



Parte I *Antecessores*

Da Croácia para a Itália

Entre oliveiras e videiras de uma *azienda* de seis hectares, a família Gambaletto extrai seu sustento nos campos irregulares da seção croata da península istriana – pedaço de chão de aproximadamente 3.600km², localizado na parte sul da divisa entre Itália e Eslovênia. Em terra tão distante, nasce a pouco conhecida *Moscato Giallo*: variedade de uva cor de ouro com a qual se produz um suave vinho, branco em gênero, mas de matiz um pouco opaco.

Bebida de qualidade, rotulada com o sobrenome de quem a produz. Deve ser apreciada em uma longa sentada. De minha parte, acomodar-me-ia numa cadeira simples, de madeira lascada, mas confortável, para descansar e lançar o pensamento longe entre um gole e outro. O olhar também estaria longínquo, de quem se imagina a querer atravessar o mar Adriático, há poucos quilômetros daquela propriedade, tal como, se supõe, fizeram aqueles que para a Itália levaram a alcunha que, séculos mais tarde, chegaria até o Brasil. Falo do Braico, e também de tantos outros conterrâneos croatas de nomes distintos.

Mas esse sobrenome, em especial, cruzou nações, irrompeu o Atlântico e ancorou em terras tupiniquins, bem verdade, notavelmente diferente da origem. Ou não? Vejamos: Antônio Braighi, nosso biografado, era filho de Vítor Braighi (ao menos foi assim que aprendi, quando criança, a escrever os respectivos nomes). Todavia, nos poucos documentos que se tem do patriarca da família, a alcunha vem grafada como Victor Braick. Depois de uma incansável pesquisa⁵, encontrou-se sua certidão de nascimento na cidade de Banzi (pequena *comune*

⁵ A família será eternamente grata a Marcos Braichi, o Marquinhos (*in memoriam* – filho de Pedro Braichi, irmão de Antônio Braighi) pela sua dedicação nessa empreitada. Vale dizer que ele fora o primeiro dos *Braichi* brasileiros a retornar à Itália, na primeira metade da década de 1990.

italiana) registrado como Vito Braico; eis o original – ao menos o ítalo. De Braico a Braighi, um passeio pela história (e por algumas estórias) ajudará a entender a etimologia e as transformações.

Sempre se soube (ou se disse) que a raiz da família de Antônio Braighi estava na Itália. O documento citado, então, era só a confirmação do dito. Mas, por que (e como) um pequeno vilarejo croata, nos arredores da cidade de Buíé (Buje, em croata), se chamaria Braichi?⁶ Como uma variação do sobrenome⁷ de meu avô poderia ter aparecido por lá? Haveria alguma relação? Sim! Vale dizer que é neste povoado que os Gambaletto produzem os já mencionados finos vinhos, além de azeites saborosos. Porém, não foram eles os responsáveis por batizar o local, mas sim a família Brajko – ou, na versão ítala, Braico.

Península da Ístria com marcador de localização aproximada
do vilarejo de Brajki



Fonte: Google Maps

⁶ Na versão italianizada de Brajki.

⁷ Alguns irmãos de Antônio Braighi têm grafado o sobrenome como Braichi, o que seria o mais “apropriado”.

É o que afirma Lucia Moratto Ugussi (2014), para quem Mattio Braico foi o primeiro representante da família (com sobrenome Brajko) a habitar a região – mais especificamente no planalto cársico⁸ do território de Crassiza (Krasica, em croata), ainda no século XVII. No entanto, os estudos do professor e filólogo Enver Ljubović⁹ (2007) dão conta de que os Brajković, descendentes dos Brajko, começaram a ocupar a região da Istria, ainda no século XVI, em razão da invasão turca, no histórico avanço do Império Otomano pela Europa, trazendo a linhagem para tal península¹⁰.

Talvez tenha sido a partir daí que, naquela região, foram surgindo e se multiplicando diversas variações da alcunha familiar – sob a influência cíclica da nomeação de terras e descendentes que por estas passaram ou nestas nasciam. Assim, em resumo, a região da Istria representaria o nascedouro do sobrenome Braico/Brajko e, talvez, o ponto de partida melhor definido da história da família de nosso biografado.

É curioso entender também, aproveitando o ensejo do nome do vilarejo Braichi/Brajki, que em italiano não existiriam os Braicos, mas sim os *Braichi*, dada a forma como se grafa (e se pronuncia) o plural no idioma. Assim, tal povoado seria a “terra dos Braicos”. No entanto, de acordo com Giuliana Mazzaro¹¹, professora de línguas, na gramática italiana há uma problemática com palavras (adjetivos e substantivos) terminadas em –co e –go, para as quais o plural oscila por razões históricas. Algumas

⁸ Ampla área de rochas calcárias que abrange três países: Itália, Eslovênia e Croácia.

⁹ A quem agradecemos pela gentil atenção dispensada a esta pesquisa.

¹⁰ Neste contexto, o professor Ljubović registra que há relatos de que o Brajković nasceu na região ocupada atualmente pela Bósnia e Herzegovina, migrando para a costa adriática após o início da invasão turca. Quanto mais os Otomanos adentravam no território, mais os descendentes da família subiam, até chegarem à península istriana. Tal perspectiva, então, mudaria um pouco o título da presente seção; quem sabe para “Da Bósnia à Itália”. Todavia, como se percebe, localizamos nossa atenção nas origens do sobrenome Braico.

¹¹ A quem também muito agradecemos por toda atenção dispensada a esta pesquisa, ao longo dos anos de 2016 e 2017.

acabam sendo grafadas com –ci e outras com –chi (ou, no caso das encerradas em – go, passando para –gi e –ghi). Porém, para a docente, *Braichi* parece ser o mais adequado em detrimento de *Braici*. Tal posição encerra, no seio da família, uma dúvida histórica em relação à origem e à variação do sobrenome no Brasil; *vide* as demais modificações da alcunha no país, como Braighi, Braick, Braik e até Blach.

Interessante, todavia, que Antônio Braighi (observe-se a variação que meu avô teve em seu registro) sempre, via de regra mesmo, ao se referir ao próprio sobrenome, dizia que o “ghi” tinha som de “qui”. Numa fonética particular, então, ao apresentar-se, pronunciava sua alcunha como “*Brai-qui*”¹². Todavia, apesar da contradição com a origem ítala, nosso biografado nunca admitiu trocar qualquer¹³ parte do curto nome que portava – mesmo que isso custasse não ter reconhecida sua cidadania italiana. Questão de identidade, no sentido mais amplo da palavra.

Na Europa, no entanto, há outras variações do sobrenome de origem. A aproximadamente 40km de Buíé (em sentido sudeste), está localizado, por exemplo, o distrito de

¹² Em uma segunda visita à cidade de Banzi, em 2017, tive a oportunidade de conhecer o senhor Antonio Carmine Ciccotti, que conviveu com alguns membros da família Braico. Trata-se de um simpático banzense de mais de 90 anos. Ao falar dos membros da família, não houve como não me emocionar quando lembrava saudoso dos “Braichi”, remetendo à mesma firmeza na expressão de meu avô. O “qui” ao final saía forte, seco, acentuado. Tive a chance de ouvir algumas histórias daquela agradável figura, além de compartilhar momentos ímpares com a família Ciccotti. Aproveito, então, para agradecê-los, também aqui, pelo apoio nessa obra – em especial ao senhor Vito Ciccotti, filho de Antonio e Anna Ciccotti.

¹³ Não obstante, a filha Daisy se recorda de já ter visto o pai assinando como Braichi, isto é, colocando o C no lugar do G. “*Quando eu o indaguei sobre o fato, ele me disse que um amigo do irmão, que falava italiano, lhe deu uma aula explicando que o correto seria com C, e por isto ele estava escrevendo daquela forma. Mas, quando me aventurei no processo de cidadania e descobri que nosso sobrenome era Braico e mostrei a ele a certidão do vovô Vito, ele ficou muito triste. Disse-me que ele não mudaria o nome. Até por conta disto eu não continuei, na época, o processo de cidadania*”.

Brajkovići¹⁴ (com pouco mais de 350 habitantes), nos arredores de Pisino (Pizan). Mais 30km, agora em direção sudoeste, há um vilarejo homônimo, bem menor, em Kanfanar – bem próximo à bela e litorânea Rovinj, onde os portadores da alcunha Braico também fizeram morada. Se os braichi batizaram tais locais ou, ao contrário, foram batizados por eles, pouco se tem como provar. Fato é que, na mesma medida, encontram-se pessoas que porta(ra)m a variação do sobrenome, algumas delas ilustres, tais como o bispo Martin Brajković (séculos XVII e XVIII) e o emérito professor e advogado Vladislav Brajkovic (século XX).

A linhagem se espalha por quase toda a Ístria, sendo encontrados descendentes em mais de 40 vilarejos da região¹⁵. Nesses, há como diferenças do Brajko, além do já mencionado Brajković(i), Braicovi, Braicovich e, na versão italiana, Braico. Mas, por que haveria tal variante ítala? Isso tem a ver com a ocupação e detenção dos direitos da península istriana que, digamos desta forma, trocou de mãos por diversas vezes.

O nome Ístria advém da tribo dos ístrios, derivação dos povos ilíricos indo-europeus, que ocupavam a região mais de mil anos antes de Cristo. No século 2 a.C., todavia, as terras foram tomadas por incursões romanas¹⁶. 600 anos depois, a Ístria começou a sofrer com pilhagens, invasões e ocupações territoriais de povos distintos, tais como os godos (originários

¹⁴ Não confundir com o outro Brajkovići, na região central da Bósnia, cerca de 500km do homônimo croata e a 90km da capital Sarajevo, ainda que demonstre a representatividade do nome naquela região e a resistência empreendida frente ao Império Otomano.

¹⁵ Além dos vilarejos da Albona/Labin (Katuri, Kršan, Most Raša, Rabac, Raša e Štrmac), Braico e variações aparecem em Banjole, Bašarinka, Bežići, Brajkovići, Brtonigla, Brčići, Buje, Dane, Čipri, Fažana, Galižana, Gračišće, Hum, Katun, Kašćera, Kosinožići, Lanišće (Pazin), Lupoglav, Medulin, Momjan, Nova Vas (Poreč), Pazin, Poreč, Premantura, Previž, Pula, Rovinj, Rovinjsko Selo, Savudrija, Šišan, Slum, Štinjan, Svetvinčenat, Tar, Tinjan, Umag, Valbandon, Vodnjan e Vrsar. Informação obtida na seção de genealogia do site [Istrianet.org](http://www.istrianet.org), um importante registro virtual daquela península. Disponível em <http://www.istrianet.org> – acessado em Abril de 2017.

¹⁶ Em período ainda anterior ao Império.

da Escandinávia), os bizantinos (do Império Romano do Oriente – cuja capital era Constantinopla) e os ávaros da Eurásia. No século VIII, a península foi anexada primeiro pelo Reino Lombardo e, não muito depois (dada a queda do anterior), pelo Reino Franco. Em seguida, a Sereníssima República de Veneza assegurou a gestão da região – durante muito tempo sob influência dos bizantinos, até meados do século XVIII. A partir daí, a península ainda passou pelas mãos do Sacro Império Romano-Germânico, rapidamente pelo controle napoleônico e finalmente pelo Império Austríaco a partir de 1.814 (STALLAERTS, 2009).

Até aqui, são 3.000 mil anos de história resumidos em um parágrafo. Desconsiderando a ocupação territorial dos primeiros habitantes da região, percebe-se uma forte influência da cultura ítala na península, visivelmente reconhecível nos primeiros anos do século XIX, ainda que os eslavos já representassem grande parte da população local. No entanto, um acordo entre as nobrezas austríacas e húngaras (conformando o Império Austro-Húngaro), em 1.867, recomendou a desitalianização da Iústria, favorecendo a valorização das perspectivas sérvio-croatas – o que, por conseguinte, passava, inclusive, pelas mudanças nas características de nomes¹⁷.

O fluxo das terras istrianas era estimulado pela intolerância que algumas famílias de origem italiana (ou que cresceram/residiam na antiga faixa italiana daquela península, que passaram pelo processo de aculturação ou mesmo tinham

¹⁷ Aproveitando o ensejo, é interessante observar que as letras “J” e “K” não fazem parte do alfabeto padrão italiano. Por lá, o “J” é lido com som de “I” e o “K” com som de (do nosso) “C”. Logo, Braiko, nesse período, seria substituído pelo original Brajko. Isso, não fosse a migração do tronco familiar (que anos depois viria para o Brasil através de Vito) da Croácia para terras italianas, mantendo a característica ítala do sobrenome. Vale registrar que, na década de 1920, no entanto, esse quadro se inverteria mais uma vez; seriam os ítalos que, sob a égide de Mussolini, ao assumir o controle da Iústria pós-vitória na primeira guerra mundial, verticalizariam a cultura italiana no local, estabelecendo o processo inverso ao implementado pelos austro-húngaros.

qualquer simpatia pelos vizinhos) já sentiam desde os primeiros anos de comando do Império Austríaco (já antes então de 1867). Aqueles que experimentavam na pele a força do absolutismo, começaram a abandonar a península do Adriático e a migrar, via terrestre, para a Itália, preferindo lugares como Trieste (onde hoje se encontra o maior número de troncos da família Braico naquele país), ou a atravessar o mar para Veneza, Ravena e até Rimini.

Mas, como é que os ascendentes de Vito Braico foram parar em Banzi? Tal cidadela italiana fica a mais de 500 quilômetros de distância de Rimini, a mais próxima *comune* entre as supracitadas. Bem verdade que a cidade em que o pai de Antônio Braighi nasceu fica a pouco mais de 100 quilômetros da também portuária Bari. Mas, imaginemos as dificuldades para percorrer tal distância em meados do século XVIII¹⁸.

Nas pesquisas para preparação deste livro, descubro que o sobrenome alcançara ainda terras um pouco mais longínquas na Itália, como Brindisi, a cerca de 200km de Banzi. É lá que nasceria um expoente da família: o médico Cesare Braico. Ele é considerado um grande patriota, dada a sua efetiva participação na campanha do *risorgimento* (a unificação italiana), atuando como braço direito de Giuseppe Garibaldi – o herói de dois mundos (PALUMBO, 1980). Provavelmente nenhum contato tivera com Vito. Ainda assim, é provável que a ascendência de ambos, com alguma diferença nos graus genealógicos, seja a mesma.

¹⁸ Ademais, a cidade croata mais próxima maritimamente de Bari é Dubrovnik. Por sua vez, esta está a mais de 600 quilômetros terrestres da península istriana.



Fonte: Wikipédia

Minha garganta seca diante das novidades. Seca também estava uma garrafa de vinho, que na mão do garçom partia. Ficavam sobre a mesa apenas as indagações, sem resposta: por quais rotas passaram os istrianos até aos rincões italianos? Que desafios tiveram nessa jornada? Que separações outras tiveram que enfrentar no caminho? Jaz um lapso de informações, uma ausência, tal e qual a taça vazia. Mas voltaria na mão do *sommelier* croata uma botelha de vinho Malvasia. Naquele instante, vem o insight: recordo-me que *in vino veritas*. Será? Se lá a verdade está, busquemo-la. Chega então o vinho de cor amarelada, que faz viajar na história de sua uva, levada a duras penas da origem, na Grécia, ao centro-norte europeu pelos vênetos (CARDOSO, 2014). A uva, através das raízes de videira, fez uma longa travessia, tal e qual aos istrianos até Banzi, até Brindisi talvez. Ambos tiveram dificuldade de adaptação ao novo ambiente, pois de terra trocavam. Mas, igualmente, frutos fizeram brotar.

A resposta vem na divagação: imagino as poucas gerações anteriores a Vito, talvez o seu bisavô com o avô a tira colo (se é que este último não tenha nascido já em terras italianas), cortando os vales, descendo, nada condescendentes às vicissitudes de tempos complicados, rumo ao sul. Iam em busca de um pedaço de chão para se instalar, para plantar e chamar de seu. O abrigo e o alimento encontraram, então, depois de longa jornada, pouco a pouco, no entorno do que hoje é conhecida como Província de Potenza¹⁹. E foi ali, não se sabe precisamente em que cidade, dada a ausência de documentos, que nasceu o pai de Vito: Michele Braico²⁰.

Entretanto, ainda que aos poucos fosse encontrando guarida na Itália, a posse das terras esbarrava no controle do chão por gente nada amigável. É que por ali ainda parecia persistir o sistema de colonato, nada disfarçado. Parece difícil imaginar que um preceito do século III d.C., quase 1.500 anos depois²¹, ainda pudesse valer. Ainda que velada, a dinâmica era a forma encontrada nos grotões italianos para adquirir mão de obra barata. A fórmula era simples: os grandes proprietários rurais cediam parte das terras para o cultivo por colonos. Um quinhão do que era colhido devia ser entregue para o proprietário da área, o restante ficava para consumo de quem

¹⁹ Da qual fazem parte Banzi, a própria cidade de Potenza e outras 98 *comuni*. É importante não confundir províncias (93) com regiões administrativas (20) italianas. A província de Potenza faz parte hoje da região da Basilicata. Alguns membros da família Braichi no Brasil, contudo, se recordam de Vito afirmar que era da Calábria, outras até dele ter mencionado a Sicília. Vale dizer que a Basilicata foi instituída apenas em 1948. Além disso, o chamado Reino das Duas Sicílias (na qual Banzi se encontrava), encerrou-se apenas em 1861 – mas ainda exerceu grande influência cultural nos anos seguintes. A Calábria, por sua vez, é região vizinha a Basilicata, de colônia (Reggio Calabria) fundada pelos gregos ainda no século VII a.C., desde sempre de reconhecida força política e econômica. Ademais, quiçá, poderia mesmo ter morado em alguma dessas regiões e delas se recordar saudoso.

²⁰ Observe que se trata de nome masculino na Itália e que a sílaba “che” é pronunciada como “qué”

²¹ Todavia, à frente veremos que Vito Braico não pareceu estranhar tal sistema no Brasil pós-escravidão.

se responsabilizava pelo lote. Mas quem disse que a divisão era justa? Quem falou que metas não deviam ser cumpridas? Quem é que pensou que não sofreria sanções se o arado não trouxessem retorno? E, o pior, será que as coisas não seriam mais duras para os imigrantes? Não haveria qualquer preconceito?

Eram as perguntas que os arrendatários ouviam daqueles que se julgavam donos, a partir dali, não só das terras. Senhores das vidas das gentes que nada tinham. Eram semiescravos²². As indagações do parágrafo anterior tantas vezes foram ouvidas não só pelos ascendentes mais antigos, mas até pelo casal Michele Braico e Maria Bafunto. Escutaram em incontáveis ocasiões, pois, diante da opressão, se punham a migrar. A culpa não era só deles. Havia dificuldades do clima, da terra, do cansaço. A busca incessante por um cantinho que lhes respeitasse, que qualquer retorno lhes desse além das migalhas que recebiam frente às cestas que colhiam, era uma meta. A fé em Deus não calava, tampouco a vontade de uma vida melhor. Foi assim até que finalmente chegaram às terras do povoado de Banzi.

Ainda encontrando resistência, mesmo passando por problemas e privações, ao menos sofreram menos naquelas bandas. Tinham certa simpatia pelo lugar. Aprenderam a gostar e se adaptaram. Não sem motivos, então, não demorou até Maria engravidar²³. Dando graças à situação que não por acaso (na concepção deles) havia melhorado, talvez tiveram prometido aos céus batizar o rebento com a alcunha do santo

²² Não deve ser sem motivos então que se ouve, com recorrência na família, que Vito Braico e o pai Michele teriam sido “escravos brancos” na Itália.

²³ Provavelmente este tenha sido o primeiro filho de uma prole de quase uma dezena de filhos, segundo imagina Canio Braico – primo que, infelizmente, meu avô nunca conhecerá. Com mais de 80 anos, reside atualmente na cidade de Toronto, no Canadá, para aonde foi há mais de quarenta anos. Ele é neto de Rocco, já falecido, um dos irmãos de Vito. Atualmente, mantemos profícuo contato, graças às tecnologias da comunicação e informação. Foi em razão de minha primeira visita à cidade de Banzi, em 2015, que um contato, à época ainda reticente e melindroso, fora feito com Gina, filha de Canio. A partir daí, e com a visita de outro primo – Márcio, neto de Luzia (irmã de Antônio) – à cidadela italiana, é que as coisas começaram a mudar e a relação entre “as famílias” se estreitou.

padroeiro das terras da Lucânia: San Vito, o mártir, patrono católico de Banzi.

Nascera Vito Braico em 06 de novembro de 1869. Vito: o correspondente masculino à vida em italiano; um diminutivo de vitória, triunfo; o nome do santo resiliente, forte, que além das curas que lhe são atribuídas, manteve-se firme na fé, não abrindo mão de suas crenças mesmo na prisão que lhe coube simplesmente por ser cristão. O pai de Antônio herdou então do beatificado a alcunha, a seiva, a religiosidade e, certamente, como se verá a frente, o instinto e o aferro pela conquista.

Conexão Transatlântica

Você pode até nunca ter assistido, mas com certeza já deve ter ouvido falar de uma das mais bonitas e aclamadas produções da teledramaturgia brasileira já feita até hoje: a novela “O Rei do Gado”. Quem não se lembra da rivalidade entre as famílias Berdinazzi e Mezenga? Quem não se emocionou com a atuação do fantástico Raul Cortez interpretando o ranzinza Geremias? Quem não deixou escapar uma lágrima quando tocava *Mia Gioconda* nas cenas com esse inesquecível ator?

Eu lhe garanto que estas corriam dos olhos do meu avô. Parece antiquado, clichê, mas é verdade e ainda me soam ternas tais memórias. Eis uma das principais características desse homem que, ao menos para mim, parecia uma fortaleza: a sensibilidade. Todavia, poucas foram as vezes em que o vi chorar. Diante do brilho luminoso da pequena tela, porém, não havia pranto. Era a emoção transbordando numa identificação distante com um produto midiático que lhe dizia bem mais do que poderíamos entender.

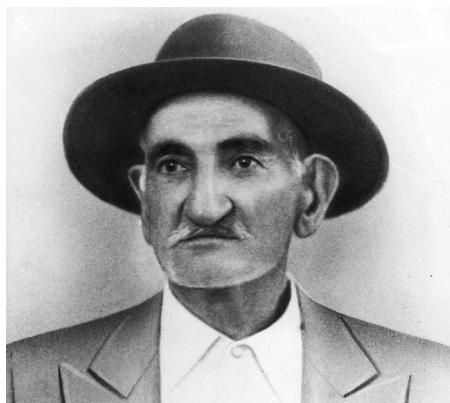
Entre as frases feitas, quase jargões, que o meu avô repetia estava o “*ai, que saudade da minha Itália*”. A verdade é que ele nunca tinha pisado fora do Brasil. Sobre o assunto, disse

certa vez minha mãe, Deiara: “*Papai devia sonhar acordado com as coisas que o pai dele contava*”.

Vito Braico, como se viu aqui, nascera naquele país. O patriarca dos *Braichi*²⁴ no Brasil foi provavelmente o responsável por criar em meu avô o imaginário ítalo, de belezas naturais, de vida pacata, de fartura na mesa (ainda que tanto na Itália quando no Brasil a história tenha sido sofrida, não faltava o pão) e de conversas animadas em que o tom e o volume de voz não são preocupação. Eu não conheci Vito, mas certamente ouvi a replicação de frases alusivas aos encantos daquele país.

Ele trazia na memória alguns irmãos, provavelmente duas meninas e outros tantos que não conhecera. Provavelmente nenhum deles fora alfabetizado e o pouco conhecimento que tinham era o que lhes servia para o trabalho. Tiveram uma vida simples, campesina, em que os recursos provinham da própria produção agrícola de pequeno porte, ou do que lhes sobrava dos acordos em colonato.

Vito Braico (aproximadamente 1935) – pai de Antônio Braighi



Fonte: Arquivo da família de Pedro Braichi

²⁴ Ainda que o nome do nosso biografado seja Antônio Braighi, iremos optar, ao fazer menção à família, por Braico e, aos nos referirmos aos integrantes da mesma, por *Braichi*. A primeira é a versão “correta” (a que veio com o patriarca para a América, mas aqui mudou) a segunda seria o plural do sobrenome em italiano, conforme já apresentado anteriormente.

Vito nascera, como já posto, em 1869, pouco menos de um ano antes da unificação total da Itália²⁵. Talvez por isso falasse com mais propriedade o dialeto provinciano²⁶, que aprendera com os pais Michele Braico e Maria Bafunto, do que o idioma que começara a se difundir naquele país. Isto é o pouco que se sabe, infelizmente, sobre os seus anos de vida na Itália. Não era um homem que gostasse muito de conversar, talvez fruto até da falta de domínio do português.

Como descrevê-lo? Era o simpático ogro, aquele que escarrava sem pudor, mas também dava carinho sem reserva. Falava – quando algo dizia, pois pouco o fazia – uma língua própria, numa mistura particular de dialetos com idiomas. Gostava da rotina, cumpria rituais do homem sistemático, mas, nada paradoxalmente, era pouco organizado. Andava sempre com um paletó maior do que o seu porte e nos bolsos sempre levava balas sortidas para dar às crianças – ainda que eu pense que os doces fossem o seu fraco. Parceiro inseparável do cigarro de palha, razão à qual Dona Vanda, minha avó, atribui a morte do sogro. Era um sujeito que comprava uma boa briga, mas respeitava qualquer bandeira branca. Era religioso, mas também, como sempre me disseram, turrão e atrevido, e se questionou na família, durante muito tempo, se não houvera ele se envolvido em alguma confusão na região em que vivera na Itália.

Quando criança, eu ouvia que meu bisavô havia se mudado para o Brasil fugindo da guerra. Qual seria? As datas das mundiais

²⁵ O processo de unificação da Itália, que se completou com a anexação de Roma, antes a capital dos Estados Pontifícios, em 20 de setembro de 1870, representou também a padronização da língua em todo o território italiano. Antes, diversos dialetos (ou línguas locais) eram utilizados como idiomas oficiais em cada região. O dialeto fiorentino, reverenciado nas obras de Dante Alighieri, fora escolhido para ser utilizado como o padrão naquele país a partir daí – uma mudança que, contudo, não ocorre de forma verticalizada, dada a força cultural dos dialetos locais, mas que se dá ao longo do tempo e com muito esforço de quem a patrocina.

²⁶ O dialeto banzense é, ainda hoje, compartilhado pelos moradores daquela região. Por curiosidade, em visita à cidade fiquei sabendo que, se meu avô lá tivesse vivido, seria chamado pelos conterrâneos de Iuccio – o correspondente a Antônio na língua local.

não batem com a migração, mas nunca me preocupei com isso. Haveria de ser uma *maledetta guerra* qualquer, mas, para o filho...

Para Antônio Braighi, que tinha verdadeira adoração pelo pai, ao invés de ter fugido por uma possível covardia, Vito havia saído como herói. Meu avô falava com orgulho sobre a sua principal referência e, para mim, uma criança que não o conheceu, aquilo tudo parecia fazer muito sentido. Mais do que isso, havia mesmo uma reverência por ele.

A inferência que fazemos é a de que Vito tenha, talvez, se interessado pelo sonho americano²⁷, o sonho de uma vida mais próspera do outro lado do oceano, o que era muito comum naqueles idos. O fenômeno de migração italiana além-mar do final do século XIX e início do XX representou a saída de centenas de milhares de cidadãos daquele país (principalmente os do Sul), com destino, sobretudo, aos Estados Unidos, Argentina e Brasil. Seria, então, mais um Braico a tomar caminho, seguindo a trilha dos ascendentes.

Por aqui a imigração se fazia até estimulada. Com a abolição da escravatura, os imigrantes italianos tornavam-se valorosa mão de obra. Nesse sentido, estados como o de São Paulo e Minas Gerais passaram, inclusive, a subsidiar as passagens dos novos trabalhadores do campo. Vito, todavia, não sabia disso. Sujeito sem instrução, tinha ouvido em qualquer canto que na América havia trabalho, terra e fartura – fruto, talvez, da repercussão de panfletos ufanistas que por lá circulavam.

Encantou-se, não sabia como pagar pela viagem, mas estava decidido. Queria mesmo cruzar o Atlântico e começar

²⁷ Não seria correto, em uma biografia, negar e/ou apagar algumas possibilidades de acontecimentos. Nesse sentido, registra-se aqui a possibilidade de que Vito tenha se desiludido amorosamente na Itália e/ou sido (ao menos se sentido) perseguido por criminosos naquele país – o que o teria levado a mudar-se para a América. Preferimos optar pela versão que melhor corresponde ao que, historicamente, se pode comprovar. Além disso, alguns membros da família insistem na ideia de que, provavelmente, Vito teria tido outra família na Europa. Ao menos nas pesquisas que fizemos em Banzi, cidade em que viveu antes de vir para o Brasil, não encontramos qualquer documento ou sequer menção a tal possibilidade. Da mesma maneira, nenhum integrante da família (tal como Canio Braico) confirma tal possibilidade.

nova vida nas terras americanas. E foi tudo muito rápido: colocou a ideia na cabeça e não mais tirou. Nos primeiros dias de Julho²⁸ de 1895, avisou aos familiares que partiria. Voltaria se preciso fosse, mas nunca mais retornou. De manhã, a pequena trouxa de roupas já estava pronta para a despedida. O pai Michelle não gostou, mas não o proibiu. Guardou a decepção e em silêncio tocou à plantação, sem olhar para trás. Obstinado, Vito, ainda que amasse a família, não desistiu de empreender a jornada. A mãe, Dona Maria, insistiu, chorou, orou, mas nada o fez declinar da decisão.

Um último pedido ele atendeu: Maria não abdicaria da presença do filho e o acompanhou, tendo uma irmã a tiracolo, até a cidade de Nápoles, numa viagem de carroça até Potenza, e o restante de trem, em quase três longos dias. Ao chegar ao porto, uma despedida curta, fria, direta, de quem não quer dar espaço à emoção – o que certamente o faria ceder aos pedidos da mãe. Uma pequena trouxa com pão. Um beijo na testa. Uma lágrima dura que rolou como pedra no rosto seco do trabalhador do campo. Um aceno com a mão esquerda e o primogênito se distanciava. O pranto da mãe, antes contido, rolava enquanto observava o filho ao longe buscando uma estratégia para embarcar.

Vito ficou sabendo que um navio com carga faria a travessia e viu a possibilidade de fazer a viagem diferente da forma como os italianos que daquele país saíam. Rodeou o navio, despistou, encontrou uma brecha e entrou na embarcação. Fora logo procurar o porão e por lá ficou. Atravessaria o oceano como clandestino, totalmente entregue ao destino²⁹.

²⁸ Tão somente uma estimativa, posto que, infelizmente, não temos a comprovação de quando Vito partira da Itália.

²⁹ Peço desculpas por quebrar a narrativa, mas confesso que ainda não estou totalmente seguro de tal informação. Alguns professores interessados no tema dizem que dificilmente ele teria conseguido entrar às escondidas em um navio; aliás, como a imigração se fazia estimulada, é bem provável até outra solução teria sido encontrada por Vito àquela altura, dado o interesse comum. Registro aqui o relato que ronda a história de meu bisavô, ratificado por ele próprio. Ainda assim,

Rememorando a cena, certa feita ele disse: “*Quando entrei a nave, fiquei quietinho para ninguém me descobrir. Procurei um posto mais escuro. Posicionei-me entre as máquinas e em silêncio fiquei. Uma voz vinha de longe. Coloquei o ouvido na lataria e chorei; até hoje escuto minha irmã chamando. Ela dizia: Non vai Vittorio! Resta qui, non vai!*”, conta consternado Oswaldo, genro de Luzia – filha de Vito, o que ouviu do avô de sua esposa, e ainda guarda emocionado.

Faz tempo, encontrei por acaso um texto na internet que questionava se a Itália era uma mãe ou uma madrasta. Assinado pela professora Neiva Zanatta, um trecho me chamou muito a atenção e fiquei por horas a pensar sobre a minha trisavó, Maria, ao ver Vito partir. Ela diz, e é verdade, que

no subconsciente guardamos a imagem da mãe que chora ao ver o filho partir e nunca mais voltar. MÃes que morreram na Itália chamando os filhos pelo nome. A elas restou-lhes o consolo de saber que pelo menos um nome eles trouxeram consigo, já que a maioria era analfabeto, muitas vezes sem documentos, obrigados a viajar clandestinamente. A ideia de retornar ao país de origem, ou ser reconhecido como cidadão italiano, permanece como um sonho que representa o resgate das perdas, dos sofrimentos e do afastamento brutal da pátria mÃae³⁰.

A lacuna não fora preenchida por Vito. Ele nunca teve a oportunidade de secar aquelas lágrimas ou de responder

me coloquei a pesquisar, no Sistema de Informações do Arquivo Nacional Brasileiro (disponível em <http://sian.an.gov.br>), as listas de passageiros que saíram da cidade portuária de Nápoles na década final do século XIX – até para saber a data exata em que chegara em terras brasileiras. Pelo que pude verificar, não há menção a Vito Braico, o que indicaria sua clandestinidade. Entretanto, um empreendimento de busca ainda mais voluntarioso poderia trazer novos dados a este livro e esclarecer a questão.

³⁰ Publicado no site jornalístico oriudi.net em 25 de Maio de 2007.

àqueles chamados. O vazio, nesse sentido, sempre o tomou, quando as reminiscências gritavam no silêncio de sua consciência. Todavia, ele quase nunca falou sobre esse tema. Como já anunciado, tratava-se de homem turrão, à moda antiga, que nem ao menos podia chorar, quanto mais confessar que pranteou. Tal registro então, em tom de quase confissão, ocorrerá pouco antes do meu bisavô falecer.

A escuta fora feita, como dito, com muita atenção por Oswaldo. Ele me disse que namorava a jovem Clara, neta do italiano. À época, Vito morava na residência da filha Luzia, que com muito carinho cuidava dele. Como, àquela época (década de 1950), os encontros dos apaixonados, muito respeitosos, ocorriam sob às vistas dos pais, Oswaldo fez amizade com Vito e conta o seguinte: *"Eu tinha que ir para a casa deles. Lá, por algum motivo, fiz uma amizade muito grande com o seu bisavô. Ele confiou em mim e me contou muitas coisas sobre a vida dele"*.

O “muito” era o pouco que Vito contava a Oswaldo; mas sinalizava, com toda a certeza, grande confiança no meio-neto. Na verbalização, algumas curiosidades advinham, no rememorar do curso da viagem do italiano ao Brasil. No porão ele ficara por dois ou três dias, comendo, pouco a pouco, o pão que levara. Foi assim até ser descoberto pela tripulação.

Ele contou que ficou com medo da reação do capitão. No entanto, o chefe da embarcação foi até condescendente; disse que teria que trabalhar para pagar a comida e a viagem. O resultado daquela peripécia, então, não foi dos piores, pensou. Laborou, porém, muito mais do que os não clandestinos, como se pagasse uma pena pelo delito. Trabalho para ele, contudo, não era problema. Fez algumas amizades e confiava em boa parte dos colegas.

Acreditava tanto nos tripulantes, sobretudo nos mais experientes, que volta e meia era alvo de anedotas. Oswaldo conta que, por duas vezes, Vito caiu em uma zombaria: os marinheiros disseram que, como o italiano não tinha experiência

em alto mar (pudera, talvez estivesse ali pela primeira vez), tinha que ficar atento ao canto das sereias. Meu bisavô quis saber do que se tratava, e os “amigos” narraram, como se fosse real, parte da obra literária Odisseia.

Disse Vito a Oswaldo: “*No meio da noite eles vieram me alertar que passaríamos por uma área cheia de sereias. Me pegaram e me amarraram a um dos mastros. Eu fiquei ali a noite inteira, feliz porque eles estavam me ajudando*”. Dos males o menor. Pelo menos não lhe colocaram cera nos ouvidos, tal como aconteceu com Ulisses, herói da Odisseia. Não faz mal rir agora, não é?

Outra curiosidade que também pode levar ao riso é que, supostamente, o navio em que Vito entrou estava indo para Buenos Aires. A embarcação, no entanto, pararia antes no Brasil – como o fez. Quando aportaram na cidade do Rio de Janeiro (depois de 36 dias), meu bisavô teria perguntado se já haviam chegado à Argentina (país recomendado para desembarcar). Um imediato respondeu que não: “*A terra do Tango é a nossa próxima parada*”, respondera em italiano. Ali, no entanto, teria de ajudar no descarregar de mercadorias – fazia parte do trato do trabalho pelo combo alimentação/passagem.

Confiado na réplica do tripulante – e já um tanto aflito com tanta demanda, Vito desembarcara no porto seguinte. Tratava-se de Santos – SP. Seja por ansiedade, ignorância (ou simplicidade), ou mesmo por um capricho do destino, lá ele desceu e no Brasil decidiu ficar. O interessante, no entanto, é imaginar que nosso biografado poderia ter nascido na Argentina e o presente texto, logo, ter sido escrito em espanhol.

Devia ser fácil para Vito confundir o português com qualquer outra língua. No entanto, de longe até o cheiro de uma macarronada identificava. Fazia um mês que não provava uma bela *pasta*, e aquele aroma despertou seus sentidos. Passou pela porta de uma hospedaria simples, onde havia muita gente reunida a se deliciar com a comida. Ficou olhando, até que o

dono da bodega perguntou o que ele queria. A resposta veio num italiano truncado, reconhecido na mesa ao lado, por um conterrâneo. Um lugar estava vago e a benevolência deu ao meu bisavô um prato de comida.

O gracejo que se conta em seguida é que ele estava tão sovado pela fome que, ao ver no balcão um pote de farinha, imaginou que era queijo ralado. Despejou-a no prato e o encheu, abrindo um sorriso largo de quem também mataria a saudade do *formaggio*. Encheu o garfo e levou à boca. Minutos de tosse de Vito se seguiram paralelos aos risos dos novos confrades, em todas as tábuas rasas do bar. Ao final, ele teria dito em seu vernáculo: “*O queijo aqui é diferente, hein?!*”, e as gargalhadas continuaram.

Talvez assim Vito tenha ganhado a atenção de Alessandro³¹ – chamemos assim o compatriota que ali estava, que lhe ofertou a *pastasciutta* que tanto gostava. Alessandro estava ali para receber e recrutar imigrantes para o trabalho nas lavouras de café (em São Paulo) e na pecuária leiteira (em Minas Gerais) em tempos de República Velha. Titulemos de sorte ou de qualquer outra coisa que o valha, mas ali o italiano já encontrava ocupação. Caiu na estrada com o amigo e não muito depois já estava com a enxada em mãos.



Fiz em 2015 minha primeira viagem à Itália. Banzi foi a segunda cidade do roteiro (só não foi a primeira por não ser aeroportuária). A sensação que tive, no pouco tempo que lá fiquei, era a de estar viajando nos sonhos de meu avô. Antônio Braighi, que não tivera a chance de sair de seu país – talvez nem o quisesse – criou um mundo ítalo onírico que se revelara em minha frente. Trata-se, na realidade, de cidade acanhada,

³¹ Nome que significaria “aquele que protege o homem”.

de povo quase-mineiro em desconfiança, de pequena extensão territorial, sem lá grandes belezas naturais.

Montagem de fotos de Banzi (2015)



Fonte: Acervo pessoal do biógrafo

No entanto, o êxtase de entrar nas terras de nosso antepassado era incrível. Meu entusiasmo em percorrer as ruelas, em observar cada detalhe daquele povoado, em procurar na face dos municípios qualquer traço de meu (bis)avô, em catar cada índice – por mais irrelevante que o fosse – no intuito de transformá-lo em símbolo de nossa história, tudo isso era uma tônica que me tomava quase sem reflexão. O olhar de criança, fascinada, revelava quem eu fui ao lado de quem eu gostaria de ter levado comigo nessa viagem.

Adentro, quase ao final do circuito, à bela *chiesa di Santa Maria di Banzi*. Pouco circulo e sento no último banco ao fundo da igreja. Só me cabia fechar os olhos, agradecer e orar

pelos meus ancestrais. Naquele momento, fui tomado por uma emoção diferente, uma paz pouco sentida antes.

Numa placidez singular, lacrimejei. Chorei, não como meu avô choraria; mas senti, como nunca outrora havia sentido após a sua despedida, que comigo, naquele momento, lá ele estava.

Da Itália ao Japão

Fica às margens da rodovia Fernão Dias, eminente bandeirante paulista, o povoado do Japão Grande. A própria cidade de Carmópolis de Minas, da qual o pequeno distrito faz parte, já se chamara Nossa Senhora do Carmo do Japão. A história que (mais) se conta é a de que quando os desbravadores das terras brasileiras, saindo de São Paulo, chegaram ao local (nos idos de 1700), perceberam as qualidades da terra (como a fartura de frutas e legumes³²) e entenderam que na região poderia ser montado um bom ponto de apoio. Permaneceram ali, então, alguns integrantes da comitiva, que se responsabilizariam por articular estrutura e buscar alimentação.

Os demais seguiram em empreitada com destino a Goiás. A certa altura, decidiram voltar e se surpreenderam com os avanços do acampamento – ao ponto de alguns portugueses exclamarem: “Aqui já há pão!”

A verbalização rápida, particular e recorrente de tal frase pelos lusitanos, surpresos com o ágil avanço alcançado no lugar, assemelhava-se ao que em verdade se tornaria o batismo do local: Aqui, (é) Japão! Em terra fértil, a lavoura, desde aquela época, perdia-se entre vales e montanhas, gerando inclusive o trigo – matéria prima essencial para o cultivo do produto que tanto agradava aos patrícios.

Não sem motivos, então, foi naquela região que o italiano Vito Braico encontrara trabalho. Como já dito antes, homem da roça que era, só lhe restava trabalhar no setor agropecuário.

³² Há quem diga que a famosa frase, “Aqui já há pão”, fora dita já nesse momento.

Seguira os passos dos bandeirantes – posto que saíra de Santos – SP, mas fora influenciado, na verdade, pela tarefa que apareceu e lhe pagava melhor. Cortou no espaço, ora arando a terra e em outros momentos até como capataz. Homem de fibra, aceitava demandas que ninguém mais queria; até em sede de fazenda mal-assombrada dormia. Quem já tinha visto o monstro da fome e da servidão não tinha paúra de mais nada.

Foram pelo menos três anos de andanças pelo estado paulista até as Gerais. Contudo, no Japão, o banzese, que ia para a Argentina, mas desceu por engano no litoral de São Paulo, encontraria sua Julieta. Tratava-se de Jacintha Maria da Conceição, filha de Amâncio Alves Ferreira e Maria Apparecida da Conceição. E o que mais se sabe sobre ela? Pouco; infelizmente! O motivo? Do lugar de onde falamos hoje, 2018, já se passaram cerca de 75 anos desde a sua morte³³; poucos familiares se lembrariam da minha bisavó e muitos deles já faleceram.

Isso me fez buscar mais informações, não apenas na cidade de Carmópolis, mas inclusive no povoado do Japão. Tínhamos uma referência inicial: a minha Tia Cida, que não é Braighi de sangue (mas fora casada com meu Tio Carlinhos, filho de Antônio Braighi), mas era parente de Jacintha. Mas como? Perguntaria o leitor mais curioso, assim como eu. Sequer ela soube explicar direito.

Em uma tentativa de resumo (cuidado para não se perder): ela é filha da prima do sobrinho da Jacintha. De outra forma, Antônio Braighi seria primo do primo da mãe da minha tia Cida (que se casou com Carlinhos). Entendeu? Nem eu. Isso nos motivou então a pegar o carro³⁴ em uma quarta-feira de manhã e bater à porta do seu Antônio Joaquim da Silveira, o *Tonho Pião*, também conhecido como *Cigano*, em uma

³³ Jacintha faleceu de caquexia, em decorrência de um câncer, em 1943, com 65 anos.

³⁴ Acompanhou-nos nessa jornada também a Sra. Clarissa, filha do Sr. Antônio Silveira, a quem agradecemos muito pelo apoio.

pequena propriedade rural do povoado de Japão Grande. Ele saberia explicar?

Hoje, mais de 300 anos depois, ainda é possível encontrar pão e receptividade nesse lugar. Fomos acolhidos, em meio aos latidos de um pequeno vira-latas e os piados das galinhas, com um bolinho gostoso... além do café, fresco e quentinho. A prosa foi longa e boa. Contudo, nada da Jacintha. Seu *Tonho Pião* (primo da mãe de Cida) não se lembrava da tia, e muito pouco de ouvir a mãe (Dona Honorinda³⁵) falar sobre a irmã.

Subimos então para a casa da Dona Salete (filha do Seu Antônio), onde fomos recebidos com angu e frango com quiabo. A típica comida de roça estava pronta no fogão à lenha; feita com todo o carinho para o visitante da cidade – que vem trazendo consigo perguntas para as quais, infelizmente, não se tem respostas. E liga pra um, chama outro, e nada da Jacintha. E puxa pela memória, e se resgata uma lembrança daqui, outra de lá... e nada.

Foi assim até que Jorge, o marido de Salete, se lembra de Paulo (acredite, estou economizando aqui nas personagens que apareceram), uma espécie de ancião sabe-tudo da região. Sujeito estudado e de boa memória, não haveria nada que passara pelo povoado que ele não desse conta. Ele certamente conheceria a minha bisavó, imaginava.

Antes de irmos para o casebre de Paulo, Jorge me mostra com tristeza o potencial agrícola da região. Ele aponta para o lugar em que se amontoavam caixas e mais caixas de tomates com pequenos defeitos, provenientes de produtores do Japão. O fruto não seria aceito pela Ceasa de Belo Horizonte, menos ainda pela Ceagesp paulista. Assim, antes que fossem para o lixo, são resgatados para servirem de alimento aos animais criados nas terras do genro do Seu Antônio. Há pão para a criação; pérolas aos porcos.

³⁵ Também pudera: Dona Honorinda nasceu em 1897, ano em que a irmã já tinha 19 anos. Jacintha se casaria dois anos depois e, como se verá mais à frente, tomaria rumo no entorno do Japão, gozando então pouco da convivência com a irmãzinha.

“Nosso povo e nosso país são pobres, mas o nosso lixo é rico!”, diz o consternado Jorge. Minha tia chega perto de nós e também se assusta, tal como eu. Todavia, lembra-se que o meu avô fazia o mesmo que o nosso mais novo amigo.

“O Antônio Braighi sempre buscava o que sobrava nos sacolões de Betim. Ele separava o que ainda se aproveitava. Com essa parte tentava fazer pequenas cestas para os mais pobres. O que não tinha jeito, mesmo, dava para a criação de galinhas”, disse ela olhando para o horizonte – a se recordar das cenas que eu também tantas vezes vivenciara.

Mas o assunto era a Jacintha! Tocamos então para a casa de Paulo. E sobe morro, voa brita, passa mata-burro, levanta poeira: Chegamos! O conjecturável ancião era um homem com os seus (mais de) 70 anos, conservado, de fala pausada e calma, que não gostava de ser chamado de senhor.

“Você se lembra da Jacintha, irmã da Honorinda?”, questionei.

Uma pausa rápida, mas profunda, é seguida pelo levantar de sobrancelhas num afirmar com segurança: *“Nunca ouvi falar dessa aí!”*

A minha frustração só não foi maior porque, logo em seguida, assim ele disse, entre pausas: *“Mas... a Honorinda... ela tinha um irmão... o Sebastião. Ele morava ali pra cima. Casou, inclusive, com uma mulher chamada Honorinda. O Tião morreu e depois ela juntou com o Angel, que morava do lado de lá...”*

Pronto! Clarissa e Salete, filhas do Seu Tonho Pião, que nunca tinham ouvido falar do tal Sebastião, haviam ganhado um Tio-avô, bem ali na minha frente; bem verdade que eu ganhei também um tio-bisavô! Eu ri! Todo mundo riu! Imagine: a história da sua família sendo contada por outra pessoa. Você descobrir as suas origens num papo casual. Particularidades que, de alguma forma, podem ter influenciado até no seu nascimento e criação.

Diante a demandas que nunca pensaram ter, Clarissa e Salete passaram a se interessar também. Acredito, aliás, que

as gargalhadas escondiam a emoção em conhecer mais sobre a vida de quem lhes fora tão cara: a própria mãe. Foi um dia agradável, cercado por gente simples e de boa vontade e que, não muito distante, tinha o mesmo gene que o meu. Eu havia provocado uma cisão no marco temporal daqueles parentes que agora se afetavam pela curiosidade em saber mais sobre o passado. Continuamos a manter contato, na senda dos levantamentos sobre Jacintha, Honorinda e Sebastião, muito motivados por uma frase dita pelo sábio Paulo: “*De rico todo mundo lembra. De pobre, não se lembra sequer do nome!*”

Quem lembra bem de Jacintha, e fala até hoje com propriedade sobre ela, é Maria da Conceição, mais conhecida como (Mari)Quita. No alto dos seus 83 anos, ela se recorda do (pouco) tempo que conviveu com a avó e do que a mãe (Maria, irmã de Antônio Braighi) sempre contou sobre aquela senhorinha, magra, doce e gentil. O carinho com o qual discorre sobre a antepassada, a forma como as palavras saem melodiosas para descrevê-la, são contagiantes e ajudam a constituir uma imagem acalantada daquela dona.

“Uma baixinha corajosa”: uma enunciação simples e única sobre Jacintha, (re)passada pelas gerações e que se cristalizava e se renovava a cada característica que se descobre acerca dela. Mulher franzina, sempre com um lenço no pescoço – vergonha de um caroço que ali tinha. Era raizera, conhecedora de plantas, frutos e flores, de seus benefícios, aromas e sabores. Gostava de cantar e não reclamava por muita coisa. Implicava com as caretices do marido e sempre estava a sorrir.

Mas Jacintha nem sempre mantinha a tranquilidade no comportamento. Mulher de pulso firme e que não aceitava calada os desmandos do marido, batia de frente e discutia, se preciso fosse, acerca de todo e qualquer assunto relativo ao relacionamento com Vito. O sangue quente derivava da convenção genética dos ancestrais; ela seria neta de uma índia

da temível tribo dos Cataguás³⁶ com um bandeirante português. Aliás, segundo histórias (ou estórias) recontadas, aquela nativa não se tornara esposa porque quis, mas fora capturada, amarrada a laço pelos exploradores. Passou pelo processo de aculturação, teve filhos – não se sabem quantos e em que condições, sofreu, mas resistiu, deixando herdeiros do seu DNA combatente.

Jacintha – mãe de Antônio Braighi



Fonte: Arquivo pessoal de Antônio Braighi mantido por Dagmar Braighi
Documento obtido por Francisco Braichi junto à família de Jacintha
Recuperação da foto realizada em 2015 por Leonardo Chalub

Uma dessas herdeiras foi Jacintha, que conhecera Vito nos círculos agrícolas da freguesia do Japão nos anos derradeiros

³⁶ Também conhecidos como cataguases. De acordo com Fonseca (1961, p.19), “Itaguara, Bonfim, Japão, Oliveira, Itapecerica, Pium-í e outros lugares ficaram largamente dominados pela temível nação dos Cataguás, ‘a que mais terror incutiu aos velhos paulistas’, no dizer do historiador Diogo de Vasconcelos”. Os indígenas não teriam vendido barato aos invasores paulistas e portugueses o terreno que lhes pertencia, empreendendo uma das mais fortes resistências tribais; eis o gene de Jacintha.

do século XIX. A paixão fulminante, que nascera da troca de olhares na lida do campo, gerou casamento³⁷ rapidamente; ela com 21 e ele com 30 anos. Consolidado na igreja de Nossa Senhora do Carmo (matriz da cidade de Carmópolis de Minas), em 23 de setembro de 1899, o matrimônio fora acelerado dada a possibilidade de o casal conseguir trabalho, por outras bandas da região³⁸, em terras que trariam mais lucro a eles.

E assim, tal e qual os seus antepassados, Vito se pôs a rodar – desta feita num diâmetro menor. Com a parceira ao lado, foram encontrar trabalho nas lavouras de café que se iniciavam na região de Oliveira. Áreas distritais daquele município, muitas delas hoje emancipadas, apresentavam trabalho de tudo quanto é tipo, fruto das vagas criadas com o fim da escravidão e com a consciência tomada pelos donos de terras em Minas que, finalmente, passaram a acreditar na força obreira do branco estrangeiro³⁹.

Teriam vivido, por pouco mais de uma década, em fazendas do próprio povoado do Japão, no distrito oliveirense de Morro do Ferro, e dos hoje municípios de Cláudio, São Francisco de Paula e Carmo da Mata – localidades que estão num raio de aproximadamente 35km da cidade de Oliveira – sempre a labutarem com a terra. Da vida de casados à efetiva

³⁷ As informações sobre o casamento de Vito e Jacintha só conseguimos graças à obstinação de nosso primo Márcio Braga (filho de Clara, neto de Luzia) que, imbuído do propósito de obtenção da cidadania italiana à qual nossa família tinha direito, encontrou o último documento que faltava para a supracitada requisição. O registro do mesmo fora obtido há pouco tempo, na Diocese de Oliveira – MG.

³⁸ Dado o estímulo do governo provisório estadual com a promulgação do Decreto 179, de Agosto de 1890, que previa a articulação de burgos agrícolas em Minas Gerais; concessão que visava fomentar a produção em terrenos às margens de estradas de ferro e em terras devolutas, influenciando diretamente na contratação de mão de obra – e consequente alocação – de famílias de estrangeiros nestes locais (MONTEIRO, 1994).

³⁹ Segundo Monteiro (1994), os donos de terras em Minas acreditavam piamente que só o negro, mesmo após a abolição da escravatura, estaria preparado para trabalhar nos campos das Gerais.

constituição da família pouco demorou. Os filhos começaram a nascer já naquelas bandas e uma prole de 09 rebentos⁴⁰ seria inaugurada com o nascimento de Miguel.

Sobre esse irmão de meu avô, aliás, vale dizer que as memórias sobre ele sempre foram cercadas de histórias incompletas, até de alguns mitos. Tendo morrido antes de chegar à terceira idade, deixara apenas uma filha – que falecera jovem, o que impede que coloquemos à prova os casos sobre o primogênito.

Diz-se, por exemplo, que, quando jovem, Miguel fora picado por uma cobra urutu – o que lhe legara sequelas de ordem mental, que seriam o motivo de um comportamento por vezes agressivo e que gerou alguns problemas com os irmãos. Entre os documentos de meu avô, cuidadosamente guardados por minha tia Daisy, encontramos uma carteirinha antiga, mas muito conservada. Tratava-se do vínculo do irmão mais velho dele com a União Operária Padre Eustáquio (UOPE), cooperado na função de pedreiro. Entre as informações que seguiam, no brevíssimo registro carinhosamente arquivado por Antônio Braighi, estavam a data de filiação dele e a idade que tinha à época.

⁴⁰ O que pôde ter sido mais um problema para a família. Segundo Monteiro (1994, p.32), “de maneira geral, os fazendeiros de Minas não gostavam de dar colocação ao imigrante sobrecarregado de crianças [...] não faltaram, contudo, proprietários que colocaram crianças de 8 a 11 anos na lavoura”. Talvez por isso eles tenham rodado tanto.

Carteirinha da UOPE de Miguel Braick –
irmão de Antônio Braighi



Fonte: Acervo de Daisy Braighi

Se as informações estiverem corretas (posto que, infelizmente, não encontramos os registros de nascimento e óbito de Miguel), o primogênito de Vito e Jacintha não nascera depois de janeiro de 1898. Se o leitor está atento às datas, já percebeu então que o primeiro filho do casal veio ao mundo antes do casamento de meus bisavós. E, para aqueles que compreendem a problemática em torno da questão no século XIX, pouco seria necessário dizer, a não ser acentuar o quadro de questões complexas que enfrentaram naquela época com o fato de um deles ser um imigrante que pouco ou quase nada falava de português.

Viajo e começo a questionar o imaginário, ao campo dos possíveis: em que (ou sob quais) condições se casaram? Correram o risco de não oficializar a união? Tiveram de fugir – e isto representaria as voltas que deram em derredor do Japão?

Aliás, teria Vito pensado em fugir das responsabilidades de pai? Penso que a resposta a essa última pergunta seja um sonoro não. Afinal, o que justificaria uma união tão bela, ratificada por muitos que os conheceram, e afiançada pelo nascimento de outros oito filhos?

Dito isso, é importante registrar que, depois de Miguel, ainda vieram:

- José Carlos (o Zeca, nascido em 1902 na ainda não emancipada Carmo da Mata – MG);
- Maria – que muito cuidou dos irmãos para os pais trabalharem na roça (nascida na então Vila de Cláudio⁴¹ em 1906);
- João (o primeiro a nascer em Belo Horizonte, vindo ao mundo em 1911);
- Amâncio (Também belo-horizontino, nascido em 1913);
- Pedro (mais um nascido na capital mineira, vindo ao mundo em 1916);
- Luzia (da hoje São Francisco de Paula – MG, nascida em dezembro de 1918, o que marca um retorno da família ao interior do estado);
- Francisco (o Chico, nascido em Carmo da Mata – MG, em 1920);
- e, por fim⁴², em 1927, Antônio Braighi – nascido já depois do retorno da família à capital mineira⁴³.

⁴¹ Emancipada do município de Oliveira – MG apenas nos primeiros anos da década de 1910, tornando-se a hoje conhecida cidade de Cláudio – MG.

⁴² Na entrevista com Quita (filha de Maria), uma das netas de Vito Braico, uma surpresa: segundo ela, Jacintha também tivera um casal de gêmeos, o que aumentaria o número de herdeiros para 11. Todavia, eles teriam morrido com pouquíssimo tempo de vida.

⁴³ Que tinha três datas de nascimento! Explico: No registro em cartório, consta o nascimento em 16 de dezembro de 1927. Já no documento de batismo (realizado em janeiro de 1928), atesta-se que nascera em 30 de novembro – dia que Antônio Braighi atestava ter nascido e, inclusive, marcava a celebração em família. Contudo, Lia, uma das sobrinhas de Antônio Braighi, jura de pés juntos que meu avô nasceu



Eu não consigo deixar de pensar na conformação das coisas e acreditar que tudo é por acaso; não pode ser. Não faço ideia de por quais obstáculos efetivamente Vito e Jacintha passaram – e tantas outras personagens antes e após. Não sei exatamente o que juntos resgataram nesses primeiros anos de lida nos campos do interior de Minas, seus percalços. Mas me encanta a ideia de ver mundos tão distintos que se cruzam e (tentar) alcançar as interrogações e as reticências que sempre permanecerão. Aliás, me fascina pensar que conseguimos olhar para o passado com tanta celeridade, em detrimento dos anos que se desenrolaram no mesmo cadenciado e regular movimento solar, e poder dizer que tudo parece ter convertido para um encontro singular. Do bósnio que teria ido à Croácia e, de lá, seus sucessores para a Itália, será? Da índia insulada de sua cultura pelo colonizador português, por quê? De seus descendentes que se encontraram e juntos uma família formaram. Será porque...

Do Japão à Cidade de Minas

Em meados da década de 1910, a família fez a sua primeira viagem para a já rebatizada capital de Minas Gerais, local para o qual se mudariam⁴⁴ em definitivo nos idos do decênio seguinte. Na jovem Belo Horizonte, estavam em busca de terras que estavam sendo destinadas a imigrantes – já fazia algum tempo.

no dia de São João – 24 de junho. Aliás, recorda-se ela, inclusive, que as irmãs dele, Maria e Luzia, sempre iam visitá-lo na data, em razão de seu (conjecturável) aniversário. Os tempos eram outros... questões cartoriais e complicações mnemônicas familiares; hoje, para fins legais, o que vale é o que está documentado.

⁴⁴ Poucas vezes Jacintha voltaria para reencontrar os parentes que deixara no Japão – talvez por isso a lembrança acanhada dos (pais) que ficaram sobre ela e/ou acerca dos filhos e netos que tivera. O seu *Tonho Pião* se recorda, vagamente, de Jacintha e de alguns de seus filhos terem visitado a mãe dele em raras oportunidades.

Oswaldo, genro de Luzia, é quem lembra de Vito ter contado que o italiano teria recebido⁴⁵ um terreno do governo para morar, desde que neste empreendesse plantio, encorpando o chamado cinturão verde – o já mais ou menos estruturado anel para abastecimento alimentar. De acordo com Maysa Rodrigues,

a vinda dos imigrantes para Belo Horizonte se deu em função da construção da cidade e, posteriormente, se desenvolveu a implantação da zona colonial. Lembramos três pontos importantes do debate sobre a colonização nesta cidade. O primeiro, que mostrou o planejamento das colônias como um “cinturão verde” para o abastecimento da capital presente no planejamento original da Comissão Construtora da Nova Capital; o segundo, que, para além do abastecimento, indicou a colonização como forma de solução, ainda que parcial para o assentamento de imigrantes e trabalhadores brasileiros que participaram da construção da cidade. E o terceiro que a associou ao projeto de modernização agrária do Estado capitaneado por Belo Horizonte (RODRIGUES, 2009, p.257).

Para tanto, foram criadas colônias agrícolas de imigrantes (não apenas italianos) em Belo Horizonte, a chamada primeira periferia da cidade – em contraponto ao projeto original de Aarão Reis, o engenheiro que desenhou a nova capital mineira. Outro profissional da área, inspetor da Repartição de Terras e Colonização, foi o responsável por articular a instalação de

⁴⁵ A versão encontra fundamentação, mas pode estar um pouco truncada; provavelmente Vito teria mesmo recebido o terreno, vendido e posteriormente recomprado de algum amigo italiano que fizera na capital, posto que, na década de 1920 – quando se mudaram em definitivo para Belo Horizonte, as áreas concedidas em anos anteriores já começavam a ser comercializadas; “os filhos dos imigrantes viram na venda de lotes a possibilidade de ganhar dinheiro com uma região que se valorizava, especialmente após a chegada do serviço de bondes, em 1915” (ARREGUY; RIBEIRO, 2008, p.18).

cinco áreas de produção agropecuária para os estrangeiros – tendo, inclusive, batizado uma delas com o seu nome em 1898. O loteamento se tornara o núcleo colonial que atualmente chamamos de bairro Carlos Prates. Outros centros, de imediato ou *a posteriori*, também receberam as alcunhas de eméritos cidadãos, denominadas então como Adalberto Ferraz, Afonso Pena, Bias Fortes e Américo Werneck (AGUIAR, 2006 *apud* RODRIGUES, 2009).

Ainda que contrariando um dito recorrente entre os *Braichi*, que afirma que Vito teria recebido um terreno na região do povoado de Engenho Nogueira (atualmente um bairro com o mesmo nome), é possível que a família tenha ocupado (inicialmente, pelo menos) uma área na interseção do bairro Caiçara com o Pedro II – este último decorrente da fragmentação do Núcleo Colonial Carlos Prates. Assim, faria mais sentido a afirmação de alguns parentes de que o italiano e sua prole moraram nos arredores do que hoje é o Cemitério da Paz – uma antiga e grande fazenda.

Vale frisar, aliás, que a certidão de nascimento de um dos filhos de Vito, Amâncio, afirma que a criança nasceu na Colônia Carlos Prates, Belo Horizonte, em 02 de setembro de 1913. Além disso, a família teria vindo para a região, talvez, a reboque de um grande fluxo de compatriotas; segundo Arreguy e Ribeiro (2008, p.18), “próximo a 1911, os italianos eram cerca de 60% da população da Colônia Carlos Prates”⁴⁶.

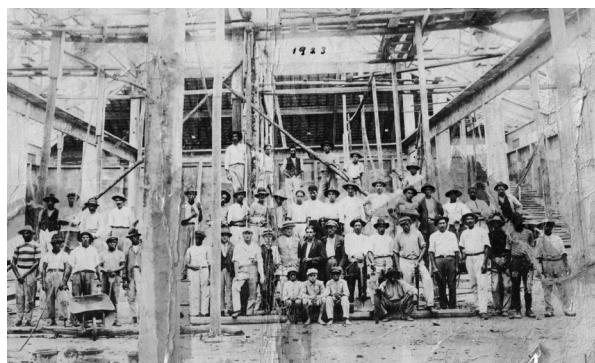
De mais a mais, no entanto, conforme afirma Ribeiro (2011, p. 26), quem passa hoje pelos bairros “Castelo, Ouro

⁴⁶ Não obstante, também localizamos a certidão de nascimento de João Braick, nascido em 1911. No documento, lê-se que a criança nascera no “subúrbio desta cidade, na localidade chamada Barroca, em sua casa”. Isso posto, teria sido essa a primeira região em que a família, então com 4 filhos, residira em Belo Horizonte. Segundo Ribeiro (2011, p.18), aquela “era uma área em que se planejava manter um estilo de vida mais rural, com a manutenção de chácaras e de fazendas. Elas ajudariam, de várias formas, a cidade recém-inaugurada. No entanto, rapidamente, aquela paisagem começou a se transformar, dando origem aos bairros Alto Barroca, Barroca, Calafate, Gameleira [...]”

Preto, Paquetá, Engenho Nogueira e Sarandi⁴⁷ não imagina que a região era uma área rural até a década de 1960 e que, mesmo nas décadas seguintes, podíamos avistar algumas vaquinhas passeando por suas ruas". Nesse sentido, boa parte do entorno da colônia agrícola, quando da chegada de nossos antepassados na capital mineira, era composta por área verde (um cinturão de flora e fauna que cercava o anel agropecuário) que, aos poucos, foi sendo ocupada. Assim, não seria estranha qualquer confusão em relação à alcunha da localidade em que residiram, senão um apontamento mais ou menos aproximado (de uma região, por exemplo) pelos nomes que valiam à época e que hoje trazem alguma contrariedade, dadas as mudanças que ocorreram.

Qualquer que tenha sido precisamente o posto, na nova cidade, apesar de recebido terreno relativamente grande, o pouco conhecimento que Vito tinha só lhe permitiu aproveitar as terras para o desenvolvimento de hortas e a criação de porcos. As contrapartidas advindas da cessão do terreno não garantiam amplo retorno financeiro ao casal com a venda dos produtos agrícolas e pecuários. Assim, o italiano tentava conciliar o tempo dedicado ao campo com algumas pequenas empreitadas como mão de obra para o desenvolvimento urbano da cidade.

Vito Braico e colegas na construção civil em Belo Horizonte



Fonte: Acervo de Maria da Conceição Braichi (Quita)

⁴⁷ Todas localizadas após/atrás do Núcleo Colonial Carlos Prates – a considerar que este formava, inicialmente, o cinturão que cercava o núcleo da cidade projetada.

Fazemos menção, nesse sentido, à foto que o apresenta com colegas na construção de uma caixa d'água na capital mineira em 1923. É a neta Quita, filha de Maria, a detentora do arquivo que guarda com esmero. Segundo ela, a obra localiza-se no bairro Santo André. Em pesquisas, descobri que provavelmente se trata hoje do reservatório de águas tratadas do Distrito Operacional Norte (DTNT) da Copasa – instituição que à época sequer existia.

Podia não ter lá grande habilidade, mas, como se vê, não fugia do serviço. Alguns filhos e netos de Vito lembram-se dele, por vezes até um tanto nervoso, dizendo que não queria ver ninguém parado, que era preciso laborar. Sua inquietação se dava no sentido de ver a família progredir e de que nada faltasse à mesa. A frase repetida “*Domani mattina tutti vão trabalhar*”, em tom imperativo, misturando português e italiano, mandava que os filhos fossem se deitar, a recuperar a energia para que no dia seguinte pegassem no batente. E se alguém lhe contradisse, o sonoro “*caspita!*” vinha imediatamente, por conseguinte.

Vito Braico com os filhos Amâncio e Chico (Belo Horizonte – 1946)



Fonte: Acervo de Daisy Braighi

Jacintha, nesse sentido, compadecida dos esforços do marido, ajudava como podia. Habilidosa na cozinha e conhecedora do processo de fabricação de sabão, tentava vender o que produzia. Doceira de mão cheia, suas compotas eram admiradas em toda a região. O que fazia colocava nos tachos e comercializava nas esquinas. Também não eram poucas as vezes em que era convidada para cozinhar na casa de um e de outro, ganhando uns trocados que muito ajudavam na criação dos filhos. Provavelmente, aliás, Vito tenha ofertado os préstimos advindos dos dotes culinários da esposa àqueles a quem serviços também prestava, ou deles pegava a lavagem que servia aos suínos que criava.

“O vovô Vito plantava umas coisinhas... papai é quem contava”, lembra Adalgisa, filha de Francisco (irmão de Antônio Braighi), que emenda: *“Ele dizia que por muitas vezes acompanhou a mãe, Jacintha, até o centro da cidade, pra tentar vender o que conseguiam colher. Papai ia descalço, tadinho. Lançavam as coisas em cima do cavalinho e iam devagarzinho. Não é à toa que os pés dele eram todos rachados”*, recobra.

E de tanto trabalhar, certo dia Jacintha acabou indo apresentar os seus dons gastronômicos na casa de uma tradicional família belo-horizontina. O casal de doutos era formado pela senhora Maria Luísa Negrão⁴⁸ e pelo deputado federal Jaime Gomes de Sousa Lemos. Imaginem a responsabilidade e, ao mesmo tempo, o que poderia representar agradar aquela casa. Mas ela se saiu bem. Aliás, tão bem que diversas foram as vezes em que ela teve que voltar por ter agradado ao paladar infantil das filhas daquele casal. Afinal, qual é a criança que não gosta de doce?

A questão é que uma daquelas miúdas, que na infância era chamada de Sarinha, anos mais tarde seria conhecida

⁴⁸ Tia dos irmãos Francisco Negrão de Lima (governador do estado da Guanabara de 1965 até 1971) e Otacílio Negrão de Lima (prefeito de Belo Horizonte entre 1947 e 1951).

como a filantropa Sarah Kubitscheck, esposa de um dos mais importantes presidentes da história do Brasil. Tempos depois, então, provavelmente no início da década de 1930, ela ainda se lembraria do sabor dos doces de Jacintha e continuaria a convidá-la para fazer iguarias exclusivas.

Seria a primeira vez que Sarah Kubitscheck participaria (in)diretamente da vida do meu avô⁴⁹. Em qualquer rápida pesquisa, é possível descobrir que se tratava de mulher de grande benignidade, de compaixão, o que se comprovava também em suas atitudes diante a sua cozinheira. Todas as vezes que Jacintha voltava da casa dessa proeminente cidadã mineira, trazia consigo, além do dinheiro referente ao trabalho prestado, comida e algumas mudas de roupas doadas pela patroa. Tudo era investido na criação dos filhos e, a essa altura, até de alguns netos que já começavam a nascer.

A ajuda, no entanto, se dava também no nível emocional, afetivo. A Sra. Sarah não gostava da política de plenário, mas empreendia a essência do conceito em suas atitudes. Jacintha, pelos relatos que obtivemos, quando voltava da casa daquela senhora, trazia bem mais do que a ajuda material, mas o orgulho do reconhecimento, a alma cheia de carinho, e até dicas para gerenciar o relacionamento com o italiano turrão.

Vale aqui fazer um longo parêntese para contar uma curiosa história. A liberdade aos poucos criada, ainda que condicionada ao respeito que a esposa do italiano tinha por aquela senhora e à distância dos préstimos profissionais, permitia que certo carinho fosse instituído de forma recíproca; afeto que se estendia à netinha, Ana Matilde (mais conhecida como Filhinha), sempre a tiracolo aonde a avó ia. A mãe da menininha, Maria José Braighi, teve uma relação difícil com o marido e passou por muitas dificuldades, inclusive de ordem financeira. Teve que trabalhar fora (e mesmo não querendo

⁴⁹ Posto que, na década de 1930, Antônio Braighi ainda era uma criança, certamente se valeu muito da ajuda material que a Sra. Sarah destinou a Jacintha.

deixar a pequena naquele lar), contava com o apoio de Jacintha – que, talvez por ser arguida acerca da presença da menina pela Dona Sarah em sua casa, tenha lhe contado a história da família.

E, nessas conversas, quem sabe uma brincadeira em meio aos afagos com a criança não tenha se tornado realidade? Como todos nós fazemos ao vermos uma criança bela e dócil, fico imaginando aquela senhora a dizer: “*Não quer dar essa menina pra mim não, Jacintha?*” E, assim, quase ocorreu.

Uma curiosidade sobre o relacionamento de Sarah com Juscelino Kubitscheck, que não é nenhuma novidade, é que o casal levou mais de uma década até conseguir gerar a primeira filha (Márcia, em 1943) – em tempos que os rebentos nasciam não muito tempo depois do casamento. Também se sabe que eles adotaram uma menina (Maria Estela), anos mais tarde (em 1947). O que as biografias (provavelmente – e até agora) não contam é que, como se vê, a primeira neta de Jacintha quase foi adotada por aquele par, em razão da convivência que tiveram de meados da década de 1930 até 1941.

Em uma conversa que tivemos, Filhinha se recorda com muito carinho da avó, que amava por demais. Para ela, a relação de Sarah e Jacintha era de grande e mútuo carinho. Como gratidão por tudo que aquela doce senhora fazia, a esposa de Vito a recompensava como podia; não foram poucas as vezes em que esta levou flores, plantas – até uma samambaia – para a casa de JK.

Já Filhinha lembra-se da esposa de Kubitscheck sempre a lhe fazer afagos. De Juscelino, recorda-se das oportunidades em que ele se sentava com ela para descascar e juntos comerem frutas. Eram dias sempre muito agradáveis, rememora Filhinha que, em muitas ocasiões, até dormiu na residência do casal. Ela se recorda e me confessa: “*Ele (JK) pedia para eu fazer companhia para a Dona Sarah, para eu cuidar bem dela, e lá eu ficava... eles eram muito bons comigo!*”

A relação entre eles, no entanto, começou a diminuir em 1941. Ana Matilde passou a visitar menos o casal depois do nascimento de Edgar, um irmãozinho que chegara. Com apenas 12 anos, passou a ter uma responsabilidade – era, ali, uma criança cuidando de outra. Porém, Filhinha não se importava e até gostava. Sentia-se importante e que, de fato, tinha deveres para com a família – numa maturidade infantil respeitável.

Dona Sarah, contudo, perguntava muito a Jacintha sobre a neta que sumira e teria, enfim, falado de forma mais séria com a cozinheira que queria adotar a garota. Filhinha se recorda então da conversa que tivera, pela última vez, com aquela senhora:

“Então, você quer ficar com a gente ou não?” – teria dito a esposa de JK.

“Eu queria ficar com vocês pra sempre... mas eu tenho que cuidar do meu irmão...”, respondeu Ana Matilde.

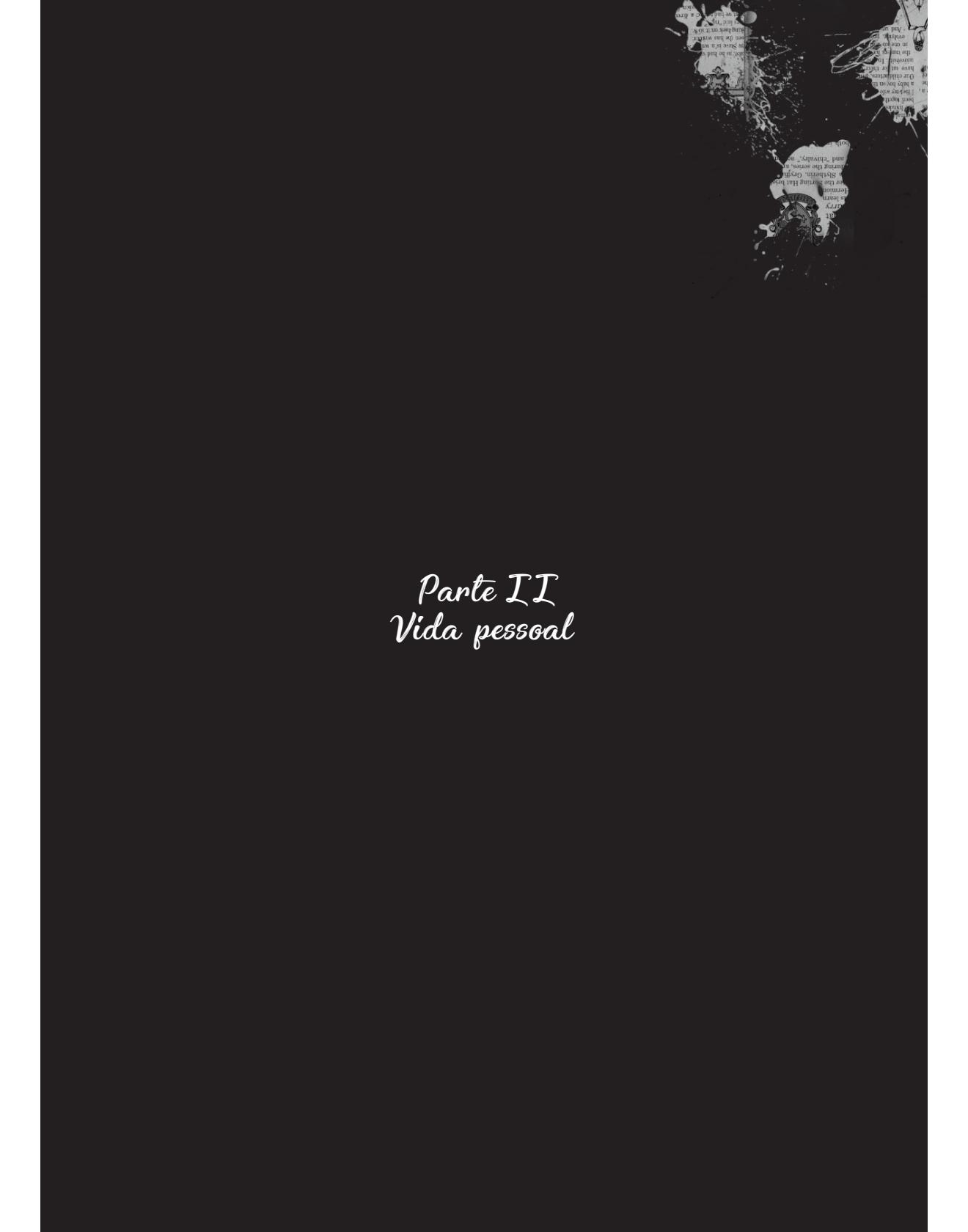
A esta altura, em 1941, Jacintha já estava doente e, também por isso, a relação com aquela família foi aos poucos se contendo. No entanto, são inegáveis os préstimos, de toda ordem, que concederam aos Braichi e, por isso, aqui não poderiam deixar de figurar.

Com muito trabalho, dedicação e amparo advindo de quem a mão estendeu, Vito e Jacintha driblaram os desafios e com muito carinho criaram os filhos na capital mineira. Pouco, ou quase nada, deixaram de bens materiais aos herdeiros, mas ensinaram, com toda certeza, que o esforço e o amor são os carros-chefes para uma vida que valha a pena, da qual se orgulhassem. Esses valores advêm da palavra e do exemplo que, por sua vez, foram influenciados por antepassados que, cada qual com a sua particularidade, outrora também instruíram.

* *

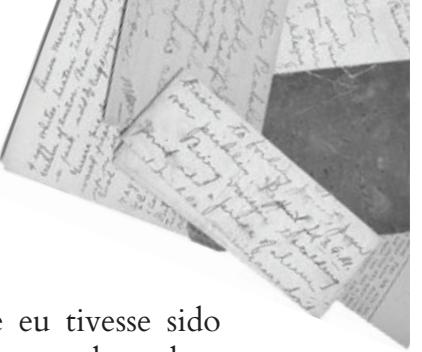
*

Jacintha e Vito – bem como o conjunto de personagens do passado da família de Antônio Braighi, que nessa primeira seção do livro apareceram com certo protagonismo, ainda terão passagens retomadas nos próximos capítulos. O pouco, infelizmente, que conseguimos levantar, dado o tempo em que essa pesquisa foi realizada – muitos anos depois de toda história contada até aqui –, é, contudo, um pequeno recorte que, de alguma forma, sinaliza a gratidão que meu avô teve por eles e, ainda que eu não tenha logrado tanto êxito nessa empreitada, representa, por conseguinte, também uma forma de homenageá-los.



Parte II

Vida pessoal



Infância e juventude

Gosto de pensar, como teria sido, se eu tivesse sido amigo de infância do meu avô. Diria melhor: gosto de sonhar. Em devaneios corriqueiros e recorrentes, me perco daqui e encontro com ele lá, num lugar qualquer de matos verdes. Sim, plural, e não é grama – apenas – não, é a equação de um campo denso com capão e capoeira, bosque e brenha, mata serrada, entrecortada apenas pela trilha dos cavalos.

Não, não eram muitos. Era só um par de animais que dividíamos e junto cuidávamos. Azulão, era o maior. Imaginávamos ser um alazão – mas só no nome se aproximava. *Equinos vira-latas*, cavalos de roça, polivalentes, brutos, mas amigos. Subíamos no lombo dos bichos e nos colocávamos a rodar. Do alto do morro se avistava a cidade que já começava a ser construída. Doutro lado, um horizonte mais belo da capital, pacato, que pensávamos que jamais ia mudar.

Desligo-me da divagação. Meus olhos estiveram sempre abertos nessa súbita viagem. Enfim consigo ver o que minhas vistas fitavam há pouco: a cinza Avenida Cristiano Machado, movimentada, que muda de cor apenas quando as viaturas passam, apressadas, com o giroflex vermelho a piscar. Onde está o verde? Imaginem a ironia em contradição: esta é a chamada “Linha Verde” da capital das Minas Gerais.

Que bom que o meu avô não está aqui para ver isso. Talvez ele desse gargalhadas diante do paradoxo para, não sem motivos, esconder a frustração que de fato sentiria. Não que não fosse homem progressista, mas talvez uma de suas qualidades tenha sido a defesa da sustentabilidade ambiental – quando o neologismo nem existia, mas sim os valores relacionados. Melhor ainda que ele pôde aproveitar a Belo Horizonte de outrora e, o que me consola, com amigos ao lado.

Como era o caçula de Jacintha, acabou por estabelecer laços de amizade mais profícuos com os sobrinhos, veja só! Os filhos e as filhas de Maria, a irmã mais velha de Antônio, lhe serviram de calorosa companhia. Observação à parte, como eu gostaria de ter sido um desses sobrinhos, o Jair. Era, com todo o respeito aos demais, o melhor amigo de infância de meu avô – uma parceria que estendera por anos a fio.

Era com Jair que o meu avô escovava o pelo duro e negro de Azulão – fosse esse ou não o nome do cavalo, de fato emprestado. Foi com ele que tardes se encerravam em meio às conversas sobre os assuntos dos mais diversos ainda que o sol, invejoso, fizesse preguiça para não os abandonar. Foram os dois que juntos desbravaram as campinas de um perímetro que incluía até – o que hoje, acreditem, é – o Cemitério da Paz (como já colocado nas páginas anteriores), antes tão somente uma grande área verde.

Nadar era outra atividade da qual os dois não se furtavam. Gostavam muito de água, seja do rio, dos riachos, da chuva. Foliavam até nas poças formadas nas ruas mal edificadas da Beagá de antigamente. Prazer que se estendeu por longos anos. Zé Augusto, filho de Jair, me conta, às gargalhadas, das aventuras da dupla no Rio Betim. Ele, que pôde acompanhar um pouco da trajetória do pai ao lado do amigo (mais do que isso, como me lembra, do irmão), recorda dos banhos e das brincadeiras ao pé das pedras frias de um lugar muito conhecido pelos veteranos da cidade homônima, carinhosamente chamado de Cachoeirinha⁵⁰.

Foi lá que ele ouviu o pai contar sobre outra peripécia que, desta feita, deu n'água – literalmente. “Você se lembra, Antônio, quando a gente caiu de moto na Lagoa da Pampulha⁵¹?”.

⁵⁰ Muito próximo à empresa Metalsider e à antiga Safran (área hoje utilizada pela Prefeitura de Betim).

⁵¹ E não pense o leitor que foi por isso que JK entrou mais uma vez na vida de meu avô, conforme expectativa de narrativa apresentada anteriormente.

Atônito, Zé Augusto quis saber mais. Os dois, tentando provavelmente impressionar as meninas que por aquele posto passeavam, tomaram o veículo e se colocaram a rodar. A questão é que equilíbrio e experiência com a motocicleta não era o forte deles. Uma vez que a atenção também não seguia na pista, o restante o leitor já imagina.

Antônio Braighi e o amigo Jair em passeio à Lagoa da Pampulha



Fonte: Acervo de Maria Tereza – filha de Jair

Era, sem rodeios, uma dupla que aprontava de tudo um pouco. E, quando pequenos, davam ainda mais trabalho quando se uniam a outras crianças. Quita, irmã de Jair, era da trupe e lembra com carinho de quem, segundo me contou, mais implicou com ela em toda a vida: “*O seu avô! Ele era muito levado!*” Ainda que, finalmente, eu tenha compreendido de quem eu puxei o comportamento arteiro na infância, indaguei que, em detrimento dos meus sonhos, nossa junta não daria mesmo certo: o caos seria completo.

Antônio Braighi e amigos/vizinhos em um passeio ao Parque Municipal de Belo Horizonte



Fonte: Acervo de Quita Braichi

“Imagine que um dia a minha avó [Jacintha] estava fazendo sabão e eu, boba, acreditei no que o Tio Antônio⁵² disse. Ele falou para eu colocar a mão no caldo que escorria daquela pequena produção, pois era doce. Eu fiquei doida, né? Enfiei a mão para comer...”

Seguiu o silêncio e a testa franzida de Quita, de quem ainda sentia a dor de pôr a mão em água quente. Não sei o que, por empatia, me doeu mais: o sofrimento da pequena ou o coro que meu avô certamente levou em seguida. Padeceram os dois em lágrimas, enquanto os outros assistiam calados – com medo de que lhes sobrasse algo. A avó fez promessa para a neta se curar, tomando-lhe as dores. Nada contraditorialmente, a um santo chamado Antônio, o de Roças Grandes, fora passada a incumbência de cuidar da pequena.

A devoção ao santo se traduzia também nas festas juninas, que a família sempre gostou de organizar. Naqueles idos, Antônio aprenderia a pular fogueira – e a colocar bombinhas

⁵² Apesar da convivência e da pouca diferença de idade entre eles, Quita sempre chamou meu avô de Tio Antônio.

embaixo das cadeiras dos irmãos – hábito brincalhão que manteria ao longo da vida, repetindo sempre as mesmas artes de criança nessas festas, mesmo quando mais velho.

Na infância, meu avô não era nenhum santo, como se vê. Como toda criança, teve alcunhas que foram dadas num tempo em que o *bullying* “não existia”. Um dos apelidos mais distintos era Birro. Pra quem conhece pouco da fauna aviária, trata-se do pica-pau-branco, pássaro de piado curto e cabeça branca. Me lembra dos assobios de meu avô e da cabeleira branca que portava. Todavia, nada contraditoriamente à ave que atinge os 29 centímetros, ganhara tal alcunha ainda jovem, por ser o mais baixinho da família⁵³. Era, como se sabe, o caçula entre os filhos de Vito. Talvez, também por isso, tenha ganhado o apelido.

Nascido em 1927, fora batizado por um dos irmãos mais velhos, o Zeca. Encontrei o nome do padrinho, junto a Anna Caldeira como madrinha, no registro do sacramento no livro que se mantém bem cuidado no arquivo eclesiástico da arquidiocese de Belo Horizonte.

Registro de batismo de Antônio Braighi

Antônio		O Vigário, Igreja	A 1º de janeiro de mil novecentos vinte e oito	Aos 15 de outubro de mil novecentos vinte e oito na paróquia de São Bento na paróquia de São Bento Diocese de Belo Horizonte
(*) N. ^o	8	(*) n.	(*) baptizo	do Reino de Deus pelo sacerdote de Belo Horizonte
(*) Filiación	1.	o Revdo. Vig. Mons. José Cândido Braga	(*) batizado	Padre Wando de Oliveira
(*) Nacionalidade dos pais		solememente a m. Cândido nascido (1) de setembro	(*) batizado	Wando de Oliveira
Sexo masculino		atualmente de novevinte e	de mil novecentos vinte e oito	de — anos de idade, filho
Lugar do bapt.		filho Registmo de Vitor Braighi e Sra. Juventina Maria da Cunha		
Data da 1. ^a comm.		filho natural de		
Data da confir.		residentes em sua freguesia		
		ella natural de		
		residentes em sua freguesia		
		Diocese de		
		(*) casados na igreja de		
		Foram padrinhos José Braighi e Sra Anna Caldeira		
		O Vigário, Igreja: José Lúcio da Gama Júnior		

Fonte: Arquivo Arquidiocesano de Belo Horizonte

O ano de vinda ao mundo de Antônio Braighi coincide com o início das atividades das emissoras de rádio em Belo Horizonte; invariavelmente, só depois de algum tempo o aparelho passou a figurar na estante velha da casa simples dos *Braichi*. Fecho os olhos, no entanto, e tento pensar nas noites caladas

⁵³ Com o passar do tempo, ganharia outros apelidos: “Pestana Branca”, por causa da sobrancelha que insistia em ficar naquele matiz; e “Cuíca” por causa dos assobios que, desafinados, por vezes lembravam o instrumento musical; entre outros.

daquela família. Imagino que, antes de dormir, o cair das tardes seria marcado pela voz encorpada de Vicente Celestino (cantor e compositor da já citada *Mia Gioconda*), a atravessar a sala e encontrar pai e filho olhando para o nada, do lado de fora da casa.

Alegria pequena de quem ficava distante do pai o dia inteiro, permanecendo em silêncio lado a lado, ao som de tenor da reconhecida *voz orgulho do Brasil*. Ainda que *Coração Materno* tenha feito mais sucesso nos idos de 1937 (Antônio estava então com 10 anos), me vem à mente *Patativa*, a canção ao pássaro chorão, como signo do cantor e dos ouvintes. Certamente a sensibilidade aflorada e lacrimejante de meu avô fora herdada pelo exemplo (ou talvez transferida geneticamente), sendo sempre afirmada pelas memórias sensíveis, atiçadas por qualquer coisa que as valesse – imagine por composição e interpretação tão comovente como essa canção.

As recordações do velho continente, da família que lá deixara, estimulavam Vito em lampejos simbólicos. Ao som de Vicente Celestino, então, o choro não se continha, em lágrima que rolava bruta, grossa, como quem não quer ceder, mas espreme e jorra o sumo das reminiscências mais distantes. Ao lado, o filho aprende, sem saber, o que é empatia. Olha e sente. Viaja no olhar, atravessa o oceano e se perde no campo dos possíveis. Mas não há resposta. Silêncio. Do canto esquerdo do olho direito rola a primeira lágrima. Desta vez, não fora a mãe que nele batera, por qualquer travessura que houvesse feito; foi o pai, sem a mão ter levantado e sem sequer ter olhado para ele.

A cena cativante, porém, cessa com um mosquito⁵⁴ do mato que, zombeteiro, cruza o ouvido como uma flecha. Artigo

⁵⁴ As moscas e os mosquitos sempre incomodaram o meu avô. Em casa, todos nós nos recordamos dele a “brincar” de pique-pega com tais insetos. Portava uma pequena raquete (não sei se esse é o nome mais apropriado) de plástico (ainda não haviam as elétricas na década de 1990) e andava pelos cômodos a matar os invasores indesejados. Lembro-me que, por vezes, chegava à residência dele e ficava parado, apenas a observar aquela cena – que era muito engraçada. A cada acerto, a comemoração. Para cada erro, um palavrão. Ao final da caçada, olhava pra mim, me mostrava o apetrecho com o resultado da empreitada e dizia: “*Black Fly! Mô-rreu!*”

indefinido, pois o afamado inseto não estava só; era o líder de um coletivo ruidoso que passaria a incomodar o par e a toda a família. A cena era recorrente, repetida a cada crepúsculo, mas Antônio ainda não tinha se dado conta disso. Entre um tapa e outro para tentar espantar a trupe que começava a chegar, reparou que o pai nada fazia. Aliás, daquele lado do banco os voadores pouco iam. Resolve então interpelar, com a curiosidade obstinada de criança, mesmo que ainda com os olhos marejados:

“Pai, por que os mosquitos não te picam?”

O italiano nada diz. Uma secada nas lágrimas com a manga esquerda da camisa encardida, seguido de um longo trago no cigarro. A fumaça sai densa, contínua, radial, abrindo o ângulo na medida em que a boca de Vito alargava. Efeito efêmero, bem verdade; mas, numa implicação “quase-citronela”, o grupo dispersava. Meu avô, então, resolveu fazer o mesmo e também passou a fumar.

Mas não foi nessa oportunidade, por esse motivo, que Antônio começou a pitar – tal condição só era mais um estímulo para o trago. Infelizmente a relação com o tabaco começara com ele muito jovem, pois o pai dizia, vejam só, que o fumo era bom para curar as dores de dente que as crianças sentiam. Mais um motivo para tragar.

Antônio aprendeu cedo a fumar, ainda criança, e só viria a parar com a doença que o vitimou. Mas, daqueles tempos, não foi apenas o cigarro que levou como marca para a vida. De pequeno, aliás, começou a ganhar maturidade. Na brincadeira, por exemplo, instruiu-se num ofício. Dos carrinhos que produzia para si, reconheceu potencial que, poucos anos mais tarde, aplicaria para construir os divertimentos de outras crianças. Esse, inclusive, seria o seu primeiro trabalho, o que lhe daria os iniciais vencimentos, ainda adolescente.

Em relação aos estudos, infelizmente, só concluiu a quarta série, o que parecia muito para uma família simples, de

pais que sequer tiveram tal instrução. Afinal, o importante, na concepção questionável daquele núcleo, era o trabalho – e a formação a vida dava. Valor que o meu avô não comungaria no futuro. Quantas vezes ele não nos incentivou a nos mantermos firmes na academia. Foram muitas! Uma pena ele não ter visto os netos se graduando.

Estudou na, à época acanhada, Escola Estadual Tomás Brandão, baluarte da praça do bairro Bom Jesus, em Belo Horizonte. Fizera o *test limiar* – uma espécie de prova de nivelamento pré-matrícula, em fevereiro de 1936, então com 8 anos. O primeiro ciclo não foi dos melhores e, muito em função das constantes ausências, ele repetiu a primeira série. Tendo a língua pátria (Português) e a aritmética (Matemática) como disciplinas do currículo formal, Antônio alcançara tão somente 3 pontos dos 20 possíveis.

Esforçara-se no ano seguinte – naquele mesmo 1937 em que aprendera a fumar – e conquistou a primeira promoção acadêmica. Em 1938, todavia, iria conhecer a professora Edite Soares. Pouco se sabe sobre tal mestre, além dos registros que a Escola Estadual Tomás Brandão conserva com muito zelo, apesar de certa limitação infraestrutural. Com essa docente, Antônio Braighi passaria ainda por mais duas reprovações.

É curioso observar que, à época, mesmo que as escolas demonstrassem, ainda que de modo bem rudimentar, uma preocupação em registrar os motivos que levavam à repetência dos discentes, faziam-no por vezes sem qualquer pudor. Não se questionava, então, dizer que o aluno “tomou bomba” por ser “vadio”. É claro que tal palavra, naquele contexto, talvez tivesse força de sentido diferente da que tem hoje. Mas é possível ver, nos cadernos de notas expressões, como “ausência completa de inteligência”, “é anormal”, “fraco em tudo” e até “cheio de vontades” como justificativa para as reprovações.

Quadro de Notas da professora Edite Soares

Nome dos alunos	Motivo provável	Progr. Edite			Tipo da cl.
		2º	pi	cen	
Agenor Ferreira de Souza	Não fala bem	40,5	52,5	31	
Antônio Braighi	Não fala muito	37,5	22	15,5	
Antônio Miniz	Não fala	36,5	24	19	
Idelino da Costa Lima	Não fala	43	51	24	
Mesiotileira do haximete	Não fala	42,5	58	32,5	
Irgemiro Braz	Não fala e frequente	26,5	12,5	20	
Daniel dos Santos	Não fala	29,5	40	27	
Faustino Pinto de Queiroz	Chreio de vontades	29	29	19,5	
Godofredo Alves Diniz	Não fala	30,5	44	24	
Fernando Vitor do haximete	Não fala	46	60	28,5	
José Batista	Não fala	27	25	20	

Fonte: Acervo da Escola Tomás Brandão – Belo Horizonte – MG

Nessa conjuntura, o fato de a professora Edite Soares ter reprovado o meu avô alegando que ele “falava muito”, não parece ter sido tão ruim. Aliás, se ela soubesse que a eloquência quantitativa dele naqueles idos representaria a qualidade de discurso quando mais velho, teria requerido os louros do sucesso de Antônio Braighi com a verbalização da língua portuguesa, uma vez que foi tão exigente com ele nesta matéria⁵⁵. Fato é que as reprovações cessaram em 1939; dali em diante passaria

⁵⁵ A tal respeito, queria eu, aqui, fazer uma inserção de texto maior. Convido o leitor, no entanto, a (re)ver o texto “Gosto de Dizer”, de autoria de um dos heterônimos de Fernando Pessoa, Bernardo Soares. Quem conheceu Antônio Braighi sabe o que quero expressar – e quem continuar a ler, melhor compreenderá. Ele gostava de dizer. Direi melhor, gostava de palavrar. A língua portuguesa era sua nação e se via tal patriotismo na oratória singular e no jogo semântico que empreendia enquanto agenciava sentidos dos mais diversos a prender nossa atenção e a nos cativar.

direto até ao quarto ano, findando seus⁵⁶ estudos em 1942 (então com 15 anos).

Os tempos eram outros. Os estudos não tinham tanta importância quanto o trabalho. Mas certamente Jacintha viu e seguramente se orgulhou do filho que marcava, ainda que no completar de um dos mais primários graus de ensino, um avanço importante em uma casa em que os pais não estudaram. Esta, talvez, tenha sido a última alegria dela.

Àquela altura, minha bisavó já apresentada os sinais de uma moléstia que, não muito depois, viria a vitimá-la. O processo, no entanto, foi muito doloroso, uma vez que, naqueles tempos, a medicina não apresentava os mesmos avanços de hoje e a precariedade de diagnósticos e prognósticos não condicionava um tratamento adequado.

O pai (grego) da medicina, Hipócrates, já falava da doença (que Jacintha contraíra) há mais de 2.300 anos. A fisionomia delgada – anteriormente apresentada na foto que talvez seja o único registro que ainda tenhamos dela – demonstra o que talvez um câncer a tenha causado. No entanto, na verdade, a *causa mortis*, assinada em atestado de óbito pelo Doutor Magalhães, fora a “caquexia”.

Segundo a nutricionista Manuela Pacheco Silva (2006, p.62), trata-se de um problema complexo e que pode ser causado por diversos fatores. A doença é “caracterizada por um intenso consumo generalizado dos tecidos corporais, muscular e adiposo, com uma perda progressiva e involuntária de peso, anemia, astenia [perda de força]”, entre outras particularidades.

⁵⁶ Meu avô voltaria aos bancos escolares muitos anos mais tarde. Julgo, aliás, por um amor paterno incrível e inquestionável. Houve uma fase de estudos em que Carlinhos, um dos filhos, não estava a ir muito bem – a transição da atual 4^a para 5^a série. Sem saber o que fazer para ajudar, Antônio Braighi tomou uma medida muito interessante: matriculou-se no mesmo curso que o filho (a chamada admissão) e, juntos, literalmente lado a lado, estudaram por um bom tempo na mesma sala. O exemplo do pai ali certamente fora uma inspiração para meu tio que, reconhecidamente, sempre foi um homem de grande dedicação (a tudo o que fez em sua vida) e muito inteligente.

A causa nem sempre é o câncer, mas “mais da metade de todos os pacientes com câncer apresentam” caquexia; aliás, um em cada cinco enfermos não morre em razão direta dos tumores, mas sim em função da debilidade trazida pela caquexia, o que, certamente e infelizmente, aconteceu com Jacintha.

No entanto, não consigo deixar de pensar no processo, na extenuação física gradual e angustiante, pelo qual minha bisavó passou e Antônio Braighi acompanhou. Imagine: um menino, vendo a própria mãe, uma mulher que sempre se mostrou forte, destacada, empoderada, comandantedora financeira do lar, diante de enfermidade tão imponderada, vinda do nada. Tinha 15 anos e já se deparava com a perda iminente da mãe.

Eu, que não sou da área de ciências biológicas, tomei um susto ao ler o que a nutricionista Manuela descreve como consequência da dinâmica da enfermidade. A caquexia pode dar [...] “origem a uma deterioração da imagem corporal do enfermo, o que faz com que o mesmo se isole em seu domicílio, com consequentemente perda de autoestima” (SILVA, 2006, p. 62). O assombro, corrijo, não vem com o que se entende das palavras frias em artigo científico – é preciso olhos abertos para ler – mas do que se imagina, da narrativa que se reconstrói, no cerrar de pálpebras que manda o olhar para 1943.

Deve ter sido um ano difícil para toda a família, principalmente para a tia Luzia, que fora destacada para cuidar da mãe diante do avançar da doença. A tautologia é inevitável: zelo, atenção, esmero, vigília e dedicação. Foi com esses guias que a irmã de Antônio cuidou de minha bisavó. É o pouco que sabemos, posto que escassa informação saía, por medo ou vergonha, ainda que o respeito seja a principal resposta, do quarto em que Jacintha se mantinha.

Ao contrário, porém, do que a área médica diz, gosto de imaginar que Jacintha suportou, se manteve firme, ativa, na rua, na lida, até quando pôde, até o último estímulo cataguás

lhe manter os pés no chão, até que a vontade de ver os filhos – sobretudo o caçula (meu avô) – bem, encaminhados, sadios e seguros, condicionasse a presença dela entre os seus, até que não houvesse mais doces a fazer, raízes a bater, instruções a dar, até à última possível implicância com o marido, até que não houvesse mesmo mais jeito e, aí sim, ela se deitasse, para não mais se levantar – até descansar, aos 65 anos, em outubro de 1943.

Apetece-me imaginá-la como a foto restaurada e menos a original; um sorriso monalísico, indecifrável, cínica frente à moléstia que insistia em definhá-la e ela a desafiá-la, mantendo-se de pé. Um vestido branco, velho, simples, encardido pelo tempo, cheio de histórias pra contar; por onde andou? Cabelo pintado quase por igual – dado o lado direito ser mais, muito mais, branco, uma de suas particularidades fisionômicas (que, inclusive, meu avô herdaria, vejam só). Uma flor branca à orelha direita, não para disfarçar, mas para destacar. Registro posado, único, raro. O olhar pequeno, escondido nas fanas maçãs de rosto, a olhar não para quem batera a foto, mas a quem estava aos ombros do fotógrafo – e me faz bem pensar que era o meu avô que ali estava.

Tempos depois, essa foto chegaria a ele. Uma lembrança boa, suave, um estímulo; um santinho exclusivo de uma mulher santa para ele. Ela se foi, mas a história dele havia de continuar. Ficaram os ensinamentos. Carlinhos, sobrinho de meu avô por parte da esposa Vanda, certa vez perguntou ao tio como e quando teria se tornado homem filantropo, da caridade. A resposta, conforme me contou, veio de imediato:

“Foi minha mãe que me ensinou a ser assim. Às vezes não tínhamos nada em casa e o pouquinho que ainda nos restava ela partilhava com os vizinhos”.

Mas Antônio Braighi pouco falaria da mãe ao longo de sua vida, como quem tenta esconder num cantinho escuro da memória aquilo que lhe aflige. Numa outra das oportunidades em que se recordou de Jacinta, o fez em razão do afeto

desencadeado por um instrumento não apenas musical, mas de resgate da cissura do acontecimento. Gabriel, um dos netos, conta: “*Com meus 13 anos aproximadamente, comecei aprender a tocar violão. Ao me ver tocar, ele contou que, quando pequeno, não sei ao certo com quantos anos, gostava de tocar violão para que sua mãe cantasse. Quando ela faleceu, ele disse nunca mais ter pego no instrumento*”.

Não obstante, o menino tem que ser forte! Na ausência da mãe, tinha as irmãs que dele podiam cuidar. Maria foi a substituta imediata, mas ainda passaria pela casa de Luzia. Todavia, já crescido, relativamente estudado, tinha que trabalhar para também ajudar a família. Dos brinquedos, que nunca largou mão profissionalmente, começou a enveredar-se para os ramos da vidraçaria⁵⁷, onde encontrou empregos e renda. Ali já começava a mostrar sua polivalência.

Não fazia mágica com as mãos. A arte no ofício vinha com uma de suas outras características de ocupação: a paciência. Aliás, a perspicácia e o sucesso que atingia com o que pretendia advinha de nunca desistir. Aprendia fácil e, na hora de aplicar, insistia, resistia a cessar e, hora menos hora, conseguia o que queria!

João Braichi, um dos filhos de Luzia que sempre guardou a companhia de meu avô, afirmou certa feita a mim: “*Ele tinha facilidade pra fazer qualquer coisa; qualquer coisa que ele pegava pra fazer ele fazia. Ele tinha uma capacidade de raciocínio que era uma coisa impressionante*”.

No lá e cá de madeira e areia de sílica, aos poucos então começou a enveredar-se para outros ramos e atuação. Três

⁵⁷ Uma recordação material, quase psicométrica, me fez sentir mais próximo de meu avô quando fui visitar a casa de Tia Geralda, cunhada de meu avô. Adalgisa, uma das filhas dela, me chama para ver “uma coisa”. Tratava-se de quadro, muito bem emoldurado, com uma figura do Cristo. “*Foi o seu avô quem fez, há muitos anos, quando ainda trabalhava com vidraçaria. Lá também ele fazia molduras. E, observe, o cômodo todo aqui pegou cupim... menos este quadro... tamanho o cuidado do seu avô e a qualidade do material que ele usou*”.

anos se passaram nesse ínterim até que o irmão Amâncio o convidou para trabalhar como *chauffeur* – uma vez que, àquela altura, meu avô já completara a maioridade. Falamos dos meses iniciais de 1946, provavelmente⁵⁸.

De um lado, havia a paixão de Antônio pelos carros, quem sabe até mais pelos motores, pela mecânica, talvez até um tanto pela velocidade. De outro, certa facilidade e a oportunidade, uma vez que alguns dos irmãos mais velhos já estavam na praça com tal ofício – donos, inclusive, dos próprios veículos que utilizavam. Não deu outra: meu avô virou – o que hoje chamamos de – taxista.

Mas, vejam, havia certo charme na profissão, aquém das apropriações do citado termo (anglo)saxão. Táxi vem do alemão *Taxameter*, aquele aparelho utilizado para calcular distâncias e valores (taxas) correspondentes – instalado, observem, inicialmente em veículos com tração animal. Ao contrário, andar com um *chauffeur* representava um acontecimento, um momento particular e exclusivo dentro da rotina comum da cidade – que devia, evidentemente, ser pago. No entanto, a preocupação com os investimentos vinha depois do desejo pela experiência, dada a sua particularidade – que estava para além de um simples meio de transporte. Enfim, queria eu ter a mesma sensibilidade de Câmara-Cascudo para tentar explicar o que era essa profissão – e como ela se relaciona com características marcantes de Antônio Braighi. Talvez por tê-la vivenciado, disse o célebre professor, em recortes propositalmente feitos por mim, que:

excelentes no trato social, a “classe” possui, como todas as classes humanas, os tipos variados de temperamento, inteligência e maneiras. Apenas muita gente não percebe que o Chauffeur é o

⁵⁸ Ivo, sobrinho de Antônio Braighi, relata que Zeca (um dos irmãos de meu avô) ajudou nessa mesma época. Proprietário que era de um Chevrolet, colocara o caçula para dirigir em Belo Horizonte utilizando seu veículo.

mais vivo e poderoso elemento de aproximação, vencedor normal e modesto das distâncias interurbanas na simplicidade das horas cotidianas [...] Seu santo é São Cristóvão que transportou Jesus Cristo. O Chauffeur transporta os filhos de Adão na diuturnidade de seus problemas, sonhos e esperanças. Vence, na limitação da Cidade, o tempo e o espaço. Nas praças silenciosas, a noite inteira, velam, esperando o momento de servir. São uma espécie de Pronto Socorro, de vigilância prestante, de colaboradores anônimos. [...] Para a vibração das nossas horas atuais é o automóvel o símbolo mais próximo da comunicação e da mobilidade. O Chauffeur, que até 1900, em Paris, queria apenas dizer o Foguista, passou a ser Piloto do Automóvel, porque o “motorista” é aquele que cuida do motor e não o que dirige. É um dos servidores mais imediatos, uma das articulações mais instantâneas entre os interesses e necessidades da hora comum. Oswaldo Spengler dizia que estávamos no Século do Chauffeur. Não é possível dispensarmos-nos de sua colaboração. Daí a importância diária e natural, inteira e real do Chauffeur, seu papel na missão moderna e a exigência de compreendermos que não está ali apenas um homem com a mão no volante, mas uma criatura humana cumprindo encargo indispensável e urgente para conservação do nível técnico de nossa vida atual. Naturalmente, Sua Excelência o Chauffeur, na sua missão social de aproximador, de rápido professor de viajantes e curiosos, tem os deveres de sua função, a cortesia, a polidez do trato, a higiene do traje e do vocabulário, sabendo que está não apenas ganhando a vida, mas servindo sua cidade e ajudando o futuro de todo aquele aglomerado de casario e criaturas (Câmara-CASCUDO, s/p, 1959).

Antônio, demonstrando habilidade no volante,
em uma viagem a Minas Novas – MG (1957)



Fonte: Acervo de Daisy Braighi

Certamente nessa profissão⁵⁹, Antônio Braighi tenha aprendido bastante, além de muito bem dirigir⁶⁰ – uma de suas qualidades, sobre cortesia, comunicação, profissionalismo e a (sempre estar à disposição para) servir. Imagino a fala mansa, educada, sacando gentilezas adequadas a cada passageiro,

⁵⁹ A qual exercera entre 1946-1950 e depois entre 1956-1958.

⁶⁰ Lembro de, em tantas oportunidades, estar ao lado dele no carrinho do qual muito gostava. A velha Volkswagen-Brasília era dominada por ele. Ele a tinha, em todos os sentidos, em suas mãos, firme, ainda que o automóvel demonstrasse qualquer descompasso em razão da idade. Não admitia, porém, vacilações no trânsito. Apesar de ser um homem muito bom, vez ou outra abria o vidro para xingar motoristas que faziam barbeiragens e geravam situações arriscadas nas vias pelas quais passavam. Impublicável é um de seus palavrões favoritos (fiquem, os que nunca ouviram, na curiosidade), sempre acompanhado da mão espalmada, que, rígida, seguia afinada o verbo no imperativo – mandando o outro ir a um lugar bem desagradável. Voltava a sua atenção logo depois para a direção e, vez ou outra, deixava escapar um sorriso de quem sabia que tinha aprontado (ou, no mínimo, de quem não guardava mágoas do companheiro de trânsito); o conjecturável nervosismo morria no ato.

anedotas pontuais quando cabiam e histórias para entreter quase sempre sendo amalgamadas em um roteiro que meu avô escrevia mentalmente em cada nova viagem que fazia.

Foram 4 anos seguidos a pilotar pelas ruas de uma Belo Horizonte muito diferente da que se tem hoje. O passo era lento nas alamedas, proporcional à força do velocímetro dos chevroletes (difícil esse plural, não?) de outrora. Uma cidade que era mais jardim do que hoje, muito mais arborizada. Olho para uma foto tirada na década de 1940 da principal avenida da capital, a Afonso Pena, e, apesar de estar em preto e branco, consigo visualizar os tons de verde se sobressaindo às cores do chamado progresso. Um registro raro, de uma via que desde sempre foi a principal artéria do município. No entanto, àquela altura, cruzá-la semelhava fazer um passeio por dentro de um grande parque.

Penso em meu avô descansando à sombra de uma daquelas frondosas copas. Aguardando o próximo cliente, lustrava lentamente o capô preto do carro, que brilhava. Uma folha ou outra retirava, na dinâmica do vento que soprava cadenciado por aquele corredor cercado de árvores. E passa um bonde – que, precisamente em 1947 atingiria o apogeu na capital, com 75 veículos do tipo em mais de 70 quilômetros de linhas (um crime ter acabado) – com seu ruído peculiar, salpicado de gente bem trajada e alguns se equilibrando em suas laterais. Devia ser mesmo um tempo em que as pessoas se viam, se percebiam – ainda que, lentamente, a cidade começasse a crescer e o movimento, pouco a pouco, também acendesse por suas ruas e avenidas.

Imagino meu avô a dirigir por aquelas vias de pedra, no balanço do veículo que não tinha a mesma suspensão que encontramos nos automóveis de hoje. Aliás, era uma Belo Horizonte de tantas ruas atualmente importantes e que na época sequer tinham asfalto – aliás, talvez nem existissem, como é o caso da Avenida Cristiano Machado, a chamada e já mencionada Linha Verde.

Avenida Afonso Pena, Belo Horizonte, na década de 1940



Fonte: Disponível no site BH Nostalgia –
foto obtida junto à Prefeitura de Belo Horizonte

O carro por vezes era o meio de transporte que Antônio Braighi e o inseparável amigo Jair se utilizavam para ir às festas⁶¹ aos finais de semana. Os jovens adoravam uma diversão. “*Meu pai era um grande pé de valsa!*”, lembra Zé Augusto. Os dois saiam sempre muito bem trajados para as noitadas, em ternos sempre engomados (literalmente). Enquanto meu avô portava um chapéu (pelo qual tinha grande apego, aliás), o sobrinho-primo apostava num penteado lambrecado de óleo. “*O Tio Antônio adorava atrapalhar o cabelo do meu pai! Ele ficava p da vida com isso!*”.

Se à noite, aos sábados, os bailes é que lhe agradavam, as tardes eram reservadas nos dias de folga para disputar partidas de dama. Chico, que tinha um belo tabuleiro e era uma fera

⁶¹ “Na juventude, por vezes meu pai saia à noite e voltava sem o paletó. As irmãs dele contavam que ao perguntar onde ele tinha deixado a vestimenta respondia que tinha doado a algum morador de rua. Foram essas, talvez, as primeiras ações dele, o que já demonstrava quem ele era e a preocupação que tinha com os menos favorecidos”, lembra Deiara acerca de uma particularidade de Antônio Braighi.

no jogo⁶², era quem recebia os dois para passar horas a fio diante das pedras; e se o esporte exige silêncio, paciência e concentração, não era o que ocorria com os três. “*Ficava um provocando ao outro o tempo todo. Os palavrões sempre apareciam. Filho disso... Filho daquilo... [risos]. O vencedor sempre gozava da cara do perdedor e quem ficava do lado de fora adorava quando dava cure⁶³. A gritaria era inevitável!*”, se recorda Zé Augusto do que também teve a oportunidade de presenciar – uma prática, então, recorrente por muitos anos entre os amigos.

O jogo era acompanhado de muita fumaça advinda dos cigarros que sempre estavam à mão. Na outra, ou uma xícara de café ou a limonada – que adoravam. Apreciavam tanto tal suco que, quando Jair se casou, o presente de casamento que meu avô supostamente teria dado ao amigo foram três limões. Não há como não negar a simbologia (afetiva) e a metáfora de tal regalo, ainda que o fato de Antônio Braighi não estar bem financeiramente à época se revele em como presenteara o amigo.

Casamento de Jair –
Antônio Braighi ao fundo, fazendo já alguma brincadeira



Fonte: Acervo de Maria Tereza, filha de Jair

⁶² Teria sido ele, aliás, quem ensinou meu avô a jogar e a se apaixonar por esse *hobby*.

⁶³ Quando o oponente fica sem saída no jogo.

Sobre o tema dinheiro, outra história vem à tona. Jair era um jogador nato em vários tipos de mesas e tabuleiros. Tinha grande habilidade, por exemplo, no bilhar e no carteado – sobretudo no *poker*. Antônio Braighi, por sua vez, não gostava nada desses jogos⁶⁴. O motivo estaria relacionado à característica da aposta, uma marca de quem pratica. Aliás, esse teria sido o motivo do único desentendimento entre os dois em toda a vida.

Um tanto consternado, se é que o alegre Zé Augusto consegue ficar assim, fala sobre o pai: “*O seu Jair se sentia na obrigação de levar dinheiro pra casa. Na cabeça dele, tinha essa responsabilidade com toda a família. Assim, de vez em quando, ele fazia algumas apostas no jogo e, como era um ás no que jogava, sempre ganhava. Lembro de uma vez que ele teve que sair às pressas de Bocaiúva, no interior de Minas, por ter ganho de uma turma na mesa de sinuca. Seu avô sabia desse lado dele e não aprovava isso. Certa vez, meu pai precisava de dinheiro e pediu emprestado ao Tio Antônio. Ele disse que não ia emprestar, por que sabia que meu pai ia jogar. Meu pai ficou muito chateado pois, na verdade, o dinheiro era para pagar uma mensalidade do curso que fazia*”.

A briga durou pouco tempo. Aliás, o assunto virou escárnio por parte de Jair, tempos depois, utilizando-se dessa história sempre para provocar o amigo. Meu avô dizia sempre que nunca iria esquecer esse episódio e que o amigo não precisava macerá-lo tanto com isso. A troca de farpas terminava (não só dessa vez), vejam só, na permuta carinhosa de... socos! Sim. “*Eles tinham essa mania de meninos, que nunca perderam, de se esmurrar no ombro, de xingar um ao outro, se sacaneavam sempre tentando pegar o outro de surpresa com alguma maldade... mas eles tinham muita liberdade entre si, confiavam reciprocamente e mantiveram essa beleza de amizade até quando*

⁶⁴ Ainda que, vez ou outra, como conta Zé, jogasse truco (sem apostas) com o amigo Jair.

*meu pai foi embora*⁶⁵”, lembra o sempre divertido Zé Augusto, que certamente herdou muito da alegria paterna.

Maria Tereza, irmã de Zé Augusto, conta que: “*Religiosamente, todo domingo, íamos à casa de minha avó, Maria. No entanto, antes de nos deslocarmos pra lá, papai fazia questão de passar na casa do Tio Antônio e jogar pelo menos uma partidinha de dama*”. Ela se recorda que as famílias se davam muito bem e que havia um carinho recíproco entre todos.

Como se vê, era uma afeição que atravessou a infância e chegou até a vida adulta. Uma parceria de quem adorava os filmes de *bang-bang* e não se furtavam, quando podiam, de ir ao Cine Brasil, no centro da capital. Aliás, Zé Augusto indica que a paixão de meu avô (e até de Jair) pela gaita tenha vindo da trilha sonora de clássicos do gênero, como “Três homens em conflito” e “Dólar furado”⁶⁶.

São paixões que Antônio Braighi guardara por muito tempo, tanto pelo instrumento, quanto pelos filmes de *western*. As recordações dos filhos e netos, cruzadas por essas duas memórias afetivas, são várias: Daisy Braighi se lembra vivamente de meu avô tocando “tico-tico no fubá” (clássico eternizado por Carmen Miranda) na gaita; e Adriana, uma das filhas de coração, não se esquecerá jamais, como me relata, das “segundas sem lei” de sessão de cinema.

⁶⁵ Jair faleceu em 1991 em decorrência de um aneurisma hemorrágico. Zé Augusto se recorda, no único momento em que talvez tenha mudado um pouco o tom de voz, mais amargurado, desse dia. Segundo me conta, foi mesmo ele quem deu a notícia da morte do amigo ao meu avô, recordando-se da primeira reação que tivera: “*Ele veio para visitar meu pai, mas no trajeto de Betim a Belo Horizonte, papai faleceu. Encontrei com ele na rua, saindo do carro com a Tia Luzia. Quando disse a eles o que tinha acontecido, seu avô deu um grito: Filho da puta... Era pra eu ter ido primeiro! E virou-se de costas e desceu em direção à Avenida Antônio Carlos, onde ficou por um bom tempo antes de entrar no hospital!*”.

⁶⁶ Além destes, “*um filme que seu avô mencionava por diversas vezes era ‘Os brutos também amam’. Elogiava muitíssimo esse filme, dando a entender, pois ele tinha o costume de fazer uso de indiretas para nós, que ele era rígido, bravo com os filhos, mas que amava a todos. Creio que ele tinha receio que tivéssemos dúvidas de seu amor*”, disse Daisy Braighi tempos atrás.

Num passo atrás, (re)pousemos em 1946 (para voltarmos à cronologia que se perdera), no início da juventude de Antônio Braighi. Penso nele voltando para casa, para descansar depois de um dia de labuta, sempre com um sorriso no rosto, feliz por ter completado a jornada a motor.

A propósito, vale dizer que, a partir do convite para trabalhar como *chauffeur*, Antônio Braighi passou a morar na residência do irmão Amâncio. Lá foi muito bem recebido e acolhido pela família. Tinha um carinho especial, importante citar, por um dos sobrinhos, o Geraldo. O pequeno, que era seu xodó, quando era possível e havia tempo para produzir, ganhava um brinquedo de madeira feito pelo próprio tio – vê-se, aí, que a paixão pelo trabalho manual seguia meu avô. O mote, todavia, era o rapazinho, que anos mais tarde ganharia a alcunha de Buscapé. Todas as noites o tio colocava a criança para dormir, ninando-o até que pegasse no sono.

Amâncio morava no Bairro Vila Santo André e Luzia, nas cercanias, no Bom Jesus. Para Antônio, foram pelo menos três anos residindo na casa do primeiro e fazendo, com grande frequência, o trajeto até à residência da irmã para visitá-la. Tudo iria começar a mudar a partir de meados de 1947. Faz-se fundamental, porém, contar o porquê e, principalmente, como.

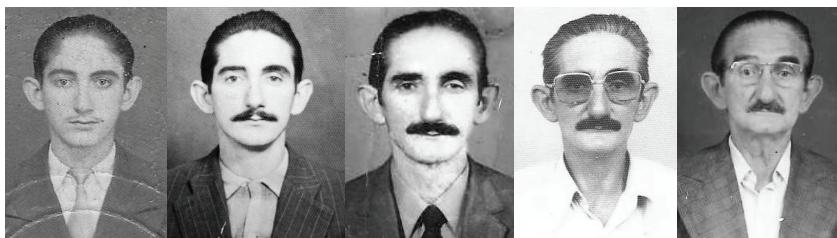
* *

*

De 1927 a 1947, passaram-se 20 anos aqui em pouco mais de 20 páginas. É muito pouco. Mas é menos ainda, infelizmente, o que se sabe desse período. As pessoas se vão e, com elas, as suas histórias e, talvez, as reminiscências mais belas, profundas e tocantes – das quais, infelizmente, nunca soubemos. Antônio Braighi teve uma infância simples, pobre materialmente, rica em oportunidades de contato com a

natureza, pura na relação fraternal com os sobrinhos-primos, precária em educação formal, abastada em valores morais e humanos e privada do contato com os avós – e, talvez por isso, fortemente influenciada pelo aprendizado sobre a palavra saudade. Naqueles idos, a meninice ia até mais tarde na idade. Isto posto, talvez lá não tenha sabido o que é adolescência. Junto ao debutê de sua vida adulta, então, perdeu também a mãe. Teve que amadurecer cedo, no choque. Na marra e na manha se pôs em ofício. Aprendendo e fazendo, foi mudando de ocupações, sempre a trabalhar. Apesar de tudo, das baixas que pareceriam maiores aos ingratos, nunca reclamou de nada. Não teve tempo para chorumeias. Trocou o reclame pelo sorriso e, como também vez alguma esteve em desamparo, devolvia ao mundo seu labor com alegria.

Antônio Braighi em várias fases



Fonte: Montagem com fotos 3x4 do acervo familiar

* *

*

Faz algum tempo, Daisy Braighi contou-me uma história belíssima sobre o meu avô e que também revela um pouco da relação que ele tinha com os irmãos. Antes de reproduzi-la, com a potência e beleza das palavras de minha tia – testemunha ocular do fato que apresenta – é salutar recordar que meu avô sempre teve uma relação extremamente positiva

com os irmãos (e, consequentemente, com os sobrinhos e demais descendentes).

Até a minha avó, nos mais contemporâneos momentos de lucidez, se recorda das visitas frequentes dos cunhados e cunhadas (tantas vezes com os filhos a tira colo) à sua residência com os mais belos intuitos. Apesar de ser o caçula, Antônio Braighi era muito respeitado por todos de sua raiz, visto como uma peça fundamental, de equilíbrio, no seio familiar. É evidente que, por uma distância de idade, talvez tenha tido qualquer reserva com Miguel, o primogênito, com Zeca, a quem guardava respeito quase paterno – posto que lhe fora padrinho – e com João, também bem mais velho.

Chico era um parceiro-mentor, visita constante a quem fazia e de quem recebia. Com Amâncio e Pedro, além do carinho, talvez guardasse profunda gratidão pelo que fizeram por ele em sua juventude no que concerne ao trabalho e à guarida. Seriam presença recorrente na casa de meu avô também anos mais tarde.

Se pelas irmãs fora cuidado quando jovem, a elas dedicaria grande atenção na vida adulta. Aliás, a mudança de Maria e Luzia⁶⁷ para Betim – MG se relaciona bem com tal papel que ele desempenhara. Sua função como bastião dos *Braichi* em Betim era sem igual. Sempre se preocupava com o bem-estar de todos, continuamente encontrando tempo para visitas, ligações e para servir no que se fazia necessário – sem nada pedir em troca, ainda que com a simplicidade dos préstimos que poderia entregar.

Valéria, filha de Amâncio, rende elogios e preserva positivas memórias acerca de Antônio Braighi – registrando, sobretudo, o que fizera pelo irmão, Geraldo⁶⁸, durante muitos

⁶⁷ Disse João Braichi, em entrevista, que lembra-se que Antônio Braighi e Luzia “Religiosamente, todas as tardes, passavam pelo menos uma hora a conversar”.

⁶⁸ O filho de Amâncio, por quem meu avô tinha muito carinho, contraiu o vício com bebidas alcoólicas. Antônio Braighi sempre lutou para ajudar na recuperação

anos. O mesmo acontece quando conversamos com João e Lia, filhos de Luzia, que corroboram o lugar singular de meu avô enquanto um suporte da família na cidade. Com os descendentes de Maria, reitera-se a entrega que se dava da parte dele para os demais em Betim. Há unanimidade.

Enfim, e por falar na irmã Maria, sobre o caso prometido, recorda-se Daisy que *“Em uma caixa de presente embrulhada num lindo papel colorido foi a surpresa que meu pai preparou para a tia Maria que estava de aniversário. Difícil precisar a época, mas creio que eu tinha uns dez anos quando isto ocorreu. Eu, menina curiosa, notei a bela caixa postada sobre a mesa da cozinha já fazia algumas horas. Aguardei ansiosa, como nunca, a chegada da tia Maria. Desta vez uma ansiedade boa. Era comum aguardá-la com angustia e, por vezes com frio na barriga, pois era ela quem fazia o famoso clister na criançada da família. Quando tínhamos algum mal estar, lá vinha tia Maria com a sua bombinha de água para fazer, como dizia minha mãe: uma ‘limpeza nas tripas’”*.

Desta vez minha tia demorou para chegar. Claro que o tempo que levei aguardando-a era demarcado pela minha impaciência de criança curiosa. Não via a hora dela chegar e desembrulhar aquele presente. Tia Maria acabava de entrar na cozinha e já estava com a caixa colorida na mão. Meu pai foi rápido ao entregar-lhe o presente. Senti que ele também estava ansioso por este momento. Acompanhei de olhos atentos o desembrulhar do pacote, o que tia Maria fez com muito cuidado. Sem o papel colorido e podendo enxergar o formato da caixa, ficou fácil descobrir o que havia dentro dela, ou seja, um par de sapatos. Foram longos os segundos que precederam a retirada do calçado da caixa. De novo era o tempo de criança ansiosa sendo demarcado. Com o presente à vista levei um susto. Era um sapato preto de homem. Coloquei a mão na boca, numa expressão de espanto e disse: ‘embrulharam o sapato errado!’

do sobrinho nas suas idas e vindas no alcoolismo. Mas talvez essa tenha sido uma de suas grandes tristezas, posto que não alcançara sucesso na jornada.

Minha tia não parecia estranhar, esboçou um imenso sorriso e abraçou meu pai. Aí mesmo que eu não entendi mais nada! Estava perplexa com o equívoco da loja, mas também com a cena de comemoração do meu pai com minha tia. O tempo até eu entender aquela situação foi o mais longo, foi o tempo que meu pai levou para explicar que não houve engano; ele calmamente me explicou: ‘Este foi o presente que comprei para sua tia; se você quer deixar uma mãe muito feliz, dê a ela de presente algo que seu filho esteja precisando’.

Achei interessante aquela forma de presentear alguém que se ama. Apesar de minha pouca idade, comprehendi quão privilegiada eu fui por presenciar este fato.”

Os encantos de uma morena

Um passo atrás. Voltemos num passado não muito distante de onde estamos na narrativa. O ano é 1937 e, por um acaso, eles não se conheceram. Ele estudava à tarde e ela ia à escola de manhã. Um tinha 8 anos e a outra 7. Os dois estavam na primeira série do ensino fundamental da então jovem escola Tomás Brandão, já apresentada nesta obra.

O ano é 2017 e, oitenta anos depois, eu subo as mesmas escadas que os dois um dia alçaram. Olho para trás e idealizo os encontros e desencontros dos alunos daquela época, na troca de turnos das aulas – crianças que sequer poderiam imaginar que um dia se conheceriam, se apaixonariam, casariam e teriam uma bela família. Falo, enfim, de Antônio e sua eterna companheira, Vanda.

Os dois passariam 6 anos como estudantes daquela pequena escola – abençoada pela bela igreja que lhe parece fazer sombra do outro lado da praça – sem, conforme se recorda hoje minha avó, nunca terem conversado, sequer se encontrado. Que pena, mas que belo, não? Não era o tempo correto. Todavia, os dois, que se formaram na quarta série em 1942, apenas 7 anos depois já estariam casados.

Os então desconhecidos foram se encontrar no apagar das luzes do ano de 1946. No início fora apenas uma troca de olhares entre a moça que se fazia faceira na janela de casa e do rapaz que cruzava a rua para visitar a irmã. Esta charmosa barganha não durou muito até que o jovem magrelo, que já portava o seu conhecido bigode, resolveu se aproximar para conversar.

Fico a imaginar o que pensara meu avô ao ver aquela admirável morena cor de jambo, sangue negro amalgamado ao lusitano⁶⁹. Menina que cresceria saudável e elegante, fruto da miscigenação que a fizera forte e de uma beleza rara, única. Fico a pensar o que ele dissera ao finalmente tomar coragem de lhe falar. Certamente amalgamara uma jocosidade à paquera, como era costume do eterno brincalhão. Ele também era romântico, então ouso pensar que talvez sacara algum trecho de música. Por que não?

“Óh, morena! Vem me fazer feliz... vem aprender esta canção que eu fiz, inspirado em teu olhar!” a motivar-se na *Noite de Lua* de Nélson Gonçalves, de quem ele era fã. Cantata esta feita, evidentemente, sem perder a característica marcante do humor, a fazer aquela bela dona rir e se emocionar com tal meia-serenata em gracejo.

“Qual seria sua graça, óh morena?!” perguntaria ele.

“Vanda de Freitas”, responderia ela, sem esquecer do sobrenome.

Vanda! Peregrina, a que se move, caminhante. Ao menos essa é a suposta origem do nome que tem raiz no leste europeu. Todavia, ela, no papel, se chamava Valta⁷⁰! Aquela que guia, governa, eis a definição. Mas qual seria o porquê de dois nomes? A estória (sim, com “e”) sempre foi muito intrincada. A recordação que ela tem é a do pai (Sr. Nestor) afirmando que uma de suas filhas (a Valta) teria falecido pouco tempo depois

⁶⁹O avô de Vanda, Sr. João de Freitas, era português.

⁷⁰Em alguns documentos e demais registros, por vezes até assinalada como Walta.

do nascimento de Vanda (minha avó). Logo, por uma questão, diria, econômica, resolveu por bem utilizar-se dos documentos de nascimento daquela que havia morrido, sem a necessidade de empreender novo registro para a minha avó – que, assim, legalmente se chamaria Valta.

A segunda versão dá conta de que o Sr. Nestor por engano teria dito ao cartório, quando da emissão do atestado de óbito, que quem morreu fora Vanda e não Valta. Logo, da mesma forma minha avó teria herdado documentos de outrem. A terceira e última variante da narrativa diz que o meu bisavô não teria informado legalmente o falecimento da Valta, realizando, tão somente, a queima do registro de nascimento dela. Todavia, como o leitor já imagina, ele teria incendiado a certidão errada.

Ainda que o presente livro seja sobre a história de meu avô, tal passagem seria marcante por demais para passar em branco. Além disso, o fluxo das pesquisas e da sequência narrativa me motivou a tentar desenrolar esse novelo. Em primeiro lugar, busquei contato com os parentes da minha avó (irmãos e irmãs) no sentido de encontrar qualquer outra (mais uma) explicação para os dois nomes. Todavia, as versões se mantinham. Depois, me empenhei na busca pelos registros nos cartórios (tentando achar as certidões de nascimento e óbito): sem sucesso. Nas igrejas, não foi encontrada qualquer menção a Valta ou Vanda.

Nesse sentido, resolvi, como último esforço, conversar com a proprietária do 2º Cartório de Belo Horizonte, Dona Maria Cândida⁷¹. Tal diligência se dava no sentido de que, uma vez que Valta de Freitas havia sido registrada ali, muito provavelmente, se Vanda de Freitas o fora, também ali estaria a anotação. Um mês depois, recebo uma ligação daquela distinta senhora pedindo para que eu fosse até o seu escritório: teria que me explicar uma questão importante, pessoalmente.

Assim o fiz e descobrimos que, em verdade, existiram duas Valta(s) de Freitas. Ambas com a mesma filiação, uma

⁷¹ A quem muito agradeço pela boa vontade, paciência e apoio nessa empreitada.

nascida em dezembro de 1928 e outra nesse mês, só que em 1929. A criança nascida em 1928 casara-se com Antônio Braighi em 1949. Já a que veio ao mundo em 1929, infelizmente falecera, de toxicose, com menos de 4 meses⁷², em 26 de abril de 1930. Tudo muito bem descrito e, então, facilmente confirmado nos largos e velhos livros daquele cartório. Vanda, no papel, nunca existiu. Caso aparentemente encerrado, depois de longo parêntese; só nos faltando entender por que é que o Sr. Nestor registrou as duas filhas com o mesmo nome e não contou isso para ninguém.

Apesar de tudo, e talvez frustrando o leitor, continuarei a chamar ela de Vovó Vanda, como aprendi e como gosto de fazer.

Esse questionamento sobre o nome dela, entre muitos outros, fora realizado por mim à minha avó em uma situação muito particular. Nos últimos 10 anos, Dona Vanda passou por pelo menos duas situações complicadas, que a levara inclusive a internações no famigerado Hospital Felício Rocho. Já carregando o peso dos seus quase 90 anos, mantém-se firme, ainda que com a saúde bem debilitada.

Após uma dessas longas passagens pelo Hospital, em meados de 2011, minha mãe era frequentemente destacada para cuidar da minha avó na casa pequena, mas aconchegante, que fora construída aos fundos da residência da tia Dagmar. Na oportunidade, fiz questão de visitá-las mais frequentemente. Em uma daquelas visitas, inclusive, dormi no casebre e pude voltar à tona com as minhas implicâncias de infância com a velha. À época ela não estava com papas na língua. Aproveitei então para perguntá-la sobre o início do relacionamento com Antônio Braighi.

“Vô... o que o vovô ia fazer na sua rua?” – abri o repertório de perguntas.

“Ah, na época ele morava com o irmão dele, Amâncio, mas o pai (Vito) estava (morando) na casa da Luzia. Diz que ele ficava

⁷² Informação confirmada ainda pelos registros de sepultamentos do Cemitério do Bonfim.

abraçadinho com o veio... – dispara Dona Vanda, somando uma gostosa gargalhada. Do que conversamos, ficou claro que, a certa altura do relacionamento, ela viria a ter uma queixa ou outra do sogro, de quem se lembra sem rancor, mas com boa dose de ironia.

“Mas quando vocês começaram a namorar mesmo?”, continuei na arguição.

“Ah, naquela época era diferente. A gente ficava conversando. Conversava na pracinha, a gente se falava nas barraquinhas da (festa da) igreja... a Lúcia, minha irmã, ficava no meu pé e dizia que ia contar pra minha mãe. Até o dia que ela contou e aí tivemos que começar a namorar” – disse ela, bem sóbria.

“E depois de quanto tempo vocês foram se casar, vó?”, perguntei.

“Demorou não, por que o Antônio ficou com vergonha!”

“Vergonha de quê, vó?”, indaguei curioso com o que viria.

“A Rachel, minha irmã, namorava com um moço... o... com o Francisco... o Chico, e rapidinho ele pediu ela em casamento. Aí o seu avô ficou com vergonha e pediu também!” – confessou Dona Vanda.

“Uai, vó! Ele só pediu porque o Chico pediu...?”, questionei a novidade.

“É... é que o Chico era muito véio! Sabe? Então tinha que casar logo!” – e soma mais uma gargalhada! Rimos muito, e que a querida Rachel nos perdoe.

Ela resolve então falar logo do casório, e emendou: *“O casamento foi junto, no mesmo dia... e o papai disse assim: Ó, nós vamos fazer o casamento junto pra ser uma despesa só!”* – diz ela, novamente mais séria.

Fiquei então preocupado, imaginando porventura que o matrimônio, àquela altura, não fosse do agrado dela; e perguntei: *“Mas a senhora ficou triste com o casamento?”*, ao que ela responde, com firmeza: *“Não... Graças a Deus deu até certo demais, né?”*

Deu muito certo, vó! Foi só o que tive vontade de responder.

Vanda e Antônio Braighi (1949)



Fonte: Acervo de Dagmar Braighi

* *

Vanda nunca existiu. Quem poderá provar, a não ser se for uma testemunha ocular? No papel não há firmado ato de nascimento, nada. Vanda é um dito, uma fala, para Barthes (1985) um mito. Um nome, porém, é uma chancela, uma marca, é a própria identidade para além da cédula. Minha avó se chama, e a ela chamamos, Vanda. Mas quantos problemas ao seu autorreconhecimento tal equívoco não causou?

“*Quem sou eu?*”, talvez algum dia teria dito ela. Se assim o fez, meu avô certamente teria respondido: “*Você é mais que um nome! Mas, se precisas de definição, tal qual a origem, tu és Vanda, que move meu coração, e és Valta, quem me guia, me governa, é a minha direção*”.

Ele certamente nunca disse isso⁷³ a ela, mas assim pensava, demonstrava, agia... e ela sabia⁷⁴.

Família e mais trabalho

Como todo início de relacionamento, Antônio Braighi e Vanda passaram por algumas dificuldades para encontrar um cantinho para eles. O primeiro barracão conseguiram, de aluguel, em região vizinha aos locais em que os dois já viviam; no perímetro compreendido entre os bairros do Bom Jesus e Engenho Nogueira, na interseção das regiões Noroeste e da Pampulha, de Belo Horizonte. Aliás, naquelas adjacências, ainda passariam por outras casas ao longo de quase uma década da vida de casados na capital mineira.

Todavia, algum tempo depois de casado, meu avô, bom motorista que era – e não só por isso –, receberia o convite para guiar ônibus na empresa de um dos irmãos. Detentor de parte da frota que fazia o transporte urbano da capital, Pedro⁷⁵ precisava não apenas de alguém que cuidasse de um

⁷³ Em entrevista, Daisy disse: “A última frase que seu avô disse para a sua avó foi ‘Minha eterna companheira’. Mamãe foi ver papai no hospital. Nós colocamos uma cadeira bem do lado da cama dele pra ela se sentar. Ela deitou a cabeça sobre a cama na altura da mão do papai que estava esticada. Ele entremeou os dedos nos cabelos dela, fez um cajuné e disse: ‘Minha eterna companheira’. Ela chorou em silêncio. Creio que ele não viu, pois ela estava com a cabeça abaixada. A Denise e o Eduardo saíram com ela do quarto e foram embora para Betim. Foi a despedida dos dois. No dia seguinte, ele faleceu. Saí também do quarto e, afastada da mamãe, a Denise me disse: ‘Papai se despediu da mamãe. Ele vai morrer!’ Confesso que, naquela hora, fiquei com muita raiva da Denise. Achei absurda a afirmação dela”, mas, infelizmente, ela tinha razão.

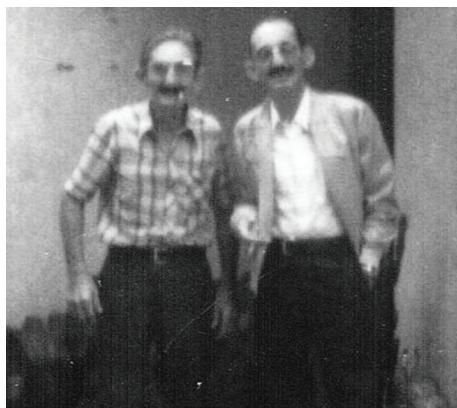
⁷⁴ Idalina e Adalgisa, ao lado da mãe, lembram – na entrevista que fizemos – com alegria que fora ela quem costurou o vestido de minha avó. Caladinha, na sua simplicidade, Dona Geralda, ao ouvir a recordação, deu um sorriso mateiro e balançou a cabeça com orgulho ao lembrar daqueles idos.

⁷⁵ Marília Braichi, filha de Pedro, em entrevista, me disse que o pai era “um sonhador”, um homem de muitos projetos, criativo, determinado, que corria atrás de seus ideais e, por isso mesmo, conquistou tantas coisas na vida. “Ele possuía duas empresas de ônibus. Uma era a que atendia o bairro Santo André [perto então de onde os Braichi residiam em Belo Horizonte]. Mas não deu certo porque ele queria ajudar todo mundo. Depois disso ele foi representante comercial, teve uma fábrica grande de móveis, foi ainda

volante, mas também atuasse como imediato em determinadas demandas de garagem, entre as quais até as de mecânica dos veículos. Dado o conjunto de tarefas, uma contrapartida nada ruim adveio da convocação ao trabalho: havia um pequeno apartamento dentro da firma/oficina, no qual Antônio e Vanda poderiam morar. Com Vanda já grávida do primeiro filho, o casal se mudou para a acanhada acomodação.

Do amor de Antônio e Vanda nasceriam 7 filhos (e outros tantos seriam adotados/apadrinhados ao longo da vida do casal). A prole estreia logo no ano posterior ao casamento, com o advento do primeiro rebento: Carlos Alberto Braighi (*in memoriam*, 1950-2013). De início, logo um menino, o que provavelmente muito agradou ao meu avô. Não que ele fizesse distinção, ou fosse machista ao nível de querer apenas homens em casa. Mas já vinha de cara aquele que, porventura, poderia representar os valores comungados no seio daquela família, guardião na ausência do pai. Isso, de certo, meu tio seria e muito significaria para todos nós; aprendera direitinho com o mestre.

Antônio e Pedro Braichi



Fonte: Acervo de Dagmar Braighi

fundador do sindicato das empresas de ônibus e do centro de chauffeurs de Beagá. Entrou na política e foi coordenador de várias campanhas como de Magalhães Pinto, Newton Cardoso, Hélio Garcia e Jânio Quadros. Foi na política que ele perdeu tudo o que havia conquistado financeiramente. Mas, não se ressentia, pois acreditava que tinha feito o melhor que podia pelo seu ideal. Na velhice ficou só, e procurava muito o tio Antônio”, contou Marília.

Carlinhos foi um menino gordinho, forte, parrudo, daqueles que eram o centro das atenções na escola pelo tamanho e pelo que aprontava. Era rechonchudo, pudera, em razão também de um hábito (nada) ruim do pai. Ele e Deiara, principalmente, pegaram a época de taxista de Antônio Braighi. Os filhos aguardavam a volta de Antônio Braighi pra casa bem ansiosos. O ritual era quase sagrado. Usando o chapéu tradicional, encostava-o no suporte à porta e ia até as crianças para dar a benção. A retribuição pelo comportamento durante o dia, caso tivesse sido positivo, era doce. Aliás, a doce e dura bala chita era entregue, uma a uma, a cada um dos rebentos.

Vito Braico com os netos Deiara e Carlinhos (1954)



Fonte: Acervo de Dagmar Braighi
Recuperação da foto realizada em 2015 por Leonardo Chalub

Por outro lado, pode ser que, quando criança, Carlinhos não ganhasse tantas balas, posto que pintava o sete! Era espoleta, como dizem. O apelido, diminutivo, escondia o tamanho das aventuras que vivenciou. “Ele subia até no telhado do Colégio Estadual!”, lembra o primo João Braichi, filho de Luzia. Amigo

inseparável, conta um pouco de quem foi meu tio e relata um caso inesquecível do parceiro:

“Ele chegava em casa com a roupa rasgada, suja, em razão de tudo que ele aprontava. A gente sempre andava junto, mas eu não participava das coisas que ele fazia não. Ele era demais! Eu lembro que um dia a minha mãe me pediu para ir na farmácia, mas recomendou que eu não encontrasse com o Carlinhos, por que não queria saber de bagunça. O problema é que ele me viu na rua e foi atrás de mim. Nesse dia, ele, muito distraído, quase foi atropelado por um carro que justamente ia para o lugar em que o Tio Antônio trabalhava. Ao chegar lá, o motorista contou pro seu avô o que tinha acontecido. Ele mais que depressa foi lá em casa contar pra minha mãe, que me cortou no couro da correia. Depois desse dia ela até me proibiu de andar com o Carlinhos. Exatos trinta dias depois, ele foi atropelado no mesmo lugar! A sua avó estava na janela e viu tudo!”⁷⁶.

João conta que desse atropelamento, meu tio ficou entre a vida e a morte no hospital. A preocupação do amigo foi grande, mas, por fortuna divina, o primo se recuperou. Passou um bom tempo até que, enfim, os dois pudessem de novo estar a aprontar (desta vez com mais atenção), pelas ruas de Betim. A parceria da dupla, aliás, de alguma forma se assemelhava àquela que Antônio Braighi e Jair tiveram na adolescência. A amizade seguiu da infância para a vida. “A gente adorava sair pra noite! O seu avô sempre nos aconselhava bem. Dizia que não era pra gente andar com turma. Lembro que quando chegávamos depois dos bailes, altas horas, na casa do Tio Antônio, sempre encontrávamos um mexido pronto pra matar a fome”, recorda-se saudosista João.

Quem conheceu Carlos Braighi já mais velho, porém, não diz que seu comportamento arteiro seja verdade. Tem-se a impressão de que talvez tenha sido sempre menino certinho.

⁷⁶ Deiara conta uma versão um pouquinho diferente sobre o atropelamento. Preocupada com a demora de Carlinhos, que tinha saído por algum motivo, Vanda foi até o portão de casa com a filha ao lado. As duas, então, viram a cena mencionada. “Foi um estrondo horrível! O barulho ficou registrado na minha mente, gerou um trauma... até hoje tenho sensibilidade com foguetes, estouro de balões...”, recorda-se minha mãe.

Tornou-se um homem austero – talvez até mais que o pai –, nada intransigente, mas correto, honesto, um conselheiro para as horas precisas, sujeito seguro, que chegou a assumir posto de destaque junto à Polícia Rodoviária Federal.

Diz-se que Carlinhos poderia ser considerado até mais sério que Antônio Braighi, uma vez que este último nunca deixou de ser um grande brincalhão – até em horas e lugares que poderiam não ser os melhores para isso. Certa vez meu tio contou uma história que nós até hoje gostamos de repassá-la aos amigos, dadas as gargalhadas certeiras que advém ao final. Meu primo Gabriel, que sempre aumenta um ponto ao repeti-la nos encontros sociais, relembra:

*“Nosso avô adorava contar piadas e se fingir de bêbado. Em uma dessas, resolveu fazer uma visita ao nosso tio Carlinhos em seu local de trabalho, na barreira da Polícia Rodoviária Federal em Betim. Estacionou o carro de maneira irregular e desceu fingindo estar bêbado. Um dos policiais o abordou, falou que ele não poderia parar daquele jeito e muito menos dirigir alcoolizado. Ele, muito esperto, vendo que o policial era novo ali e, portanto, não o conhecia, mandou que chamasse o chefe do posto e dizer a ele assim: ‘O bêbado disse que estava dormindo com a sua mãe!’ O policial imediatamente foi chamar meu tio, contando aquela loucura que estava acontecendo lá fora. Ao sair, e dar de cara com meu avô, os dois ficaram rindo do policial que acabava de ter caído em tamanha pegadinha.”*⁷⁷

Carlos Braighi casou-se com Aparecida (a já mencionada Tia Cida), com quem daria 3 netos a Antônio Braighi: Daniela (a primeira na escadinha da segunda geração), Carlos Alberto (o Juninho) e Diana⁷⁸.

Um ano após Carlos vir ao mundo, nasceria uma tia que, infelizmente, não vim a conhecer. Tratava-se de Edna

⁷⁷ Vale dizer que o possível causo que Gabriel relata é verdade; confirmada por Ronaldo Braz, ex-inspetor da Polícia Rodoviária Federal.

⁷⁸ Se estivesse vivo, Antônio Braighi teria hoje, só dessa turma, sete bisnetos: Ana Júlia (filha de Daniela); João Vitor e Ana Clara (filhos de Juninho); Lívia, Letícia, Luiz Felipe (filhos de Diana) e Luca (enteado de Diana).

(*in memoriam*, 1951-1951). Falecera com 9 meses em razão, segundo minha avó se recorda, de infecções intestinais. Naqueles tempos, os recursos eram precários e, dada a forma como a doença abateu a pequena, infelizmente veio a óbito sem que muito pudesse ter sido feito por ela. Sobre esse assunto, aliás, meu avô vez alguma (imagino) falou com os netos. Era um tema sobre o qual se calava, como quem colocava uma pedra por cima, para evitar as dores que certamente voltariam.

Aliás, infelizmente, fato análogo voltaria a ocorrer em 1953, com o nascimento do quarto filho, Vítor, que falecera ainda menor do que Edna. Sobre o assunto, tive a oportunidade de conversar com minha mãe. Ela explica que os pais nunca falaram sobre a dor e o sofrimento decorrente de tais perdas. Disse ela: “Os pais amam os filhos desde a gestação... imagine quando nascem e morrem. Mas a lida com os serviços naquela época era grande: Carlinhos era pequeno, utilizavam fogão a lenha, lavavam roupa na mão, logo o vovô Vítor foi morar com eles... Enfim, talvez isso tudo tenha ajudado a superar o sofrimento... e também logo após o falecimento da Edna, a mamãe engravidou de mim”.

E assim o foi: em 11 de setembro de 1952, nasceria Deiara. Vinha ao mundo outra artista. Nada profissional, que se diga, atriz de fundo de quintal, sempre a arrancar risos das irmãs e das amigas com zombarias de toda ordem, imitações caricatas e piadas. Irmã zelosa, por ser a filha mais velha, coube a ela muitas demandas de casa, entre as quais ajudar a cuidar da caçula Dagmar. Uma infância nada perdida, dadas tantas outras oportunidades que teve, mas desde cedo aprendeu o que era responsabilidade.

Por ser minha mãe, usei e abusei de sua boa vontade na produção deste livro. Foi ela quem me disse, por exemplo, que durante muito tempo as filhas de Antônio Braighi quase não podiam sair de casa. As brincadeiras ocorriam, em geral, apenas no quintal da residência. Segundo ela define, meu avô era, por assim dizer, um tanto sistemático quanto ao comportamento dos

seus. Entendia que deviam andar na linha e, talvez por certo medo de perder o controle sobre o que faziam, ou do que porventura poderia a eles ocorrer (atentando-se, sobretudo, à segurança dos mesmos), procurava mantê-los sob o seu raio de visão.

Deiara recorda-se de um episódio marcante, alusivo a esse comportamento do pai. Que bom seria se o leitor pudesse ouvi-la a contar, com sua jocosidade, a lembrança desse dia; tiraria, de certo, qualquer peso que hoje o caso tem, conformando-o na suavidade da reminiscência de minha mãe: “*Sempre que ele chegava em casa já ia logo nos procurar. Aliás, em geral quando ele chegava nós íamos até o encontro dele, saudosos. Quando, por algum motivo, ele não nos encontrava, ia até a porta da casa e dava três fortes assovios. Quer dizer... a gente já dava um grito ou corria até ele logo no primeiro. Um belo dia, resolvi ir na casa de um de nossos vizinhos. Na época eu cuidava da Dagmar. Como fazia muito calor, e sabia que na casa ao lado havia um tanque grande que eles usavam como piscina, resolvi ir lá xeretar. Levei sua tia a tiracolo. Quando lá chegamos, as meninas ficaram doidas com a Dag e quiseram colocar ela no tanque. Eu pensei: que mal tem? Ela estava toda feliz lá dentro quando eu escutei o primeiro assvio! Meeeeu Deeeeus! E corre daqui, tenta tirar a Dag da água, ela chora, seco ela, e vem o segundo assvio. Já imaginei: vou apanhar! Quando eu estava quase chegando em casa, já era tarde: mais um silvo. Seu avô foi até à cerca de bambu da nossa casa e pegou uma varinha daquelas. Tomei várias lambadas. Acho que só não apanhei mais porque o Tio Pedro estava lá*”.

Segundo ela, a história dos assovios nunca foi combinada. Os filhos associaram o primeiro silvo com a chegada do pai, o segundo com a preocupação que cresceria por não os encontrar e, finalmente, o terceiro como sinal de que iriam mesmo apanhar. Um pouco antes desse episódio com a irmã Dagmar, minha mãe se lembra de outro evento marcante na vida do pai. Passados muitos anos da morte de Antônio Braighi, sempre que Deiara se recordava deste fato seus olhos enchiam de lágrimas,

como talvez ocorrerá ao reler essa passagem que me contara.

“Na época eu devia ter uns nove anos. Recordo-me que a situação aconteceu repentinamente. As mãos a princípio ficaram avermelhadas e, na sequência, formavam bolhas, que ao se romperem viravam feridas. Dessoravam... e as mãos ficavam em carne viva. Havia dias em que ele ficava acamado, sentindo fortes dores, e reclamava das línguas que surgiam debaixo dos braços, devido também às feridas. Foi um longo processo até a cura. Naquele tempo os recursos médicos eram ruins e muito se usava dos conselhos dos mais velhos e experientes, com medicamentos caseiros; chá disso ou daquilo, mas nada adiantava. Lembro-me de alguém ir na nossa casa para aplicar-lhe injeção. Não sei se médico ou farmacêutico. Naqueles tempos, as pessoas com hanseníase andavam pela cidade a cavalo, pedindo esmola, a maioria bem mutilados, faltavam vários dedos das mãos, o que era bem visível quando estendiam o chapéu para recolher a esmola. Nós, enquanto crianças, morriamos de medo pois as mutilações eram também na face. Foi assim que as crianças da vizinhança deixaram de brincar conosco, alegando que nosso pai estava leproso. Eu fiquei muito triste, achando que meu pai ficaria feio como aquele homem do cavalo. Mas, nem por isso deixei de brigá com as meninas, xingava e chamava elas de mentiroosas! Enfim, chegou-se à conclusão de que o problema das mãos era alergia a carne de porco! Me recordo dele banhar as mãos com um determinado produto e tomar uma medicação específica, além das injeções. Para nossa alegria, ele ficou curado e não caiu nem um dedo como era o meu temor. Todo dia eu observava sorrateiramente para verificar se todos ainda estavam no lugar [risos]. Acredito que, além das fortes dores que sentia, o mais difícil era não conseguir trabalhar!”

Testemunha ocular de tantas histórias, minha mãe se vale do fato de ser a filha mais velha e de ter, por quase 20 anos, residido no mesmo terreno em que meu avô morava, numa casa aos fundos da dele, na Rua Santa Cruz – na interseção dos bairros Brasileia e Centro. Gozava de vantagem única diante às irmãs, podendo compartilhar de momentos ímpares com

Antônio Braighi, tendo a sua presença diária, para conselhos e carinhos. Do casamento com Sílvio, Deiara daria mais dois netos ao biografado: eu e meu irmão, Júlio César⁷⁹.

Em 1954 nasceria Denise, talvez a mais comportada das crianças – segundo sugere. “*Eu era uma menina muito quietinha, estava sempre na minha, acho até porque o papai era muito rigoroso. Ele era assim com todos os filhos, mas talvez eu tenha absorvido mais isso*”. Ela se recorda que, quando fazia alguma arte, era porque estava indo atrás de alguém (em geral dos mais velhos, mas quase sempre de Carlinhos). No entanto, cabia mais à mãe chamar a atenção dela: “*Eu aprontava mais com a sua avó, até por que papai trabalhava fora. [...] Nunca tive problemas com ele*”.

Talvez ao ler esse fragmento de depoimento de Denise, Deiara dissesse: “*Ah, mas eu sei por que você nunca teve problemas com ele: eu que te ajudei*”. Minha mãe se recorda de mais um episódio cômico, fato que revela que minha tia aprontava mesmo apenas no encalço das companhias, sob influência. Senão, vejamos:

“*Havia um club [casa noturna] em Betim que se chamava Atlético, mas que todo mundo, por algum motivo, teimava em chamar de Bola Preta. O seu avô sempre disse que aquele lugar não era pra gente direita. A gente nunca entendeu e sempre ficou com muita curiosidade de conhecer. Mas o único lugar que a gente podia ir sem companhia deles quando adolescentes era na igreja. De vez em quando a gente dava uma escapada da missa, antes de acabar, e ia para o entorno da Praça Tiradentes, onde muita gente se reunia. Naquele dia estava tendo uma matinê e o club, que ficava nesse local em Betim, estava cheio. A gente encontrou umas amigas da Denise que iam entrar, mas a gente não podia. Assim, propusemos um plano: ela ia entrar primeiro e eu e a Daisy íamos vigiar pra ver se o papai apareceria ali. Ele quase sempre aparecia, pois nessa época ele já era comissário de menores. A Denise ia ficar um pouquinho, depois desceria para eu subir. A Daisy, como era bem nova que*

⁷⁹ Pai de Ana Lívia.

a gente, não ia entrar. Pois assim fizemos. Porém, não deu 10 minutos que sua tia estava lá e vimos vindo no meio do povo a cabecinha do seu avô. A Daisy correu pra se esconder e eu corri pra dentro do club pra procurar a Denise. O Atlético estava lotado, aquele suador, um cheiro forte. Demorei pra achar ela lá dentro. Aquela altura já tinham avisado pra Denise que o comissário estava na área, pois todo mundo conheciam ele e sabiam que éramos filhas dele. Você não vai crer que a sua tia estava presa no banheiro, tremendo de medo, cercada pelas amigas. Eu cheguei e disse: ‘pode descer daí e vamos embora’. Tinha tanta gente no toalete que ela estava em cima da privada, acredita? Quando a gente estava saindo do banheiro, vi de novo a cabecinha do seu avô no meio do salão. Parecia filme de terror. A Denise queria voltar pro banheiro. Imagine: seria uma humilhação pública se ele pega a gente ali! Então decidimos sair agachadinhas. Enquanto a gente ia pr’um lado, víamos as pernas dele, naquele calça social marrom, indo pro outro. E assim, devagarzinho, sem ele perceber, conseguimos sair. Topamos com a Daisy, tadinha, preocupada, na porta. Juntamos as três no meio da praça, de modo tal que, quando ele saísse de lá, nos visse. Denise não parava de tremer. Falei com ela: “Para com isso! Finja que tá tudo bem, que acabou de sair da missa!” Quando ele nos viu, perguntou: ‘Onde vocês estavam que não vi vocês?’ Eu disse: ‘Bem aqui paí’. E emendamos: ‘O senhor tava procurando no lugar errado, nem sabíamos que o senhor entrava nesses lugares’. Fomos ousadas! [risos] Ele, ainda desconfiado, apenas disse: ‘Vamos embora!’ E assim fizemos. Salvei a Denise nesse dia”.

Não muito depois disso, minha tia passaria por outra situação icônica, mas muito mais grave e desatadora, por isso mesmo, do comportamento que meu avô tinha com as filhas. Talvez o episódio o tenha levado a certa reflexão. Fato é que a severidade na orientação dos seus iria mudar um tanto depois que Denise desenvolveu um quadro de saúde análogo à anorexia, com suas particularidades ao menos.

Ela conta que, com 17 anos, só queria saber de estudar. Antônio Braighi dizia que as filhas só iam namorar depois

de formadas. Mas, o mote pelos estudos vinha tangenciado também por um desejo de corresponder às expectativas do pai, que não tinha tido a chance de se graduar. Além disso, segundo Denise recorda, era desejo dele que um dos filhos seguisse carreira na medicina. Soma-se isso ao fato de, àquela altura, ela estar fazendo dois cursos (a escola regular e o magistério), sua atenção fixava-se nos livros e cadernos.

“Dai foi uma coisa inconsciente; eu não me alimentava. Não parava de ler e estudar. Eu me fechava”... trancando as portas do quarto e de si mesma. Quando assustaram, Denise já havia desenvolvido um forte quadro anêmico, chegou a ter um estreitamento do estômago e fez uma cirurgia para correção no organismo. Ela se recorda: *“Papai ficou muito preocupado! Me levou em vários médicos!”*, ficando, com toda certeza, extremamente chateado e se sentindo culpado pelo que ocorrera com a filha.

Denise conta ainda que não fez nada premeditado, por mais que, segundo ela, parecesse certa rebeldia. Inconscientemente desenvolvera um hábito ruim e perigoso, semelhando um protesto quanto à atitude do pai em ser tão disciplinador com elas.

“Era a forma que ele encontrava de nos educar. Mas a gente sentia, por mais estranho que pareça, que era amor. Ele era muito amoroso. Só, talvez, não soubesse como demonstrar isso”, ratifica Denise.

Lia, uma das sobrinhas de Antônio Braighi, indica que essa postura que ele tinha com “os meninos dele” o fazia com todos os jovens de Betim, quando comissário de menores. Aliás, ela sugere, o que não é uma possibilidade a se descartar, que as filhas tinham que ser, na possível opinião dele, um exemplo de comportamento na cidade.

De mais a mais, como capítulo final dessa história, pela dor talvez, meu avô tenha apreendido que não se pode controlar todas as variáveis, ainda que tivesse se entregado integralmente ao papel de pai. Para Deiara, depois desse evento,

o pai passou a ser um pouco mais flexível na educação dos filhos. Denise se tratou, ganhou peso e saúde. Atualmente reside em São Lourenço – MG, para onde se mudou⁸⁰ após casar em junho de 1977. Do matrimônio com José Eduardo, a soma de netos passaria, não perca as contas, para 7. Nasceriam Letícia⁸¹ e Lilian.

Denise já tinha quase dois anos quando um outro acontecimento abalaria Antônio Braighi. Em dezembro de 1955, aos 86 anos⁸², Vito Braico viria a óbito. Um pouco antes disso, já com os incômodos e fadigas decorrentes da idade (e/ou de uma vida dura, de lida no campo, e embaçada pelo cigarro que estava sempre à boca), o italiano iria residir com o filho mais novo. Sob os cuidados de meus avós, passaria algum tempo, até que, pouco antes de falecer, fosse morar com a filha Luzia.

A troca de casas talvez tenha se dado pelo azedar na relação entre Vito e Vanda. Faz algum tempo minha avó contou a mim, entre gargalhadas, que “aquele velho era muito chato”. Curioso, insisti até que ela contasse os motivos para o reclame. Ela resumiu que o sogro era, de fato, muito rude. O comportamento dele, digamos assim, dispensava cerimônias – e isso muito incomodava minha avó.

“Ele escarrava no chão que eu tinha acabado de limpar e não tava nem aí! Era muito porco! Um dia, quando cheguei em casa, vi que ele tinha feito um varal no meio da sala e estendido a roupa dele! Falei: não é possível! Esse homem tá doido! No meio da sala?! Reclamei demais com o Antônio, mas ele era muito paciente. Aí passei a falar com o só Vitor pra vê se ele mudava, mas não adiantava nada”, afirmou minha avó.

⁸⁰ O que, não sem motivos, configurou certa tristeza para meu avô em ter a filha longe dele. Talvez por isso, além da saudade que também sentia, Denise sempre tenha vindo com grande frequência (até hoje) visitar a família em Betim.

⁸¹ Que daria mais dois bisnetos a Vanda e Antônio: João e Maria.

⁸² Certo dia minha mãe me disse que Antônio Braighi afirmava que Vito Braico teria morrido com quase 100 anos. O problema, àquela altura, é que a família ainda não tinha o documento de nascimento dele, obtido na Itália apenas muitos anos depois, quando se confirmou que nosso bisavô havia nascido em 1869.

“Foi por causa da sua reclamação então que ele saiu da casa em que vocês moravam e foi residir com a Tia Luzia?”, retruquei questionando.

“Não! [risos] O Carlinhos, seu tio [mais risos], ainda era pequeno nessa época, mas já era arteiro. Acredita que ele resolveu fazer cocô na porta do quarto do véio? Eu não vi. Mas, na hora que o só Vito saiu do quarto, deu de cara com aquilo. Talvez ele tenha até pisado na bosta! [muitos risos] Sei que ele ficou muito bravo, disse que eu tinha mandado, que era de propósito, discutiu comigo... e aí ele foi pra Luzia”, resumiu Dona Vanda à galhofar.

Lia, filha de Luzia, se lembra do avô residindo com eles. Criança que era naqueles idos, não se recorda do comportamento abrutalhado de Vito, senão do carinho que tinha com os netos, das balinhas que sempre estavam ao bolsão, das tardes de sábado que passavam a comer frutas e cereais trazidos pelo Tio Chico – que, à época, tinha uma banca no Mercado Central de Belo Horizonte, e levava algumas iguarias aos finais de semana para o pai.

No entanto, o dia 24 de dezembro de 1955 ficou marcado por um episódio que nunca saiu da memória dela e da de Antônio Braighi: *“Eu não gosto de Papai Noel desde a minha infância, pois o vovô morreu na véspera de Natal”*, afirmou Lia. Da mesma forma, eu sempre me perguntei por que é que meu avô tinha qualquer resistência às comemorações de final de ano. Recordo-me, vagamente, que ele procurava ficar mais nos cantos da casa, falava pouco, vez ou outra desaparecia. A resposta, enfim: eram os afetos de um acontecimento que causara uma cisão espaço-temporal, que permaneceria marcado, a tragar toda a emoção de outrora a cada nova celebração de Natal para ele. Enfim, apesar de toda a festa que fazíamos em comemoração ao nascimento do Cristo, muitas delas animadas por peças teatrais articuladas pelas crianças, ele tinha as suas reservas – agora um tanto compreensíveis.

“O Sr. Vítor parecia saber que morreria naquele dia”, se recorda Oswaldo, genro de Luzia. Ele conta que, ao longo de 1955, o italiano sempre perguntava se faltava muito para o Natal. “Eu me lembro até que ele ia muito à Igreja de São José⁸³ e conversava e confessava com um padre italiano, Padre Geraldo, se não me engano. Pouco antes dele falecer, até recebeu a visita desse padre em casa, pois fazia questão de fazer as orações que conhecia no seu idioma, dizendo até que precisava muito fazê-las pois estava perto de falecer”.

Lia recorda bem daquele dia fatídico: “*Minha mãe me avisou com antecedência que não era para falarmos com o vovô que era Natal, ou mesmo que a data estava se aproximando. Porém, uma senhora foi visitá-lo e disse que tinha ido até lá para dar-lhe um abraço de Natal. Pronto! Ele ficou louco! Pedi para que tirassem o oxigênio dele. Imagine. Ele precisava daquilo pra respirar...*”

Ainda criança, Lia percebia toda a movimentação que a casa tinha naquele dia, mas pouco entendia: “*Não estávamos acostumados com aquilo. O nosso portão sempre ficava trancado e, de repente, muita gente estava nos visitando. A princípio eu e meu irmão nem sentimos que o vovô tinha morrido e achamos até legal ver tanta gente na nossa casa. Depois é que fomos compreender tudo*”. Ela se lembra que começou a perceber que havia algo estranho quando Antônio Braighi chegou. Afinal, o tio mais brincalhão, naquele dia, não quis papo.

Meu avô, então com 28 anos, já era homem feito, pai de família – 3 filhos –, cheio de responsabilidades, mas chorara como criança ao ver o cerrar de uma vida. Talvez, ainda mais daquele modo. A morte de alguém que, a despeito de todo o carinho que recebia da filha Luzia, não lutaria por mais tempo entre os seus, mas se entregaria a um desígnio contraditório de ir para outro plano. Talvez por isso, numa inferência minha,

⁸³ Igreja localizada no centro de Belo Horizonte, ligada à Congregação do Santíssimo Redentor. Os redentoristas seguem as máximas legadas por Santo Afonso de Ligório que fundou a congregação em 1732, em Scala – no sul da Itália.

Antônio Braighi tenha se tornado ateu⁸⁴, a duvidar de Deus, diante do falecimento de alguém que era tão religioso. Penso nos questionamentos que talvez tenha tido diante a um conjecturável paradoxo que se formava. Ficam as interrogações sem resposta.

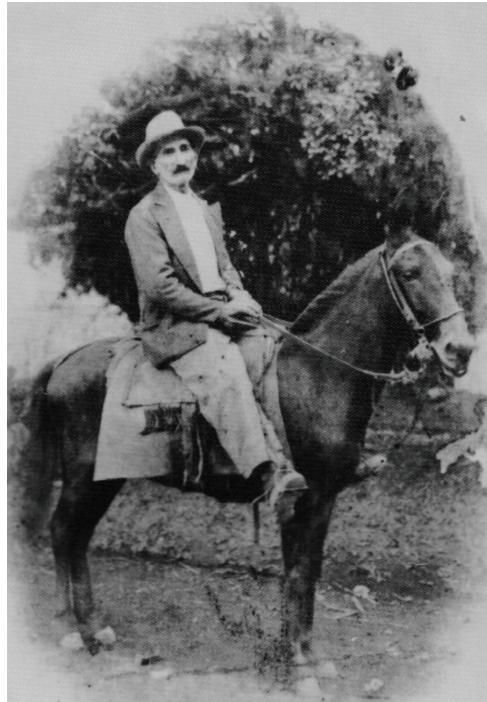
Havia, provavelmente, certa resistência em aceitar que o ídolo tivesse morrido⁸⁵, ainda mais daquela forma – como se qualquer outra fosse aceitável para quem tanto amava. Infelizmente, Vito se foi. Vestiu pela última vez o terno de bolsos largos (último pedido que fizera) e se deitou para não mais se levantar. A cena, assinalando um dia que seria, não sem motivos, de júbilo para qualquer família no Natal, permaneceu vívida e emoldurada na parede da memória de Antônio Braighi como a marca da tristeza.

Contudo, essa cena talvez não tenha sido mais forte do que as reminiscências de outrora: as palavras sobre o que meu avô não viveu – as recordações da Itália, do caminho até o Brasil, dos giros incontáveis pelo interior de Minas; os conselhos e conversas ao pé do rádio; o olhar benévolos do pai à criança que aos poucos crescia; a relação por vezes conflituosa, mas também por isso engraçada, de Jacintha e Vito; o trato da terra, dos bichos; os chapéus; os doces; os movimentos caricatos e os carinhos; a gênese que se esvai, deixando legado no sangue e influência no modo de obrar diante à vida: nunca desistir e batalhar.

⁸⁴ Isto é, conforme minha tia Daisy me disse que o pai era naqueles idos, ao menos até 1957, quando tudo iria mudar. A conjectura que fazemos aqui sobre os motivos que o levaram ao ateísmo poderia incluir ainda a perda de dois filhos (Edna e Vítor).

⁸⁵ Valéria, filha de Amâncio, sobrinha e afilhada de Antônio Braighi, recorda-se que: “No dia em que meu avô morreu, eu descobri quem era o Papai Noel. O tio Tonho sempre me dava brinquedos que ele mesmo fazia: casinhas, armários, entre outros. Naquele Natal, mesmo com a morte do pai dele, ele não se esqueceu de mim”.

Vito Braico



Fonte: Acervo de Daisy Braighi

Eu não conheci, como se imagina, o meu bisavô. Vito Braico, ou melhor, à época Vítor Braichi, durante muitos anos fora só um nome aparentemente distante de mim. Sua presença, no entanto, se via reivindicada todas as vezes em que Antônio Braighi falava da Itália – sem mesmo, infelizmente, nunca ter lá estado. Sua recordação, materializada no registro fotográfico na página anterior, fora durante muito tempo um dos altares na casa de meu avô. Era a referência que tínhamos de nosso antepassado. E é assim mesmo que gosto de me lembrar dele, a tragar os valores que o conformam para mim. Nada ao estilo das obras de Diego Velázquez, sua imponência relaxada sobre equino revela uma força não de domínio, mas de conexão. É potência do porvir e não do estar. É devir mateiro e matuto, que não é dono de nada, mas faz parte do todo, do mundo,

imerso na natureza. Naturalmente, logo não tem, mas é. É uma obrigação consigo e com os outros, desobrigada de explicação, no seu tempo, atemporal. É um olhar distante, contemplativo, de flora e fauna, de unicidade, de mistério a ser descoberto, de futuro, mas de pé no chão. É a vida, na sua contradição, vivida na simplicidade, no trecho e na oração.

A vida de Antônio Braighi segue, mesmo com o coração ainda fragmentado. Talvez para conter as dores, em 1956 resolve alçar outros voos. Ele sai da empresa de ônibus na qual trabalhava para o irmão e passa a atuar novamente como *chauffeur*. Talvez, àquela altura, tivesse tido algum desentendimento com Pedro em razão deste desligamento – segundo minhas tias indicam. No entanto, a boa relação continuaria na família.

Em 1957, após um parto complicado (assunto sobre o qual falaremos na próxima seção), nasceria Daisy (1957) – outra filha que, pelos (des)caminhos do destino, fora morar distante do pai após o primeiro casamento. No entanto, assim como Denise, ia a Betim sempre que podia para ver Antônio e Vanda.

Antônio Braighi, Vanda, Daisy (ao colo), Deiara, Denise e Carlinhos



Fonte: Acervo de Deiara Braighi

Ela lembra que “durante mais de vinte anos, muitas foram as nossas despedidas, todas sempre muito tristes. O sofrimento iniciava um dia antes da minha viagem. Me ver arrumando as malas era doloroso para meu pai e, consequentemente, para mim. No afã de evitar o sofrimento, decidi, depois de muitas malas prontas carregadas de angustias, fazê-las durante a noite. Entrava no meu quarto e iniciava a proeza de vedar a porta para que meu pai não visse que a luz estava acessa. Assim, sem ver a claridade pensaria que eu estava dormindo. Evitava, ao máximo, fazer barulho. Nunca gostei de arrumar malas, mas esta sempre foi, para mim, a mala mais demorada e difícil de fazer. Era uma cena quase trágico-cômica: eu, descalça, pé ante pé para não fazer barulho. Para vedar ao máximo as frestas por onde pudesse emitir luz para fora do quarto, me munia de toalhas, lençol e fita crepe. Com o cenário pronto eu me punha à detestável tarefa de arrumar a mala. Uma cena incontavelmente repetida e, agora, congelada em minha memória”.

Daisy atualmente reside em São Francisco de Paula⁸⁶, no Rio Grande do Sul, estado para onde se mudou após o primeiro casamento. A filha que tivera desse matrimônio, minha prima, se chama Sabrina⁸⁷. Aliás, acerca da gravidez dela, minha tia conta sobre um evento muito bonito envolvendo Antônio Braighi e que demonstra o quanto ele era uma pessoa amorosa.

Diz ela que: “em 1980 chegaria a Minas Gerais trazendo dentro de mim mais um neto para meus pais. Eles já tinham uma neta por parte de meu irmão. Eu era a primeira filha a engravidar. Meus pais ainda não tinham me visto grávida. Estava com seis meses de gravidez quando cheguei ao aeroporto da Pampulha. Meu pai como sempre me aguardava. Saí pela porta de desembarque exibindo

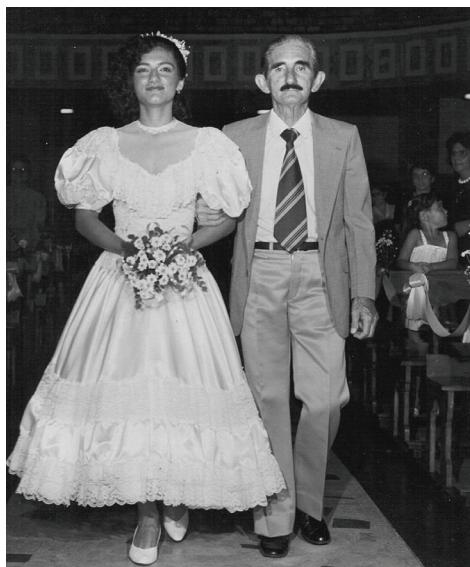
⁸⁶ Coincidência pueril: só existem dois municípios no Brasil com tal nome, um em Minas Gerais e outro no Sul. Cidades pequenas, de poucos habitantes. Nas terras do Sudeste, passaria Vito Braico – e lá nasceriam tantos de seus filhos, e nas terras gaúchas, viveria Daisy Braighi.

⁸⁷ Em razão do segundo casamento de Daisy, com Günter, tenho ainda mais dois primos: Adriano e Letícia. Mais do que enteados de minha tia, os dois foram criados com Sabrina como verdadeiros irmãos que assim se consideram.

um abdômen protuberante. Jamais imaginava a reação de meu pai ao me receber. Eu, em meio a várias pessoas que saíram juntas comigo daquele voo da Varig, entrei no saguão do aeroporto. Meu pai com um enorme sorriso no rosto, sem nenhum constrangimento diante daquela multidão se ajoelha e beija minha barriga. Uma cena que está registrada na minha retina e, talvez, na de muitos daqueles desconhecidos que assistiram a este momento de poetude e ternura”.

Como voltaremos à história de Daisy, façamos um salto na linha temporal – aqui até agora mais ou menos seguida – para dizer que a caçula, Dagmar (1962), viria ao mundo 5 anos depois. O nome herdou da madrinha, esposa do doutor Vicente – homem de quem iremos falar com mais atenção à frente. Quase-temporâ, a filha fecharia a lista de descendentes (biológicos) diretos de Vanda e Antônio. Assim como Deiara, ainda hoje reside em Betim – MG. Do casamento com Lélio, viriam ao mundo três rebentos: Gabriel, Lila e Lélia – fechando a conta de netos (biológicos) em 11.

Casamento de Dagmar Braighi



Fonte: Acervo de Dagmar Braighi

À Dagmar é importante fazer um registro (e agradecimento) fundamental: depois do falecimento de Antônio Braighi, coube a ela cuidar da mãe. Nas últimas duas décadas, sua atenção e carinho foram fundamentais para a manutenção da qualidade de vida de Vanda. Não é qualquer fardo se preocupar e zelar pela própria genitora. Todavia, penso no conjunto de renúncias que uma jovem mulher (posto que, à época do início das demandas, minha tia completava 37 anos) teve que fazer para gerenciar as necessidades de uma idosa que, além da perda do marido, contava com algumas enfermidades para as quais precisava de auxílio. Apoio dos outros filhos nunca faltou, mas foi Dagmar que assumiu o lugar de liderança nessa lida. Fica, de longe, certamente o agradecimento do pai.

Como se vê, as filhas são unâimes em dizer que Antônio Braighi sempre fora um pai muito amoroso, apesar de rígido e disciplinador, o que aparentaria certo paradoxo. Segundo Daisy Braighi, “*cuidar da família, das pessoas amadas, era uma premissa de meu pai. Claro que neste cuidado, com os filhos e com a esposa, estavam implícitas normas, que nem sempre eram discutidas democraticamente, e também havia muito ciúme. Sim, meu pai era ciumento e muito amoroso. Uma característica sua que contrapunha a característica do modelo de homem da sua época, era a naturalidade com a qual demonstrava sua amorosidade. Ela era representada de diversas maneiras*”.

Uma dessas formas, minha mãe me conta nostálgica. Por vezes o dinheiro era regrado e faltava o lanche para que as filhas levassem à escola. Antes da saída de casa, porém, Antônio Braighi dizia: “*Não se preocupem; um jeito eu vou dar!*”. E lá iam para as aulas, confiantes na promessa do pai. Quando soava o sino para o intervalo, Deiara já não precisava se preocupar, meu avô estava à porta, com um ovo cozinho para lhe entregar. A fé dele vinha, quem diria, da criação de galinhas; e elas não falhavam. Imagino como isso seria um “pagar um mico” (a expressão ainda existe?) para as crianças/adolescentes de hoje

em dia, em detrimento da demonstração de orgulho que as filhas ainda têm de um gesto tão simples.

* *

*

É atribuída a Guevara a celebre frase “hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás”. A postura de Antônio Braighi remete, de alguma forma, à clássica máxima, sobretudo em seu trato familiar. A disciplina, o amor, a firmeza, a sensibilidade, a austeridade, o afeto, o rigor, a ternura, em toda a sua complexidade, na paradoxalidade, no suposto contrassenso, o sentido: meu avô.

* *

*

No curso da produção deste livro, completei 35 anos e ganhei de Daisy um presente singular – que aqui compartilho com o leitor. O regalo, aliás, demonstra o quanto meu avô era afetuoso com as filhas e saudoso das que foram morar longe. Meses antes, minha tia havia me dito, num papo informal, que Antônio Braighi era poeta. Surpreso, um tanto duvidei, mesmo sabendo da afinidade dele com a língua pátria. Ela me disse que o meu questionamento procedia, posto que ele nunca havia contado isso abertamente, tampouco se considerava um poeta.

Acontece que ele já tinha feito um poema ou outro para a filha. Tivera, a certa altura, até lhe mostrado um texto belíssimo que fizera desse gênero. Elogiado por Daisy, não obstante, rasgara logo depois a produção. Por quê? Segundo Antônio Braighi, por achar que não poderia ter vaidade, por considerar que esta seria uma presunção que contrariaria o comportamento humilde que deveria ter. Ora, pois!

Salvaguardado intacto, entretanto, estaria um desses poemas. Minha tia teve que revirar o seu relicário, tocando vez

ou outra em afetos do passado, ainda vivos, para contribuir com este livro. Lá encontrara o único texto que restara, que não fora despedaçado pela virtude. É o poeta apresentando um eu-lírico matuto, nostálgico da companhia da filha. Com alargamentos no gênero, sem seguir estruturas, fizera então mais poesia do que poema, como a seguir se pode ver.

Poema de Antônio Braighi para a filha Daisy

ANTIGAMENTE

QUE ESSAS MAIS TRANSSADAS LINHA,
ENCONTRE DIÁVILA PRETINHA
EM PAGE E MUITO SATISFAIMENTO,
VANCE MAIS A PRINCEZINHA,
TÓ APERRIADO PRA MODE VE VANCEIS,
TÓ SEMPRE DIÂNO PRA RIBA, PÍDINO O PODEROSO
PRA MODE ABRIVIA A VIAJÉ DANCEIS, MODE
NOIS VE ANCEIS MATIS LIGEIRO.
NOIS PEDEI TODA NOITADA OS SANTOS, MODE
PROTEJE ANCEIS, NOIS PEDE MUITOS PRAMODE
QUANDO UMA NÃO TA EM CASA, NOIS PEDE
UM OUTRO
SEU PRI TÔM BOBO
Sóle' mais ve'

Fonte: Acervo de Daisy Braighi

Religião e Oração (ou Espiritismo e mediunidade)

"Você não estava dando nada pela nossa sopa, não era?!", disse, com voz mansa e baixa, seguido de um sorriso leve no canto da boca, ninguém menos que Chico Xavier.

Ainda de cabeça baixa, ouvira aquilo meu avô na última colherada. Ao levantar a fronte ao anfitrião, teve a surpresa. A resposta veio tímida e um tanto envergonhada, de quem se acanhara em provar daquele caldo, um tanto ralo e já no fundo da panela, que servia aos mais necessitados⁸⁸: “*Estava mesmo uma delícia, mas eu não queria que faltasse a quem precisa*”. Chico sorriu novamente e voltou ao trabalho.

O dia em que Antônio Braighi pôde trocar meia dúzia de palavras com Chico Xavier fora contado, com certo embaraço, apenas à filha Denise – das herdeiras diretas, talvez a única que tenha legado o interesse pelos estudos kardecistas. Ela lembra comovida do caso e diz que o pai, quando rememorava o episódio, dizia que nunca tinha provado sopa tão deliciosa. Já consciente acerca da doutrina que seguira, afirmava que ali havia, sem dúvida, influência transcendental. Afinal, não apenas pelo sabor, mas pela quantidade – que sempre supria as demandas de quem pedia – e até pela sustância extra que trazia.

Chico poderia responder, enfim, que não faltava a ninguém e, tão importante quanto, quem disse que Antônio prescindia? O sorriso ao final, talvez, tenha dito.

É verdade que fora um diálogo curto, na troca de olhares rara de Antônio Braighi com o grande médium brasileiro, mas não menos tocante – sobretudo ao saber de tudo que meu avô fizera, talvez mesmo por inspiração de Chico Xavier.

Tal encontro aconteceu, no entanto, nas dezenas de vezes em que fora a Pedro Leopoldo – MG, cidade natal de Chico Xavier. Para percorrer os pouco mais de 35 quilômetros de Belo Horizonte à pequena cidade da região metropolitana, um dentista, conhecido como Doutor Vicente, tomava o táxi dirigido pelo meu avô. Lá o passageiro, que se tornaria grande amigo, ajudaria como tarefeiro nas obras de caridade mantidas pelo Centro Espírita Luiz Gonzaga⁸⁹.

⁸⁸ Trata-se da distribuição da “Sopa Fraterna Maria João de Deus” (nome da mãe de Chico Xavier), que ocorre todos os sábados em Pedro Leopoldo – MG, servindo cerca de 300 pratos.

⁸⁹ Em entrevista com Ivo, mais um membro dos *Braichi*, soube que, na verdade,

Os contatos com o emérito odontologista passaram a mudar um pouco a forma de Antônio Braighi encarar a religião. Ele, que havia sido criado na senda católica apostólica romana, seguia à distância, talvez por respeito, o comprometimento religioso do pai, Vito. Era a perspectiva que conhecia quanto à crença cristã, ainda que não fosse devoto fervoroso. Fico a imaginar, então, a primeira vez que ouvira falar do Espiritismo, em tempos mais ortodoxos, por assim dizer, e com a formação acadêmica que tinha. Eram os idos da década de 1950 e, ainda que a fama do notável espírita tivesse se espalhado, ainda havia resistência – como talvez mesmo hoje haja por aí, conformada na ignorância e/ou na superstição.

No trajeto, todavia, o *chauffeur* ouvia sobre a elucidação dos caminhos da vida. Nas palavras serenas de Doutor Vicente, a codificação kardecista era explanada em versos simples, na linguagem, que, de tão coloquial, traduzia o que o conjunto de espíritos dizia. No trecho, em múltiplas idas e vindas, a temática sempre convinha. Curioso, Antônio sempre perguntava e, a cada resposta assertiva, a narrativa ia se transformando em melodia – e ele sorria. Simples poesia na vida de quem pouco estudo tinha. Com o respeito e consideração fraternal do cliente-amigo, conseguia abrir a capacidade de reflexão.

Até que veio o baque! Até ali, tal doutrina parecia coisa de gente rica e culta. Era tudo muito bonito, soava bem, mas se fazia muito distante. A caridade não era tão presente na vida de um sujeito que tanto tinha que trabalhar. A labuta não deixava, a quem precisava cuidar dos filhos, tempo para qualquer filantropia. Aquela altura, aliás, já eram três: Carlos, Deiara e Denise e Vanda estava a esperar mais um(a).

Dr. Vicente já era cliente e amigo de José Carlos (o Zeca, pai de Ivo e irmão de Antônio Braighi). Naquela oportunidade, disse-me ainda o entrevistado que o pai também levava o dentista a Pedro Leopoldo – MG, motorista que também era. Foi assim, aliás, que aquele ramo da família se tornou espírita. Possivelmente, em razão de relação pregressa do irmão mais velho com aquele senhor, meu avô o tenha conhecido.

Um desmaio súbito, findando um conjunto de outras complicações da gestação, levou minha avó ao hospital. Horas a fio aguardando um retorno, ao que o médico interpõe a amargura em fria questão para Antônio Braighi: “*O quadro dela não é nada bom. Conseguimos estabilizar, mas, provavelmente, se não houver melhorias, teremos que escolher: ou a vida da sua esposa ou a de seu filho...*”

Em que período de curso acadêmico alguém (para não utilizar um adjetivo depreciativo para qualificar o obstetra-clínico-cínico) aprende a dizer isso? Mas que pergunta era aquela? Vanda, já internada, agonizava diante de uma situação que se dizia, na fala de tal doutor, quase perdida. Do lado de fora, atônito, Antônio não queria perder ninguém. O que lhe sobrava? O apelo a Deus parecia inevitável.

“*Mas o seu avô era ateu naquela época, meu sobrinho!*”, certa vez me disse Daisy – aquela que estava no ventre de Vanda. Por qualquer motivo que valha, conforme fiz apostas anteriores aqui, sua confiança no Pai declinou. Mas, naquele momento, diante da possibilidade de perder a mulher amada e a filha desejada, provavelmente agarrou-se ao tipo de fé que ele conhecia. Mas ela, não sem motivos, pouco serenava. A possibilidade de oração àquela altura parecia pouco efetiva, principalmente frente à ansiedade que sovava. “*Por quê?*”, ele questionava, como qualquer um de nós faria.

Na explicação que não vinha, teve um encontro com o fraternal Doutor Vicente, que trouxe alguma elucidação. Acalmou a agonia fortalecendo a confiança, no arranjo correto da prece que enchia de acalanto o coração de Antônio. Era um homem de cultura, como se dizia daquele odontologista. Mais do que isso, sua calma no trato com questões do mundo era de se admirar. Não se tratava de frieza, mas de uma segurança que cativava. Na proteção das palavras dele, Antônio Braighi se confortava e confiava.

Não deu outra: a pequena nascera e Dona Vanda mantinha-se firme e forte. A fé renovada funcionara até ali! E

que fé era aquela? Em que momento Antônio Braighi passara a ter tanta firmeza de pensamentos? O Espiritismo começava a descortinar uma capacidade que meu avô tinha – como qualquer um de nós tem – de conseguir coadunar energias positivas em torno de uma causa, de uma questão.

No entanto, Daisy viera ao mundo com várias complicações e ainda corria o risco de falecer. Desde então, precisava tomar remédios de toda ordem e receber cuidados especiais. A agonia com o estado da filha continuava a abraçar meu avô em somatizações negativas. Cobri-la de todos os procedimentos cabíveis parecia pouco diante do resultado que não vinha. Tomava-lhe um desconforto com a situação que pouco podia fazer; não queria ver sua culpa alargada na perda do terceiro filho – o sofrimento, até ali, já era demais.

É nesse ponto que se recorda aqui uma frase muito comum no meio espírita: em tal doutrina (como na vida) se entra (e se aprende) pela dor ou pelo amor. O caso de meu avô, como se vê, enquadra-se no aspecto da expiação (mas se conformaria, ao longo do tempo, na outra via). Àquela altura, se infere, já estava Antônio Braighi a frequentar as reuniões públicas de estudos kardecistas. Não obstante, foi ter diretamente e novamente, então, com o Doutor Vicente.

Sem saber mais o que fazer, diante de um quadro agonizante de Daisy mesmo medicada por química alopática, meu avô inquiria sobre no que mais a religião poderia ajudá-lo. O amigo, com maior experiência na doutrina e mais entradas – por assim dizer – no Centro que frequentavam, poderia lhe dar os melhores encaminhamentos ali. Iria então buscar direcionamento com os mentores da Casa espírita. Assim foi feito e, após consulta específica, Antônio Braighi recebera das mãos do próprio Doutor Vicente a indicação. A orientação para o que passava Daisy era simples, mas não menos questionável: parar de ingerir os remédios receitados.

Mas, como? O que iria atuar no lugar do que fora prescrito?

Se meu avô de fato fez tais perguntas, Doutor Vicente, com a serenidade de costume, teria respondido: “*A sua fé*”.

Fé? É só? Mas que pai colocaria a vida de um filho em risco, abrindo mão da medicina em razão da indicação (tida) comum, advinda do plano místico?

Aquele que confiasse, por demais, no antídoto indicado.

Mas a fé não é crença dogmática, é confiança baseada na fidelidade. Lealdade por sua vez ao compromisso não com uma igreja, mas com a própria evolução do ser. É um desenvolvimento que tem por base não os procedimentos religiosos, mas o comportamento ancorado na caridade e na humildade. Vetores que se conformam na ação sincera, no trabalho firme, fincados no amor ao próximo. Sentimento que pensa, posto que exige instrução – não apenas científica, mas mais da verdade cristã. E teria sido lá, mais especificamente no Evangelho segundo o Espiritismo, que Antônio Braighi teria encontrado os adágios que o confortaram⁹⁰.

Mais do que isso, achou as palavras que o motivavam a agir, uma vez que a fé que demandava era a da ação. Sua confiança na recuperação da filha só viria, como imaginava, no exercício do amor ao próximo, no labor em prol do bem comum, no auxílio espontâneo aos irmãos necessitados, na oração constante que lhe iluminasse, no seu engendrar como espelho a refletir e espalhar a luz que porventura recebesse, na reforma íntima que deveria empreender – aparando suas arestas morais, enfim, um amplo e nada simples conjunto de demandas. E assim o fez!

⁹⁰ Onde se lê, entre tantas outras passagens: “7. Sou o grande médico das almas e venho trazer-vos o remédio que vos há de curar. Os fracos, os sofredores e os enfermos são os meus filhos prediletos. Venho salvá-los. Vinde, pois, a mim, vós que sofreis e vos achais oprimidos, e serei aliviados e consolados [...] [8] A abnegação e o devotamento são uma prece contínua e encerram um ensinamento profundo. A sabedoria humana reside nessas duas palavras. Possam todos os Espíritos sofredores compreender essa verdade, em vez de clamarem contra suas dores, contra os sofrimentos morais que neste mundo vos cabem em partilha”. *O Espírito de Verdade* (KARDEC, 1991).

Meu avô jogou todos os remédios fora⁹¹, confiou na fé e Daisy se salvou, crescendo bela e saudável. Por gratidão ou por paixão, todavia, o comportamento de meu avô não se encerrou na recuperação da filha; se tornou uma constante. Um vício bom na prática do bem.

Minha tia Denise, todavia, ajuda a relativizar – se de alguma forma aqui houve tal impressão – a ideia de que Antônio Braighi apenas se tornou um homem melhor (posto que dali em diante começara uma saga social) em razão do Espiritismo: “*O que ele fazia pelas pessoas tinha muito a ver com a bondade dele, a religião só aflorou o que ele já tinha. Seu avô não fazia o que fez para ganhar o céu, fazia pelo prazer de ajudar. Ele gostava de ajudar e se sentia feliz com isso.*”

Não obstante, evidentemente a doutrina o despertou. E é por isso que é tão importante falar do Espiritismo neste livro. Além, é claro, de uma biografia ter o dever de contemplar passagens marcantes e características distintivas do personagem, aqui tal seção funciona como uma chave de leitura fundamental. Não se quer, de forma alguma, doutrinar indiretamente através de uma obra como esta. Afinal, tal como disse o Papa Francisco, é melhor ser ateu do que um cristão hipócrita; a prática do bem não tem, necessariamente, nada a ver com a religião. Assim, de outra forma, se esta biografia tem qualquer valor para além do registro, este seria o de fazer com que os leitores se inspirem nas ações de Antônio Braighi e não no que tinha como doutrina religiosa.

Nada obstante, é inegável a força da fé desse homem. Imaginando que o único medicamento que Daisy tomara, a partir do instante em que os alopáticos foram para a lixeira, era um pequeno copo com água fluidificada⁹² e nada mais, já

⁹¹ Minha tia conta que certa vez conversou com meu avô sobre essa decisão que tivera que tomar. Ele disse que foi difícil, que teve certo receio inicial. Teria inclusive perguntado ao amigo Vicente: “*Mas, e se ela morrer?*”, ao que ele respondera: “*Mas não foi você mesmo que me disse que ela está desenganada, que pode falecer a qualquer hora? A decisão é sua, tanto quanto a força de sua fé.*”

⁹² Grosso modo, na perspectiva espírita, trata-se da água comum que, no entanto, é

se observa a certeza que passara a ter no plano superior, passo a passo construída entre a ação no bem e os resultados decorrentes.

O líquido recebia as energias emanadas das preces que Antônio Braighi passara a fazer a partir de então, começando um rito que se tornou tradição em nossa família. Normalmente, na sala de sua casa, de domingo a domingo, sempre às 20h, Antônio Braighi parava absolutamente tudo o que estava a fazer e começava a tradicional oração – diria melhor, o culto no lar. Passava a acreditar na importância de manter um horário para tal atividade, compreendendo a desejável presença de espíritos amigos ante ao agendamento que seguia à risca.

Meu avô quase sempre se sentava à poltrona preta que ficava abaixo da janela. À sua esquerda, três pequenos quadros justapostos em forma de triângulo na parede; eram pinturas dos rostos de Jesus Cristo (no alto), Philippe de Lyon⁹³ e do Dr. Bezerra de Menezes⁹⁴ (logo abaixo do Mestre, como patrono da casa). Em pelo menos dois momentos específicos da reza, Antônio olhava para as imagens, em agradecimento e pedido de bênçãos na intermediação pelo pictórico.

À sua frente, em uma mesinha de centro, já havia preparado uma jarra com água e algumas xícaras (normalmente na quantidade de pessoas que estavam em casa). Líquido, como dito, a ser fluidificado e a energizar a todos os presentes.

Mais ou menos dessa forma, a dinâmica seguia: Uma prece de abertura, quase sempre integrando orações conhecidas, como o Pai Nossa e a Ave Maria; a leitura de algum trecho de um dos livros da codificação espírita, sobretudo o Evangelho segundo o Espiritismo; um pedido sincero e humilde para que

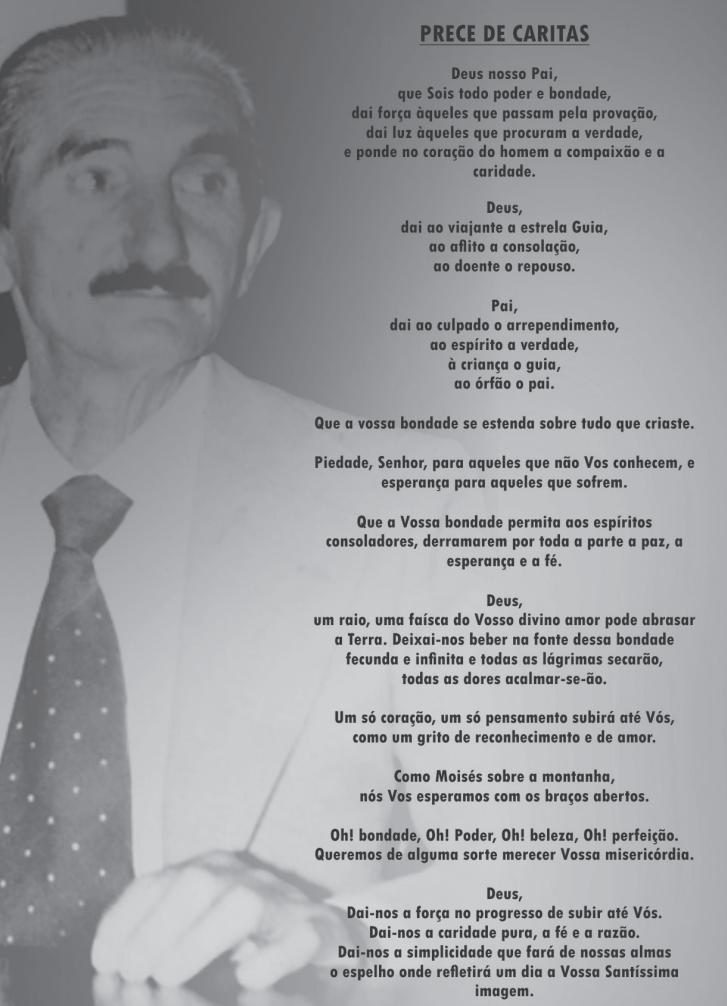
magnetizada por energias. O processo se dá através da oração e do emanar de bons pensamentos, pedindo a interseção do plano superior no envidar de bons fluidos (em geral, curadores para males físicos e morais) para a bebida.

⁹³ De quem falaremos na próxima parte deste livro, na seção sobre Mãezinha.

⁹⁴ Conhecido também como o “Médico dos Pobres”, Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti fora um médico-filantropo e um dos grandes responsáveis pela divulgação do Espiritismo no Brasil.

a água fosse fluidificada, servindo de remédio ao corpo e à alma; e o encerramento, sempre em tom de agradecimento, seguido da belíssima prece de Caritas⁹⁵.

Prece de Caritas – a favorita de Antônio Braighi



PRECE DE CARITAS

Deus nosso Pai,
que Sois todo poder e bondade,
dai força àqueles que passam pela provação,
dai luz àqueles que procuram a verdade,
e ponde no coração do homem a compaixão e a
caridade.

Deus,
dai ao viajante a estrela Guia,
ao afilito a consolação,
ao doente o repouso.

Pai,
dai ao culpado o arrependimento,
ao espírito a verdade,
à criança o guia,
ao órfão o pai.

Que a vossa bondade se estenda sobre tudo que criaste.

Piedade, Senhor, para aqueles que não Vos conhecem, e
esperança para aqueles que sofrem.

Que a Vossa bondade permita aos espíritos
consoladores, derramarem por toda a parte a paz, a
esperança e a fé.

Deus,
um raio, uma faísca do Vosso divino amor pode abravar
a Terra. Deixaí-nos beber na fonte dessa bondade
fecunda e infinita e todas as lágrimas secarão,
todas as dores acalmar-se-ão.

Um só coração, um só pensamento subirá até Vós,
como um grito de reconhecimento e de amor.

Como Moisés sobre a montanha,
nós Vos esperamos com os braços abertos.

Oh! bondade, Oh! Poder, Oh! beleza, Oh! perfeição.
Queremos de alguma sorte merecer Vossa misericórdia.

Deus,
Dai-nos a força no progresso de subir até Vós.
Dai-nos a caridade pura, a fé e a razão.
Dai-nos a simplicidade que fará de nossas almas
o espelho onde refletirá um dia a Vossa Santíssima
imagem.

Fonte: Tradução nossa da prece publicada no livro
Rayonnements de la Vie Spirituelle (KRELL, 1875)

⁹⁵ Oração psicografada em 1873, na França, ditada pelo espírito denominado Caritas – do latim, que significa Caridade.

As orações de meu avô passaram a se fortalecer, por assim dizer, numa dinâmica retroalimentativa entre o trabalho pelo bem e os resultados que obtinha. A fé se avigorava na ação e não apenas por meio de belas palavras. As preces, assim, representavam catalisação de energias que estimulavam práticas positivas não apenas no seio da família consanguínea, mas junto aos irmãos e irmãs que passava a reconhecer nos variados grupos sociais que frequentava, sem qualquer distinção.

Seguem alguns exemplos. Minha tia Cida se recorda que um dia viu meu avô passando um pano com álcool nos móveis que ficavam em uma das salas de sua casa. Curiosa, perguntou se o sogro estava esperando visita. Antônio Braighi disse que sim, que naquela tarde Osvaldo Franco (ex-prefeito de Betim) apareceria por lá. O motivo não era uma visita meramente de amigos, posto que os dois o eram, mas que, preocupado com dores incessantes que sentia no joelho, o político iria à sua residência para que ele fizesse uma prece que lhe ajudasse com a conjectável moléstia.

Meu avô não era curandeiro, era apenas um intermediário de fé (como todos nós podemos ser). Força mental e espiritual que aos poucos desenvolvera, com afinco, sendo reconhecido pelos amigos (e por pessoas que sequer conhecia) por isso. Zé Augusto, filho de Jair – melhor amigo de meu avô, como visto anteriormente – recorda-se que Antônio Braighi tinha uma dor nas costas com a qual muito padecia. Talvez por isso, segundo sugere, o apreço pela cadeira de balanço. Tratava-se de uma espécie de desgaste nas vértebras, que muitos na família tinham (e/ou ainda têm). “*Porém, eu lembro que quando ele estava mal, pedia cinco minutos quietinho. Ele sentava, mentalizava e, depois desse tempo, já estava bom novamente. Era incrível! Ele saía depois esticando as pernas e os braços como se não tivesse nada. Era um homem de uma força espiritual sem igual!*”

Mas eu pensava que era só isso! Só?! Recordo-me fidedignamente dos cultos no lar e a atmosfera positiva que

aquele rito trazia à casa dele. Lembro-me, e sinto muita saudade, de suas bênçãos. Era pujança pura e certeira ao que se fazia necessário. O que eu nunca poderia imaginar, no entanto, é que ele, talvez (perdoem por relativizar, uma vez que ele não está aqui para corroborar), tivesse uma espécie de mandato mediúnico⁹⁶. Mandato, pois é obrigação, encargo, não uma virtude que se possa utilizar a bel prazer. Mediunidade é responsabilidade que se entrega a quem, se infere, utilizará dela de forma correta, para o bem, como missão.

A certa altura de sua vida, teria ganhado essa incumbência do plano superior. Fazia sentido; era, segundo Joana de Ângelis registrou a possibilidade, a “libertação do próprio médium, que, em dilatando o exercício da nobilitação a que se dedica, granjeia consideração e títulos de benemerência que lhe conferem paz” (DE ANGELIS, 2011, p.126). Ganhava mais trabalho, em razão do trabalho que já exercia.

Mas a primeira vez que ouvi falar sobre seus feitos nessa seara foi, justamente, no curso de produção deste livro. João Braichi, sobrinho de meu avô, foi quem me contara sobre uma possível psicografia que ele empreendera. A irmã dele, Clara, falecera relativamente jovem de doença incurável, trazendo um grande trauma para a família. Os pais, Luzia e Synval (o saudoso Tio Valim), sequer foram ao velório e enterro da filha. Meu avô foi quem ficara acompanhando os dois, consolando e atento às demandas do casal na casa deles.

Dias depois, ainda sorvendo o luto pelo desencarne de pessoa tão querida, os familiares se reuniram na casa dos pais de Clara. A certa altura, alguém decidiu tomar o calendário para fazer qualquer consulta. Tia Luzia sempre fora adepta das folhinhas, dispendo-as, para acompanhar as datas, sempre à

⁹⁶ Àqueles que seguem a doutrina espírita, não falo com propriedade aqui dos conceitos trazidos por André Luiz através de Chico Xavier (sobretudo no livro “Nos domínios da mediunidade”). Utilizo a expressão de forma mais genérica e em certa medida apenas como uma possibilidade, uma vez que não tenho efetivamente como comprovar. Sigo os indicadores para, no entanto, fazer tal conjectura.

cozinha. Tiveram grande surpresa, no entanto, quando viram que, no verso de várias páginas dos meses, havia uma pequena mensagem da falecida para cada membro da família.

Valim e Luzia certamente não fariam aquilo, sequer tinham muitas forças para da cama sair. Antônio, por sua vez, apesar de brincalhão, não faria tamanha e inoportuna chacota. Todavia, fora mesmo ele – ao menos a mão dele – que escrevera tais mensagens. Perguntei a João, então, como ele tinha certeza de que se tratava mesmo de uma psicografia e ele, categórico, disse que a assinatura das cartinhas era a mesma de sua irmã. Ele nunca teve dúvidas.

Disse a João que eu nunca soube sobre essa capacidade de meu avô – apesar de todos nós termos tal faculdade, ainda que nem todos de modo ostensivo. Talvez sobre isso ele nunca falasse por certa vergonha, para não explicar aquilo que nós não conseguiríamos entender, ou mesmo por não ficar a expor algo que, em verdade, não deveria mesmo ser exposto. O sobrinho, no entanto, afirmou que eu só não percebia mesmo por não entender. Perguntou-me, por exemplo, se eu não me recordava quando ele ia dar um conselho a alguém e parava por alguns segundos a pensar; tratava-se, muitas vezes, de intuição advinda da espiritualidade amiga – o que não deixa de ser um tipo de mediunidade. Como eu nunca pensei nisso?

Trecho de uma das cartas psicografadas por Antônio Braighi⁹⁷

meus queridos pais, eu amo vocês dois
essa vozes eram chorar, deus fez o que
achou melhor,
se eu continuasse na terra, estaria sofrendo
muito mais.
eu não morri, estou mais viva do que antes e espero encontrar um dia com vocês dois
enquanto isto peço a vocês para ter mais
fé em deus.
papai mamãe elas meus filhos por
caridade, olhe a marizinha. ela
precisa do carinho de vocês

até um dia
a filha que muito ama a
vocês dois
clara

Fonte: Acervo de João Braichi, irmão de Clara e filho de Luzia

O Sr. Joel Fernovedes⁹⁸, pastor de uma igreja pentecostal em Betim, que sempre pedia recomendações diversas de Antônio Braighi, em entrevista me disse: “Muitas vezes, coisas que ele me disse, tenho certeza, eram os guias espirituais dele me dizendo. Não era ele. Recebi muitos recados através do seu avô”.

Aos poucos, no curso das conversas que eu passei a ter com familiares sobre isso, começaram a surgir histórias que eu desconhecia. Meu primo Juninho (filho de Carlos Braighi), por exemplo, conta que certa vez estava na casa de nossos avós quando uma senhora bateu à porta. Era uma vendedora

⁹⁷ Onde podemos ler: “Meus queridos pais, eu amo vocês dois. Peço [para] vocês não chorar. Deus fez o que achou melhor. Se eu continuasse na Terra, estaria sofrendo muito mais. Eu não morri, estou mais viva do que antes e espero encontrar um dia com vocês dois. Enquanto isto, peço a vocês para ter mais fé em Deus. Papai [e] Mamãe, olhem minhas filhas por caridade. Olhem a Marizinha; ela precisa do carinho de vocês. Até um dia. A filha que muito ama a vocês dois. Clara”

⁹⁸ Personagem de histórias marcantes com Antônio Braighi e que revelaremos mais à frente no livro – algumas delas, inclusive, na seara religiosa.

que trazia uma oportunidade de negócio. Antônio Braighi não era de dar muita atenção a esse tipo de conversa, mas, surpreendentemente, naquele dia resolveu pedir para que aquela senhora entrasse.

Meu primo continuou a fitar a conversa, posto que estava mesmo na sala vendo televisão e lá ficou. A mulher falou por cerca de 5 minutos sobre o que estava supostamente a comercializar. Passado esse tempo, em que meu avô dedicara total atenção a ela, voltou-se à vendedora e teria dito: “*Tudo bem, eu já entendi isso, mas agora me diz o que você realmente veio fazer aqui!*”

A senhora, agora muito mais corada, disfarçava o constrangimento e insistia, já a gaguejar, que o motivo daquela visita era profissional. Baixara, no entanto, a cabeça e esfregava as mãos como que a perceber que um suposto segredo fora descoberto. Envergonhada, calou-se e fez-se ali gritante silêncio. Meu primo fez-se de desentendido e adotou cara de paisagem.

Antônio Braighi então teria pego delicadamente no braço daquela senhora e dito: “*Pode falar... pode se abrir... ele está aqui agora conosco!*”

Juninho relembrava esse caso aos arrepios. Segundo ele, após essa fala de nosso avô, a mulher começara a chorar e Antônio Braighi, não sem motivos, pediu para que meu primo se retirasse do local, sem mais explicações sobre o que ocorrera.

Psicografia, intuição⁹⁹, vidência; meu avô supostamente tinha variadas faculdades que poderiam fazer dele um médium reconhecido. Não obstante, a prática espírita exigia mais. Pedia uma certa educação – como muitos no meio costumam chamar –, ou uma adequação ao trato, que ele talvez não tenha conseguido

⁹⁹ Muitas delas, talvez, advindas de seu mentor. Era comum vermos ele sentado à sombra da frondosa mangueira que tinha no quintal. Alguns de nossos parentes indicam que era ali que costumava encontrar-se com tal figura. De longe, algumas vezes foi flagrado pelos familiares a balbuciar palavras, solitário fisicamente, o que poderia ser um indicador da afirmativa anterior.

desenvolver. Não falo apenas da instrução, no hábito da leitura que provavelmente pouco tinha – a não ser durante os cultos no lar que fazia. Aponto uma postura também que exige parcimônia.

Quem explica é Denise Braighi. Segundo ela, certa vez meu avô teria começado como tarefeiro em um Centro espírita, no qual, inclusive, fora chamado para atuar nas reuniões mediúnicas. Nestas, há o trabalho do dialogador (ou doutrinador, termo hoje pouco utilizado), responsável por instruir os espíritos que lá se manifestam, função que Antônio Braighi por algum tempo ocupou. “Acontece que o seu avô brigava com aqueles espíritos, dizia que eles não podiam fazer o que estavam acometendo às pessoas, falava alto, discutia... batia de frente mesmo... queria dar lição de moral neles”, recapitula minharia entre um sorriso e outro.

A equipe daquela Casa¹⁰⁰, então, fora explicar a ele que aquela não era a forma mais adequada de abordar os espíritos, que meu avô deveria ter mais paciência com os irmãos espirituais que ali buscavam também socorro e atendimento fraterno. Todavia, parece que Antônio Braighi não se convencia disso e, por fim, resolveu afastar-se dessa empreitada. Ele possivelmente não conseguia compreender que a sua fala era dissonante de uma métrica de atuação que já vinha sendo empreendida não só ali, mas em tantos outros Centros – baseada nos estudos da codificação de Kardec e nos livros de André Luiz psicografados por Francisco Cândido Xavier.

Mas, ainda que fora dos Centros (como trabalhador – posto que, nem com tanta frequência, prosseguia a frequentá-los), ele continuava, vez ou outra, com tal modo de agir. Doutor Chumbinho, renomado médico que ainda hoje atua em Betim, disse certa vez ter assistido a uma cena da qual sempre se recorda. Ele visitava e proseava com o amigo quando, no meio da conversa, uma mulher procurou Antônio Braighi pedindo

¹⁰⁰ Não sabemos precisamente qual.

ajuda. Meu avô então solicitou que o doutor aguardasse na sala um minuto e deslocou-se com aquela senhora para os fundos da casa.

“Como ele demorou pra voltar, eu fui lá ver o que estava acontecendo. E eu cheguei lá e vi ele conversando com os espíritos. Passando um sabão mesmo. Aquela mulher estava sendo fortemente obsediada¹⁰¹ e ele tentava ajudar ali como podia. Eu vi, ninguém me contou não”, afirma Doutor Chumbinho, que também é atuante espírita de linha kardecista.

Dona Ieda, amiga de longa data de Antônio Braighi no círculo espírita, lembra-se bem da presença dele na fraternidade Glacus em Betim. Segundo ela, meu avô vez ou outra aparecia por lá, mas sentava-se no fundo nas reuniões públicas, ficava por vezes reservado, calado e pouco demonstrava interesse em participar mais ativamente dos trabalhos nas reuniões mediúnicas na casa – fruto, provavelmente, de resistência que criara no passado (em outro Centro, imaginamos).

Diga-se de passagem, há relatos dele em participações em reuniões públicas em vários Centros Espíritas de Betim – MG. Não se pode negar, então, que ele buscasse instrução. No entanto, como Doutor Chumbinho me disse em entrevista, Antônio Braighi era um “espírita de prática”, o que é o mais importante no mundo em que vivemos: as obras.

Seja por gratidão ou paixão, a partir do momento em que se entregou para tentar cercear suas agruras (posto que entrou pela dor), seguiu com afinco a doutrina que, como se sabe, apresenta-se como tríade de religião, filosofia e ciência. Quanto mais se estuda, no entanto, se percebe que há um pilar fundamental nos preceitos espíritas que amarra os outros três: o trabalho.

E ele pugnou, obrou, agiu, empregou todos os meios de que dispunha – conforme será visto mais à frente neste

¹⁰¹ Condição da pessoa que está passando por uma “obsessão espiritual”. Grosso modo, trata-se de uma influência, por vezes negativa, que um ou mais espíritos exercem sobre uma pessoa.

livro. Não em prol de uma religião, mas desperto por ela. Não porque ele era especial, mas porque todos nós somos.

* *

*

Antônio Braighi era um espírito evoluído? Não! Em evolução? Sim!

Seria uma ofensa dizer que ele era um espírito evoluído, e falo categoricamente. Afirmar tal diferencial, em seu nascedouro (como dom), seria tirar dele os méritos pelo esforço evolutivo e afirmar que o presente livro não teria como propósito motivar o leitor a seguir os trilhos de meu avô (posto que seria necessário algo especial, além do empenho próprio). Seria dizer que tudo o que ele fez, que abnegar do conforto, do cuidado e da presença com o seus, que confiar na própria fé, que isso e muito mais, foi fácil. Não foi!

De forma mais direta, Lila Braighi Dornas, neta de Antônio, resume bem:

“Não quero, com meu relato, descrevê-lo como santo ou uma divindade... e nem ele gostaria de ser visto de tal forma. Ele foi um homem comum, que buscou fazer o bem. Afirmo isso sem medo de estar incorrendo em erro, pois foi essa mensagem que ele nos deixou. Dizer que meu avô foi um bom homem, não é dizer das suas qualidades, mas de seus méritos. Não é necessariamente bom o homem que pratica o bem, mas, invariavelmente, se torna bom quem doa de si tudo aquilo quanto pode, independente dos obstáculos que a vida lhe impõe”.

* *

*

Materialismo à parte, quando um ente querido se vai, normalmente tendemos a guardar, como recordação, qualquer objeto de valor que o desencarnado deixara. É um mecanismo

que demonstra nossa fragilidade ao querer tornar tangível nossa memória de quem já se foi. Que seja. Restou comigo tão somente o último livro que meu avô utilizara: o Evangelho segundo o Espiritismo. Guardei-o por muito tempo – o que foi um erro, até convencer-me de que o melhor lugar dele é em cima da mesa, a pautar o culto no lar que fazemos todos os domingos. É o momento em que me sinto mais próximo e mais em sintonia com meu avô.

A mudança para Betim

Depois de um alargado parêntese para falar do Espiritismo – prática que começa em 1957 e se estende por toda a vida de Antônio Braighi –, retomemos a cronologia. No ano seguinte ao nascimento de Daisy, o já mencionado Dr. Vicente teria feito um convite a meu avô que o faria mudar de cidade. Ele era um dos proprietários de uma recém-inaugurada siderúrgica¹⁰² num município que ficara a alguns quilômetros da capital. Outros sócios na empresa eram o, também chamado de doutor, Eguiberto e dois irmãos dele, Cláudio e Helvécio. Juntos, eles teriam capitaneado um negócio que parecia ter ótimo futuro, dadas as condições que encontravam em Betim – MG.

É lá que a história dos herdeiros de Antônio Braighi se desenrolaria; bem como a de tantos outros *Braichi*, que para Betim iriam para mudar de vida. O que se conta¹⁰³ é que, nos idos de 1940, foram estabelecidas as primeiras indústrias de porte na cidade que, anos mais tarde, ficaria famosa por abrigar a Fiat Automóveis e uma refinaria da Petrobras. Naquela década, três cerâmicas de grande talhe se instalaram no local e, algum tempo depois, siderurgias de ferro-gusa. É assim que começa a dinâmica de industrialização do município – que se alargaria na década de 1950, com a inauguração da rodovia Fernão Dias.

¹⁰² João Braichi recorda-se que a indústria se chamava Itacolomi.

¹⁰³ Informações disponíveis no site da Prefeitura de Betim – MG.

Betim ofertava infraestrutura adequada para a construção de empresas do gênero e, assim, fez parte da constituição do Parque Siderúrgico Nacional¹⁰⁴ e se tornou polo de atração empresarial. Tanto é que o planejamento estadual endereçou àquelas terras duas funções econômicas importantíssimas: industrialização de base e a produção de alimentos para o abastecimento local (o cinturão verde da capital chegava mais longe).

Mudaram-se então Antônio, Vanda e os filhos para Betim em 1960. Os pequenos pareciam animados, agitados, mas a mãe não estava nada feliz. Ficou contrariada e não aceitou de bom grado, apesar de saber que era para o bem da família. O pai, nem um pouco descontente, ditoso com o novo trabalho, ainda implicava com a esposa. “*A gente lembra direitinho que ele cantava pra espezinhar: eu vou pra roça, de mala e cuia... não vou voltar!*”, recordam-se as filhas do casal.

No dia marcado para a despedida da capital, Vanda disse o que repetiria durante muitos anos: “*Um dia eu ainda volto pra cá!*”. Aliás, a certa altura, quando observou que ficaria por muitos anos em Betim, passou a dizer que “ao menos não seria enterrada naquela cidade”, jocosa. Sentada à frente do robusto Chevrolet preto, chorou copiosamente durante toda a curta viagem. Eram cerca de 35km que separavam as duas cidades, o que não representa, evidentemente, a distância simbólica dos municípios – sobretudo quando lançamos o olhar para quase 60 anos atrás.

Foram morar em uma casa na Rua do Rosário, próxima ao antigo matadouro que ficava às margens do Rio Betim. Era uma residência boa, melhor do que a que possuíam em Belo Horizonte. Os custos eram pagos graças à posição que Antônio

¹⁰⁴ Segundo a professora e pesquisadora betinense Terezinha Assis, “a industrialização de Minas Gerais, nesse período, está ligada a uma política nacional que visa à implantação do Parque Siderúrgico Nacional, em substituição a uma economia de exportação de matérias primas e produtos agrícolas. Esses fatos se explicam, principalmente, pela ocorrência da 2ª Guerra Mundial na Europa, afetando os países importadores de produtos industriais, entre eles o Brasil” (ASSIS, 1997, p.13).

Braighi passou a ocupar. Na siderúrgica não seria funcionário de pátio, mas importante auxiliar na empresa. Braço direito de Dr. Vicente, era homem de confiança no local. Empreendia trabalho de gestão com seriedade e atento, sobretudo, aos valores que passara a comungar com o homem que havia lhe apresentado a religião que seguia. Os vencimentos melhoraram bem, mas ainda era tão somente o suficiente para uma vida simples, sem luxos, de quem precisava cuidar de quatro filhos (e de uma outra que viria em breve).

Era uma Betim muitíssimo diferente da de hoje. Aliás, desde a década de 1990, e lá se vão quase 30 anos, ouço minha mãe falar que quase tudo muito lembrava uma roça, e não era exagero. *“Eu lembro da boiada passando na Avenida Amazonas, no Centro da cidade, meu filho! Já teve vez dela estourar e ser aquele Deus nos acuda. Eu sempre morri de medo!”*. Isso deixava o processo de adaptação ainda mais doloroso para Vanda que, não obstante, tudo suportou com a gentileza de uma companheira fiel e a missão de uma mãe dedicada.

Como meu avô levou o carro para Betim, logo passaria a utilizá-lo também na praça. Os táxis eram raros, então talvez tenha sido um dos primeiros naquela empreitada na cidade. A despeito disso, pouco assumiu a condução; conseguira sempre alguém que tomasse o volante, em acordos que representavam porcentagem das corridas para o dono do veículo e o restante para o motorista. Aliás, o próprio filho Carlinhos, anos mais tarde, se valeria de função semelhante.

Na siderúrgica, era muito atento ao trabalho dos metalúrgicos. Acompanhava de perto o ofício e, talvez por isso, segundo sugeriu um de seus futuros médicos, esse comportamento tenha influenciado em seu falecimento, agravando o quadro cancerígeno que o acometera. A questão é que Antônio Braighi sabia que aquela função era insalubre e se preocupava com o bem-estar dos trabalhadores. Como adendo, tratava-se de gente muito simples, que se alimentava mal, o que

os deixava ainda mais fracos e propensos ao desenvolvimento de doenças. Disse-me, certa vez, minha mãe:

"Papai tinha uma preocupação enorme com os companheiros dele que trabalhavam na siderúrgica, sobretudo os do alto forno. Mesmo depois de ter saído de lá, ele ainda visitava os colegas. Sempre viamos ele comprando leite para dar aos funcionários da empresa. Achávamos, no entanto, que se tratava de mais uma ação dele no combate à fome, ofertando um alimento rico em vitaminas e minerais. Na verdade, ele, em sua simplicidade, acreditava que tal mantimento era bom para combater as doenças provenientes de labor tão insalubre. Fez isso durante muitos anos, reforçando aos confrades que não deixassem de tomar regularmente a bebida. Se estava efetivamente certo mesmo em sua empreitada, em seu intento, não sabemos. Mas, certamente, mal não fez!"

E o empreendimento crescia. Tanto é que sobrinhos de Braighi passariam a lá trabalhar. Recorda-se Quita, uma das parentes que também atuou na siderúrgica, de que: “*Dois irmãos meus logo foram para lá. Quando meu pai veio a falecer, algum tempo depois, optamos então por mudar de Belo Horizonte para Betim. O tio Antônio nos deu guarida no início e sempre esteve perto da minha mãe*”. Aliás, diz a entrevistada, aos risos, que meu avô sempre quis levar a irmã Maria para morar com ele, o que era motivo de brigas descontraídas entre tio e sobrinha¹⁰⁵.

Nesse meio tempo, Antônio ainda compraria um caminhão, de modo a prestar outro serviço à empresa. Atuaria, assim, em trabalhos de logística. “*Foi até um caso engraçado, porque éramos crianças e ele chegou pra gente e perguntou o que achávamos: se deveria comprar um caminhão basculante ou de carroceria. Ficamos pensando num caminhão cheio de janelinhas... tamanha foi a nossa decepção quando descobrimos o que era o tal basculante*”, recorda-se Deiara.

¹⁰⁵ A respeito da siderúrgica, Quita recorda-se que foi a responsável pelo “apagar de luzes” da mesma: “*Trabalhei lá uns 4 ou 5 anos e me lembro que a empresa quebrou em 1965. Eu fui talvez a última a sair de lá, porque tinha que fazer o acerto de todo mundo. Foi uma grande empresa, mas que infelizmente falhou*”.

O amigo Santos¹⁰⁶ seria o encarregado de dirigir o caminhão. Assim, num esquema análogo ao táxi, parte da renda com as entregas/viagens que o veículo fazia era dividida entre proprietário e motorista.

No início de 1961, porém, a família passaria a morar num barracão no cruzamento da Avenida Amazonas com a Rua Solimões – no bairro Brasileia. A mudança se dava, provavelmente, por dois motivos: era um lugar muito mais próximo do trabalho de Antônio¹⁰⁷ e a residência mais simples garantiria economia – sobretudo em razão do sonho de ter uma casa própria que começava a se conformar. Não apenas a residência era uma meta, mas área verde, pra plantar e colher, correr, pisar e dizer que era seu. Intentava espaço grande, arborizado. Mentalizava um pouco da infância e, na Betim daquela época, certamente encontraria, não muito longe de onde trabalhava, lugar como aquele.

No barracão para o qual se mudaram, todavia, ficariam não muito mais do que um ano, deslocando-se logo para uma casinha ainda mais humilde, defronte à mesma avenida, um pouco mais no centro de Betim. Era ainda mais economia que vinha, e mais aperto espacial. Recordo-me de um diálogo engraçado que tive com minha avó e minha mãe, olhando os três para aquele lugar, em uma tarde em que passeávamos por lá.

“Então... estamos perto de onde a senhora morava né, vó?”, perguntei, já com o propósito do resgate para este livro, estacionados à Padaria La Torre.

“É... e Deus que me perdoe!”, respondeu irônica a se lembrar sabe-se lá do que. Rebatí questionando o porquê e ela

¹⁰⁶ Em contato com ele, lembrou-me Santos que os dois eram compadres. O filho Sérgio fora batizado por meu avô, que, segundo conta minha mãe, sempre teve pelo afilhado grande carinho: *“Lembro dele fazendo carrinhos de madeira, no Natal, para dar aos filhos do Santos”*.

¹⁰⁷ A apenas alguns quarteirões do bairro Cachoeira. Lê-se no site da Prefeitura de Betim, curiosamente, que “na década de 60, se instalaram no Bairro Cachoeira algumas indústrias de médio porte. Esse bairro foi local de industrialização devido à presença da Av. Amazonas, do Rio Betim e da Ferrovia”.

continuou: “O marido da Luzia queria matar o padre! Porque em cima da casa dele tinha um alto falante da igreja¹⁰⁸. O padre tocava o sino de noite... e o Valim ficava com muita raiva. O trem fazia barulho demais na casa dele... aí a Luzia juntou os trapos e veio pra cá... morar com a gente!”

“Todo mundo junto?!” questionei, assustado, imaginando a bela bagunça familiar.

“E... com todo mundo! E o barracão... nossa! Tinha pingueira pra todo lado! Eu tinha um monte de bacia... só pras pingueiras”, recordou sem qualquer nostalgia, mas rindo que só.

“Fora, meu filho, uma goteira que pingava na minha cara toda noite!”, retrucou minha mãe.

“No seu rosto?”, indaguei já rindo.

“É... eu pedia a Denise pra trocar de lugar comigo e ela não mudava. A gente era menina e dormíamos numa cama de casal. Eu ficava numa beirada, a Daisy no meio e a Denise no canto. E a goteira era justamente na minha cara!”, relembrou, a azarada entre sorrisos, com desgosto ingênuo da irmã.

Mas, aquilo seria temporário. No ano em que Dagmar nasceria, o sonho saía da mente e se configurava no papel. Numa pastinha verde, simples – papelão e elástico, Daniela, minha prima, encontrou na casa da mãe – que então me emprestou – alguns documentos relativos à aquisição de um terreno que seria da família por muitos anos. Nela, documentos diversos, entre os quais aqueles que registravam a compra, no valor de 200 mil cruzeiros, de uma gleba de quase 3.000 m² – dos quais, como se imagina, parte aos poucos fora sendo comercializada a interessados, restando, evidentemente, grande porção de terra

¹⁰⁸ Disse-me, na verdade, João Braichi, filho de Valim e Luzia: “Eu me lembro que eu tinha pouco mais de 10 anos de idade e o papai entrou numa fase depressiva muito forte. Ele acabou tendo que ser internado e na clínica ele ficou durante 6 meses. O tio Antônio, pra não nos deixar passar falta de nada, trouxe o caminhão do meu pai pra Betim – o único que podia dirigir, dado o xodó que meu pai tinha com o veículo e a confiança no seu avô – e passou a fazer carretos em Betim, para as indústrias, nas horas vagas dele, para nos sustentar. Nessa época ele já estava na Della Volpe. Um tempo depois a gente acabou vindo morar em Betim”.

a meu avô. Datou-se o acordo em 15 de fevereiro de 1962. Era o sonho se concretizando.

Ao número 593 da Rua Santa Cruz, hoje uma das principais artérias de tráfego e passagem de pedestres no centro de Betim, tinha entrada o terreno de Antônio Braighi, área que mais parecia uma chácara. Recordo-me, de criança, dos pés de abacate, manga, jabuticaba e goiaba, sempre fartos. Mas havia ainda eucalipto, laranjeiras, muitas flores, muito verde, na época da aquisição.

Parte da família, defronte à entrada principal de sua casa nova.
Da esquerda para a direita: Daisy, Victor (filho de Luzia Braichi), Carlinhos (ao fundo), Deiara, Antônio Braighi, Denise e Toninho (vizinho)



Fonte: Acervo Dagmar Braighi - Recuperação da foto realizada em 2015
por Leonardo Chalub.

Porém, do investimento à mudança viriam uma série de outras demandas. A construção da casa, por exemplo, levou um certo tempo. Enquanto residiam a alguns quarteirões dali, a edificação se fazia, sem pressa, com os préstimos importantíssimos do sogro de Antônio. O Sr. Nestor¹⁰⁹ era experiente em obras e conduzia os esforços amparado por alguns braços amigos. “*Pra agilizar o serviço, eles dormiram lá por diversas vezes, sem reboco na casa... ajudaram muito na realização desse sonho da família!*”, recorda-se Deiara.

Talvez um ano, ou pouco mais, tenha se passado até a casa ficar pronta. E, para a mudança definitiva, só ficou faltando uma coisinha: a instalação do piso. Valim, um dos cunhados, foi o responsável por uma grata surpresa. Sobre o tema, lembra João Braichi que “*depois que ele comprou esse terreno na Rua Santa Cruz, começou a construção da casa... mas, nunca que terminava! E o papai toda a vida sempre foi muito entrão com o tio Antônio. Em Belo Horizonte havia um senhor, dono de um depósito, que devia um dinheiro ao tio Antônio e o papai foi lá resolver e receber do cara... mas ele não tinha como pagar. Solução: papai catou os tacos do sujeito... um monte de tacos... e trouxe pro tio Antônio pôr na casa. Daí o papai cismou que tinha que fazer a mudança do tio Antônio, pois a obra nunca que terminava. Nós viemos então pra Betim em um final de semana que, por coincidência, tio Antônio e tia Vanda estariam em Belo Horizonte, por algum motivo. Com a ajuda da família nós não só terminamos o que tinha que ser feito na casa como fizemos a mudança. Colocamos tudo na boleia do caminhão e levamos pra Santa Cruz. Quando o tio Antônio chegou, já não morava mais na Avenida Amazonas*”.

Nesse espaço de tempo, Antônio Braighi já tinha saído da função na siderúrgica e passara a trabalhar na empresa Della

¹⁰⁹ Vale fazer uma nota especial aqui para reforçar: sogro e genro tinham uma relação muito positiva. Geraldo, irmão de Vanda, disse que era comum ver o pai e Antônio Braighi a conversarem por horas, numa cumplicidade sustentada por carinho recíproco. Não foi sem motivos, então, que o Sr. Nestor passou dias a fio na construção da casa da filha.

Volpe. Essa última, até hoje em funcionamento, é do ramo de transportes. Fundada em 1956, na década seguinte chegava a Minas Gerais para atuar na logística industrial. Cortando a Fernão Dias, o leva e traz de insumos e frutos da metalurgia entre estados era fomentado pela riqueza da produção betinense e da demanda da capital paulista. Assim, era preciso que em Betim houvesse um escritório daquela organização.

Meu avô tinha então um “puxadinho”, como alguns se recordam, logo abaixo da casa em que moravam, ainda na Avenida Amazonas. Na repartição, quase-*home office*, era o encarregado de dar nota de boa parte do que chegava e saía do parque siderúrgico na cidade. *“Eu me lembro que, constantemente, havia caminhões parados ali [em frente à casa em que moravam]. O tio Antônio recebia o pessoal para despachar as cargas, fazer a intermediação do transporte”*, recorda-se João Braichi.

Mas o fato é que a atuação na Della Volpe não duraria muito, uma vez também que no terreno que adquirira poderia, enfim, montar o negócio que sempre desejara: uma oficina mecânica. Apaixonado por motores, teria espaço de sobra para articular um posto de manutenção de automóveis. Assim, aos poucos começou a subir as vigas grossas de madeira, assentou as paredes e o telhado, comprou ferramentas amiúde; quando a família se deu conta, já tinha a estrutura articulada.

Eu me lembro com perfeição da disposição engraçada que o terreno tinha. Aos olhos de criança, saindo de minha casa – aos fundos do lugar, passava por um galinheiro à esquerda, veja só. Entrecruzava árvores diversas até chegar defronte aos dois pequeninos pavilhões da oficina mecânica. Um deles mais lembrava um varandão, onde se dispunham ao largo do muro as ferramentas.

Os mais importantes instrumentos de trabalho, todavia, guardavam-se em um quarto, no qual por longo período, residiu um mecânico no qual meu avô tinha extrema confiança. O Sr. Martinho, de quem iremos falar mais à frente, era o

braço direito naquele ofício – e até dormia no serviço. Do lado oposto, uma estrutura mais alta e mais cerrada, abrigava o local de pintura dos veículos. Mais 10 metros e outros pés de frutas e já chegávamos a outro quartinho, lugar em que os mais jovens aprendizes dormiam; espaço que fora de tantos futuros profissionais, de tantos homens que aquela lida aprenderam com meu avô.

Mas o negócio demorou a vingar. Assim, algum tempo depois, talvez acreditando que a oficina não estivesse a dar dinheiro suficiente, Antônio Braighi fora atuar em uma área na qual eu, particularmente, nunca soube que ele tinha operado. Continuava, então, com a manutenção dos carros, mas venderia o belo Chevrolet que possuía para comprar uma Kombi. O motivo: fazer transporte escolar.

“Foi daí que surgiu o apelido de Tio Braighi!”, recorda-se Dona Rosa, esposa do ex-prefeito Newton Amaral. *“A meninada toda de Betim era transportada por ele, inclusive meus filhos. Era uma novidade o transporte escolar, mas a gente confiava muito no seu avô”*, arremata.

E é verdade. Segundo minha mãe sugere, teria sido um ótimo profissional na área, muito querido pelas crianças e respeitado pelos pais. *“Mas essa tal Kombi não tem nada a ver com aquela que ficou parada muitos anos lá em casa, não”*, recorda-se ela entre risos. *“Ele tinha esse veículo, mas depois acabou vendendo. Acho que por causa da pressão de muita gente que dizia que Kombi não era segura, que capotava, era leve demais... Mas o seu avô era um ótimo motorista e tinha opinião diferente. Para ele, quem fazia o carro era quem estava atrás do volante”*, arremata Deiara, dizendo ainda que provavelmente ele não tenha seguido com o transporte escolar porque a legislação de trânsito começou a mudar e que, afinal, ele queria mesmo era investir na oficina.

“E quem assumiu aquela Kombi fui eu, sabia?”, questionou-me Armando, grande amigo de meu avô em Betim. Aliás, o sujeito polivalente (conhecido como fazendeiro, agricultor,

taxista...) contou-me das várias atividades que já assumira na vida e que esta em especial representou grande desafio para si: “*Quando eu comecei a trabalhar no transporte dos meninos, a gente tinha uns 40 clientes, em dois turnos. Quase ninguém fazia isso e o que já não faltava era criança pra transportar. Mas tinha uma coisa que era difícil pra mim: O Braighi dizia que eu tinha que fazer como ele, aconselhar as crianças, orientar, conversar com os pais, dialogar na escola, falar pra eles sobre como agir com os pequenos em razão do comportamento que eles demonstrassem... seu avô fazia isso, muito fácil. Eu demorei pra pegar o jeito, mas no fim das contas acabei aprendendo a fazer do meu modo. Porém, ainda bem que seu avô foi mexer com oficina mesmo: ele era um excelente mecânico, excelente!*”.

Então, não foi sem motivos o investimento de meu avô na manutenção de automóveis: e o resultado veio. A amiga da família, Fernanda Brito, se recorda que o meu avô chegou a ter “[...] a mais famosa oficina mecânica de Betim. Naquela época não havia concessionárias na cidade e era lá que quase todos os proprietários de carros os levavam para que fossem examinados com segurança e confiabilidade. Por olhos e ouvidos experientes e atentos. Sua oficina ficava nos fundos do quintal de sua casa que se localizava na rua Santa Cruz, rua essa onde eu também ‘morava’¹¹⁰. Virava e mexia ele estava na cozinha, pedindo a Dona Vanda, ou a qualquer uma de nós, para fazer um cafezinho para os seus amigos clientes. Ele foi precursor da ‘Excelência no atendimento’ e da ‘Qualidade Total’! Era um autodidata nato!”

Um dos motivos que fizeram a oficina prosperar fora o “boca a boca” proveniente de clientes de respeito. Os doutores Vicente e Eguiberto (antigos gestores na siderúrgica) não mediram esforços para que outros colegas fossem lá também levar seus respectivos veículos. Foi assim que Antônio Braighi conheceu Dr. Helvécio Cambraia, Dr. Chumbinho (que, então, tornar-se-ia um grande companheiro de jornada social),

¹¹⁰ Muito amiga de Daisy, a casa de meu avô era a guarida preferida de Fernanda em sua infância e adolescência.

Dr. Datis, entre muitos outros que viraram não apenas clientes, mas, como Fernanda lembra, amigos. Daí, não muito depois, nomes como Alcides Braz¹¹¹, Osvaldo Franco e Newton Amaral, que num futuro próximo dali se tornariam prefeitos de Betim, também entrariam para a cota de amigos.

Toda essa turma, conhecendo não apenas o trabalho de Antônio Braighi na oficina, mas o seu caráter e ação social, o motivou para que tentasse uma vaga na Câmara Municipal de Betim. Sobre a eleição como vereador e a atuação naquela casa, versaremos mais adiante, tanto quanto os préstimos dele como comissário de menores. Esses empreendimentos, além das ações sociais que fizera em Betim, são motes a serem tratados na próxima seção – a mais importante deste livro.

Mas a partir do advento do sucesso com a oficina, sua atuação profissional passou a ser quase que exclusiva com a mecânica. As práticas que teria para além do conserto dos veículos seriam sociais/políticas, tendo os fins dessas voltados para o bem comum – sem interesses outros, por vezes pagando para trabalhar, uma vez que lhe ocupava um tempo que, de outra maneira, seria direcionado ao trabalho que lhe dava renda. Aparentemente, sendo dono do próprio negócio, e tendo funcionários, conseguia gerenciar melhor sua agenda diária, utilizando-a em prol menos do sucesso empresarial e mais da prosperidade do próximo.

Imediato na siderurgia, encarregado no despacho da logística industrial, taxista, motorista, empresário, mecânico, lanterneiro, pintor, espírita, político, comissário de menores, filantropo, Antônio Braighi transitou em várias áreas e faixas sociais. Conviveu com pessoas de variadas personalidades, mas soube com todas cultivar a amizade sincera. Marcou seu lugar

¹¹¹ Homem de caridade pura, foi prefeito de Betim na década de 1960 e teve papel fundamental nas ações sociais junto aos hansenianos da Colônia Santa Izabel. Com ele, Antônio Braighi empreendeu atividades sociais naquela região, conforme se verá à frente.

em Betim menos como o profissional que foi em tudo o que fez, mas mais como o sujeito do bem com quem você poderia conversar, se abrir e confiar. É assim que, nessa cidade, todos se lembram dele.

* *

*

Quem nasce em uma cidade tem o nome desta em sua carteira de identidade. Quem vive em uma cidade é munícipe, habitante. Ser nato e/ou residir em uma cidade, ainda que sejam conferidos os direitos civis a tal sujeito, não faz dele cidadão – e que me perdoem as disposições em contrário, legais e/ou sociológicas.

Quem cumpre efetivamente seus deveres, convicto de suas responsabilidades, é cidadão.

São obrigações que estão para além do código normativo, mas se revelam no conjunto de encargos morais, conformando o conceito de cidadão que Antônio Braighi, ainda que não tenha o inaugurado, serve até hoje de arquétipo para nós (como se verá na próxima seção). Cidadão é aquele que sabe conviver em sociedade, procurando fazer (proativo então) com que ela seja a mais isonômica (justa, a funcionar com equidade) possível. Foi o que meu avô fez em Betim – novamente, para além do registro das últimas páginas e muito em razão do que virá a seguir.

Nesse contexto, dizer que Antônio Braighi fora cidadão honorário de Betim (posto que nascera em Belo Horizonte) é redundante. O sujeito honrado que ganha reconhecimento, através de órgãos do Estado (tal como a Câmara num município), tem sua conduta perfilhada em terra que não é sua (por direito de nascença); ganha homenagem política, na acepção mais ampla da palavra, quando tem amarra na razão e motivação na fé pública – e não em interesses e contrapartidas outras senão as da obra social.

Porém, tudo isso não fazia diferença para meu avô. Fez de Betim o seu chão. Orgulhava-se disso. Foi cidadão nessa cidade como o teria sido em qualquer outro pedaço de terra – solo sagrado, sem linhas limítrofes, que é nesse mundo, posto que tudo fora legado pelo Pai, sem barreiras ou distinções de gentílicos. Era, sim e assim, betinense, com apreço e por ação. Mas, acima de tudo, foi um dos que com muito brio honrou o conceito de cidadão e o de cidadania.

Comenda recebida por Antônio Braighi em 1995



Fonte: Acervo de Daisy Braighi

Parte III

Ação social: o que realmente importa



O que realmente importa

A você que leu este livro até aqui, muito obrigado! Todavia, a principal razão de todo esse registro é, finalmente, a parte que se inicia aqui. A impressão que tenho, aliás, é de que, se algum dia meu avô concordasse com a possibilidade de sua história ser contada, ele apenas permitiria a presente seção – e desde que o nome dele fosse ocultado. Para ele a obra é mais importante do que o obreiro; e, no caso dele, a ação foi intensa, como se verá.

Observe que não falo em tamanho. Não quero, e nem acho que seja preciso, mensurar a dimensão dos seus feitos. Falo em intensidade, dada a entrega, o ardor, o investimento de tempo e de vida empregados nos atos dele; e, o mais importante, tudo feito com grande humildade, sem prover benefício próprio.

Recordo-me de que ele gostava sempre de contar a fábula do beija-flor – e aqui, de largada, ela talvez seja salutar. Para quem não se lembra, vou recordar, bem sinteticamente: Houve um grande incêndio na floresta. Enquanto todos os animais, liderados pelo leão, evadiam-se do fogo, um pequeno pássaro ia em direção contrária. O rei da selva, ao ver aquilo, perguntou por que ele não estava fugindo. O beija-flor respondeu que estava tentando conter as chamas, carregando água no bico. Retirava da lagoa e jogava no fogo. O felino então, às gargalhadas, disse: “*Observe o seu tamanho! Você acha mesmo que vai conseguir apagar aquelas labaredas?*”. A ave então replicou, serena: “*Sim! Sou pequeno! Mas estou fazendo a minha parte. Se cada um de nós fizesse a sua, certamente conseguiríamos apagar o fogo*”.

Meu avô foi colibri. Voava silencioso, sem estardalhaços, espalhando beleza. Era raro, como infelizmente ainda hoje

é, encontrar pessoas como ele. Não dizia para ninguém o que fazia, apenas para quem se interessava em perguntar. É importante citar, assim, a dificuldade que tive para encontrar histórias das quais ele participou e personagens que ele ajudou.

A verdade é que ele não queria que os outros soubessem o que fazia, pois não queria se destacar por isso. Alusivo à questão, a querida Dona Maria (a dos dez, que mais à frente será apresentada ao leitor), lembra bem de um diálogo que teve com meu avô. Ela me disse que ele usou uma frase, um ditado talvez – segundo ela, do qual nunca se esqueceu. Relato como imagino que ocorreu:

“Ôh, só Braighi! O senhor tá cansado?”, perguntara ela ao vê-lo com certa dificuldade de respirar.

“O ar já não tá vindo do mesmo jeito, Maria.”, respondera ele com a mão ao peito.

“Mas o senhor trabalha demais... E ainda ajuda esse povo todo aí...”

“Oh só, foi bom você ter falado... inclusive ainda tenho que ir na casa de uma outra senhora ali...”, já aprontando para sair.

“Ôh só Braighi, que mal lhe pergunte, quantas pessoas o senhor ajuda?”, inquiriu ela curiosa, recebendo como resposta o que sempre lembraria.

“Não sei Maria... nunca contei e nem contaria... afinal, o que a mão esquerda faz a direita não deve saber”, teria respondido ele, em alusão, em verdade, à frase dita por Jesus, registrada no Livro de Mateus (6:3).

Antônio Braighi nunca fez tocar trombetas diante de si. Inevitavelmente, muitos viram o que fizera e, com uma indicação aqui e outra ali, ajudaram-me a encontrar o fio da meada do que se conta a seguir. A intenção dele nunca foi ser glorificado pelos homens. Fazia por prazer, como houvera dito; mas, certamente guardou muito para receber galardão em outro plano – afinal, o Pai certamente via o beija-flor em secreto.

A casa nostra

Era um início de noite qualquer, por volta das 19h, quando cheguei à casa dos meus avós. Eu devia ter cerca de 11 anos, mas não me esqueço da primeira vez que entendi uma cena, que já era comum, mas se tornara corriqueira à memória seletiva a partir dali.

Sentado no último degrau da escada que dava acesso à porta da sala da casa, estava, de cabeça baixa, um homem que eu não conhecia. Percebiam, não disse apenas com a cabeça abaixada. Era um sujeito humilde, de aparência triste e um tanto abatido. Portava roupas velhas, um pouco sujas. Encolhia-se à parede para que a passagem na escada fosse mantida, demonstrando na verdade certa tristeza.

Devia ser mais uma das pessoas que vinham à casa dos meus avós para lhes pedir comida; como disse, o episódio era cíclico. Coincidemente, eu entrei ao mesmo momento em que Antônio Braighi estava saindo de lá, com um prato de comida em uma mão e um copo de café na outra; ambos fumegavam.

O visitante noturno comeria na mesma louça, nos mesmos talheres, o mesmo jantar que os meus avós comiam. É bem verdade que alguns passantes traziam a sua própria vasilha, e muitos sequer ficavam à porta, tão somente pegando o alimento para se saciar em outro posto.

“*João... eis!*”, alertou Antônio ao andante de que o alento do corpo chegara.

Mal olhou para meu avô. Apenas levantou a cabeça e fitou os olhos na comida. O agradecimento saiu balbuciado ante à pressa em se alimentar. A fome deve doer. Mas dói também a falta de atenção, de carinho, de reconhecimento da condição humana do sujeito que abria mão do orgulho e se vexava a pedir comida a um estranho.

Antônio Braighi mal me deu atenção. Apenas me olhou, fez um leve aceno com a cabeça e passou por mim. Depois de

entregar a janta para aquele homem, sentou ao lado dele na pedra fria da escada. À espera de que ele voltasse para a sala, por detrás continuei a acompanhar o evento. Foram alguns segundos de ausência de palavras (para mim parecia uma eternidade), num silêncio que era rasgado pelo bater de garfo no prato – formando um sino estridente, de sons velozmente repetidos dada a ânsia das buscadas. Até que meu avô inquiriu:

“Está dormindo onde, meu filho?”

Entre uma mastigada e outra, João respondeu: *“Ah... na rua... às vez por aqui... às vez lá no mutirão...”*

Era um mendigo, pensei. Um morador de rua, de certo. A conversa continuara, mas com a certeza inabalável de uma criança de 11 anos sobre quem aquele sujeito era (e o que representam os substantivos mencionados), entrei em casa. A televisão estava ligada, mas a sala vazia. Atravessei o corredor que dava acesso à cozinha e encontrei minha avó a conversar com a tia Ana Maria.

As duas estavam lavando a louça do jantar (habito, à época ainda se jantava cedo na casa dos meus avós), de costas então para quem chegara ao cômodo. Flagrei parte da confabulação, quando a Dona Vanda disse:

“Já falei pro Antônio pará de ficar atendendo esse povo que vem da cadeia...”

Cadeia? Ladrão? Assassino? Estuprador... O sujeito não era um mendigo? Engoli seco, mas continuei a ouvir. Na ponta do pé, minha avó esticava a cabeça e lançava o olhar pela janela ao papo do marido com o visitante noturno do lado de fora da casa.

“Ah lá! Até sentou do lado do sujeito. Sabe lá o que ele pode fazer...”, disse Dona Vanda.

“Deixa, mãe! O pai tá acostumado”, disse a paciente Ana.

“Sei não...!”, retrucou minha avó.

“Esse pessoal respeita o paí”, analisou mais uma vez minha tia com sabedoria.

O papo estava muito bom, mas menino encapetado que eu era, não poderia perder a oportunidade em assustar aquelas duas que estavam de costas. Gritei, bati palmas e pisei forte no chão. As duas gritaram, a panela caiu da mão de Ana, eu ri e elas ficaram com raiva de mim!

Não falei nada sobre o assunto com elas. Mesmo porque elas tampouco queriam conversar comigo depois do susto. Minutos depois, eu ainda ria, minha tia ainda franzia a testa e minha avó ainda me xingava, quando meu avô retornou à casa para se preparar para a tradicional oração das 20h. O questionamento da minha avó sobre a conduta do marido cessara, Ana nada falara e eu parei de rir, tamanho era o respeito que tínhamos por ele, cada um emudecia o que por ventura o pudesse desagradar.

Guardei para dizer à minha mãe o que acontecera. Evidentemente não contei a ela sobre o susto que dei em minha avó. Pense nos tapas que levaria. Menino maduro que era, ao menos com a minha mãe por perto, tratei do assunto e perguntei se todas aquelas pessoas que vinham pedir comida ao meu avô eram mesmo “da cadeia”.

Lembro-me de ela calmamente me explicar que não era possível saber de onde cada pessoa vinha, o que, num raciocínio lógico e direto, entendi que sim, que boa parte daqueles sujeitos eram ex-presidiários.

Como exemplo, meu primo Juninho se lembra de um acontecimento que o marcou: em uma das várias oportunidades em que tínhamos a chance de dormir na casa do meu avô, ele estava na sala, por volta das 23h, quando bateram à porta. Ninguém se moveu, a não ser meu avô, que pausou o filme que assistia (no velho videocassete) e atendeu a dois sujeitos maltrapilhos. Comida era o que eles pediam. Antônio Braighi, mantendo a porta aberta, foi até à cozinha e lhes trouxe o pão que sobrara do café, trocou meia dúzia de palavras e depois se despediu.

No dia seguinte, Juninho foi com o pai a um posto da Secretaria de Segurança Pública tirar sua primeira carteira de identidade. Era manhã e o meu primo não esquecera do rosto dos visitantes noturnos. A memória era tão boa que pôde reconhecê-los sentados no chão, algemados por qualquer motivo que meu tio nem quis saber. Deslocou-se de imediato à casa do meu avô e lhe contou o ocorrido. Antônio Braighi, com toda a calma do mundo, disse que eles não fariam nada contra a família e que eles foram ali apenas atrás de um alimento – que encontraram.

Voltando ao roteiro, com o já mencionado amplo conhecimento de mundo do jovem “aborrecente” que eu era, extraí, por motivos variados, que a gente tinha mesmo que ficar atento àqueles visitantes. Todavia, minha mãe me disse mais quando conversamos, me trazendo novas perspectivas:

“Eles não buscam apenas comida; também querem os conselhos do seu avô. Muita gente, se você ainda não percebeu, vem, aliás, apenas para conversar. Outras tantas para pedir que ele intervenha em algum caso na família...”

Eu nunca tinha percebido; apreendi que os Joões (ou Joãozinhos, como queira) eram mais frequentes do que eu imaginava. Um por dia talvez seja muito. Mas havia noites em que se viam duplas sentadas à escada; quem já fora ajudado trazia um companheiro. A comida não faltava, tampouco o fio de papo. Meu avô sentava não ao lado de um egresso do sistema prisional, de um bandido, de um criminoso, de um miserável. Não perguntava sobre a infração que cometera, importava a necessidade naquele momento. Um ente, um sujeito, um ser humano com desejos e necessidades era visto como tal. Era isso que ele, sem perceber, nos ensinara com aquele gesto que hoje trago de volta à memória. As pessoas batiam à porta de Antônio Braighi, com frequência, pois sabiam que ali encontrariam guarida, sem rodeios, sem preconceitos.

Eu nunca tinha compreendido isso. Entendi que as várias Marias, que passavam algumas tardes a conversar com

o meu avô no quintal, não eram amigas (numa compreensão mais ampla, em verdade eram). A costura narrativa ali era mais extensa e difusa. Meu avô ouvia paciente e atentamente as problemáticas trazidas por mães e esposas que biografavam suas dores com os vícios e os ardores dos homens de suas vidas – quando não, as limitações que aquelas mulheres mesmo possuíam e confessavam ali.

Elas queriam ser ouvidas, ansiando pela deferência que Antônio Braighi sempre ofertava. Desejosas eram, no entanto, de que seus filhos e maridos ouvissem uma palavra do meu avô. Quando era preciso, só depois de terminar de pitar o seu cigarrinho – e de fazer uma silenciosa oração, ele então descruzava as pernas e sacava as chaves da velha e flava Brasília a tocar para a casa daquelas. Lá, eram mais horas de conversas com os sujeitos. Alguns entendiam, outros não. A semente se plantava e de longe ele acompanhava cada caso em que intervinha.

No entanto, algumas ocorrências exigiam ações mais diretas – e a pergunta que eu ainda me faço é: o que o meu avô tinha a ver com isso? Assim, quantas vezes a casa dele não serviu de refúgio (entendam a força da palavra, em detrimento de abrigo) para crianças que não tinham o que comer, ou eram agredidas pelos pais, que não tinham parentes, que não tinham nada nem ninguém.

As concepções mais contemporâneas dos estudos do Serviço Social talvez se choquem com isso: meu avô “adotava” jovens e crianças sem qualquer pudor, sem qualquer lei que o respaldasse. Disposições em contrário (talvez a sua, leitor – espero que não) chamarão isso de irresponsabilidade. Talvez haja certa razão, se você não conheceu Antônio Braighi. Sabendo quem ele era, eu chamo tal atitude de amor, em sua concepção e essência mais ampla com a generosidade ao próximo.

Por vezes meu avô fora, inclusive, chamado a juizados especiais. Não para ser julgado por atitudes como a que apontei

no parágrafo anterior, mas para ajudar (tantas vezes não apenas com uma palavra, mas exatamente com as ações acima listadas). Doutos senhores do campo jurídico, diante de toda a sua sapiência, mesmo com toda trajetória acadêmica e profissional, recorriam a Antônio Braighi em casos em que percebiam o necessário auxílio dele, num lampejo de bom senso, humildade e reconhecimento da limitação das palavras da lei frente ao conhecimento de quem só tinha a 4^a série. Saía de casa só e em alguns casos voltava com um menor debaixo do braço.

Não sabemos, ao certo, quantos foram os casos; mais de uma dezena, certamente. Também não indagamos quais sejam todas as inúmeras e variadas histórias que faziam com que aquelas crianças fossem parar ali. Algumas foram literalmente criadas pelo meu avô, como foi com as minhas tias Ana Maria e Adriana. Para outras, a casa de Antônio Braighi serviu quase como passagem, como uma hospedagem temporária até que os pais se refizessem de suas moléstias sociais e/ou psicológicas, sem toda a (disfunção da) burocracia (e, em alguns casos, até ausência dos princípios da humanização no atendimento) que um processo com assistentes sociais demandaria. Notem: nenhuma das crianças era “tomada” de suas casas, mas em geral todas eram devolvidas ou encaminhadas para lares que pudesse lhes acolher melhor (e, aí sim, nessa última demanda, com o respaldo da lei). O processo persuasivo levava em conta os benefícios que os pequenos teriam ao sair do local e da situação de risco em que estavam, o que sempre ocorria.

Os pais podiam ver os filhos quando quisessem. A porta do domicílio sempre estava aberta. Aliás, lá tampouco havia portão. A residência (ainda de pé, mas de propriedade de outra pessoa hoje) localizava-se à Rua Santa Cruz, no número 593, no Centro de Betim. O terreno em que fora construída ainda tem uma área total de 2.400m², sendo cerca de 100m de comprimento¹¹². Tive, inclusive, a sorte de morar nos fundos

¹¹² A medida (aproximada) apresentada no texto é afançada ao menos pela minha

desse, gozando da convivência diária com os meus avós. Entre as duas casas, uma oficina mecânica e muitas árvores – conforme já salientei anteriormente.

Bom, talvez a pergunta mais óbvia agora seja: uma casa, na região central de uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, com um terreno de tal tamanho, sem um portão? Essa, seguida de: Esse sujeito não temia pela própria segurança? Não, mas o filho Carlinhos (e as outras filhas) sim. Meu avô não queria tal “ bloqueio”, pois temia que as pessoas não o procurassem mais, mesmo precisando. Meu tio – e principalmente a minha tia Daisy – teimaram, teimaram, teimaram (muito), até que, depois de muitos anos, conseguiram que meu avô instalasse o famigerado portão.

Para tanto, seria necessário construir um muro. Assim foi feito, a desgosto ainda maior de Antônio Braighi. Depois de algum tempo, a mureta branca já sustentava o portão cinza. Era um conforto para os meus tios, que passaram a sentir que os pais estavam mais protegidos; pensava-se.

A mim, à época (não me lembro ao certo quando) parecia muito interessante finalmente ter um portão em casa. Um dia após a “inauguração”, data em que passaríamos a necessitar de uma chave para acessar o “terreiro” de casa, ao voltar da padaria, destranquei a portinhola que ficava no meio da estrutura. Quase não notei o papel branco, escrito com tinta preta, que estava bem à altura dos olhos, com um recado que não era para mim. Meu avô sabiamente fez um bilhete à mão para os amigos passantes e o afixou com fita adesiva na entrada com os seguintes dizeres: “*Colocamos portão, mas ele está destrancado. Pode entrar. Basta puxar para a esquerda*”.

Como os problemas não cessavam, as visitas continuavam. Ainda que as demandas fossem as mais diversas, daqueles que passavam na casa do meu avô, alguns só desejavam

memória, desde os anos 1980 até 2005, período em que residi no local. Atualmente o terreno é um grande estacionamento.

mesmo o alimento (e que mal há nisso?), se fartavam e deixavam prato e copo no canto após a refeição. Minha avó, ou mais frequentemente a minha tia Ana Maria, buscavam os itens e se punham a lavá-los na espera do próximo visitante. Tenho fixa e viva a imagem daquele *kit*, sujo, usado, que vez ou outra eu observava ao pé da escada. À luz da semiótica, com 11 anos eu não significava corretamente o que aquele índice representava. Sim, alguém comeu. No entanto, essa fotografia mental pra mim, hoje, tem valor de símbolo. Representa não apenas o cessar de fome de outrem – isso também; os diálogos que vez ou outra acompanhavam a refeição – adicione-se; mas, acima de tudo, a entrega, o devotamento a um compromisso, a uma aliança com a beneficência. Meus avós alimentavam pessoas que nunca conheceram e abriam sua casa para qualquer pessoa.

O prato e o copo eram o suporte do alimento que fora feito antes, na cozinha daquele casebre pela Dona Vanda. Minha avó era uma adorável companheira, que mesmo se preocupando, ainda que criticando, até sofrendo com aquilo que de certo não concordava totalmente, foi fiel à missão do marido. Cedia não apenas a sua propriedade, mas inclusive a sua liberdade à convenção de ajuda ao próximo.

Aquele degrau de escada, tanto quanto o banco branco do quintal, se falassem tudo que porventura ouviram, contariam histórias mais ricas do que as que aqui arrisco a relatar. Contudo, cumpriram seu papel. Pequenos fragmentos da casa sem portão, que recebia a todos (e dizer “quem quer que fossem” é pleonasmico) e a todas as demandas atendia, eram baluartes de recepção sempre solícita.

Eu ainda tenho saudades daquela casa, e que bom seria se tantos outros não sentissem – dada a resolutiva de suas vidas, sem o necessário arrimo do meu avô. Num rápido fechar de olhos, os *flashes* trazem à lembrança a cozinha simples, pequena, de azulejo marrom; o quarto amplo dos meus avós, local proibido para as crianças – tamanha a bagunça que sempre

deixávamos pela casa, imagine o que não faríamos lá (não sem motivos sempre tentávamos respeitar o cômodo); o terreiro em que brincávamos, onde a família se reunia, congregados em torno da velha mesa de madeira corroída, ao lado do já quase inutilizado fogão à lenha.

A dois passos da *távola*, a lembrança que muitos de nós, familiares, ainda guardamos: Antônio Braighi sentava calmamente na cadeira de balanço, sacava do bolso da calça uma piteira¹¹³ preta e pacientemente a limpava; um enroladinho de papel higiênico lhe servia como extrator das impurezas que restaram das últimas pitadas. Seguiam-se dois ou três assopros e uma ou duas batidas na perna direita. Tentava alcançar numa mirada, em vão, qualquer resquício de sujeira que lá dentro teria restado. O cigarro (quase sempre Plaza, num maço amassado posto no bolso da camisa) era também calmamente justaposto ao tubo delgado, de modo firme, sem qualquer danificação ao produto. Alguma dificuldade para acender, dado o vento que soprava no quintal e entrecruzava as mangueiras, produzindo um som singular, quase o barulho do mar, advindo de árvores frondosas que também faziam sombra ao dono do terreno – diria melhor, ao pai cuidadoso daquela terra. Quando a fumaça do fósforo subia no balançar da mão direita ao léu, sabia-se que o fumo já queimava. Meu avô se reclinava na cadeira e a balançava serenamente. O olhar perdia-se às nuvens, por longo tempo, entre uma tragada e outra, até que algum neto o viesse chamar.



Eu não sei onde aquela cadeira de balanço foi parar, mas ela continua viva, a menear suavemente, em minhas memórias.

¹¹³ Biqueira ou Boquilha, como queira; ele chamava de piteira.

Antônio Conselheiro

“Pense antes de falar!”

Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido por outra alcunha, é figura central na Guerra de Canudos. Contam-nos os livros de História sobre sua liderança, acerca do respeito que o povo tinha por ele, de sua atuação social e religiosa. Sem qualquer comparação, mas aproveitando-me dessa peculiar coincidência, abrimos uma seção para falar de uma característica marcante de seu homônimo mineiro. Se lá nas partes mais secas do sertão do Nordeste, o cearense Antônio Conselheiro levou mensagens religiosas e conselhos de toda ordem para as populações carentes, em Betim e região (guardadas, então, as devidas proporções), com a força da palavra, Braighi fazia o mesmo.

Diferente do líder popular, ele nunca fez milagres (relatados), tampouco foi considerado santo. Não fundara qualquer comunidade, nem se envolvera em combate. Não entrou para a História, mas auxiliou muita gente – e, em detrimento do auxílio material que tantas vezes ofertou, era com um veículo de seiva ímpar que trazia o que tantos precisavam: a sua fala.

Dos fragmentos dos muitos diálogos que tive com meu avô, a epígrafe, dita por ele a certa altura de qualquer (mais uma) bobagem que eu tenha falado, nunca saiu da minha mente – ainda que eu não consiga cumprir tal mandamento até hoje (e lá se vão mais de duas décadas). Vá lá: tal ditame nem parece tão complexo. Não é preciso ser um mestre ou um mago para dar tal recomendação. Mas, observe: não fora uma reprimenda ao neto que novamente havia discorrido asneiras. A frase representava a chave de leitura para um conjunto de outras indicações relacionadas à importância do cuidado com a manifestação do pensamento através da palavra; a considerar os seus riscos, posto que tal como a flecha lançada, não tem mais

volta. Oportunidade, aliás, eu tive mais uma vez de ficar calado. Emudeci-me, respeitoso e admirado, diante aos conselhos que advinham de meu antepassado.

Talvez eu tenha sido tão arteiro em minha infância (e na [pré]adolescência) apenas para ouvi-lo chamando a minha atenção. Era sempre uma aula. Em detrimento ao conteúdo (que sempre se fazia presente, posto que sofismo não era uma característica dele), as lições se davam desde o início no plano da Oratória, de fazer inveja a qualquer discursista e a atualizar os livros de Reinaldo Polito. Seu conjunto de estratégias orais e não verbais era fantástico, prendendo de modo singular a atenção de seu interlocutor¹¹⁴.

Sim; inter, posto que ele primava pelo diálogo e não pelo monólogo. Havia troca. Era comunicação e não informação. Era horizontal e não vertical. Jazia, assim, uma contrariedade ao que o saudoso Rubem Alves (1999) dizia sobre as escolas de Oratória. Se meu avô fosse professor regular dessa matéria, diria que a primeira regra do curso é saber ouvir, ratificando a importância da “escutatória” delineada pelo inesquecível poeta-pedagogo mineiro. É aí que está, aliás, o reconhecimento do público, de suas demandas, da consideração às restrições comunicativas para articulação do discurso, da compreensão acerca de que táticas verbais devem ser arranjadas para se alcançar um determinado objetivo.

Tudo isso ele fazia; num clique! Dava ouvidos, pacientemente, a toda e qualquer indagação que lhe era posta. Concentrava-se por alguns segundos (talvez aí estivesse o projeto intelectual que se converteria em planejamento de fala a seguir, ou mesmo qualquer inspiração advinda sabe-se lá de onde) e derramava homilias carregadas de belas instruções. As preleções

¹¹⁴ Meu avô nunca frequentou um curso de Oratória. Mas recordo-me do que disse um de meus entrevistados, Ivo, filho de Zeca – que também foi taxista: “Quem trabalhava como chauffeur tinha que falar bem... e isso se aprendia no dia a dia. Aquilo era uma escola também porque a maioria dos clientes eram políticos, de boa fala. Assim, tanto meu pai quanto seu avô aprenderam muito na lida como motoristas”.

eram conformadas numa fluidez peculiar, única. Os vocábulos, adequados a cada audiência, saiam encadeados, numa coesão firme, que deixava a narrativa sempre clara, evidente, fácil de ser compreendida. Os argumentos, fundamentados, coerentes à realidade apresentada na problemática, não deixavam espaço para questionamentos, apenas para perguntas e comentários edificantes.

Era fácil apreender, em sua fala, a diferença entre volume e entonação. Destacava palavras, expressões, frases que não deveríamos esquecer. Utilizava as pausas de modo artifioso, chamando a atenção para determinadas passagens. A voz encontrava ancoragem no movimento suave das mãos, na firmeza dos traços faciais, no olhar penetrante e na presença física acolhedora.

Acolhedora, aliás, era sua fala. Aproximativa, diria melhor. Aveludada, abraçava-nos de modo reconfortante quando precisávamos e nos trazia lições de vida bem encaixadas à nossa demanda. Não calava o que precisava ser dito, modalizava se necessário fosse, mas se tivesse de nos chancelar no perímetro de determinado rótulo o faria – adjetivando nossas atitudes, afirmindo, por exemplo, que estávamos sendo infantis, fracos, orgulhosos, entre outros, quando achasse que, de fato, nosso comportamento não correspondia à postura que deveríamos ter. Não para dizer que éramos isso ou aquilo (de bom ou ruim), mas que estávamos, sim, naquela condição momentânea que articulávamos para nós mesmos.

Antônio Braighi – Orador no casamento de Daisy Braighi



Fonte: Acervo de Daisy Braighi

Todavia, não ajuizava em maniqueísmo. Traduzia toda a complexidade do enredo em que nos figurávamos com simetria, com a palavra certa para nos acertar em cheio. Foi, assim, o mediador da aprendizagem que se fazia necessária a tantos de nós.

Configurações dos conceitos de “palavra amiga” eram sempre atualizadas com ele. A qualquer hora do dia ou da noite. Se não era momento para conversa furtiva, se valia do conceito de troca edificante no mais alto grau. E sempre tínhamos algo a aprender com ele; e, que se reitere, falamos de um homem com estudos incompletos.

Todavia, se a intenção era rir, se a proposta era o prosaico, ele também se saía muito bem. Lembra minha tia Daisy que *“ele também tinha seu lado cômico e divertia qualquer ambiente com seu humor. Gostava de fazer dramatizações de situações hilariantes. Sempre tinha uma resposta na ponta da língua, para qualquer*

pergunta, principalmente para as inapropriadas. Possuía um arsenal de piadas e as narrava com arte”.

Tó, o menino mecânico que passou pela oficina de meu avô, fechou nossa conversa quando nos encontramos para falar deste livro com um posicionamento singular, que se encaixa perfeitamente aqui: “*Seu avô não era um conselheiro qualquer, era espiritual. Muita gente ia lá nele pra pedir ajuda e saia com muito mais. Com ele não tinha pergunta sem resposta! E, no que ele dizia, você podia confiar. Pra mim, ele era o que chamam de doutor honoris causa. Ele merecia receber esse título*”.

Ele tem razão quando diz que muita gente ia lá. A *casa nostra*, como foi dito anteriormente, recebia visitas diárias de gente que lá se achegava apenas para prosear. No velho banco branco passaram juízes, políticos de Betim e a gente simples daquele município que queria falar, desabafar, colocar pra fora e ouvir o que o nada estranho conselheiro tinha a dizer. Na minha infância, desligado, não atinava sobre o que motivava tantos que lá iam. Mas eu via, e não é força de expressão, talvez porque eu fosse o frequentador mais assíduo daquele lugar, eram visitas que se davam diurnamente.

Eu passava direto, cumprimentava meu avô com um aceno e entrava. Não incomodava, sequer me abeirava dele, por certo respeito. De longe, observávamos o mesmo ritual: ouvia fraternalmente as mágoas dos companheiros e companheiras, sempre a olhar-lhes nos olhos. Quando chegava seu turno, fazia um silêncio muito particular, cruzava as pernas de modo agudo e tomava fôlego para falar, não sem antes olhar para cima a se inspirar por completo. Falava e, em cada tempo, dava uma adequação discursiva. O outro ouvia atento. Entre um sorriso sem graça, acenos variados de cabeça e uma lágrima rebentada por vergonha ou emoção, os interlocutores davam os sinais acerca de como digeriam o que ouviam. As reações dos dois iam mudando e se intercalando na dinâmica da conversa. Ao final, o agradecimento. A nova troca de olhares, reconfortante.

O abraço ou o aperto de mãos; a confiança e o compromisso selados. A despedida. E o volte logo. Logo, voltavam.

Antônio Braighi usou para o bem o dom que tinha. Fez de sua casa a sua Canudos, sua comunidade de doutrinação do amor. Tinha erudição apenas nesse saber. Afinal, ele é mesmo suficiente para agenciar todos os outros. Nesse sentido, os enunciados já se encontravam quase prontos – e, diga-se de passagem, estão para todos nós há mais de dois mil anos. Só restava então a ele enunciar. E isso, aí sim, é preciso destacar (como espero ter feito nos parágrafos anteriores) como uma de suas mais marcantes qualidades.

E, se faltou dizer algo ou se cabe resumir, meu avô não falava, ele sempre declamava.

Acolhimento de crianças e adolescentes

“[...] o nosso menor, seja ele criança ou adolescente, se vê desamparado pela sociedade que lhe é hostil ou omissa, pela complexidade dos problemas sociais, políticos e econômicos dos nossos dias, ainda não devidamente equacionados em suas causas mais remotas, pela ineficiência e até mesmo insensatez de autoridades que poderiam inverter ou pelo menos minimizar esse painel que, estarrecidos, estamos a presenciar ironicamente sobre os ares de uma democracia, feitas as devidas ressalvas quanto aos que querem mudar mas não têm forças para fazê-lo”.

Sálvio de Figueiredo Teixeira.

A epígrafe deste capítulo, cunhada em 1989, poderia muito bem se encaixar nos dias atuais, não é? Soa forte, entre a seiva de tantas denúncias presentes no excerto, a ressalva àqueles que querem alterar o quadro vigente, mas parecem não ter o poder necessário para tanto. Evidentemente, se cada um

assumisse uma pequena parcela do problema (diria melhor, da responsabilidade), talvez o cenário pudesse ser mais positivo para as crianças e os adolescentes do país. Antônio Braighi o fez, por quase duas décadas, no exercício de um ofício social que estava para além da chancela que lhe fora outorgada.

Mas vamos por partes. Em primeiro lugar, é preciso dizer que ele fora comissário de menores¹¹⁵. Tal posto, previsto na Lei 6.697 de 1979 – que instituía o chamado Código de Menores¹¹⁶, surgira visando ao intermédio da autoridade judiciária para “o cumprimento das decisões judiciais ou determinações administrativas que houver tomado com relação à assistência, proteção e vigilância a menores.” (BRASIL, 1979).

A colocação era ocupada por “voluntários, nomeados pela autoridade judiciária, a título gratuito, dentre pessoas idôneas merecedoras de sua confiança” (BRASIL, 1979). Em outras palavras, Antônio Braighi fora escolhido por um juiz que, reconhecendo seu ilibado comportamento e, creio eu, acima de tudo, suas atitudes cidadãs, conferiu-lhe a condição de comissário de menores.

Havia, em detrimento da complexidade de algumas demandas, outras funções prosaicas e rotineiras, muitas delas um tanto afanosas, que meu avô cumpria invariavelmente com rigor. O ex-prefeito de Betim, Tarcísio Braga, lembra que era comum encontrá-lo nas noites da cidade. Ao perguntar o que ele fazia na porta dos clubes, Antônio Braighi respondia que estava ali para dar uma “batida” e ver se havia jovens bebendo.

¹¹⁵ Denise Braighi acredita que a condução dele a esse posto se deu em razão do bom trato que tinha com advogados e promotores da cidade. A oficina mecânica lhe abriu a oportunidade de conhecer essas pessoas e, como era muito bom de papo, mantinha sempre um diálogo profícuo com elas. No entanto, muitos já sabiam do trabalho voluntário dele com moradores em situação de rua e com casais em relacionamentos conturbados. Isso, provavelmente, teria amparado o convite para ser comissário de menores.

¹¹⁶ Revogado pela Lei N° 8.069, de 13 de julho 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Disse-me Tarcísio ainda: “*Seu avô era respeitado até pelo juiz Sálvio de Figueiredo Teixeira!*”. Àquela altura, ainda que a entonação do ex-prefeito me indicasse qualquer admiração por aquele nome, ficava pra mim apenas o orgulho em saber que um magistrado (qual fosse) tivesse tal consideração por meu avô. Todavia, fiz uma rápida pesquisa e descobri que o doutor Sálvio (em título e tratamento), mineiro de Pedra Azul – MG, fora um emérito jurista brasileiro, tendo sido inclusive ministro do Superior Tribunal de Justiça. Em Minas Gerais, foi titular de diversas Comarcas entre os anos de 1966 e 1979. No início dos anos de 1980, foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada de Minas Gerais e, em 1984, a Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (BRASIL, 2007).

Mas também, pudera; “*Os dois eram amigos! Dr. Sálvio vivia na casa do Braighi e até pedia conselhos a ele*”, disse-me o já citado Dr. Expedito Martins Chumbinho¹¹⁷, que também atuou como comissário de menores naqueles idos. “*Foi inclusive esse juiz que me nomeou e, salvo engano, também colocou o seu avô, muito antes de mim, nesta função!*”¹¹⁸, acrescentou.

Dr. Chumbinho se recorda da atuação marcante, efetiva, rigorosa, incansável do amigo Braighi como comissário, para além – conforme já salientamos, mas ainda não evidenciados – do que a função previa. Ouvindo-o, lamentei tantíssimo por não ter visto e vivido isso ao lado deles. Resta-me a saudade do que não vivi e certo orgulho de tal campanha empreendida por eles.

¹¹⁷ O Dr. Chumbinho se recorda do dia em que conheceu o Dr. Sálvio. Ele conta, entre sorrisos, que meu avô fez com que o juiz fosse até ao pronto atendimento (em unidade pública de saúde) do bairro Angola, em Betim, pois estava se sentido mal. Segundo o médico, Antônio Braighi teria largado o serviço na oficina mecânica e dito ao magistrado: “*Vai ficar sentido dores sem saber o que é? Vou te levar a um amigo meu, ele vai cuidar de você e descobrir o que você tem!*”. E, assim, novos laços de amizade foram constituídos.

¹¹⁸ Minha mãe lembra até hoje do dia em que o pai chegou em casa com a carteirinha de comissário. Todo feliz, disse que o juiz o tinha nomeado! Porém, dos detalhes se recorda pouco – sequer do nome do magistrado que o teria conduzido ao posto.

Com o tema na ponta da língua, motivado pelas histórias que ouvira, não foi raro colocá-lo nas rodas de conversas com amigos variados. E, numa dessas, não faz muito tempo, uma pessoa, da qual não vou citar o nome para resguardar a imagem (entenderão o porquê), em resposta à lebre que levantei à mesa, me dizia como eram bons os tempos de comissariado de menores. Fiquei instigado em saber o motivo de tal saudosismo, teria ele conhecido outro voluntarioso como meu avô?

Quisera eu não ter rendido o assunto. O sujeito disse-me que, para ele, o estatuto da criança e do adolescente trouxe um retrocesso para o país. Resumindo e traduzindo (ou amenizando) aquelas palavras, quis dizer que hoje não se pode sequer encostar a mão nas crianças e adolescentes, quiçá levá-los presos. Os atributos de outrora é que eram melhores, dizia ele, emendando com “o pau cantava” naqueles idos. Antes que aquela fala se transformasse em discurso fascista em prol da volta da ditadura, contornei perguntando sobre há quanto tempo não chovia em Belo Horizonte – afinal, o clima começava a esquentar também ali.

De onde viria isso? Como poderia aquele sujeito crer que os comissários de menores, tão bem representados por Antônio Braighi, batiam nas crianças e adolescentes? Onde ficaram as perspectivas da caridade, do carinho, do diálogo? A violência, a arbitrariedade, a força, tudo isso era contrário ao conjunto de histórias que eu sempre ouvia sobre o meu avô.

Voltei às pesquisas e vi de tudo um pouco sobre os comissários de menores. Segundo o mestre em Desenvolvimento Social, Giovane de Oliveira (2010), em pesquisa acerca da atuação desses voluntários na cidade de Montes Claros – MG (que, em verdade, traduz um pouco do que acontecia nos quatro cantos do país),

para manter o estereótipo disciplinador e corretivo subjetivo da “justiça”, os juízes de

menores nomeavam cidadãos como Comissário de Menores, concursados ou voluntários, pessoas que saíam pela cidade, principalmente à noite, fiscalizando bares, restaurantes e congêneres na busca de menores de idade em “situação irregular”. Os Comissários de Menores agiam como verdadeiros agentes de polícia de “menores”, por isso sua presença eram motivo de pânico dentre a população juvenil. (OLIVEIRA, 2010, p.47, aspas no original)

Em crônica¹¹⁹ acerca do paralelo entre o conselho tutelar e o comissariado, a professora (e ex-conselheira tutelar) mineira Ana Maria de Magalhães afirma enfática, diria até de modo um tanto categórico, que naqueles tempos “as crianças e os adolescentes eram punidos por pessoas, os chamados comissários de menores, sem a mínima formação e respeito a estes seres em crescimento. Sabe-se de casos de extrema violência”. A imagem negativa dos comissários seguia frente a denúncias de abusos (de toda ordem, inclusive sexuais) e de corrupção (recebimento de propinas para que o ofício não fosse empreendido em determinadas casas de shows, para liberação de facilidades para jovens de classe média/alta, para obtenção de informações do Judiciário, entre outras).

Junto aos mais politizados, todo esse conjunto de vertentes conformava (e talvez ainda esteja cristalizada na memória) a ideia de sujeitos que ocupavam o posto de comissários como inegáveis vilões do bem-estar dos menores de 18 anos, em detrimento daquilo a que deveriam verdadeiramente se prestar. De alguma forma, aliás, a atuação desses era vista como uma das principais alegorias de um código de menores articulado ainda sob a égide da ditadura militar (que, àquela altura, começava a dar seus últimos respiros). Não sem motivos, pouco mais de

¹¹⁹ Disponível em <http://www.recantodasletras.com.br/cronicas/382299> – Acesso em 20 de Out. 2017.

10 anos depois¹²⁰, o mesmo seria extinguido para dar lugar ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA.

Não obstante, acerca do código de 1979, em aula magna proferida na abertura do 13º Congresso Brasileiro de Juízes e Curadores de Menores, em 1989 – antes, portanto, da promulgação do ECA –, disse o juiz Sálvio de Figueiredo Teixeira (1992, p.171-172):

certamente tem as deficiências próprias dos atos humanos, mas inquestionavelmente constitui [...] um marco na história da nossa dogmática jurídica, não obstante esteja a reclamar as imprescindíveis alterações, decorrentes da nova ordem constitucional e até mesmo das mutações da vida e da evolução do pensamento científico, recordada a lição dos povos mais civilizados de que não se recomendam as frequentes substituições de leis, especialmente as codificações, mas sim o seu gradativo aprimoramento. Não restam dúvidas de que o aperfeiçoamento do atual Código de Menores se impõe, dentro dos princípios que orientam o menorismo.

Observe-se no excerto o que o jurista diz sobre atos humanos e acerca da necessidade de avanços. É nessa linha que é preciso dizer sobre que tipo de comissário foi Antônio Braighi. Colocaria de modo mais apropriado, é necessário explanar acerca de que tipo de sujeito, no exercício desta comissão¹²¹, fora meu avô. De fato, ele não representava a figura do comissário – cristalizada na noção do medo. Talvez fosse qualquer tipo de modelo, arquétipo que, em geral, infelizmente,

¹²⁰ Interessante dizer que o código anterior (em verdade o primeiro no país), de 1927, vigorou por 52 anos, enquanto o segundo, de 1979, pouco mais de 10.

¹²¹ Peço licença para esse neologismo diante da missão, do compromisso de origem bíblico-cristão, do desígnio superior em prol do bem comum, que só se dá na troca, na relação, na cooperação, na colaboração, que, de um lado, Antônio Braighi bem assumia.

não era seguido. De outra maneira, ele provavelmente estava à frente do seu tempo, desenvolvendo uma prática de um modo distinto a o que a conjecturável ordem jurídico-cultural porventura vertical-abritrária-violentamente pudesse mandar (posto que o juiz Sálvio também não era esse tipo de magistrado ou de pessoa).

Talvez ele estivesse (e ainda esteja) à frente do próprio ECA, agindo em desconformidade com todas as burocracias, agilizando processos em favor do bem das crianças e adolescentes que cuidara, com efetivo exercício da noção de humanização, no desprendimento total e irrestrito em prol de quem precisava, fazendo, de forma bem coloquial, a coisa acontecer. Entusiastas do estatuto, no entanto, questionarão precisamente o fato de Antônio Braighi não seguir regras. Aliás, profissionais de formações diversas, como psicólogos, sociólogos e antropólogos diriam que meu avô fora, de certo modo, um desatinado. A ausência de planejamentos, de estudo mais amplo das situações conjunturais, a análise teórico-fundamentada das relações familiares... Enfim: ele nunca ponderou sobre isso, não de forma academicista, nunca pesou o impacto de suas ações num sentido mais amplo – aquele dos livros.

É, talvez ele estivesse muito atrás no tempo dele, seguindo orientações dadas há quase dois mil anos antes do que fazia...

Como vi e vivi pouco dessa realidade, resolvi então entrevistar uma testemunha ocular da história. Todavia, era preciso que fosse alguém com conhecimento acadêmico-profissional, que pudesse colocar o que ele fizera de modo equacionado. Encontrei uma Mestre em Educação, pessoa do mais alto gabarito intelectual, que o conheceu de perto. O relato segue o mais próximo do que me disse: “*Dentre inúmeras ações nas quais ele se empenhava, uma delas era o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Dependendo*

da situação, em determinados casos se fazia necessário que ele as abrigasse na própria casa até que, através de uma intensa pesquisa que realizava sozinho, conseguia famílias que as adotassem. Aliás, falar dessas suas ações de adoção mereceria um capítulo específico que, com certeza, necessitaria relatos de muitas outras pessoas. Lembro-me de vê-lo inúmeras vezes na sua máquina Olivetti, fazendo as petições, descrevendo situações de crianças em questão de adoção; justificava às vezes, até mesmo, a perda do pátrio poder, e o juiz somente assinava. Ele se ressentia do seu pouco estudo, mas não deixava que suas dificuldades com a escrita o impossibilitassem de expressar e registrar a realidade, muitas vezes cruel, com as quais ele se deparava. Ele era respeitado pelos profissionais da área do Direito. No Fórum de Betim – MG, seu trânsito era permanente. Jamais li o que ele escrevia nas petições que fazia. Aliás, suas ações eram de domínio somente seu. A família só tomava conhecimento de alguma ação que ele fazia quando era envolvida diretamente, quando, por exemplo, tinha que receber alguma criança e/ou adolescente a mais em casa. Contudo, nunca sabia quanto tempo morariam junto deles, nem para onde iriam. Isto só seria definido quando uma família se dispusesse a acolhê-los. Assim, muitas foram as crianças e adolescentes que moraram, às vezes por dias, meses e até por anos, na residência dos Braichi. Lá foi uma casa de passagem para muitos e para duas destas crianças se tornou um lar [Ana e Adriana]. Duas meninas que se criaram junto conosco, irmãs do coração, que receberam a mesma educação, os mesmos valores e princípios que os pais transmitiram para todos os filhos biológicos”.

A fala supramencionada é de uma das filhas, Daisy Braighi. Quem viveu ao lado dele, viu como ele atuava, passou pelos anos de chumbo no Brasil e, inclusive, é profissional que atua atenta às mais diversas concepções teórico-práticas do que cerca a criança no país, em estudos constantes e efetivos, pode afiançar que o que Antônio Braighi fazia, em detrimento da base acadêmico-escolar que lhe faltou, coadunava com um compromisso humanitário que só trouxe benefícios aos seus assistidos.

Resumiria dizendo que Antônio Braighi agia com *feeling* e amor, influenciado pelos mais belos interesses e intuído pelas mais positivas energias que o cercavam.

Ele não foi um comissário; fora um pai, conforme se verá nas próximas páginas, para dezenas de crianças e adolescentes de Betim. Com quem não teve tempo de criar afinidade, fora ao menos um padrinho, no sentido cristão da palavra e até no civil (comprometendo-se a cuidar dos pequenos, sustentando muitos deles, em todos os sentidos, não necessariamente adotando-os). Foi também um tio, não de qualquer espécie: o Tio Braighi. Sobre essa cátedra íntima, num pedaço de jornal mal recortado e já um tanto comido pelas traças, estão as palavras do jornalista Luiz Carlos Machado sobre meu avô, publicadas nos primeiros anos da década de 1980:

[...] é uma das raras e privilegiadas criaturas humanas que assimilou, em sua grandeza plena, o real sentido de nossa presença na sociedade, ou a conveniência e as vantagens de servir para melhor viver. E, sinceramente, no mundo de hoje, onde tantos se envaidecem da cultura intelectual conquistada, mas não se lembram nunca que tais valores podem e devem contribuir na construção da felicidade comum a todos, quem nos dera possuir em cada setor, em cada ramo de atividade, um só “Tio Braighi” como é conhecido [...] Antônio Braighi vem se dedicando, no transcorrer de toda a sua vida, ao trabalho de assistência social à família de Betim [...] De todo o seu trabalho consagrado à reabilitação da família, já se têm aproveitado a sociedade de Betim e a grande massa das crianças carentes e abandonadas.

Disse-me Benevides Silveira, o Bené, que atuou como comissário de menores na região do Centro de Betim, que “*com o seu avô não tinha tempo ruim não, nem hora. Podia ser de*

madrugada, final de semana e feriado. Se a causa fosse um menor de idade, ele estava lá, pronto pra ajudar!"

Por um infortúnio, poucos registros existem no Fórum de Betim acerca da atuação de meu avô (ou ao menos nos fora dada vista). Talvez assim também meu avô o quisesse. Nada do que fazia armazenava, tampouco comentava. Sabíamos que estava fazendo o bem, mas nunca discorria sobre quem ajudava e como seus préstimos eram necessários. Não obstante, para os fins a que se prestam este livro, foi importante buscar no Judiciário da cidade, sobretudo nas varas específicas, qualquer apontamento que nos valesse.

Pois foram encontrados apenas dois documentos. O primeiro, uma portaria de 1990, assinada pelo juiz de menores Augusto José Vieira Neto, que (re)nomeava Antônio Braighi ao posto de comissário de menores. Como seria possível? A inferência que fazemos é a da necessidade de tal demanda frente à publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente naquele ano. Em contato com o magistrado, que atualmente reside em Montes Claros – MG, resumiu ele sobre Antônio Braighi: “*um dos homens mais honrados de Betim*”.

O outro, de 1996, me assustou um pouco mais. A portaria, assinada por juiz que não mencionarei o nome, resolvia dispensar todos os comissários de menores anteriormente designados na comarca de Betim. Aliás, apenas três continuariam: Aldo José Santana, Manoel do Carmo e o já citado Benevides Silveira Filho. Terminaria ali, assim, o exercício do ofício de meu avô com aquela chancela.

No entanto, o choque não fora a dispensa – posto que isso poderia ocorrer, a qualquer tempo, por motivo que justificasse. O que me deixa intrigado é a intrincada redação do documento. O juiz justifica tal resolução diante, entre outros motivos, da necessidade de se fazer uma revisão nos quadros de comissários “vez que muitos deles são pessoas *inidôneas* e que *nunca trabalharam efetivamente pela causa menorista*, além do

que usam a carteira de Comissário de Menores para *benefício próprio*" (idêntico ao original, mas com grifos nossos).

E diz mais o meritíssimo. Não questiono aqui o labor dos três comissários que continuaram na ativa, posto que eu nem os conheço (a não ser, por uma rápida entrevista, o simpático Bené), mas o magistrado os manteve pois eram, segundo consta no documento, "os únicos que vem trabalhando efetivamente pela causa menorista, com o conhecimento, supervisão e aprovação deste Juiz" (idêntico ao original, mas com grifos nossos)¹²².

Fico imaginando: se este documento chegou às mãos de meu avô em inteiro teor, como ele o teria recebido? De que maneira essas palavras o teriam tocado? Que afetos teria despertado? Que noção de justiça, presente num texto de um juiz, Antônio Braighi teria depreendido? Minha tia Daisy indica que foi nessa época, três anos antes do falecimento do pai, que um recolhimento maior começara a lhe tomar, aparentando estar deprimido com frequência. Se há relação, não sabemos; mas motivos haveria.

Eu quis então conhecer aquele juiz. O douto senhor hoje é desembargador. Por diversas vezes tentei agendar uma entrevista com ele, deixando recados com os vários funcionários de seu gabinete. Quando pareciam em vão minhas tentativas, finalmente ele me atendeu; por telefone. Na ligação disse-me, porém, não se lembrar de meu avô. Havia feito ele, para tanto, pesquisas em Betim, junto aos que lhe eram caros, para saber de quem se tratava, antes de nossa comunicação. Conseguira até uma foto dele e me dissera que difícil seria se esquecer de homem com fisionomia tão marcante; poderia ele ter conhecido a história e nunca se esqueceria. Talvez leia e a conheça agora.

Diante ao que me parecia, porém, uma incoerência, posto que o fato de não conhecer o meu avô e, por extensão, o

¹²² Na mesma portaria o juiz resolvera também recolher as carteiras de identificação dos comissários, motivo este que, provavelmente, faz com que o documento não componha o acervo da família e não seja apresentado aqui como ilustração.

trabalho dele, não justificaria o peso das palavras no documento de exclusão dos comissários em 1996, questionei por que e como aquele processo se deu. O jurista então me respondeu, com o vocábulo que cabia, que *alguns* daqueles voluntários estavam “aprontando” (*sic.*) muito, se utilizando da condição que lhes fora outorgada para fins escusos.

Alguns! Plural do pronome indefinido que indica um conjunto de sujeitos contidos no substantivo. Isso posto, se alguns “aprontam”, e outros (também indeterminados) não, como fazer para determiná-los? Longe de mim querer ensinar o trabalho ao “seu juiz”, mas é preciso indicar os sujeitos, não? Foi o que ele fez; os outros são os três (Aldo, Benevides e Manoel) que ele citou. Logo, os demais, são alguns, certos, quaisquer que “aprontam”.

Aprontar! Verbo transitivo, aquele que demanda complemento. Aprontavam o que, então? Há como imaginar, posto o lugar da palavra no discurso como gíria – só para um leigo como eu compreender. Eu entendi! Mas aprontar é sinônimo de bagunçar e de arrumar (?), vejam só! O primeiro, me garante o desembargador, alguns o empreendiam. O segundo, lhe afianço, a Antônio Braighi correspondia.

Arrumar! Outro verbo transitivo. O quê? Aquilo que o ilibado juiz, na melhor de suas intenções, tentava fazer no exercício de seu poder, meu avô já fazia, há tempos, na prática do ofício do beija-flor, aquele da fábula que abre esta seção. Ele arrumava o que estava errado na vida de dezenas de famílias em Betim. Ele arrumava casas para crianças órfãs, agredidas pelos pais, que passavam fome e/ou estavam desabrigadas; ele arrumava o próprio lar para receber estes pequenos; ele arrumava formas e fórmulas para ajudar a quem precisava, tendo a pessoa pedido sua ajuda ou não; ele arruma um jeito; ele arrumava o que estava bagunçado. Ele, enfim, nesse(s) sentido(s), aprontava. Assim! Ah, sim!

Ele não era pronome indefinido para quem precisava. Era nome próprio bem conhecido pelos carentes, precedido por

artigo definido e pronome de tratamento: o Seu Braighi! Não, não se tem aqui pronome possessivo, posto que se tivesse seria de todos, o nosso Antônio. O dele, do menino que sofria nas ruas, e dela, da mãe que precisa de ajuda. O seu, amigo do peito – se não era, até aqui certo estou de que dele você já gosta. O meu avô. Só não fora nada daquele juiz, hoje desembargador.

Antônio Braighi teve grande trabalho junto às crianças e adolescentes



Fonte: Acervo de Daisy Braighi

* *

Encontrei mais um recorte de jornal. Pra dizer a verdade, foi a minha tia Daisy que, finalmente, ao revisitar o seu relicário, deparou-se com a meia página de impresso cuidadosamente dobrada no fundo da caixa. O título da matéria em destaque alardeava o que o maior jornal da cidade de Betim

considerava um problema: os “menores”. A reportagem-denúncia escolhia cuidadosamente os verbos *dicendi*; segundo ela, Antônio Braighi “denunciou” uma situação relacionada às crianças e jovens da cidade. Todavia, o que ele supostamente apontou era algo que todos já podiam perceber. Nos idos da década de 1980, os pequenos desamparados, às ruas, cometiam infrações diversas. O periódico, então, apenas evidenciava as consequências, preocupado com os índices de criminalidade no município que, segundo sugeria, subiam em razão dos culpados em destaque.

As perguntas feitas na entrevista apareciam conformadas em uma estratégia de reestruturação textual que as disfarçava. Para a maioria delas, meu avô parecia repetir e sinalizar a solução: a construção de uma casa-internato que pudesse dar àqueles jovens o que eles precisavam – e não se tratava de penitenciária mirim no modelo Febem, mas um lar com trabalho, educação, alimentação, encaminhamento, orientação.

No entanto, como a criação de tal instituição parecia distante (veremos, na seção em que falamos da atuação de Braighi como vereador, os motivos) o jornal parecia indagar: mas esse então se tornou um problema da sociedade que convive com tal “transtorno”? A resposta não poderia ser outra – e agradeço ao jornalista responsável por ter relatado, *ipsis litteris*, espero, as palavras de meu avô. Sem julgar ninguém, mas legando o recado, em remissão ao pequeno beija-flor que foi, lia-se no quinto parágrafo da reportagem: “Nesse ponto, Antônio Braighi se apresenta afirmando que ‘tenho em meu trabalho a maneira de provar, a mim mesmo, que sou um cidadão brasileiro, não me importando que isto seja um dever de todos nós. Estou fazendo a minha parte, dando a minha parcela de contribuição. Jogo a minha gota de água, por muito que seja necessário, para apagar esta enorme fogueira. Sei que não consigo muito êxito, mas faço a minha parte. Assim, trago

minha consciência tranquila e limpa. Cumpro o meu dever, numa demonstração de civilização, de patriotismo”.

Joel

Sem dúvidas, um dos maiores empreendedores da cidade de Betim se chama Joel Fernovedes e, não apenas neste livro, mas também na história de Antônio Braighi, ele tem um capítulo à parte. Isso era tudo o que eu sabia antes de conversar com este personagem. Por diversas vezes foi a mim repetido, em família, que este senhor – perto de completar os 60 anos, teria muito o que contar sobre o meu avô, dada a reciprocidade que houve entre os dois num passado não muito distante.

Depois de duas ou três ligações, conseguimos marcar um almoço num restaurante de frente à praça (Senador) Milton Campos, talvez a mais importante do município em que ele vive. Os ponteiros marcavam o doze de uma quinta-feira ensolarada e eu revia aquele homem baixinho e fonzino, mas que, no caminhar, ao cruzar a esquina, parecia carregar o mundo nas costas. Passos firmes e olhar sereno, me lembrava alguém – ainda que as discrepâncias físicas não ajudassem. Eu não o via desde a minha infância e encontrar com ele (assim como com tantas outras fontes) era também rever um pouco do meu avô, talvez o rastro de sua aura, estampado na vibração que sujeitos como Joel transportavam. Foi inevitavelmente o que senti ao nos saudarmos.

Cumprimentamo-nos e já nos sentamos para comer e prosear. O prato do dia, nada de rebuscado, mas muito bem servido e preparado, chega rápido. Entre uma garfada e outra, o gole no suco de limão molha a palavra que sai a rememorar o passado como se acabasse de acontecer. Todas as cenas vividas por ele, entre 1965 e 1999, advêm com rapidez e detalhes. Caminhávamos bem na conversa, mas fomos educadamente interrompidos pelo dono do estabelecimento que vem para

cumprimentar o meu entrevistado. Ao me apresentar, Joel diz:
*“Esse menino [obrigado pela parte que me toca] é meu sobrinho!
Neto do Sr. Antônio Braighi!”*

Nem coçou tanto a curiosidade vinda a reboque daquela apresentação, pois, depois de algumas mordidas no frango que lhe apetecia, Joel me disse que Antônio Braighi foi como um pai para ele. Deixei escapar um sorriso no canto da boca, mas não permiti que ele percebesse. O riso preso era fruto da jocosa e bela coincidência. Àquela altura, já era o quarto entrevistado a dizer o mesmo, e nenhum deles era filho (ao menos consanguíneo) de meu avô – e não falo de Ana e Adriana, a serem apresentadas neste livro em breve.

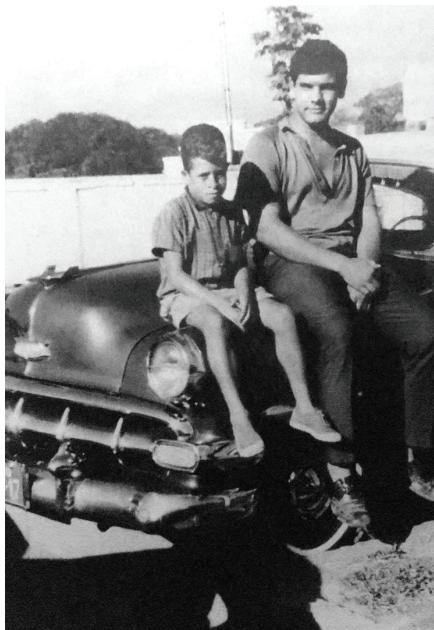
A minha vontade era perguntar se ele e tantos outros entrevistados tinham combinado esta fala pra mim: “*Vamos fazer uma pegadinha com ele, como o Sr. Antônio gostava de fazer!*”. Não que eu duvide da verdade em tal depoimento, ao contrário. Todavia, deverá cansar o leitor – sobretudo aquele que não conheceu o meu avô – ver tal construção sendo repetida aqui (terei de suprimi-las). Peço desculpas, mas não posso deixar de registrar a intensidade de tal gratidão guardada por tantos. Ainda que soe como clichê, eles de fato não estavam mancomunados; assim, pense no que significa dizer que uma pessoa foi como um pai para você, além do que o seu verdadeiro, biológico, poderia e deveria ser – lugar que um estranho foi ter.

Joel, nos idos de 1965, com 7 anos de idade, saia furtivamente de casa e passava o dia na rua. Era uma Betim diferente à época, mas as vias públicas não eram lugar para crianças. Corria entre uma mercearia e outra fazendo de tudo um pouco para ganhar uns trocados. Começou ofertando os seus gentis (mas nada fortes) braços infantis para carregar as sacolas das senhoras que faziam compras. Levava tudo até as casas daquelas damas e, ao final do trajeto, estendia a mão, abaixava a cabeça e ganhava a gorjeta.

Foi nessas idas e vindas que topou com Antônio Braighi, já comissário de vigilância de menores. Para o meu avô, trabalho significava. Mas eram outros tempos e concepções. Para ele, melhor seria se aquelas crianças – Joel não era o único nessa empreitada – estivessem estudando e assim os incentivava para isso. No entanto, na fragmentação do lar, na ausência de recursos de toda ordem, na falta de orientação, entre tantos outros problemas que as paredes escondiam, o que esperar? O mínimo que ele podia fazer era, de alguma forma, nortear aqueles pequenos – acompanhando os trabalhos que faziam.

“Desde aquela época seu avô começou a me aconselhar, a me falar para não fazer coisas erradas, a trabalhar de forma séria e honesta”, ratifica Joel.

Joel e Carlinhos



Fonte: Acervo de Joel Fernovedes

Como o serviço de entrega, por assim dizer, não estava lhe rendendo tanto, Joel resolveu investir na labuta como engraxate. Ele já tinha visto outros colegas fazendo o ofício e reparou que ali saia mais dinheiro. Por que então não tentar? Só lhe faltavam duas coisas: o ferramental e aprender a engraxar. A solução veio com aquele que ele ainda chama de pai: “*Eu aprendo tudo observando; sempre tive facilidade com isso. Mas foi Antônio Braighi que me ensinou a lustrar um sapato e quem comprou uma caixinha de engraxate pra mim*”.

Talvez, pudera, ele nem tenha comprado, mas sim confeccionado com as suas habilidades de marceneiro. Deve ter sido feita com carinho e atenção, leve o suficiente para uma criança carregar. E assim Joel tocou a brilhar os calçados do empresariado que, anos mais tarde, viria a lhe considerar de outra forma. O ensinamento da seriedade e integridade não saía da mente, ainda mais agora, com a consideração que lhes somava.

No entanto, os amigos de ofício não eram fáceis. Certa feita todos os engraxates de Betim foram presos pelo que hoje chamamos de atentado ao pudor. Um grupo de belas meninas passou em frente ao local em que alguns *limpa-botas* trabalhavam. Como as garotas não deram bola para os assovios deles, um dos rapazes colocou o genital para fora da calça e mostrou para elas. Como não foi possível identificar o meliante engraçadinho, todos os que se encaixavam no perfil foram em cana.

Lá fora novamente o comissário de menores. Ao avistar Joel, a simples troca de olhares denunciou que ele não havia feito nada para estar ali. Antônio Braighi então pediu para que ele fosse solto, o que imediatamente ocorreu. Não satisfeito, sentou-se em frente à sala que guardava os garotos e só saiu de lá até que o responsável confessasse. Libertos os demais, uma lição de moral foi dada ao pequeno infrator. O papo com o delegado, no entanto, foi diferente; alegado o ato ser “coisa de criança irresponsável”, o jovem foi posto pra fora – não sem antes receber um belo puxão de orelhas.

Mas, como afirmado, os colegas engraxates eram encrenqueiros. Ao menos mais duas vezes o mesmo grupo fora preso e novamente meu avô esteve lá para ajudar. As situações motivadoras, no entanto, pioravam um tanto. Mas Joel, como sempre, saía ileso – não deixando de se incomodar com aquela situação. Fazia sentido: ser encarcerado só porque exercia um ofício? Ou porque era criança? Com os conselhos de Antônio Braighi, acalentou o seu espírito quanto às injustiças que sofria e começou a pensar em outras investidas de trabalho.

Foi então no mercado velho de Betim que Joel começou a deparar-se com variadas possibilidades de ocupação. Descobriu-se vendedor. Não demorou a encontrar um posto. À época com 14 anos, começou a atender em uma banca que vendia frango, ovo e queijo. O dono da venda, no entanto, andava meio desgostoso com o trabalho e estava à procura de alguém que assumisse o ponto para investir em outras frentes. Como estava demorando a encontrar um substituto, e vendo que o garoto tinha se apropriado bem do atendimento ao público – coisa que Joel sempre fez com maestria –, o sujeito simplesmente entregou o lugar ao jovem, com a contrapartida de uma comissão sobre as vendas.

A alegria lhe tomou conta. Pense: ele, já naquela idade, teria a liberdade para assumir um negócio; ganharia muito mais e já projetava um futuro melhor do que a incerteza das ruas. Todavia, o contentamento logo passou ao lembrar que a única coisa que ele sabia fazer era vender. Ainda que pequena e simples para um adulto, a administração da banca se fazia complexa para quem ainda era um adolescente. A logística do acanhado estoque, a disposição dos produtos, os preços, o caixa, tudo isso, ainda que pudesse inferir, era um processo a ser descoberto.

Foi então que ele decidiu pedir ajuda a Antônio Braighi. De modo voluntarioso, vendo o esforço e devotamento que o garoto tinha com aquele propósito, meu avô o ajudou em tudo

o que ele não sabia, orientando-o em cada passo que devia dar em seguida, acompanhando presencialmente muitas de suas investidas.

Se nos últimos sete anos meu avô já houvera lhe aconselhado nas ruas, a partir desse momento a parceria dos dois se estenderia de modo ainda mais profícuo. Afirmou-me Joel: “*Eu não fazia nada sem falar com ele e só fazia o que ele dizia que eu podia. Sempre foi assim. Ele foi o meu grande conselheiro por toda a vida*”.

Desde o auxílio na disposição dos produtos no balcão até as idas à central de abastecimento, em Belo Horizonte, Antônio Braighi foi parceiro de Joel. Chegou a atender ao público aos domingos, como um funcionário que nada ganhou financeiramente – pois fazia pelo prazer em ajudar.

Mas, ainda que muito bem orientado pelo meu avô, Joel tinha um particular e apurado tino comercial, que foi sendo desenvolvido na medida dos resultados positivos que encontrava em seus negócios. Aos poucos, como se imagina, foi aumentando a diversidade de produtos que poderia vender. O feijão, comercializado a granel, foi a primeira grande sacada – aconselhado por um colega de mercado – o que lhe aumentou muito a margem de lucro. Depois vieram os temperos, vendidos nas cartelas que ele mesmo fazia com folhinhas (calendários) do ano que já havia passado. O jovem distribuía os pacotinhos em todas as outras bancas para que os comerciantes pudessem revendê-las – e assim criava um outro tipo de público para si.

Com a inauguração do Centro de Abastecimento de Betim – Ceabe, lá montou uma banca maior. Todavia, não se satisfez. Inquieto, investiu até constituir dentro do novo mercado a famosa mercearia do Joel. Durante anos, aquele mercadinho fora um dos mais requisitados da cidade. Havia poucas vendas do tipo no município – supermercados eram raros – e a localização do estabelecimento, com bons produtos, preços atrativos e promoções seguiam os princípios do marketing antes mesmo que o garoto, agora muito mais maduro, pudesse fazer ideia do que essa palavra significasse.

Joel (à direita) entrega homenagem ao prefeito Osvaldo Franco na inauguração do Ceabe



Créditos: Closé Limongi

Vista do CEABE em data próxima à sua inauguração



Fonte: Site do Instituto Histórico IMPHIC – Betim

Mas ele não sossegou! Com discrição e com muita dedicação, ao lado do Ceabe, resolveu montar um

hipermercado. Foi, no início da década 1990, um dos grandes empreendimentos na cidade. Corajoso e arrojado, Joel investiu e criou uma considerável estrutura de varejo que Betim nunca havia visto antes, comum apenas na capital, mantida por grandes redes.

Nesse ínterim, da banca no mercado velho ao sucesso com o hipermercado, quase duas décadas se passaram e meu avô continuara a visitar o amigo durante todos esses anos. A certa altura, Joel passou de beneficiário das investidas de Antônio Braighi a um importante auxiliar nas visitas a famílias carentes de Betim. Os dois, acompanhados do meu tio Carlinhos, tantas vezes levaram mantimentos aos mais necessitados nos bairros Bandeirinhas, Citrolândia – na Colônia Santa Izabel, Cachoeira, Marimbá, entre outros. Por vezes, o então empresário doava alimentos dos mais diversos que compunham as muitas cestas básicas doadas naquelas localidades.

“Seu avô não gostava de nada errado!”, por isso mesmo se incomodava com o fato de Joel tirar do estoque de produtos dele para a doação. Tantas vezes então comprava itens de primeira necessidade no mercado do amigo, a preço de custo, para fazer as boas ações. Lado a lado, então, beneficiavam pessoas em todo o município, não apenas com o pão, mas com a palavra amiga e a oração – virtude esta última que o empreendedor nem sabia que tinha e foi descobrir com Antônio Braighi (e explico a seguir).

Anos depois de montar o seu maior empreendimento, Joel acabou vendendo o hipermercado para a cadeia supermercadista SuperLuna. Lá, ainda hoje tem participação nos lucros e atua como um sócio efetivo e dedicado aos negócios. No entanto, divide sua atenção atualmente com uma empresa de *outdoors* e na atuação como pastor na igreja Guerreiros e Adoradores de Cristo.

Perguntei então a Joel se o fato de ele ter convivido tanto com o meu avô, que era muito religioso, o havia influenciado

a seguir o caminho de Cristo como faz hoje, na condição ministerial em uma religião – ainda que Antônio Braighi fosse espírita de linha kardécista. A resposta dele, que mais ou menos consigo reproduzir com fidedignidade abaixo, ainda ecoa em meus ouvidos:

“Se você anda com um traficante, você acaba por se tornar um traficante – ou adota os mesmos valores que ele. Se você anda com um homem de Deus, você se torna um homem de Deus. Eu andava com o seu avô. O que eu me tornei? O seu Braighi, no entanto, não misturava as coisas, ainda que elas se influenciassem. Ele nunca me levou na oração das oito que ele fazia. Eu então não segui o Espiritismo, mas sou também um homem de Deus, inspirado nas atitudes dele”.

Mesmo que não siga a linha espírita, Joel conta como começou a entender que poderia atuar mais efetivamente na senda do evangelho cristão. Certo dia o meu avô foi procurá-lo na mercearia. Lá, o diálogo seguiu:

“Tá vendo esse nome aqui? Reza pra essa pessoa pra mim!” – disse Antônio Braighi, portando um papelzinho mal recortado.

“Mas, por quê? Por que eu?” – inquiriu Joel assustado com aquela novidade.

“Porque a sua oração é boa, é forte! Se você rezar para essa pessoa ela vai melhorar!” – completou meu avô que deu as costas sem mais falar. Tal episódio se repetiu em diversas ocasiões e, algumas vezes, ele voltava e dizia: *“Lembra daquela pessoa que eu pedi para você orar por ela? Então, ela melhorou!”*

Joel, que sempre acompanhara Antônio Braighi em suas andanças em Betim, já fora com ele em alguns velórios. Lá ouvira as belas homilias que fizera, em despedida do espírito que partia. Diferente do automatismo que porventura pode ocorrer na repetição de algumas orações decoradas, meu avô dizia o que lhe vinha à mente, somando por vezes o discurso aos céus com as preces mais belas e tradicionais que temos conhecimento: o Pai Nosso, a Ave Maria e, para ele, a prece de Cáritas.

Vindas do coração, aquelas falas foram inspiradoras – a deixar no jovem aprendiz a memória de como deve ser feita uma oração. Mas Antônio Braighi via em Joel bem mais do que um discípulo: enxergava nele alguém com seiva espiritual tão grande que, com a fé que lhe era particular, conseguiria, através da mediação da prece, tragar e enviar boas energias para quem mais precisava. Foi assim que, aos poucos, o então empresário começou a perceber o potencial que tinha para ser, como o mesmo se define, “instrumento de Deus” – como todos nós podemos ser, desde que caminhemos na senda do Cristo.

Aprendeu, no exemplo, que o bem se faz para além da palavra. Entendeu que o compromisso cristão se influencia pela Bíblia, mas só se concretiza na atitude, nas boas ações. Depreendeu isso, imagino, no exemplo advindo do amigo com quem conviveu e tomou lições apenas ao ver o que ele fazia.

Joel, no entanto, tentou também ensinar algo ao meu avô. Em uma sociedade marcada pelo jeitinho e pouco acostumada à retidão de caráter, onde valores se destacam como algo estranho à realidade, me relatou: *“Antônio Braighi era um homem muito sério e honesto e sofreu muito diante desse mundo hostil, esse mundo que não entende gente assim, correta! Como eu andava muito com ele, eu até dizia para ele ser mais maleável, mas a postura dele era rígida, vertical em certos assuntos, não abrindo mão do que lhe parecia correto.”*

Pedi então, como fiz com boa parte de meus entrevistados, para que Joel definisse meu avô com poucas palavras, além da beleza já posta com as falas anteriores. Respondendo-me, talvez se lembrando do próprio passado, do sofrimento nas ruas de Betim na infância, não parou um segundo sequer para pensar e foi categórico ao dizer que o meu avô: *“Dedicou a vida dele para as crianças da cidade. Dedicou não, melhor, doou a vida dele!”*

Doou a vida para que Gabrielas, Rosas, Anas, Adrianas, Joéis, Joões, Jósés, e uma infinidade de outras crianças tivessem um futuro melhor do que aquele que lhes aguardava na

condição em que foram encontradas, para que tivessem chance de escrever a própria história, com mais dignidade, com valores básicos, com o afeto mínimo e desejável. Ainda que os caminhos tenham levado essas personagens a destinos diversos, todas elas caminharam, tiveram a oportunidade de viver, de passar com um pouco menos de sofrimento por uma fase que por natureza é tão bela e tão importante na definição do caráter e do que ampara as escolhas futuras.

Joel é apenas mais um exemplar de tantas narrativas perdidas – de crianças que hoje são adultos e eu, infelizmente, não consegui descobrir por onde andam pelo simples fato de meu avô ter feito o bem não apenas sem olhar a quem, mas sem deixar qualquer registro que lhe lustrasse o ego ou facilitasse o reconhecimento. Joel, assim, é tão somente uma história entre tantas que foram mudadas pela intervenção carinhosa, caridosa e desprevensiosa de Antônio Braighi.

Todavia, ao mesmo tempo, Joel é o bastião de uma raiz que se estende como exemplo e de uma árvore que dá frutos. Hoje, através da igreja em que é pastor, conduz um projeto chamado Lar dos Hebreus, atendendo a 24 homens que foram retirados das ruas e ainda lutam para cessar o vício das drogas. É quem, como filho, muito e com propriedade, fala de um pai, estendendo e dando manutenção à vida do meu avô, convertendo-a em prática incessante.

* *

*

A modéstia impediou o meu entrevistado de responder as últimas perguntas que tinha para fazer. Sobre o velório e o enterro de meu avô, disse pouco se recordar. Todavia, todos se lembram bem de que foi ele quem cuidou da despedida póstuma que se fez no plenário da Câmara Municipal de Betim. Ele foi o responsável por organizar tudo, quando nossos parentes

pouco conseguiram fazer diante do luto. Por fim, na falta de um jazigo da família, até nisso Joel pensou. Antônio Braighi fora sepultado¹²³ no túmulo dos Fernovedes. Que outra pessoa faria isso se não considerasse verdadeiramente o meu avô como pai?

Gabriela

O genro mais engraçado e conversador que Antônio Braighi teve certamente foi (é) o Lélio. Casado com a filha mais nova, Dagmar, o ex-marinheiro hoje vive do seu maior *hobby*: cozinhar. E não faz muito tempo que o filho, Gabriel, resolvera investir também no ramo alimentício – pensando na herança genética que porventura tivesse (ou até tenha). Mas, em resumo, como em casa de ferreiro o espeto é de pau, calhou mesmo de o pai assumir o negócio, dada a sua expertise com qualquer comida que valha, mesmo que seja fazendo cachorro quente.

Mas não se tratava de qualquer hot dog; nas palavras de minha esposa, era “o melhor de todos”! O estabelecimento que meu primo criara rapidamente fez nome, atraindo boa freguesia, formada sobretudo por jovens. Uma das clientes mais assíduas, Maria Rita, certa noite – e lá se vão uns 6 ou 7 anos da inauguração do lugar – resolvera levar a mãe, Dona Márcia, para conhecer aquela preciosidade gastronômica que tanto lhe agradava o paladar e lhe apresentar o responsável pelo local, Lélio, do qual já se sentia íntima – dada a prosa que sempre ocorria com tão conversado atendente.

Papo vem, papo vai, Márcia resolve falar ao meu tio que era candidata a uma vaga de conselheira tutelar em Betim – a fim de contar com o apoio dele na eleição. Ele, mais do que depressa, destaca hiperbólico: “*O meu sogro foi o maior*

¹²³ Posteriormente nossa família adquiriu túmulo no Cemitério Nossa Senhora do Carmo, para onde o meu avô foi levado tempo depois e onde, na tradição cristã, descansam Antônio Braighi e Carlos Alberto Braighi.

conselheiro tutelar que já houve nesta cidade!" (e quem conhece o Lélio sabe que não é nenhuma novidade os efeitos enfáticos no discurso, sobretudo quando fala dos pratos que faz – que, verdade seja dita, são muito bons).

Na sequência, curiosa Márcia questiona: "Mas, quem foi o seu sogro? Talvez eu o tenha conhecido!"

"Ele se chamava Antônio Braighi! Mas, ele não é do seu tempo, não...", respondeu meu tio, transformando a história do meu avô quase em uma lenda.

"Gente... eu conheci o seu Braighi, Lélio! Já fui muito na casa dele", retrucou Márcia.

"Pois é... coincidência, né?! Ele é meu sogro...", assinalou Lélio, ao que Maria Rita interrogou, irônica, cingindo os olhos já miúdos: "Eu tenho um professor na faculdade que se chama Antônio Braighi... mas ele não tem idade pra ser seu sogro não..."

Talvez assim tenha nascido a expressão "mundo pequeno"; por orgulho do nome que tenho, ou até por uma função econômica, tantas vezes assino apenas Antônio Braighi – dispensando o Augusto e o Andrade. É assim que meus alunos me conhecem, senão pelo apelido: Toni. Uma de minhas mais queridas amigas, que um dia fora discente em minhas aulas na graduação¹²⁴, reside em Betim. O nome dela, como se imagina, é Maria Rita, a filha da Dona Márcia.

Esse causo já nos rendeu boas gargalhadas, em família e na escola. Sempre que nos encontramos, lembramos e zombamos da cena. Nenhum de nós poderia imaginar que um dia tal coincidência pudesse ocorrer. Mas, esfriada a história, caíra em certo esquecimento até o dia em que retomei a escrita da biografia de meu avô. Montando a lista de entrevistados, de pessoas que porventura teriam algo a contar sobre Antônio Braighi, não do neto, lembrei-me da Dona Márcia e resolvi ligar para ela.

¹²⁴ Quando lecionava no Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH).

Ao telefone, sempre muito educada e solícita, disse que poderia ajudar, mas que tinha pouco para contar, senão um ótimo contato a passar. Tratava-se de Gabriela, a Gabi, que havia não apenas conhecido meu avô, mas sido auxiliada por ele ainda quando criança. Marcamos um almoço e tive a honra de conhecer mais uma história de vida incrível, relatada por quem foi protagonista.

Em 1968 nascera Maria Milagres Barbosa. Como não se dizia dona de qualquer prodígio, quanto mais no plural, não gostava do – tampouco se reconhecia no – nome que tinha e resolvera adotar a alcunha de Gabriela já em meados da década de 1970. Assim é conhecida e não atende por qualquer outro chamamento.

Filha de um casal em crise, de um lar complicado, com referências limitadas em termos de cultura e valores, aos 10 para 11 anos teve que decidir, na separação dos pais, com quem ficaria. Como a afinidade era maior com o pai, quis ficar com ele. No entanto, isso a mãe, Dona Conceição, não permitiria – ou com ela permaneceria ou a decisão seria do juízo de menores. A alienação parental (à época o conceito não existia, mas a prática sim) se fazia presente de modo efetivo, fomentada pelo ciúme de uma das partes.

Gabriela sempre foi uma menina geniosa e, dada a terceira opção oferecida, escolhera esta do que ficar no lar de origem. Não devia ser tão mal sair daquela casa, pensara. Talvez até o fim Conceição não tenha acreditado, mas também não arredou o pé: “*Se você quer assim, assim será! Com seu pai é que não ficará... vai ficar é na Febem!*”, dessa forma teria não apenas ameaçado a filha, mas lhe avisado como procederia.

A mãe procurou então o já conhecido comissário de menores que residia à rua Santa Cruz. Sob a alegação de que a garota era rebelde e que não tinha como cuidar dela – sem contar as outras particularidades que cercavam o caso (acerca do casamento desfeito), a entregava, naquele momento, aos

cuidados do seu Antônio – se assim ele quisesse e pudesse. Fico pensando na situação, na ideia que aquela senhora fazia de que poderia ludibriá-lo, contando fragmentos, versões de interesse, para se livrar da própria filha em razão do orgulho maculado.

Imagino meu avô acendendo calmamente o cigarro que lhe ajudava a conformar as ideias, os minutos de silêncio que lançavam reticências à fala da Dona Conceição (na oportunidade para que ela colocasse a verdade tal como era), o olhar perdido ao pé de manga após a primeira tragada e a conclusiva: “*Se a senhora quer assim, assim será!*”

Ele tinha uma capacidade incrível de fazer a leitura das pessoas. Nunca passara por uma faculdade de Letras, mas certamente fez uma detalhada análise do discurso daquela mulher – de suas palavras, gestos, olhares. Não a julgava, a compreendia – talvez melhor do que ela pudesse perceber de si mesma. Por aquele banco em que conversavam, àquela altura, dezenas de pessoas, entre elas muitas mães, já tinham passado – com problemas diversos, muitos deles graves, que tinham mais a ver com os filhos do que com elas, diferente um tanto de Conceição.

Era ela uma pessoa que, como todos nós, queria a felicidade, mas não sabia como, não a entendia. Não admitia que o fruto de sua criação pudesse virar contra si e ficar junto do pai. Era como não reconhecer a dor que sentira – como se uma criança pudesse isso entender – e, de algum modo, entregarsse como troféu a quem poderia dizer que saía vitorioso (certo, correto) daqueles anos complicados de convivência. Não que Gabriela fosse um anjo de candura também, mas a sua irascibilidade – muito fruto da discórdia em casa – só piorava o cenário.

Com o perdão da intertextualidade infame, Gabriela nasceu assim, mas nem por isso devia crescer assim. Talvez isso Antônio Braighi tenha pensado. Ela poderia ter outras oportunidades fora de casa; quem sabe desse modo o amor da

mãe, pela saudade, não florescesse? De outra maneira, por que não dar à menina experiências culturais diversas daquelas que tinha, convívio com outras pessoas? Meu avô, sem qualquer perspectiva antropológica, sempre pensou que o ambiente é determinante na formação do sujeito. Logo, a mudança de contexto poderia dar a elas – às crianças que abraçava – condições diversas de vida através de uma conformação diferenciada de caráter (dessa forma agiu com dezenas de meninos e meninas na cidade).

Assim seria feito, e a pequena, como tantas outras crianças, iria para a casa do meu avô. Certamente, modéstia a parte, lar melhor não haveria. Dormiria junto das minhas tias e conviveria com a nossa família. Diz-me Gabriela então: “*o seu Braighi foi me buscar na escola em que eu estudava, lá no bairro Laranjeiras. Minha malinha já tava pronta! Eu chorei demais! Lembro que a minha professora disse para não me tirarem de lá, e o seu avô falou que eu ia continuar estudando em outra escola, para ela não se preocupar. Fui direto para a casa dele e fui muito bem recebida. Lá ele me aconselhou, conversou comigo, me escutou. Eu sinto que as pessoas nunca me entenderam, mas o seu Braighi me entendia. Ele sabia conversar comigo. As filhas dele conversavam comigo. E eu estava na casa dele. Lá eu tinha tudo que precisava*”.

Tudo, menos o que mais queria: o pai. Talvez por isso, não muito tempo depois, fugiu da casa de meu avô. Começaria ali uma série de idas e vindas. No relato em entrevista, perdi a conta de quantas vezes as fugas (e retornos) de Gabi ocorreram; que o leitor me acompanhe aqui.

Mas fico pensando na primeira vez que Antônio Braighi chegou em casa e perguntou: “*Ôh Vanda... cadê a menina?!*”, e a minha avó na sua chistosa (ao menos pra mim) impaciência respondendo: “*Uai, Antônio! Sumiu... deve ter fugido... cé sabe que cé traz esses meninos pra cá e eles não param quietos... Antônio? Antônio?*”, questionando o marido que já teria virado as costas para procurar Gabriela quando ouviu o verbo fugir.

Depois de circular por boa parte do Centro da cidade, encontra a menina já no final da Avenida Bandeirantes, como quem ia tomar o caminho da rodovia que passa por Betim. Firme, Antônio Braighi exige que ela entre no carro; e, após algumas tentativas, em debate acalorado às margens da BR, logra êxito finalmente. Em seguida, afetuoso, começa um diálogo para tentar entender o motivo da escapada silente e artifiosa. Ela indica que não queria decepcionar quem com tanto carinho a recebeu e ao mesmo tempo tinha medo de que fosse impedida – como foi, na recaptura empreendida por meu avô.

Pra onde ia? Atrás do pai, na esperança de que ele lhe tratasse como havia visto, na casa em que dormira, nas noites anteriores. Ele daria certamente o mesmo que Antônio Braighi dava às filhas, em sua reflexão.

Meu avô então insiste, com calma e desvelo, para que ela fique, prometendo-lhe a atenção e a ternura que naquela casa cabia a todos. Ela aceita e retorna, não sem antes ouvir vários conselhos que ainda recorda: “*Ele falava para eu ser honesta, não roubar, pra eu ter um bom comportamento, para eu ser séria... dizia que as pessoas de bem agiam assim e, como eu era uma pessoa de bem, devia também agir assim*”.

O tratamento ela teve, como prometido. Todavia, a aventura recomeçaria em nova saída ardilosa de Gabriela, pouco tempo depois. Novamente Antônio Braighi toca a Brasília em busca da menina. Desta feita a perseguição é mais demorada, numa caçada em cada canto da cidade até que a garota é finalmente encontrada.

O roteiro se repete: discussão com a criança que já fala como gente grande, baixa da adrenalina, entram no carro, conversam manso e voltam pra casa. Porém, desta vez com uma promessa: Meu avô pergunta a Gabriela se ela não ficaria mais feliz em outra casa, de uma família menor, sem filhos. Ela topa. A experiência é feita e até dura algum tempo. No entanto, não demora até que ela empreenda nova fuga.

A narrativa é de ciclos: Procura-acha, contenda-carro, diálogo-promessa, volta pra casa-vai pra adoção, fica algum tempo-nova fuga. No entanto, nesse meio-tempo meu avô resolveu apresentar à Gabriela a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – que o leitor com um pouco mais de idade deve ser recordar do acrônimo, Febem, e que bem-estar ali não era tanto uma tônica, diante das denúncias de torturas às quais crianças e adolescentes eram submetidos num passado não muito distante. Não era assim em todas as unidades, mas, de fato, o ambiente não era dos melhores. Registra-se: Antônio Braighi nunca gostou daquela instância, por isso acreditava que as crianças precisavam de um lar, de uma família que as acolhesse, que lhes fosse dada atenção diferenciada daquela que naquele lugar encontrariam.

Gabriela se lembra bem do que disse meu avô nesse dia: *“Aqui é onde ficam os meninos rebeldes, que não têm juízo, que não têm controle. E você não quer ficar aqui, não é? Você não é rebelde e sei que o que a sua mãe disse sobre você não procede. Você tem futuro!”*

Mas não adiantou. Ela escapou, mesmo tendo ficado um bom tempo na última casa que a abrigara. E vamos para mais uma sessão de busca, localização (cada vez mais difícil), bate-boca, acalmar de nervos, assentar no Volks, dialogar numa outra vibração e nova promessa. Desta vez, Gabriela diz que ficaria feliz se trabalhasse. Ganhando o próprio dinheirinho, poderia comprar coisas para si e, quem sabe um dia, até ir morar com o pai que, a esta altura, já tinha mudado para a cidade de São Paulo – aliás, talvez tenha sido essa a razão para o retorno para as ruas ao descobrir a novidade.

Talvez meu avô tenha dito: *“Você vai ganhar então um novo lar onde será não adotada, mas terá um trabalho¹²⁵, com carteira,*

¹²⁵ Concepções teóricas podem classificar tal atitude como escravidão moderna. Poderíamos tratar o caso como exploração de mão de obra infantil. Assim, reflexões contemporâneas nos permitem admitir que esse tipo de ação é inadequada, para

onde aprenderá as demandas de casa, terá o seu quarto, comerá, terá os estudos garantidos pelos patrões, dias de folga para sair, sem precisar fugir, e até me visitar. Que tal?!"

Ela topou, até animada. A quem se assusta, Gabriela é apenas um exemplo do que muito ocorreu. De forma recorrente, meu avô encaminhava pré-adolescentes (a partir dos 12 anos) aos mais variados trabalhos. Recordo-me de famílias que vinham da região norte/nordeste do estado de Minas Gerais (desde muito conhecidas pelas condições degradantes de alguns municípios) com o sonho de encontrar ocupação em Betim, muitos na fábrica da Fiat Automóveis e outros tantos na Refinaria Gabriel Passos – Petrobras. Entretanto, algumas delas se frustravam e ficavam à míngua na nova cidade.

Meu avô se colocava à disposição para indicar moradias e/ou ofícios para pais e filhos que estavam sem dinheiro para fazer com que toda a família voltasse e qualquer ocupação que rendesse posição no Sudeste. Aqui, mesmo com tais particularidades, parecia melhor do que voltar para a realidade que conheciam e o futuro indicava ser mais promissor do que o do Vale do Jequitinhonha, por exemplo, poderia ofertar àquela época.

Vale frisar, novamente, que falamos dos primeiros anos da década de 1980. O Estatuto da Criança e do Adolescente só seria sancionado em 1990. Ainda que tenhamos tido muitos avanços em relação à condição dos pequenos no país, sabemos que ainda há lacunas graves. Isso, todavia, não é argumento

dizer o mínimo. Lugar de criança é na escola, desenvolvendo amplamente o seu conjunto de capacidades, habilidades e conhecimentos, tendo acesso a equipamentos de lazer, alargando os horizontes culturais. Hoje, se vivo estivesse, meu avô ouviria essas palavras de mim, proferidas muito respeitosamente. No entanto, precisamos localizar suas ações espaço-temporalmente. Era um contexto completamente distinto do que temos hoje. Antônio Braighi estudou pouco, os problemas eram latentes, o sistema de acolhimento era restrito, não havia políticas públicas efetivas para a criança e o adolescente. Nesse sentido, ao que lhe cabia, suas investidas pareciam ser as melhores naquele momento. Além disso, e esse ponto é o mais importante, ele acompanhava de perto cada um dos jovens que ajudava.

para a contrariedade a uma regra que seria criada apenas muitos anos depois dos esforços do meu avô que, mormente e invariavelmente, o que fazia à época seguia um rigoroso padrão: o amor e atenção que ele destinava àquelas criaturas, que não eram largadas à própria sorte em casas e empresas que ele desconhecesse ou não voltasse para ver como estavam. Ao contrário, acompanhava-as com afinco, para calar as vozes que lhes soavam à consciência do compromisso que tinha com cada um daqueles jovens.

Voltemos a Gabriela, que a esta altura já estava na residência de uma família conhecida de meu avô. Lá ficou por algum tempo, até que abandonou a casa sem dar qualquer satisfação. Com vergonha, Antônio Braighi se desculpou. Mas, ali já não era fuga. Voltara à casa da mãe, em salutar contradição; queria resgatar algo, pensava em talvez, quem sabe, retomar o contato com a família, o amor fraternal que lhe calava fundo no coração numa saudade do que não teve tempo nem condições para ter.

Debalde a tentativa durou poucos dias. Brigas e discussões lembraram um passado não muito distante. O ruído impeliu nova saída de casa e, desta feita, quem foi procurado? Meu avô! Gabriela batera às portas do casebre à rua Santa Cruz como outrora a mãe dela fizera: “*Eu quero outra casa pra trabalhar, seu Braighi. O senhor me desculpa?*”

Por sorte, ou não, vagava um posto em uma casa. Uma menina tinha literalmente acabado de sair de uma residência e a patroa já demandava uma substituta – que em menos de 24h já havia conseguido. No entanto, finda a primeira noite de Gabriela no novo lar, a surpresa: joias tinham sido furtadas.

“*Em quem caiu a culpa? Em mim! Eu dizia que não tinha pegado nada, mas a mulher ficou brava demais comigo e chamou o seu avô!*”, disse Gabriela a mim. Ela conta que quando Antônio Braighi chegou, sério, mas bem sereno, perguntou a ela diversas vezes sobre o sumiço dos pertences daquela senhora.

“Eu fiquei sentida, porque percebi que estavam mesmo desconfiando de mim! Mas, aí foram atrás da outra menina e descobriram as coisas com ela”, conta, ainda triste com o episódio.

No entanto, encontrada a verdadeira culpada, Antônio Braighi pediu perdão à jovem; disse-lhe que fez o que tinha que fazer, que era argui-la sobre o sumiço das joias, posto que ele tinha um compromisso recíproco com a mulher a quem confiava não apenas o trabalho, mas os cuidados com as meninas que indicara. O mesmo fez a dona da casa que, arrependida, pedia para que Gabriela continuasse naquela residência. Ela de forma alguma aceitou, e de lá saiu com meu avô.

“Chegando na casa dele eu não saí do carro. Ele me disse para descer, mas eu estava muito revoltada, porque eu seguia os conselhos dele: eu podia até não sossegar nas casas pelas quais passei, mas eu não roubava, nunca roubei. Então, dormi no carro! E até gostei! Era um fusquinha azul¹²⁶, apertado que só, mas muito aconchegante”, me disse Gabriela às gargalhadas.

Na noite seguinte, Gabriela, já mais calma, dormiu na casa. Todavia, alguns dias depois tinha outros planos... queria sair, se divertir. Meu avô, muito rígido, mal deixava as filhas irem pra rua ao cair do sol, imagine uma jovem muito mais nova. Ela então bolou uma estratégia: disse que estava nervosa e queria dormir no fusquinha. Antônio Braighi, meio reticente, permitiu – sem saber que a intenção dela era outra.

Lá pelas tantas da noite, Gabriela foi para o clube – a pé, curtir a balada. Meu avô, muito preocupado, mal ela sabia, pensou em ir ver como estava a jovem dormindo no carro naquela noite fria. Ele ia tentar convencê-la a entrar. Ao chegar debaixo do pé de manga, onde estacionava o automóvel, e ver que lá ela não estava, tocou para a rua à procura da jovem. Nem teve que rodar tanto, pois já imaginava aonde ela teria ido. Ironia à parte, quando a garota saiu do salão já tinha carona para ir embora. Envergonhada, de cabeça baixa, abandonou o local.

¹²⁶ Tratava-se do carro da Mãezinha, personagem que será apresentada mais à frente.

E segue o fluxo, do lado de fora, com discussão, amenidades, entra no fusca e vai pra casa. No dia seguinte, nova fuga!

Gabriela voltava mais uma vez para a casa da mãe. Lá ficaria por algum tempo. A esta altura, Dona Conceição já estava amasiada com um sujeito chamado Gomes. Mesmo não indo muito com a cara do moço, a jovem passou a se esforçar para conviver bem com a família. Como já dito, tentava reestabelecer (ou mesmo criar) laços que sabia que tinha, mas não conseguia tão claramente enxergar.

“Seu avô me aconselhava muito, me dava muitas dicas. Ele foi até à casa da minha mãe conversar comigo. Dizia para eu ter respeito pelas pessoas e mesmo com a minha mãe, que eu precisava ter atenção com ela. Eu tentei. Eu me esforcei pra isso.”

Não obstante, o tal Gomes não era flor que se cheirasse. O sujeito assediava Gabriela descaradamente. Não eram só cantadas deselegantes e maliciosas, mas mãos que saiam do curso, a encostar no dorso da menina, nada sem querer – configurando, apenas por isso mesmo, a prática do estupro de vulnerável – o que era só um pouco do ele fazia com a jovem. Mas, imagine o que era questionar isso naquelas condições, naquele tempo. A garota emudeceu, mas pensou em outra saída.

Hoje ela se lembra da situação até com bom humor, mas indica que a história quase teve um fim trágico: *“Ele queria, você sabe como é... me papá! Mas, eu sabia que seu eu denunciasse... ele ia me agredir, então eu tentei matar ele primeiro!”*. Gabriela roubou o revólver do irmão do padrasto e o escondeu, inocentemente, debaixo do travesseiro. Quando deram falta da arma, Gomes vasculhou a casa e não teve dificuldades para encontrá-la. Imaginando as intenções da menina, a amarrou e chamou a polícia. Ainda que a jovem tenha justificado o furto, e os motivos que a levariam ao conjecturável ato, quem foi presa foi ela.

“Eu fui para o 14º DP... lembro até hoje o número. E eu nem imaginava ver o seu avô, mas foi ele que, na mesma noite, foi lá

levar comida pra mim. Além disso, ele sentou no pé da cela e ficou conversando comigo. E, no final das contas, foi ele quem me tirou de lá! Ele não desistiu de mim, nunca pensou em desistir”.

Passado algum tempo, Gabriela voltava mais uma vez para a casa de meu avô, para depois ir para mais uma última residência em Betim. Lá, menos arredia, algum período ficou. Fora, no entanto, a derradeira tentativa. Se passaram, desde o início da história, apenas 6 anos entre idas e vindas. A última arte de Gabriela na cidade já estava programada. Ainda menor, com 17 anos, resolveu fugir para São Paulo e ficar com o pai. No entanto, precisaria da assinatura da mãe para tanto. O que ela fez? Falsificou a rubrica da genitora – imaginando que não teria liberação dela – e embarcou no primeiro ônibus para a capital paulista.

Lá ficou por mais de uma década. Durante todo esse tempo, meu avô, que não conseguiu recapturá-la nessa última fuga, nunca a esqueceu. Ele sempre perguntava à mãe como Gabriela estava. Conceição dizia que, pelo pouco contato que tinha com o ex-marido e com a filha, lá estava bem, levando a vida dela mais próxima do pai. Foi numa dessas oportunidades que Márcia, a mãe de Maria Rita – lembram-se? – conheceu Antônio Braighi.

Vizinhos, Márcia e Conceição tiveram uma boa convivência. Numas das idas das duas ao centro de Betim, a mãe de Gabriela disse que precisava visitar “um homem que muito ajudou a filha dela”. O carisma de meu avô contagiou a mãe da minha aluna e, talvez, de alguma forma, até a inspire hoje no seu trabalho como conselheira tutelar.

Gabriela, a eterna menina que meu avô jamais tirou das vistas, nunca mais o viu; e sente falta – e um pouquinho de culpa – de não ter dado adeus a ele da forma como deveria. Ela, no entanto, pôde se despedir à altura da mãe. Voltou de São Paulo, aliás, principalmente para isso: zelar por ela em sua doença terminal. Daquela que lhe deu a vida, com muito

amor cuidou em seus últimos momentos neste plano; durante muito tempo atendeu com carinho às demandas de Conceição, acamada por um câncer, até que veio o desenlace em 1996.

Que me permita o leitor novamente Caymmi reivindicar, alterando o destino de Gabriela, quem lhe batizou, quem lhe iluminou, muito lhe importou, e ao contrário do que se esperava que ela fosse, de Conceição com muito zelo cuidou. O mesmo fez com o pai, falecido em 2017. A mulher forte, que passou por poucas e boas, menina geniosa que nunca deixou de ser, permitia naquele almoço agradável comigo escapar as lágrimas com facilidade ao falar da família.

“Eu... que sempre fui desprezada por eles... cuidei deles...”

Márcia, que acompanhou toda a nossa conversa, ressalta à amiga o quanto ela é especial, quão forte é e que merece ser feliz, a esquecer o que passou, pois tudo o que fez foi bonito e digno de ser reconhecido, em detrimento das agruras do passado. Calado, sorriu para Gabriela e concordou, corroborando a síntese de um desfecho de história que acabara de conhecer e me veio aos ouvidos como se eu fosse de casa, da família. Talvez eu seja; e agradeço por isso.

* *

*

Em detrimento de longo roteiro, planejado, organizado, uma pergunta, por vezes, resume tudo o que precisamos saber e acabamos por esquecer. Quando me faltavam as palavras, Márcia interveio e questionou o que se fazia preciso: “*E o seu Antônio, o que ele, enfim, representou pra você?*”

Respondeu Gabriela, sem pestanejar: “*Ah, ele me acolheu na hora que eu mais precisei, né?! Cuidou de mim! Me ensinou muitas coisas! Se não fosse ele, hoje eu estaria em três situações: ou seria das drogas, me tornaria uma traficante, estaria no crime; seria uma prostituta; ou... nem estaria aqui agora! E, igual ele fez pra*

mim, ele fez pra muitas meninas... pra muita gente... pra muita gente mesmo!"

Rose

Maria do Livramento e Valdemar Ferreira eram cearenses de origem e migrantes por natureza – talvez por força das condições. Já com alguns filhos na conta, resolveram cortar o Nordeste e ir em busca de uma promessa de trabalho em Mato Grosso, vejam só. Lá tiveram Aparecido, outro rebento, a quem, pouco mais de 50 anos depois, me apresento:

"Eu estou escrevendo um livro sobre o meu avô; soube que ele te ajudou, é verdade?"

"Verdade que só não é maior do que o que ele fizera pela Rose que, se não fosse a intervenção dele, ainda estaria no formigueiro", disse ele, com sorriso um tanto enternecido – a me contar antes como a prole veio parar em Betim.

Do Mato Grosso foram caçar pedras em Diamantina – MG. Lá só viram seixos e o dinheiro acabar. Puseram então o pé na estrada, mas não avançaram muito: o dinheiro que poderia ser usado para voltar pra casa se encerraria por completo em Montes Claros – MG. A família então dormira ao pé da viga, na estação rodoviária da cidade. Rasgou lá o vento frio durante a noite, mal dormida, sem comida e ainda foram acordados menos pelo sol na cara, mas mais pela estranha sombra que o guarda fazia – a lhes dizer em seguida que não podiam ficar ali. A trupe então saía em busca de um cantinho qualquer. Foram encontrar espaço num terreno vago, não muito distante dali. O pai, com a pêia na cintura e uma vontade imensa de tirar os seus dali, foi procurar trabalho ou qualquer dinheiro que lhes matasse a fome. Quando voltou, encontrou um homem que dizia à mulher que naquele espaço também não podiam restar. Estúpido em suas diretivas, chamou, no entanto, a atenção de um sargento que morava bem próximo do lugar:

“Não tá vendo que é uma família que não tem o que comer, onde morar, com criança pequena e você ainda os trata mal?”, assim rememorava Valdemar as palavras do militar, que agora Aparecido estava a me contar.

E o sargento, chamado Henrique, não parou por aí. Chamou a família para entrar, ofereceu-lhes alimento e abrigo, ouviu a história do pai e lhe ofertou um trabalho, como caseiro, em uma quinta na cidade de Betim. Tratava-se de uma granjinha, no Açude. O dinheiro não era muito, mas teriam um lugar pra morar, espaço pra plantar e condições melhores para cuidar das crianças. Eles toparam e tocaram para a estrada, mais uma vez.

“Chegamos e nos instalamos bem. Isso era em 1965. Gostamos tanto que minha mãe disse à Maria Jovelina, uma amiga do Ceará: nesta terra tudo que se planta dá. E ela veio pra cá”, disse-me Aparecido.

Ela veio. Em Betim, Maria Jovelina, que já tinha 5 filhos, passado algum tempo, se uniu com um sujeito que, por coincidência, se chamava Antônio. Mas ele não era dos melhores. Cabra desligado, um tanto egoísta, mudara depois do casório. Agressivo, turrão, se achava o dono da razão. Tinha pouco carinho com a prole que não era sua consanguínea. A mulher, que já não tinha boa saúde, nesse contexto se preocupava muito com o futuro dos filhos, se um dia a eles faltasse.

Dizia para Maria do Livramento: “*Se em qualquer lua eu bater o catolé, você cuida dos bichim pra mim?*”

“Eita! Para de bestera, mulé! É claro que sim, minha fia! Mas num pensa nisso não... deixa de ser abestada...”, afirmava a mãe de Aparecido, que já tinha dez filhos. Que mal teriam mais cinco, num coração de mãe tão caridoso e carinhoso? À época, a família já tinha deixado o Açude e morava em uma residência, que até hoje está de pé, no bairro Cachoeira em Betim. Jovelina ainda “*residia no matão pra lá do Francelinos,*

numa casinha terra adentro de Juatuba, quando a cidade ainda era só um povoado", lembra Aparecido.

Mas nem a distância entre as localidades separava as comadres, que se visitavam quando era possível. A cada encontro, Maria do Livramento, apesar da negativa, mais se dava conta de que a amiga não ia bem de saúde. No fundo, aliás, já sentia que a presciênciada xará poderia mesmo se concretizar, dada a frágil condição de quem esperava mais um filho. Infelizmente, em 1980, grávida, Maria Jovelina veio mesmo a falecer.

Passada a tristeza e o luto, Maria do Livramento se lembrou da promessa que havia feito à comadre. Não demorou então até que fosse entrar na brenha para visitar os filhos que a amiga deixara. Não tinha qualquer desejo de retirar as crianças de perto do padrasto. Queria, porém, garantir que eles estivessem bem. Queria vê-los e tocá-los, tentando estender a eles o abraço fraterno que só uma mãe poderia dar, visando, de alguma forma, passar para os pequenos (e lembrá-los) um pouco do amor que Jovelina tinha por eles.

"Mas quando a minha mãe chegou lá, a primeira cena que ela viu foi a Rose, a menina mais nova, de uns três aninhos, sentada em um formigueiro. Imagina! Ela ficou possessa", relata Aparecido, que destaca ainda as condições precárias em que as demais crianças se encontravam, diante de uma total inoperância por parte do padrasto. Maria do Livramento ficou muito consternada com a situação – não era para menos. A amiga já havia lhe alertado que precisaria dela; e os indicadores de que o marido da comadre não atentaria para o bem-estar das crianças se convertiam em verdade bem diante dos seus olhos.

Mas Antônio (não o Braighi) era ignorante e cabeça dura demais para aceitar que uma mulher lhe dissesse o que fazer, sobre como cuidar daqueles sobre os quais, àquela altura, sentia qualquer responsabilidade – em detrimento da evidente falta de afeto. Além disso, sua peculiar estupidez intimidava

e não condicionava que qualquer palavra ou atitude que o contrariasse fosse posta sem que uma efetiva e desproporcional resposta fosse dada.

Sem qualquer ingerência que lhe permitisse, naquele momento, tomar para si aquelas crianças, Maria saiu de lá pasmada. Ainda abalada, dormira talvez a pior noite da vida dela; entre a dor na consciência em torno da promessa que fizera, da realidade que vira na casa da amiga e do atar de mãos que lhe parecia uma condição.

No entanto, no outro dia de manhã, levantou decidida: ia procurar quem tivesse qualquer conhecimento e pudesse ajudar. Como havia trabalhado na casa de um militar, resolvera encontrá-lo e contar todo o caso. A autoridade, no entanto, limitava-se ao que podia. Henrique, que a esta altura já era Tenente, disse-lhe:

“Eu pouco posso fazer se ele tem a guarda. No entanto, conheço um senhor que pode ajudar! Vou te passar o endereço; tome nota: Rua Santa Cruz...”

Aquela morada, então, Maria do Livramento se dirigiu. Bateu palmas ao pé da calçada e chamou. Não demorou até que avistou alguém que logo acenou. Da janela da sala, um senhor franzino, que penteava os cabelos, convidava para adentrar. Já no terreiro da casa de Antônio Braighi, ela perguntou:

“É o senhor que é o juiz de menor?”

“Quem me dera ser juiz, minha filha... eu sou só um comissário, mas conheço eles tuuudo...” – respondeu meu avô, já convidando a visitante, que mal conhecia, para assentrar. Os dois conversaram tarde a fio, não apenas sobre os filhos de Jovelina, mas acerca da história daquela senhora que ali, sem muito esforço, um amigo ganhara. Bebericaram um café, prosearam muito, riram também um bocado – abrindo um pouco o sorriso de quem tanto se afligia – e, enfim, montaram um plano.

Diante da deselegância (eufemismo à parte) do marido de Jovelina, era preciso articular mesmo uma estratégia. Então,

teria assim dito Antônio Braighi – segundo Aparecido se recorda de a mãe lhe contar:

“Eu preciso ir lá e verificar se as crianças estão mesmo em situação degradante que não permita que o meu xará fique com elas. Constatado isso, vou tomar providências imediatas!”

“Mas e se ele reagir mal, Seu Antônio? O que o senhor vai fazer? Ele é muito bravo!”, perguntou Maria do Livramento, preocupada.

“Uai! Você não disse que eu sou juiz? Quem disse que eu não sou...? E ai dele se desrespeitar um juiz...” disse jocoso meu avô que ia mesmo usar de certa falsidade ideológica se fosse preciso, pelo bem dos pequenos.

No dia seguinte, no entanto, os dois se encontraram no Bairro Cachoeira, na casa de Maria do Livramento. Lá ele conhecera Valdemar e toda a renca de filhos, muito bem cuidados, com todo o carinho que cabia a cada um deles. Naqueles tempos, a história de retirante dos pais, e todos os percalços pelos quais passaram, já era passado. Tinham trabalho fixo e, na medida do possível, tentavam não deixar faltar nada em casa. Aquele lar, com toda a simplicidade que lhe era marcante, era um exemplo de que se podia viver bem, ainda que sem luxo, mas com paz, mesmo com a pouca comida na mesa, com muito amor para compartilhar. Sentimento este último tão nobre e acentuado naquela casa que motivava a vinda de outros cinco integrantes – os filhos de Jovelina, que, certamente, estariam melhor ali. Então, era hora de lá ir buscá-los.

Disse Valdemar: *“Deixa essa Brasília aí, Seu Antônio. Lá, com essa chuva, deve tá que é barro puro! Deixa que eu piloto!”*

E montaram na caminhonete Rural que o pai de Aparecido dirigia. O filho foi junto, assim como a irmã, Luciene, que lembra com detalhes de toda a história até agora aqui contada – e também do porvir. Lá foram os cinco, com o objetivo de voltar no carro com passageiros multiplicados. O caminho, nesse dia ainda mais difícil, era lentamente atravessado

enquanto meu avô se interessava em perguntar sobre a vida daquela família. Quanto mais descobria, mais despertava nele a vontade de ajudar – o que faria, conforme o relato virá.

Na sequência, ao chegar à casa de Jovelina, na porta já se viam as crianças a circular. Não demora até que Antônio, o morador, venha para ver do que se trata. O cumprimento seco, meio desconfiado, pergunta de forma direta: “*Cês tão precisando do quê?*”

Meu avô, já dando meia dúzia de passos à frente da Rural – onde os novos amigos estavam, diz que viera “dar uma olhada nas crianças”.

“*E quem é o senhor pra vir ver meus minino?*”, arguiu o xará.

“*Eu sou juiz da comarca de Betim... e se o senhor não se importar, eu só gostaria de conversar*”, respondeu Antônio Braighi.

Do carro, Luciene e Aparecido, ao ouvirem o diálogo, trocam olhares, sem saber que era tudo uma jogada bem planejada pela mãe e o amigo. De lá, também veem meu avô entrar na casa. Após alguns minutos – não se sabe o que conversaram no casebre – ele volta e, bem em cima da soleira para não se molhar, chama para que os dois, acompanhados dos pais, também lá adentrem.

Enquanto as crianças brincam, Maria do Livramento vê então um Antônio, o de Jovelina, muito mais calmo – a aceitar, inclusive, conversar. O diálogo rendeu, fundamentando-se na possibilidade de que outra família, um pouco melhor estruturada, pudesse cuidar com mais atenção dos pequenos que aquele homem herdara, realizando o último desejo que a mãe registrara. Isso, em razão da situação que meu avô também diagnosticava, dando causa à mulher que o procurara. O quadro, visível a olho nu, se confirmava a cada escorregão nas respostas que o padrasto dava.

Diante ao contexto, de forma didática, meu avô explicava àquele homem que o melhor mesmo seria passar a

guarda. Assim, legava para si muito mais tempo para trabalhar e, de mais a mais, poderia visitar os pequenos sempre que quisesse, na residência do casal, que confirmava tal condição. A cada porém de Antônio, um contra-argumento de Braighi. E assim o foi até que o primeiro, no fim, de modo até respeitoso, entendeu que o melhor a fazer era mesmo deixar que as crianças fossem para um novo lar com Maria e Valdemar.

Aparecido recorda: “*E naquele dia mesmo os meninos foram lá pra nossa casa. Minha mãe passou a cuidar deles e o seu avô resolveu as questões legais. Mas a ajuda dele não parou por aí não... ficamos amigos a partir desse dia e passamos a chamá-lo de Tio Braighi*”.

O filho de Valdemar lembra que meu avô os visitava ao menos uma vez por semana, quase sempre às sextas-feiras. Levava alimentos de forma esporádica e, quando preciso, até cestas básicas completas. Porém, o que ele e os irmãos se lembram bem era dos conselhos que Antônio Braighi dava, das orientações sobre o comportamento que deviam ter, da importância dos estudos, entre outras recomendações.

“*Ele sentava com a gente e me dizia que eu era inteligente, criativo... eu acreditei nele!*”, diz risonho Aparecido, que era um dos que ouvira as indicações de meu avô.

Na sequência, diz ainda que seus pais e Antônio Braighi tiveram uma amizade muito bonita e, juntos, ajudaram muitos moradores do Cachoeira depois do que fizeram pelos filhos de Jovelina. Enquanto Maria do Livramento fazia o primeiro trabalho de localizar as demandas que muitas famílias tinham no bairro, meu avô tentava, como podia, encontrar pessoas e recursos (alimentos, remédios, entre outros), na cidade de Betim, que atendessem ao que era preciso naquela comunidade.

“*Eu lembro quando o seu avô chegava lá no bairro... todo mundo respeitava ele. Até os que faziam coisa errada ficavam comportardin, comportardin. Muita gente achava mesmo que ele era juiz. E, como sempre ia na nossa casa primeiro, os meninos da rua*

pensavam que ele era nosso tio de verdade. Até a gente era respeitado por causa disso", diz, novamente entre risos, Aparecido.

No entanto, a tristeza vem ao lembrar-se do falecimento da mãe. Dona Maria do Livramento morrera nos primeiros anos da década de 1980, pouco após a passagem da comadre Jovelina. Ao pai, Valdemar, coube a missão de continuar como responsável, então, pela criação dos dez filhos que tinha, além dos outros cinco que lhe eram confiados. No caminho, Antônio Braighi sempre lhe estendera arrimo, auxiliando no que se fazia necessário. Como sempre, o bem-estar das crianças era primordial para meu avô e, naquela situação, não seria diferente. Mas, em uma quebra à sequência das trocas profícias que estabelecera com Maria do Livramento, o contato com Valdemar foi se limitando aos poucos a um amparo que se deu por alguns anos – até que os arranjos daquela família conformassem condições diferentes aos cuidados que se faziam mais ou menos necessários a cada integrante.

Os caminhos, em certa altura, se descruzaram e aquela família marchou por uma senda positiva, como já era de se esperar. Ali já havia o gene da vitória, amparado na força, na determinação, sobrepujando a expiação; meu avô, assim, fora só um pequeno estímulo para quem já sabia por onde andar.

* *

*

Por fim, a curiosidade me sova: por onde andaria Rose, a do formigueiro, alegoria dessa história de vida, de superação? E ela, que àquela altura não pôde decidir o que queria, o que teria a falar? Após localizá-la e me apresentar, de forma muito educada e delicada ela me diz o que aqui tento reproduzir. Apesar de ter poucas lembranças de Antônio Braighi e até da mãe, Dona Maria do Livramento, todas elas são muito positivas, do recordar de sorrisos vindos dos dois que sempre a

cercavam. Atualmente, Rose é uma mãe dedicada, profissional batalhadora, que vive a vida de forma simples e tranquila, como gosta de lembrar. No entanto, nem sempre foi assim. Passou na juventude por poucas e boas. Feriu-se nos espinhos que a vida colocou em seu caminho, mas, com perseverança e fé, não esmoreceu diante de nenhum obstáculo. A narrativa dela, mesmo após tão marcante acontecimento de infância, também daria um belo livro... história de uma vida de superações para ser contada em outra altura.

Ana e Adriana

Pela janela do quarto
Pela janela do carro
Pela tela, pela janela
Quem é ela? Quem é ela?
(Adriana Calcanhotto – Esquadros)

Hoje sou a saudade imperial
Do que já na distância de mim vi...
Eu próprio sou aquilo que perdi...
(Fernando Pessoa – Passos da Cruz – VI)

Eu as considero como tias, como não poderia deixar de ser. Filhas de criação, do coração, quase-sanguíneas. Eu pensei mesmo que fossem irmãs, como são, afinal. Mas, de forma prosaica, comecei a conhecer outras histórias.

O ano era 1990. Não me lembro o dia. Em visita à casa de meus avós, vi que estavam passando a Copa do Mundo de Futebol na televisão – qualquer partida sem importância. Vanda e Antônio não estavam, ainda que o aparelho estivesse ligado. Era Ana que estava na residência, no quarto.

Cheguei na ponta do pé pra ver o que ela fazia. Ana arrumava com cuidado a mala para viajar, ao som de Elton John que tocava no bom e velho rádio que tinha. Entre as roupas,

posicionava algumas fitas cassette TDK – que (posto que a dona sempre fora eclética) guardavam gêneros musicais diversos. Em meio às caixinhas de acrílico (que estalavam com ruído peculiar quando se chocavam), ela dispunha regalos que levaria a alguém querido. Notei que se tratava de destinatário estimado, dado o embrulho que revestiam os presentes. Perguntei, então, para qual destino iriam as malas – em piadinha sarcástica nada disfarçada. Rimos muito e ela me xingou.

A surpresa adveio com a devolutiva, após às gargalhadas: visitaria a casa da mãe e a família em Lagoa da Prata – cidade do interior de Minas Gerais. Mas como? Ana era minha tia! Como poderia ter outra mãe além de Vanda? Ao questioná-la sobre isso, obtive bela resposta, seguida de sua tradicional e marcante risada: “*Pois é! Eu tenho duas mães!*”

Foi a primeira vez que ouvi falar em adoção. A segunda vez, que logo em seguida viria, seria com outra tia, a Adriana. E foi Ana mesmo que emendou; enquanto dobrava as calças, disse-me que a irmã também fora acolhida por meus avós. Boquiaberto, não rendi assunto mais ali. Fiquei com medo de que mais alguma tia tivesse também sido adotada.

Era muito pra minha jovem cabeça. Usei como desculpa a partida de futebol. Não podia perder o jogo não sei de quem, dizia. Desejei boa viagem e cruzei velozmente o terreno que separava a casa de meu avô da minha e me postei diante à minha mãe, perguntando sobre o que me chocava. Deiara então tentara, àquela altura, explicar a mim, com qualquer didatismo que valesse, como as duas se agregaram à família.

Numa síntese, ela teria dito, mais ou menos assim: “*A Ana e a Adriana são suas tias sim, só não nasceram de sua avó. Mas elas foram criadas com a gente, desde novinhas. Então, elas têm pais lá e aqui. Seus avós pegaram elas para cuidar, porque as famílias delas não tinham condições*”.

Como diriam meus alunos, “buguei” nessa hora. Demorei um pouco para processar, mas tentei enxergar tudo com a mesma naturalidade que minha

mãe demonstrava. Ela devia estar certa. Mas continuei curioso sobre como aquilo se deu.

Assim, soube que os métodos de adoção não foram convencionais, não. Pouco eficientes, talvez, mas bem eficazes. À época, todavia, eram comuns – muito em razão de histórias de vida marcantes, que demandavam rápida intervenção. Era bem como minha mãe disse: famílias carentes e com muitos filhos por vezes doavam os rebentos para serem cuidados pelos meus avós. Sem papelada. Só na confiança como guia. O mais interessante foi saber que casos como os de Ana e Adriana não foram exceções. Absolutamente. Diversas crianças já tinham passado na *casa nostra*, em acolhimentos relâmpago, até que as famílias das mesmas se refizessem de qualquer problema temporário que tivessem – o que já havia adiantado aqui ao leitor. Minhas tias, todavia, fugiram à regra pelo tempo que passaram junto de Antônio e Vanda. Muitos anos ficaram ali. Os demais meninos e meninas que ali tiveram guarida, no entanto, poderiam ter o mesmo abrigo, *ad aeternum*, caso quisessem ou se os pais desejassem. Uma pena não terem ali restado; mais tios eu teria.

Ana Maria Pessoa, caso emblemático, nasceu em 1962. É filha de Valdete Costa Ferreira, uma senhora lagopratense, muito humilde, que vivia em situação precária, dada a escassa condição financeira. A família residia na zona rural, nas campanhas mineiras. Foi lá que o pai da pequena, Seu Joaquim, morreu em bote covarde de onça, na beira do riacho.

Sozinha, Dona Valdete teve que cuidar das crianças. O dinheiro não dava pra nada. Não conseguia empreender a colheita da cana, tendo que olhar os filhos. Um deles, inclusive, deficiente físico – dada a poliomielite adquirida. A pobreza era grande, tanto quanto a falta de informação. Entre as obrigações de mãe, se virava como podia – tendo a ajuda que adquiria de compadecidos. Faltava tudo, do pão à roupa. O cenário desolador fora um tanto melhorado, todavia, quando a família

recebeu a oportunidade de ser acolhida num lar vicentino – que até hoje funciona em Lagoa da Prata. Não obstante, apesar do teto mudar, o vazio, de quase tudo, dentro de casa continuava.

Foi nesse ínterim, no início da década de 1970, que Valdete recebeu a visita dos *Braichi*. Vanda e Antônio descobriram que existia tal família e que ela passava por grandes dificuldades. Souberam disso por Nilo (irmão de minha avó), que era casado com Leninha – que vinha a ser prima de Ana. Os dois, que já eram caridosos com aquele lar, apresentavam a situação ao cunhado, sabedores de sua veia social, no intuito de contarem com mais um apoio naquela jornada.

O encontro do casal com a família, no entanto, não seria tão somente para levar qualquer doação. Meus avós colocavam-se, naquele momento, à disposição para cuidar de um dos filhos de Valdete – de modo a aliviar-lhe as demandas e tentar, de algum modo, ofertar melhores condições a um dos rebentos. “*E... foi assim que eu, então com oito ou nove anos, fui morar com o seu Antônio e a Dona Vanda...*”, lembra Ana, em entrevista recente, a perder o olhar no piado dos pássaros à janela.

Após intensos segundos de silêncio, Ana retoma a vista aos meus olhos e me conta um diálogo que teve com a mãe, algum tempo depois, em visita que fizera a Lagoa da Prata. Ainda jovem, sentia muita saudade dos seus. Encontrou a família ainda em condições problemáticas e emocionou-se. Defronte à mãe, questionava: “*A senhora não quer que eu volte? Não gostaria que eu ficasse com a senhora?*”, interpelava Ana.

“*Minha filha... vá! Vá... porque eu quero o melhor para você!*”, teria dito Valdete firme e serena, ainda que cabisbaixa.

“*Eu sei, mãe! Eu vou... mas eu ainda vou ajudar muito a senhora, fique certa disso!*”, prometera Ana o que nunca esquecera.

“*Eu sei, minha filha... mas cuida de você primeiro... eu estou bem aqui... não se preocupe não*”, disse a mãe, a motivar Ana.

“*Sim! A senhora ainda vai me ver professora!*”, ratificou, por fim, minha tia.

Ana foi acolhida carinhosamente por Antônio e Vanda, ganhando não apenas um novo lar, alimentação condizente, educação formal, atenção à saúde, entre outras condições estruturais; recebera uma nova (mais uma) família onde encontrava segurança e afeto. Para tanto, algumas medidas imediatas à abrigada foram tomadas.

“Eu lembro que ela chegou com uma roupa muito, muito suja! Eu, como era a mais velha, fiquei encarregada de dar banho nela, cuidar da higiene. A Ana estava cheia de piolhos... e a gente ficou com medo das roupas também estarem. Colocamos fogo em todas as poucas vestes que ela trouxe, então”, recorda-se Deiara. Acontece que minha tia Ana sentiria falta de uma peça em especial: a jaqueta que usava.

“Ela ficou uma semana falando no tal do ‘partozinho’... “ah, meu partozinho!” Reclamava ela em meio aos choros”, afirma minha mãe que indica ainda que, hoje, talvez tivesse tomado uma medida diferente. Segundo ela, talvez o paletó fosse da mãe – logo, um mecanismo mnemônico-material, uma recordação da família de quem sentia saudade. Era algo que dela não deveria ter sido tirado, mas muito bem higienizado.

Mas Ana ganhou roupas novas. Depois, era hora de atentar-se à saúde. Fez muitos exames, como se recorda. Foi a dezenas de médicos. Tratou de doenças que nem sabia que tinha. Fora até a capital mineira, onde até então nunca estivera, para tratar da debilidade física causada pela má alimentação. Somaram-se inúmeras terapêuticas até que o quadro melhorasse e sua condição refletisse o que se esperava de uma criança naquela idade. Em nenhum momento Antônio e Vanda esmoreceram ou deixaram de ofertar a ela o que precisava nas perspectivas da medicina.

A menina, como se recorda, ganhou também lápis e cadernos novos. Ingressou na Escola Estadual Conselheiro Afonso Pena, localizada a poucos metros de onde passou a morar. Lembra-se, no entanto, que teve variadas dificuldades

acadêmicas, sobretudo com a Matemática¹²⁷. Repetiu alguns anos, mas não desistiu. Insistiu, pois da promessa que fizera à mãe sempre se recordava; seria professora em breve! Passou por outros colégios públicos em Betim até chegar a cursar o magistério¹²⁸, o primeiro passo para cumprir seu juramento.

“Fiz com muito empenho, com muita vontade e esforço! E consegui me tornar professora! Comecei como educadora na Escola Nossa Senhora da Assunção, atuei na Sociedade Protetora dos Expcionais e, depois de passar no concurso da prefeitura, fui para a Escola Osório Aleixo”; Ana resume assim parte de sua trajetória acadêmico-profissional.

No entanto, sua grande missão profissional se deu na Associação de Pais e Amigos dos Expcionais (Apae). Durante 22 anos, até se aposentar, atuou nessa que é uma das mais importantes instituições do país. Diz-se missão, sim, pois não fora simplesmente um trabalho, mas uma espécie de retribuição que Ana deu ao mundo. Cristã que é, sempre viu seu ofício como parte de um grande projeto de contribuição social para uma sociedade mais justa e igualitária. Não sem motivos, pedira a transferência de uma escola de educação formal, tradicional, para uma iniciativa de formação e atenção à pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Guiou sua prática, como se recorda, sempre à luz dos exemplos que tivera em casa. Antônio Braighi tornava-se não apenas pai, mas um modelo que indicaria os caminhos e os passos a serem dados em diversas sendas da vida, até nas trilhas profissionais.

¹²⁷ Ana é muito grata, ainda hoje, à irmã Dagmar – licenciada nessa matéria – que muito a “ajudou com os números”. A todas as outras irmãs Ana também agradece, mas salienta ainda o importante apoio de Daisy em sua jornada.

¹²⁸ Habilitação para atuação como docente (da Educação Infantil e da primeira etapa do Ensino Fundamental), à época obtida durante o Ensino Médio.

Ana com o sobrinho Antônio



Fonte: Acervo de Ana Maria Pessoa

Ana nunca abandonou, contudo, a família lagopratense. Com visitas regulares, sempre voltava aos seus no interior. Matava a saudade e colocava ouvidos a postos para saber das dores e sabores da narrativa dos que ficaram a 200km de onde à época residia. Mandava dinheiro com regularidade, ajudando nas demandas que conseguia. Sem se dar conta, ela, enfim, conseguiu! Cumpriu sua promessa. Ajudou por demais a família, através do que recebia de um trabalho muito nobre.

Ana rima com vitória. Venceu, com esmero, o destino. Derrotou o acaso com fortuna. Quando ele parou para pensar, já era tarde. Transformou a promessa em dívida e pagou com juros e com bom gosto.

Não sem motivos, Ana é também Maria, que significa “senhora soberana”, ou ainda “a vidente”. É uma fortaleza que previu seu caminho e dele não saiu, sempre reta, sempre em frente, iluminada. Ana Maria é Pessoa, tem nome de poeta, talvez o maior da língua portuguesa. Sua vida se fez de poesia,

na beleza da ação que transforma vidas, na mutação de um estado bruto, que não se sabe aonde leva, para a singeleza de estrada que até hoje percorre em harmonia.

Seu guia, todavia, não está morto. Vive eternamente na lembrança das palavras. Resiste na força do exemplo. Renasce em cada movimento que aprendera e repete. Existe, porque a gratidão ainda está presente.

* *

*

Entre um gole e outro, num desses encontros de família, apontaram no corredor dois de nossos primos, filhos da tia Adriana. Gabriel, mais um da cota de parentes, disse-me sorrindo: *“Rapaz... você judiava demais dos meninos da Adriana, lembra?!”*

Respondi meio sem jeito, como quem sabia que, na infância, havia mesmo feito coisa errada – na época não era *bullying* só porque a palavra não existia. Mas, numa atitude que tentava desconcertar meu algoz mnemônico, respondi: *“Sim! Mas veja hoje como eles são pessoas de bem... e nem guardam rancor!”*

Gabriel não se fez de rogado e emendou: *“São os valores da Adriana!”*

Ele tinha razão. Mulher religiosa e batalhadora, aquela tia tinha mesmo criado muito bem os três filhos, à luz de diretrizes éticas e morais muito claras, nada severas, mas muito coerentes, num alinhamento coeso entre discurso e prática. Lembra alguém?

Adriana é também pessoa grata. Em entrevista, quando perguntada sobre o que meu avô representou para ela, ficou claro de onde herdou os valores que lhe guiaram:

“Antônio Braighi pra mim foi meu pai, amigo, abrigo, meu porto seguro, correção, provisão, enfim, meu tudo. Devo a ele tudo que sou hoje; meus valores. Ele me ensinou a ser quem eu sou, a

respeitar e a me fazer respeitar, a crer em Deus e a fazer o bem sem olhar a quem – ou sem esperar nada em troca. Ajudou-me a escolher o melhor caminho, sempre foi um ombro amigo e segurança nos momentos difíceis da minha vida. Só me resta agradecer a esse que foi luz em meu caminho e me fez entender e compreender a importância de eu ser luz na vida dos meus filhos”.

A história dela é mais uma na trilha de narrativas entrecortadas por meu avô. Mais um enredo com acontecimentos marcantes. Os pais de Adriana, Marieta e Juvenil, formavam um casal de trabalhadores do campo. Residiam no bairro Bandeirinhas (em Betim) e trabalhavam nas terras de um senhor conhecido como Ninico. Esse último era amigo de Antônio Braighi, com quem gozava de boa relação, tanto que as visitas à propriedade rural do fazendeiro não eram raras.

Lá meu avô começou a formar um ciclo de amizades. Como não fazia qualquer distinção, aproximava-se tanto dos pequenos latifundiários quanto dos roceiros mais humildes. Ajudara, inclusive, muitos desses últimos. Assim, estreitara laços com o boiadeiro Juvenil, de forma tal que chegou a ser convidado para ser padrinho da pequena Adriana – que relata: “*Era costume na época escolher para padrinho aquelas pessoas que você julgava capaz de assumir o papel de pai do seu filho, caso algo lhe acontecesse. Sorte minha meu pai ter escolhido o só Antônio*”.

Disse-me ela, ainda que, infelizmente, o pior veio mesmo a ocorrer: aos quatro anos, após a morte da mãe (então com apenas 36), foi morar na casa de Antônio Braighi. Não fosse assim, o homem do campo teria que trabalhar e, sozinho, dar conta de oito filhos – sendo que a irmã caçula de Adriana tinha apenas três meses.

Recorda-se minha tia que, com a desculpa de que crianças não podiam entrar no cemitério, ela devia esperar na casa de meu avô o término do enterro da mãe. No entanto, de lá não mais saiu: “*a princípio seria apenas para o sepultamento, mas eu acabei lá ficando por muitos anos*”.

Outra de minhas tias recorda-se do dia seguinte ao enterro de Marieta. Sentados os filhos à mesa, agora em companhia da nova irmã, almoçavam enquanto a pequena perguntava incessante pela mãe que havia morrido. Clamava pela companhia dos pais, não entendendo o que havia acontecido. A cada questão, lágrimas escorriam do rosto de meu avô, entre uma garfada e outra. O silêncio tudo dizia, mas a órfã pouco compreendia.

Adriana, no entanto, só fora saber de tudo, e como ocorreu, muito mais tarde, pós-adolescência. Por algum motivo, o boiadeiro (e o padrinho também) escondeu essa verdade, o que talvez tenha gerado na pequena a ideia de que teria sido preterida pelo pai, aleatoriamente. Quem, como eu, se assenta no lugar bem marcado, da certeza, de fazer parte de um núcleo familiar, nunca saberá a dor que tal dúvida gera; até se tornar uma certeza e transformar/conformar o sofrimento em rancor.

Antônio, Vanda, Daisy e Adriana tendo ao fundo a oficina de meu avô



Fonte: Acervo de Daisy Braighi

“Sempre me perguntava: por que ele havia feito isso? Só depois de adulta vim a descobrir a verdade e, com a graça de Deus, consegui me reconciliar com pai Juvenil e liberar perdão, antes da morte dele”.

No entanto, nesse longo entre-dois, nunca faltou atenção à Adriana por parte de Antônio Braighi, pois “*o carinho e afeto dele supriram todas as minhas carências. Ele era extremamente amoroso comigo. Ele sabia como era difícil pra mim, a dor que eu sentia e nos tornávamos mais próximos e cúmplices a cada dia. Mãe Vanda n o o gostava muito dessa ideia, pois com isso ele me protegia quando eu aprontava*”, completa minha tia entre risos.

Contudo, meu avô nunca pensou em ocupar um lugar que não fosse dele. Recorda-se Adriana que Antônio Braighi sempre ensinou (e cobrava dela) a respeitar o pai que verdadeiramente tinha. Sempre que se encontravam, tomar a bênção era uma obrigação que o padrinho insistia que minha tia cumprisse junto ao Sr. Juvenil – ainda que ela não gostasse muito da ideia, conforme me confidenciou.

É esse aspecto, como exemplar da atuação de meu avô, que coloca em xeque a ideia de adoção e complexifica a noção de família dentro de conceitos muito bem marcados. Os gêneros e rótulos aqui caem, ou ao menos são questionados por uma configuração de cuidar do outro que é diferente, mas, ao mesmo tempo, muito simples (talvez muito primária). O amor como viga mestre em detrimento dos papéis sociais; e só.

Outra questão adjacente: o que é ser pai? Meu avô o fora de alguns legalmente e de outros tantos de forma proporcionalmente legítima. O que diferencia Adriana dos demais, talvez, tenha sido só o tempo em que ela permaneceu na *casa nostra*. Senão, chamaria eu, com muita alegria, outras tantas pessoas de tio e de tia, como já disse. A responsabilidade que Antônio Braighi assumia junto à família universal é o que fazia dele um suposto patrono de tantos, sem se preocupar com a chancela que porventura poderia carregar.

Ele não foi pedra de rio, senão aquela que, em detrimento de aparentemente atrapalhar, ajuda o curso, a mudança de direção a caminho do melhor deságue. Adriana: natural da água – eis a origem etimológica mais adequada, pois é a que melhor se encaixa. Transparente, pois eis mais uma de suas qualidades. No ensejo, então, como fiz com tantas outras pessoas, indaguei a ela sobre um signo linguístico, apenas um, que pudesse definir o padrinho-pai. Disse ela então, com dúvidas frente a tantos outros adjetivos possíveis: “*Difícil descrevê-lo em uma palavra, mas como pediu só uma... vamos lá: bondade. Foi este gesto que o impulsionou a me levar para junto de sua família. Tudo que o pai fazia era pensando nos outros. Seu prazer era fazer o bem*”.

Não quis, então, perder a oportunidade e questionar sobre o que motivava tal posicionamento. Testemunha ocular que fora de parte da história de Antônio Braighi, poderia ela me contar algum caso interessante. Assim ela fez, numa emenda interessantíssima sobre a residência de meu avô, disse se recordar de uma fase em que o lugar ficava, nas suas palavras: “*sempre repleto de mães com os seus filhos em busca de ajuda, de auxílio. Logo pela manhã elas já faziam fila em frente à casa e o pai vinha e atendia cada uma delas com toda atenção, oferecendo não só apoio, conselhos e encaminhamento para emprego, mas alimento também*”.

Antônio Braighi deu, além disso tudo, exemplo; molde que arrastou para além das palavras; protótipo do que fazer de nossas vidas; padrão em quem Adriana se inspirou; arquétipo que alimenta, até hoje, seu caminho. Suas fotografias estão armazenadas na memória. O que viu ninguém mais lhe tira. De lá, confesso minha limitação em conseguir em caracteres registrar, tamanha a força, a gratidão e a influência que lá se encontram.



Adriana; quem é ela? Ana; mas, quem é ela? Quem poderiam ser? E quantas outras há? Você vê... pela janela do carro, nas ruas. Pela janela do quarto, do lado de fora, sem abrigo. Pela tela, na tevê, a pobreza que rende audiência. A indigência, a criança que cresceu. A miséria, o menino que se perdeu. A família, que você pensa não ser sua, não ser você.

Antônio Braighi não ficou parado a ver o tempo passar. Intrometeu-se, sim. Inscreveu-se na narrativa de vida de tantas crianças e as ajudou a escrever uma história diferente. Deu a elas mais páginas em branco, pedindo como contrapartida somente que o conto-real fosse produzido coeso às mudanças que juntos conseguiram empreender. Biografias complexas, em espiral, marcadas em geral pela superação e pela ausência.

Fernando Pessoa diz da saudade imperial que tinha da riqueza que tivera um dia nos braços do amor. Que falta essa a família fazia também aos pequenos de quem meu avô cuidou? Enorme, deveras era. Mas que ausência sentiriam do que porventura nunca poderiam ter se não fossem cuidados por Antônio Braighi? Nenhum deles decerto fizera império, tal como o reino de Granada – metáfora do poeta lusitano em Passos da Cruz. No entanto, também não sofreram derrocada, tal e qual Boabdil¹²⁹. Cada qual, à própria maneira, leva a vida que conseguiu construir, por certo um tanto melhor no “se” que se efetivou.

A conjunção fora um pequeno (ou grande) capítulo que viveram junto ao casebre de Antônio Braighi. Hoje, provavelmente veem à distância o que foram e se enxergam, com certeza gratos, como a soma do que conquistaram após à *casa nostra*.

¹²⁹ 22º e último rei nasrido de Granada (reino localizado na península ibérica entre os séculos XIII e XV).

Ducha

Quase no apagar das luzes da produção deste livro, outra personagem advém. Quita, a sobrinha de meu avô, criada como prima, me conta de uma xará dela que hoje vive no Rio de Janeiro. A alcunha na identidade também tinha Conceição, mas o apelido outro: Ducha. Faria eu contato então com a homônima.

Com o telefone em mãos, liguei para aquela menina, hoje jovem-avó, que viveu em Betim na década de 1980.

“Alô, eu gostaria de falar com a Conceição...”

“É da parte de quem?”, me perguntava, provavelmente o marido, uma voz algo séria e preocupada.

“É um conhecido da Conceição, de Betim, Minas Gerais...”, respondi, me embananando com duplicata de nomes...

“Rapaz... (retrucou a voz, um tanto irônica, puxando o z com som de longo x) é muita Conceição, né não?! Faça o seguinte, ligue de tarde que ela irá lhe atender”.

Disse-me o sujeito que a mulher era proprietária de um bar, frequentado até altas horas da madrugada. Em razão disso, Ducha acordaria só depois das 14h. Fiquei feliz em saber que a menina, outrora em zona de fragilidade social e sob cuidados de meu avô, tornara-se empresária.

No turno da tarde, liguei novamente.

“Conceição, é Antônio de Betim... neto de Antônio Braighi”.

“Você é da família do Tio Antônio?! Que bom falar com você!”, respondia, contente, a mulher que sem qualquer receio comigo conversaria ao telefone. Contara em poucos minutos muito de sua história. Traduzo, então, com qualquer ponto a mais no discurso relatado, o que ela teria me dito – e algumas das perguntas que fiz. Pedindo para que desse o painel histórico, relembrhou:

“Eu fui pra Betim com a minha irmã. Nós somos da Bahia. Ela teve um relacionamento conturbado com um homem lá e foi pra

Minas, meio que fugida. Como ela tinha dois filhos bem pequenos, me levou junto pra ajudar ela a cuidar das crianças. Mas eu também era menina: tinha 10 anos só. Não demorou pra eu ter que encontrar trabalho quando chegamos na sua terra aí. Fui labutar em casa de família, como doméstica mirim, sim. A senhora com quem eu trabalhava, porém, era pessoa muito boa e quis saber da minha vida. Eu contei pouco a ela, com medo. Mas, com o tempo, ela acabou descobrindo muito sobre mim. Aliás, o pior, ficou sabendo que minha irmã estava fazendo umas coisas erradas, bebendo... e nem dava atenção direito pra mim e pros filhos dela. Aí a minha patroa, que era amiga do Tio Antônio, ligou pra ele e aí a coisa começou a mudar..."

Um breve silêncio com larga respiração se fez, seguido da minha pergunta um tanto genérica buscando a sequência na cadênciia: "E aí...?"

"E aí o seu avô me pegou lá e conversou no juizado. As crianças, filhas dela, muito pequeninhas, acabaram indo pra adoção... Como eu, na época, já tinha uns 12 anos, a solução era me levar pra Febem. Mas eu não queria. Já tinha ouvido falar daquele lugar. Eu ia sofrer demais lá... Quem me levaria pra lá era o próprio Tio Antônio. Daí, quando eu entrei no carro dele, ele me disse que eu tinha outra opção. Ele me levaria pra morar com uma sobrinha dele, a Dona Conceição. Lá eu ajudaria ela, teria casa, comida... ela ia cuidar de mim, me orientar... mas eu teria que estudar e respeitar ela. Eu preferi e não me arrependo. Era um lugar muito bom, de gente muito boa e honesta. Eles cuidaram de mim. Seu avô sempre ia lá pra saber o que eu precisava, se eu estava bem, conversava comigo, me dava conselhos", recordou Ducha.

A parte da conversa que mais doeu, no entanto, foi quando perguntei sobre a família. A mãe não via desde que saiu da Bahia. A irmã, no instante em que os laços foram desfeitos pela denúncia da patroa de outrora, não mais encontrou. Ratifico: estas reticências (de grande parte das histórias) são as mais sentidas, ao menos pra mim, em razão do "se"... poderia ser diferente, os núcleos familiares poderiam estar (re)

unidos... mas... será? As narrativas, ora contadas, demonstram uma cissura temporal que indica um caminho de escolha, de perdas que, não obstante, trazem benefícios outros também – ao passo que a via contrária poderia representar prejuízos ainda maiores, mesmo nas relações entre parentes. No entanto, a lógica familiar, afinal, se dá na conformação de afetos diários, sejam eles motivados por relações consanguíneas ou não. É o que fica claro quando se vê o que Ducha tem hoje, não apenas do ponto de vista empresarial.

“E quando e por que você saiu da casa da Quita?”, questionei para entender o desenrolar da história, enfim.

“Eu conheci o meu marido, com quem estou até hoje... saí de lá já pra casar. Tive filhos, já sou avó... viemos morar no Rio e aqui montei um negocinho pra mim... aqui somos felizes e temos uma bela família”, relembrava, emendando: *“Sou muito grata ao que tive em Betim... ao carinho do Tio Antônio e da Dona Conceição... poderia ter sido diferente, mas que bom que foi assim...”*

O vereador

Mora numa casinha simples, no bairro Chácara, em Betim, Dona Zelita, ex-vereadora daquele município. Já com a memória fraca, a mulher, que chegou a ser a mais importante na cidade (uma vez que ocupou o cargo de 2^a Secretária na Câmara Municipal) entre os anos de 1983 e 1984, se recorda pouco do que vivera nesse período, senão de ter trabalhado muito. Mas, hoje, como diz, não é exclusividade apenas dela a lembrança rasa: *“pouca gente se lembra de mim”*.

Todavia, há na casa do Legislativo betinense uma parede, de frente à sala da presidência, com fotos de mulheres que ocuparam o posto de vereadora ali. Ao mesmo tempo em que é uma justa homenagem, ecoa como um indicador doído da sociedade patriarcal que ainda temos no Brasil. Invariavelmente, Zelita está lá e todos podem dela se rememorar. Será? Um rosto

no muro, uma foto posada entre poucas outras, um fragmento de história que se conta pouco pelo pictórico – a não ser pela resistência delas que se alude em tal memorial. Sabe-se mais, muito mais, numa sentada para conversar, no sofá singelo do lar de quem não faz cerimônias para receber.

Vou então em busca de passagens dela com o meu avô na Câmara Municipal de Betim. No início da presente unidade/parte, disse que Antônio Braighi nunca visou benefício ou proveito próprio com as ações sociais que empreendera. Disposições em contrário podem questionar então o fato de ele ter sido eleito vereador em 1982. Tal (possível) aforismo pode ser até natural, sobretudo ao pensarmos na grande desconfiança que temos dos homens públicos no Brasil, fundamentada pela corrupção endêmica que assola não apenas as casas do Executivo e do Legislativo, mas a nossa sociedade como um todo.

Assim, dizer que meu avô sempre foi um homem íntegro – se é que o leitor ainda não percebeu até aqui – semelharia aos discursos de defesa que outrora costumamos ouvir dos parlamentares brasileiros. Nesse sentido, direi pouco, pois ratifico que muito insuficientemente sei de sua vida política¹³⁰. Tentarei, nesta seção, então, trazer mais um dialogismo, costurado nos discursos relatados e interpretados que teço a partir de pessoas, entre outras, como a Dona Zelita, o ex-secretário administrativo da Câmara de vereadores de Betim – Orlando Alves Pinho, a Dona Noemi Gontijo e até do amigo, importante médico de Betim, Dr. Vero, que, com a calma que lhe é marcante, certa feita me disse assertivo: “*seu avô foi um dos poucos honestos que passou por ali!*”

Honestidade! Advém de *honos*, com remissão à dignidade, à honra; vetores que sempre preocuparam Antônio Braighi. Não sem motivos, disse-me o ex-prefeito de Betim,

¹³⁰ Por mais duro que seja para mim utilizar a palavra política na restrição à atuação parlamentar (em razão da amplitude do conceito), ao menos na presente seção farei dessa forma por uma estratégia de coesão referencial.

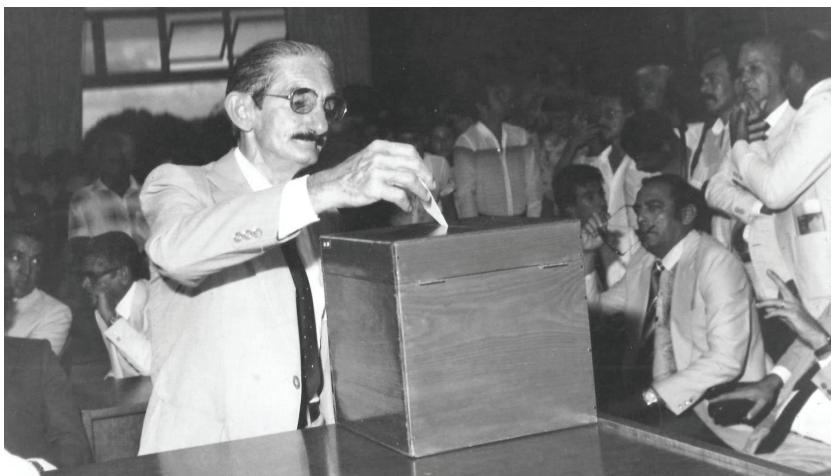
João Lara, quando tivemos a oportunidade de conversar: “*Honestidade... honestidade muita gente tem mania de dizer que: Fulano era honesto, Ciclano era honesto, mas o seu avô levava à sério isto... sobressaia nesse aspecto*”. E, neste país, onde melhor cabe (ou deveria caber) a honestidade? Certamente nas casas políticas.

Ali, então, na Avenida Governador Valadares, ao número 241, Dona Zelita, meu avô e mais de uma dezena de outros nomes foram empossados para a 10ª Legislatura da Câmara de Betim em 31 de janeiro de 1983. Os mandatos, que durariam até o início de 1987, foram prorrogados até o final de 1988 em razão de tentativas de adequação/otimização das votações no país, no padrão que temos hoje: a cada dois anos, um pleito. Vale ressaltar que a política vivia um período de mudanças, com o fim da ditadura em 1985 e um quadro de ajustamentos da dinâmica parlamentar. Em todo caso, foram 6 anos em que o marceneiro, vidraceiro, mecânico, ex-taxista (*chauffeur, pardon*), comissário de menores, atuaria como vereador. Parecia, dentro de uma lógica do *status*, uma ascensão. Mas não era isso que Antônio Braighi almejava; senão, vejamos.

Motivado por médicos de Betim, com quem fizera amizade no curso de sua atuação social na cidade, e fortemente influenciado pelo ex-prefeito Newton Amaral, Antônio Braighi se candidatou a vereador em três oportunidades. Perdeu na primeira, talvez por falta conhecimento acerca do funcionamento de uma campanha. Foi novamente incentivado a tentar, orientado sobre o que deveria empreender para divulgar o seu pleito e, assim feito, na segunda tentativa fora eleito.

No mesmo dia da posse, houve a eleição da diretoria da Câmara para o período de 1983 a 1984. Talvez por recomendação dos colegas, achava eu, meu avô resolvera colocar-se como possível pleiteante a um posto naquela mesa. Sua reputação, construída em torno do trabalho social, e a votação que tivera nas eleições, serviram, sugere-se, como justificativa para tal indicação.

Antônio Braighi em votação para a mesa diretora
da Câmara Municipal de Betim



Fonte: Acervo de Daisy Braighi

Mais ou menos assim ocorreu. Isto porque, segundo lembra o ex-vereador (presidente da Câmara nos dois primeiros anos daquele mandato) e hoje empresário Wilson Pingo: “*O Braighi não se colocou como candidato à mesa. Foi uma surpresa pra ele quando percebeu que teve tantos votos! Decidimos votar em alguém que fosse neutro, que agradasse tanto ao PDS quanto ao MDB, e que ao mesmo tempo fosse uma pessoa de confiança, íntegra, honesta*”.

No primeiro sufrágio, para o cargo de 1º Secretário da mesa diretora do Legislativo de Betim, Antônio Braighi recebeu sete votos, um a mais que o vereador Orlando Nunes de Abreu. Como dois votos foram anulados, a presidência dos trabalhos – conduzida pelo juiz Antônio Celso Carvalhaes – esclareceu que nova votação deveria ser realizada, uma vez que o primeiro postulante não “atingira a votação da maioria absoluta dos votos”.

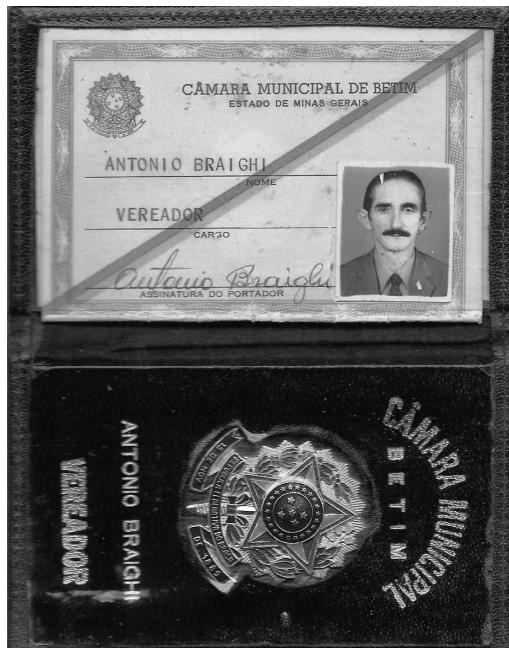
Zelita, por sua vez, foi a segunda mais votada para o posto de vice-presidente, perdendo para o vereador José Martins da

Silveira – mais conhecido como Padeiro. A votação para esse cargo ocorreu enquanto novas cédulas eram providenciadas para mais uma votação para 1º Secretário. Nessa, no entanto, houve empate entre Antônio Braighi e seu colega – 7 votos para cada e um nulo. Como resolver a demanda? Assim foi lavrada a ata daquela sessão: “consultados os vereadores votados para o cargo de 1º Secretário a respeito da idade de cada um, verificou-se que o vereador Antônio Braighi, por ser o mais idoso, foi declarado eleito, nos termos do Art. 31, item IV do Regimento Interno”.

Ironia do destino à parte, que tão importante posto fosse decidido por tal detalhe, talvez aí tenha começado a aproximação profissional de Antônio e Zelita, respectivamente 1º e 2º secretários da Câmara; parceria que se estendeu na “Comissão de Educação, Cultura e Saúde”, composta pelos dois e também pela vereadora Jandira Oliveira. A comarca de mesa diretora, em detrimento de toda seriedade que tinham com o trabalho que empreendiam, se recorda que juntos deram boas gargalhadas nos idos em que lado a lado estiveram, amenizando um pouco das angústias decorrentes do cargo que ocupavam.

Mas não era apenas a atenção à manutenção de um clima leve e descontraído – ademais o empenho social de ambos – que se diferenciava na casa legislativa. Segundo Zelita, a política-parlamentar é mesmo um grande e intrincado jogo, do qual nem ela, nem Antônio Braighi – e poucos outros – faziam parte e, talvez por isso, não tenham sido reconduzidos na eleição de 1988.

Carteira de Vereador de Antônio Braighi



Fonte: Acervo de Dagmar Braighi

Para Zelita, no início, dada a simplicidade dos dois, não entendiam muito bem as dinâmicas parlamentares, por vezes excessivamente complexas. Aos poucos, foram percebendo que as complicações muitas vezes eram (e ainda são) trazidas meramente por interesses escusos à função primária dos vereadores. Assim, demandas que poderiam ser facilmente resolvidas, esbarravam num amplo conjunto de poréns, em articulações que envolviam o Executivo municipal e, por vezes, até o estadual.

Antônio Braighi, mesmo diante às barreiras, não cessava ou esmorecia no trabalho como edil. Segundo Pingo, “*ele era muito dedicado, muito empenhado como vereador e secretário. Praticamente todos os dias ele estava lá, mesmo não efetivamente precisando. Por vezes tinha que resolver demandas comigo, uma vez que eu era o presidente da Casa, e sempre ia à minha sala. Mas nunca*

entrava sem bater, tocando à porta com aquela tradicional batida que todos já conheciam¹³¹. O trabalho social o elegeu, o tornou conhecido e, em razão disso, e visando a esse fim, ele trabalhou na Câmara. Votava sempre naquilo que iria ajudar ao bem comum, sem interesses pessoais. Foi um sujeito com um papel fundamental em Betim!“.

Da esquerda para a direita: Padeiro, Pingo e Antônio Braighi



Fonte: Site do Instituto Histórico IMPHIC - Betim

Entretanto, a inocência e humildade de meu avô no trabalho como vereador, em escusa a qualquer forma de diminuí-lo que aqui pareça – pois não é o caso, fica clara na vista aos requerimentos que fazia. Entre tantos, em que demonstrava uma adequação à dinâmica parlamentar, em um deles, 072/1983, sugere que a Fiat Automóveis doasse um “carro-ambulância” ao juizado de menores de Betim. Tal documento é, em certa medida, um testemunho pessoal do que fazia – sem se dar conta que, um dia, seu neto leria tais informações. Diz Antônio Braighi, em justificativa ao pleito, que:

o Juizado de Menores de Betim se encontra também carente de recursos e com um grande número de crianças sob sua responsabilidade. Dentre elas existem crianças necessitando

¹³¹ Pingo tem razão; era característico. Lembro-me muito bem daquelas cinco batidas, ritmadas, que ele sempre utilizava para chamar quando estava à porta de casa.

de cuidados médicos, inclusive casos de tuberculose. Estas crianças estão sendo transportadas a hospitais em carro particular do vereador que este subscreve, por falta de veículo adequado. Esta doação da Fiat, se concretizada, seria de grande valia para o atendimento destas crianças, às quais faltam praticamente tudo e cujas doenças são, em sua grande maioria, causadas pelas necessidades que elas passam (BRAIGHI, 1983; grifo nosso).

Eram os mais simples cidadãos de Betim, com as coisas aparentemente mais banais, que se beneficiariam com o lugar de Antônio Braighi na Câmara. Haveria tantos interesses que poderiam ser atendidos – e aos quais, por tabela, ele poderia se beneficiar, “*mas, nós não fizemos o jogo político... por honestidade... e acabamos não conseguindo fazer muito por Betim*”, me diz Zelita. Aliás, disse ela ao jornal Diário da Tarde¹³² em 02 de dezembro de 1988, em reportagem que destacava a ausência de representatividade feminina na casa, que a partir daquele ano¹³³:

não haverá ninguém para dar continuidade ao trabalho iniciado pelas mulheres dentro da Câmara. Nossas pretensões para este mandato legislativo foram por água abaixo [...] foram seis anos à frente de um Legislativo, sem condições de prestar maiores serviços à comunidade, por exclusiva falta de apoio.

Zelita diz ainda que o que eles fizeram muitas vezes outros – não apenas vereadores de Betim – levaram os louros no lugar dos dois. Lutavam pelos bairros periféricos, sobretudo pelos mais pobres. Ao passo que ela tentava direcionar atenção para o bairro Imbiruçu, Antônio Braighi enveredava esforços em prol de regiões como Vianópolis, Marimbá, Santa Fé,

¹³² Jornal tradicional em Minas Gerais que encerrou atividades em 2007.

¹³³ Uma vez que a vereadora Jandira também não foi reeleita.

Riviera, entre muitos outros – de acordo com o que se pode observar nos diversos despachos que conformam o registro memorial¹³⁴ de atuação dele, disponível na Câmara de Betim.

“O Seu Antônio foi um grande amigo... um homem muito bom! Trabalhamos muito, mas também ríamos quando podíamos. Só ficava brava com ele por causa do cigarro. Brigava com ele por causa disso! Dizia pra ele parar de fumar... e ele fazia hora com a minha cara”, lembra Zelita de um tempo em que se podia pitar em ambientes fechados, inclusive em repartições públicas.

Antônio Braighi na Câmara Municipal de Betim



Fonte: Site do Instituto Histórico IMPHIC - Betim

¹³⁴ Livro, cuidadosamente arquivado naquela instituição, que apresenta um pouco do trabalho que Antônio Braighi empreendeu como vereador. Ali, diversas investigações políticas estão registradas. Algumas delas são um tanto curiosas e até de caráter simples e prosaico. Pensar que atualmente temos redes enormes de drogarias, muitas delas funcionando 24h, não daria espaço para qualquer constatação sobre como as farmácias atuavam na década de 1980 em Betim. Fora preciso um requerimento do Legislativo, motivado por Antônio Braighi, ao prefeito Tarcísio Braga para que esse comércio ampliasse seu atendimento: “reiterando requerimentos anteriores, no sentido de examinar junto aos farmacêuticos de nossa cidade uma escala de funcionamento dos estabelecimentos nos dias de domingo, feriados e dias santos, como também o funcionamento das farmácias após as 22 horas, haja vista o abuso que está se verificando” (BRAIGHI, 1986). Agradecemos ao presidente da Câmara, vereador Léo Contador, que nos deu vistas aos documentos e acesso à Câmara. Também agradecemos muito à Claudete Bernardes, pelas pesquisas e apoio a este livro, além de parabenizá-la pelo trabalho de manutenção de tais documentos, tão bem feito naquela casa.

Os dois tinham muito em comum: a simplicidade, a humildade, o bem que fizeram sem ver a quem, sem segundas intenções, sem querer nada em troca. Foram afins até em não conseguirem se reeleger em 1988. Em nota sobre as eleições, o mesmo Diário da Tarde estampava após as apurações que “Antônio Braighi teve 662 votos em 1982. Muito conhecido pelo seu trabalho na área social, principalmente na ajuda a menores carentes, Braighi esperava contar com sua reeleição: só teve 37 votos desta vez”.

A situação mudou de sétimo mais votado em 1982 para míseros 37 votos diante de um eleitorado que crescera, em uma época de esperanças com a recente promulgação da constituição cidadã, de uma cidade que precisava de alguém honesto e que voltasse as suas atenções para os menos favorecidos, de um reconhecido trabalho social sem fins lucrativos. Como ele pôde ter perdido? Durante muito tempo me inquietei com essa questão. Quando soube então que tivera menos de uma centena de votos, me embasquei.

Os motivos são diversos: falta de apoio de alguns colegas – haja vista que, como a própria Zelita disse, não fez o jogo que lhe demandaram; vinculação de meu avô ao (P)MDB – partido que tinha como bastião em Minas Gerais o governador – e nada querido – Newton Cardoso (eleito em 1986)¹³⁵; a emersão de partidos como o PT e o PDT; e, principalmente, a ausência de motivação de Antônio Braighi na campanha em 1988.

Tenho várias daquelas lembranças inebriadas de infância; pouco – ou quase nada – me recordo de antes dos meus 5 anos de idade, senão de *flashes* ancorados em acontecimentos muito

¹³⁵ Na já citada edição do jornal Diário da Tarde, a ex-vereadora Jandira Oliveira teria dito que, naquela eleição, “o povo votou em partidos, com a ilusão de que eles resolverão os problemas de saúde, fome e transporte da “noite para o dia” [...] no caso dos candidatos do PMDB, a imagem negativa do governador refletiu com muita intensidade nesta decisão”. Lauro Josino de Assis, à época secretário legislativo da Câmara de Betim, disse que o PMDB, no início dos anos de 1980, tinha outro perfil; fruto do movimento opositor ao regime militar, “seus integrantes em Betim eram politizados, defendiam a liberdade irrestrita, tinham uma outra mentalidade”.

particulares. Um deles é a nítida recordação de estar com meu primo Juninho e o pai dele, Tio Carlinhos, correndo as ruas que cruzam a Avenida JK, no Centro de Betim. Estávamos, em verdade, colocando santinhos nas caixas de correio das casas do entorno. Não eram muitos. Eu segurava um acanhado bolinho com uns 20 ou 30 panfletinhos, enquanto meu tio levava uma pequena caixa debaixo do braço. Daquela campanha modesta, infelizmente, não me sobrou nenhum folheto para relembrar.

Talvez Antônio Braighi nem o quisesse – tampouco teria desejado vencer o pleito e mesmo ter qualquer recordação que valesse de tal período. Quem sabe tenha se candidatado apenas por mera formalidade, respeito, consideração ou, o que acho menos provável, simples compromisso partidário com quem compartilhou esse período profissional. Penso mesmo ser a primeira afirmativa a resposta para a questão que me assolava: ele não ganhou porque não quis ganhar. De qualquer forma, a derrota foi também certo livramento.

“O Antônio Braighi foi uma vítima da política em Betim!”, assim me disse, categórico, o mestre em direito Orlando Alves Pinho, ilibado advogado da cidade, profundo conhecedor da dinâmica parlamentar no município – haja vista não só os mais de 40 anos a serviço da Câmara de Vereadores, mas em razão do próprio entusiasmo em pesquisar e discursar sobre o assunto. Hoje aposentado, ainda se recorda das conversas que tinha com o amigo: *“A certa altura, ele começou a reclamar muito, pois não conseguia realizar o que tinha como propósito. Ele era uma pessoa muito boa. Não me leve a mal, mas ele era simples, tinha o coração aberto e isso fez com que alguns outros o usassem no jogo político. Não só em função disso, ele acabou não efetivando o que projetava”*.

Lauro Josino de Assis, funcionário da Câmara por 35 anos (mais 9 meses e 14 dias, como gosta de lembrar), tendo chegado ao posto administrativo mais alto da casa, recorda que ninguém tinha qualquer “aresta” com Antônio Braighi. Todavia, no curso da questão levantada por Orlando, que

retomei com esse entrevistado, disse-me: “*Talvez seu avô tenha criado algum constrangimento em quem não trabalhava; a vaidade e a inveja de quem não era tão popular quanto ele – pois o que ele não conseguia no plenário, obtinha junto aos prefeitos; o gabinete do Executivo era um local em que ele tinha livre acesso.*”

Mas, de modo ainda mais enfático, como complementação, ainda segundo o empresário Joel Fernovedes, meu avô “*sofreu muito como vereador; foram os seis piores anos da vida dele*”. O amigo não conta detalhes do porquê tamanha agonia o tomou, senão que “*nada que quis fazer conseguiu; não deixaram...*”, corroborando a fala de Orlando Pinho.

Entretanto, em verdade, penso que ele nem queria tanto. Não era muito, mas era grande o seu projeto. Tinha o sonho de ajudar as crianças e os adolescentes da cidade; sua principal missão. Assim, parafraseando e adaptando a asseveração de Joel, o que ele mais quis não conseguiu. Como comprovar? Basta acessar seu memorial na Câmara de Betim. Qual teria sido o seu primeiro agenciamento? O leitor pode ver em inteiro teor que ele requereu, com a linguagem e conceitos da época – mas, certamente, se deferido, a ser conduzido com a sua orientação afetivo-intelectual – a “criação de um orfanato para amparo a menores abandonados”. A justificativa? Como se vê, direta, objetiva e, em seus parágrafos finais, um bálsamo poético que só poderia ser compreendido pelo mais nobre fruir político – e não parlamentar.

Dias depois, o prefeito e amigo Newton Amaral (conhecido como Bio), em ofício encaminhado à presidência da Câmara, salientava que aderia ao projeto e daria o encaminhamento necessário. No entanto, se passaram dois anos e não houve aparente avanço na proposta. Os motivos: incógnitas. Falta de dinheiro por parte da prefeitura naqueles idos parece ser o mais provável.

Requerimento no qual Antônio Braighi
solicitava a criação de um orfanato

 CAMARA MUNICIPAL DE BETIM
32.500 - ESTADO DE MINAS GERAIS

REQUERIMENTO N.º 038 / 83 /

APROVADO EM 16 DE DISCUSSÃO
por Unanimidade
Sala das Sessões 18 / 03 / 1983

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Betim
NESTA

O Vereador infra-assinado, requer a V.Exa.,
ouvida a Cesa, seja indicado ao Exmo Sr. Prefeito Municipal e
conveniente de criar em Betim um orfanato para rapazes e menores
abandonados, promovendo-se para tanto etá e desapropriação de
áreas para instalação do mesmo.

Sala das Sessões, 18 de março de 1983.
Antônio Braighi
 Antônio Braighi, Vereador -

Justificando:

É público e notório o número de crianças /
abandonadas em nosso Município.
A sociedade sabe que o abandono aos meno-
res comissão e delinquência.
Estamos vivendo os dias de fraternidade /
com o lema: "Fraternidade sim, Violência não", pois até no horizonte
de ingressarmos, neste luto e não somente no papel, mas pondo /
mão à obra e protegendo os que carecem de proteção, amparando /
os que carecem de amparo. Inegavelmente, os menores estão nessa
pedindo e infelizmente etá apinhando assim elas, levados pelas fome.

O poder público tem o dever de proteger a
sociedade e zelar pelo futuro dos filhos do Município do Estado,
do União Brasil.

Quem é de nós é responsável pelo futuro /
dos que vivem em torno de nós.
Ninguém pode ser omisso, porque a omisão
é conivéncia, falta de amor ao próximo, falta de amor a Deus.
Confio que os meus pares apóiam este re-
querimento, porque ele nasce do coração de quem conhece o drama.
 Antônio Braighi, Vereador -

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Betim

Particularmente, acredito que, se tivesse tido mais tempo, Bio teria mesmo tocado o plano e o efetivado. Justifico a tese por vários motivos: ele e Antônio Braighi eram amigos para além do cenário político, guardando afinidade e reciprocidade positiva no trato – se qualquer promessa foi feita de parte a parte, certamente seria cumprida¹³⁶. Conforme bem salientou Lúcio Eustáquio Pereira (hoje comerciante, mas, na década de 1970, secretário de governo daquele prefeito), Newton era um

¹³⁶ Em conversa telefônica com a viúva de Bio, Dona Rosinha Amaral (que hoje reside em Maceió – AL), disse-me ela que se recorda das conversas acerca da construção do centro para atendimento às crianças. Aliás, fez questão de lembrar do carinho recíproco que havia entre ela, Antônio Braighi e o esposo.

“revolucionário”, gestor de várias obras que mudaram a cidade e, certamente, tinha interesse em mais uma grande abordagem. Por fim, mas não menos importante, tratava-se de interesse social, investimento na criança e no adolescente, questão pela qual o chefe do Executivo municipal já demonstrava interesse.

Resposta do requerimento da criação do orfanato
pelo Prefeito Newton Amaral

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM

CEP 32500 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Betim, 11 de abril de 1983

313

Acusa recebimento de Requerimento

Gabinete do Prefeito

Senhor Presidente,

Apraz-nos acusar o recebimento do Requerimento nº 038/83, de iniciativa do Vereador Antônio Braighi, solicitando a criação neste Município de um orfanato para amparo a menores abandonados.

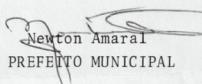
Consideramos louvável a atitude do ilustre Vereador, quando demonstra uma constante preocupação com o menor abandonado.

Ninguém melhor que o Vereador requerente conhece o problema e sua complexibilidade.

Comunicamos a V.Exa. que a solicitação está sendo encaminhada à Secretaria Municipal do Trabalho, Ação Social e Desportos, para verificar a viabilidade da criação do orfanato.

Expressamos a V.Exa., na oportunidade, nossas manifestações de cordial apreço.

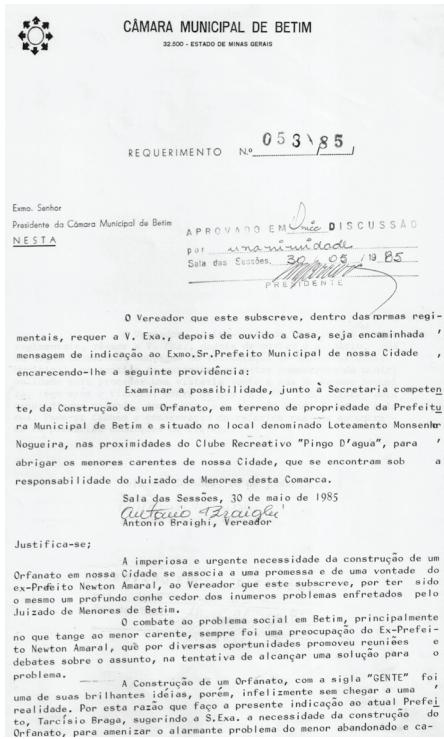
Atenciosamente,


Newton Amaral
PREFEITO MUNICIPAL

Exmo. Sr.
Vereador Wilson de Oliveira Antunes Filho
DD. Presidente da Câmara Municipal
Betim - MG

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Betim.

Parte do novo requerimento solicitando a criação do orfanato



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Betim

Nesse sentido, novo requerimento fora encaminhado à prefeitura, desta feita em maio de 1985. A esta altura, infelizmente, Newton Amaral já havia falecido em um trágico acidente automobilístico. Assumira o vice, Tarcísio Braga, que tomaria conhecimento dos intentos do vereador e de seu finado parceiro político. O requerimento 053 solicita e justifica a criação de um orfanato, indicando inclusive um posto – nas proximidades do clube “Pingo D’água”, o que sugere que, ao menos em conversas, Executivo e Legislativo (diria, aliás, Braighi e o amigo Bio) já vislumbravam a efetivação de tal proposta. Meu avô lembra no documento, vale ratificar, que esse era um desejo do ex-prefeito, tão entusiasta da causa que teria até sugerido um nome para o local: GENTE.

Lúcio, ex-secretário de Newton Amaral, recorda-se que a prefeitura tinha mesmo uma área, próxima ao referido clube, reconhecida pelo viveiro de mudas, na qual ainda se produzia leite de soja e havia uma plantação de cana de açúcar. Pode ser mesmo que, ali, mudando-se a finalidade do espaço, pudesse ser construído o orfanato. Porém, já em reportagem¹³⁷ do Jornal de Betim daqueles idos, há a transcrição de uma fala de Antônio Braighi, em que teria afirmado: “O Bio comprou 12 alqueires de terra junto à fazenda Aroeiras. Brevemente será construído o maior centro de recuperação de menores da grande Belo Horizonte para atender cerca de 4 mil crianças carentes e abandonadas”. Fica a dúvida: tratar-se-ia da mesma proposta de instituição ou se aventava ainda mais uma do gênero? Nenhuma delas, porém, se efetivou.

Antônio Braighi, em atividade parlamentar, tendo ao lado Newton Amaral e Dona Rosinha



Fonte: Acervo de Daisy Braighi

¹³⁷ Infelizmente não temos a data da publicação, posto que o registro se encontra em um recorte de jornal que faz parte do acervo da família.

Não fora concretizada, talvez, em razão da falta de amparo documental, da letra da lei para se fazer cumprir. Em conversa com o ex-vereador Wilson Pingo, ele me recordou que, como se observa nas imagens anteriores, a construção do orfanato estava sendo pleiteada oficialmente através de requerimentos. Tais documentos, no entanto, não têm força legal; apenas representam o registro do que, porventura, fora tratado pelas partes em conversas. Talvez, e aí estamos entrando no terreno argiloso do “quiça”, sendo a perspectiva trabalhada efetivamente como projeto do Legislativo, o resultado teria sido outro.

Vale lembrar que, apesar do sonho de Antônio Braighi, a obrigação e a competência eram mesmo da prefeitura; afinal, a construção de equipamentos sociais é uma demanda do Executivo e não da Câmara. É o que afiança Rafael Soalheiro Júnior, que ainda endossa: *“papel de vereador é legislar e fiscalizar, não é o de inaugurar obras. O problema é que isso gera votos, oferta manutenção de poder. O Legislativo tem que propor, criar meios e cobrar a Prefeitura para ela cumprir”*.

Rafael é ex-vereador em Betim. Foi eleito no mesmo ano que meu avô. À época, no entanto, era um jovem na altura de seus 20 anos. A idade, porém, não era motivo para que Antônio Braighi questionasse sua capacidade. Ao contrário, era talvez o edil que mais admirava na Casa, dado o seu perfil esforçado e sua postura de caráter. Conversar com ele, quase 30 anos após o fim de seu mandato, deixam claros os motivos expostos por meu avô.

Sua clareza e coerência, em relação aos temas sobre os quais dialogamos, evidenciam os meandros políticos de Betim daquela época e, sem que me tenha dito isso, permite inferir que, de fato, Antônio Braighi era um utopista social naquele meio, um tanto despreparado para a dinâmica parlamentar. Não que o próprio Rafael não o fosse também, uma vez que sua postura crítica e ética, por vezes contrariando os próprios

encaminhamentos de seu partido em benefício daquilo que considerava justo e correto, correspondiam ao comportamento que todos ali deveriam ter, mas que, infelizmente, tantos não tinham. Ambos eram paradoxais diante ao paradoxo político-parlamentar – se é que se pode compreender esta ideia.

Todavia, afiança: “*Sou contra dizer que político nenhum presta. Essa desvalorização da classe política nivela a todos por baixo e contradiz o trabalho bem feito por muitos. Muita gente boa passou por aquela Câmara e passa todos os dias pela política brasileira. O seu avô era um sujeito de bem com a vida, de uma serenidade ímpar, alguém que eu admirava e respeitava muito. Ele não via a política como carreira e lutava por algo que, infelizmente, naquela época o restante da população, que não se beneficiava com o que ele fazia, não se preocupava. Isso não dá voto, não dá atenção. As reivindicações do povo naquela época, e ainda hoje, são muito pessoais... faltou e falta participação popular consciente e crítica... diria postura coerente e ética, coisa que o Braighi tinha*” – e Soalheiro aparentemente também tem.

De mais a mais, apesar desta não ser a função primeira de um edil, a construção do centro para crianças e adolescentes fora mesmo uma expectativa frustrada¹³⁸ da parte de Antônio Braighi – seja na qualidade de possível executor (demanda que não lhe cabia), seja na de legislador/fiscalizador (a cobrar da prefeitura).

Orlando Pinho assevera que, após Tarcísio ter assumido a prefeitura, a relação do Executivo municipal com a Câmara de vereadores não caminhou muito bem. Particularidades do modo de gestão daquele prefeito e idiossincrasias do Legislativo contrastavam e distanciavam as Casas – o que, em certa medida, impedia que determinados intentos, de ambos, caminhassem

¹³⁸ Faça-se notar, no entanto, que Tarcísio Braga seria responsável por amenizar um pouco o quadro de angústia que meu avô tivera com a política. A inauguração de um albergue em Betim, conforme se verá à frente, foi uma recompensa importante diante de todo o conjunto de ações empreendidas.

em tempo e a contento. Nesse ínterim, os projetos e desígnios de meu avô engavetavam – tal como parecia ocorrer com outros vereadores.

Segundo sugere em entrevista o presidente da Câmara de Vereadores à época, Fernando Mendonça, realmente o diálogo não passou a ser uma tônica entre Executivo e Legislativo naqueles idos. Relatou diversos problemas e questões particulares ao período, mas asseverou: “*O seu avô não se preocupava com isso não; ele não era esse tipo de político. Falar do Braighi é muito simples, pois só tinha um universo em que ele atuava, apesar de amplo: o social. Essa era a preocupação dele e da vereadora Jandira. O povo pobre, carente, os abandonados; era com essas pessoas que ele se preocupava*”.

Eram, também, outros tempos: de uma política que se fazia sem muita verba, de uma Betim que não tinha o PIB como o de hoje – um dos maiores do país, à frente até de algumas capitais estaduais – e, consequentemente, sem o orçamento que o Legislativo gerencia atualmente, o que impedia que os edis empreendessem ações mais vultosas. É o que diz Orlando Pinho, lembrando, no entanto, que isso não impedia que à época as articulações parlamentares acontecessem – jogo que, também segundo o advogado, Antônio Braighi não o fizera. “*Ele entrou naquele lugar de coração aberto, como se lá fosse a casa dele. Mas, ele não teve, infelizmente, o preparo para aquela dinâmica. Assim, ele tentou melhorar Betim sem saber que muitas vezes estava sendo usado por outros...*”

“*Mas na Câmara ele podia fazer o que ele quisesse, porque todo mundo respeitava ele, sabia que era coisa séria*”, lembra Fernando Mendonça, emendando uma recordação: “*Lembro que ele fazia campanhas contra o frio, e juntava tudo lá na Câmara para depois doar. Ele tinha o maior receio de pegar carro oficial, mas eu dizia pra ele: pode pegar a hora que você quiser, Braighi. A gente sabe que você tá fazendo em prol das pessoas. Mas ele acabava fazendo tudo no carrinho dele. Teve uma situação em que a vereadora*

Jandira conseguiu milhares de cadernos com as empresas e chamou o seu avô para ajudar. Ele disse: deixa comigo. Trouxe dezenas de pessoas que ele conhecia pra Câmara para separar o material e ajudar na doação. Lembro que um vereador perguntou quando viu aquela confusão: Que é isso, presidente? Vai deixar o Braighi fazer campanha aqui dentro? E eu falei pra ele: Que campanha o que, rapaz... isso é trabalho... e é pro povo!"

Antônio Braighi, que batalhou tanto, com os poucos recursos que tinha, para chegar até ali... teve de panfletar, próximo às eleições de 1982, pessoalmente. Era uma outra dinâmica de captação de votos; fazia campanha olho no olho, corpo a corpo. Dizia quem era e demonstrava seu impoluto histórico. A filha Adriana lembra com carinho dessa época:

"Recordo-me daquela campanha. Passávamos horas carimbando os santinhos com o número dele. Fazíamos esse trabalho à noite e, quando ele se cansava, tocava docemente a sua gaita. No outro dia, saímos para distribuir os santinhos. Dividíamos a rua; eu ficava de um lado e ele do outro. Como eu era pequenininha, algumas pessoas ficavam intrigadas quando, ao abrir a porta, se deparavam com uma criança entregando santinhos e pedindo voto. Quando o pai via que estavam me questionando, ele vinha e se apresentava juntamente com suas propostas políticas. Eu dizia: vota no meu pai! E as pessoas falavam: Que gracinha! Pedindo voto pro papai..."

Tó, que trabalhava na oficina com Antônio Braighi, também se recorda daqueles idos: *"Rodei aquele [bairro] Olímpia-Bueno Franco todo pedindo voto pra ele. Eu batia em todas as casas e falava do trabalho que ele fazia. Eu lembro... [risos] que à noite, antes dessa empreitada, a gente fica treinando a oratória juntos. Ele me dizia o que eu tinha que falar e depois eu repetia tudo, até ficar bom."*

Como se vê, fazia campanha para ele quem o conhecia. Quem sabia que ele podia fazer o bem. Não eram pessoas contratadas; eram indivíduos que, de alguma forma, já tinham sido ajudados por ele e, na mesma medida que meu

avô, imaginavam que ele podia fazer mais – e até melhor – se ocupasse um lugar junto aos parlamentares.

Imaginavam, juntos, mudar um pouco a realidade da cidade. Mas a dinâmica parlamentar não acompanhava os afetos de meu avô e a transformação do município, em algo que saía do controle do Estado, era mais veloz do que poderiam imaginar. Isto é, Antônio Braighi percebia esse movimento. Em um daqueles ofícios parlamentares, registrou que:

a administração Newton Amaral evidencia que direcionará a sua gestão no sentido da comunidade, dando ênfase ao problema social, traduzido em obras [...] em razão do crescimento desordenado e sem infraestrutura experimentado por nossa cidade nos últimos anos (BRAIGHI, 1984).

A morosidade parlamentar, em ternos que eram sempre os mesmos, contrastava com uma Betim que se tornava cada vez mais cinza, mais larga e comprida – estendendo-se aos quatro cantos – e com mazelas cada vez mais evidentes e latentes, em extensão ao cenário econômico nacional daquela época. Durma, você, consciente de seu papel não apenas social, mas agora “profissional”, escolhido pelo povo, com um barulho desses? Antônio Braighi, no entanto, estava atento a esse cenário. No mesmo ofício supramencionado, em que cobrava andamento à lei municipal nº 1.176 de 1978 acerca da criação de uma cooperativa de consumo dos servidores municipais, assinalou:

No mesmo sentido está o grave problema da alimentação do nosso povo, cada vez mais faminto, num clima onde os horizontes são pouco promissores na busca de soluções para o problema, que se agrava com o arrocho salarial imposto aos trabalhadores, defasado dia a dia. O item alimentação passou a ser o grande pesadelo da população, que indefesa assiste diariamente

a toda sorte de especulação, mercadorias sendo impiedosamente remarcadas de forma abusiva para atender ao apetite voraz de uma minoria privilegiada e ávida por grandes margens de lucro, em detrimento do grande público, com a complacência do poder central que assiste a tudo impassível, com olhos e ouvidos de mercador [...] Assim, o momento atual está a exigir mais das autoridades, testando-lhe o senso criativo na busca de alternativas para tentar amenizar a grave situação existente (BRAIGHI, 1984).

Ele estava atento à fome, à mesa vazia dos seus iguais, à dor que um pai sentia ao ver que os filhos não tinham o que comer. Como vereador, uma das metas que visava atingir era criar formas para que tivéssemos naquela Betim uma sociedade verdadeiramente mais justa e igualitária. Mas...

Num desses dias, de família reunida, minha mãe disse: “*Seu avô se sentia um fracassado por não ter atingido o objetivo dele. Não aprovaram as ideias dele, mas ele se sentia responsável... manteve essa culpa, que gerou depressão, até mesmo depois de ter saído da Câmara*”. A força simbólica de tal registro mnemônico só não é maior do que as lembranças de minha tia Daisy, que, com olhar perdido e a voz carregada nos embargos dos lamentos, salienta: “*Naqueles idos foi a primeira vez que vi meu pai chorando. Chorou pelo que não pôde fazer...*”

Ah, vô, seu eu pudesse lhe dizer...

Como talvez não possa, direi então ao leitor: que ele fez mais como homem público, ser social, como eu e você, do que como político-parlamentar. Como sujeito, não devia e nem precisava pedir nada a ninguém. Ele ia lá e fazia: pronto! Ele não precisava se sentir culpado por absolutamente nada, a não ser uma tristeza que todos nós devemos sentir por termos de expiar com a corja política que governa nosso país de cima a baixo. Ele não fazia parte dessa classe. Ele esteve lá, tentou de alguma forma subverter a lógica, mas não conseguiu. Não por

ser fraco, mas em razão de um sistema mais bruto, consolidado, arraigado em cultura do ferro, do orgulho e do ego. Ele não tinha porque se deprimir, pois em verdade fora acachapado quando lá estivera, comprimido por desmandes de quem simplesmente não quer agir para manter tudo como está – e não era isso que ele queria.

O poeta e professor Paulo Leminski, em 1982 – vejam só (ano da eleição de Antônio Braighi), já nos lembrava que “o poder é o sexo dos velhos”. Meu avô, ainda que tivesse 55 anos quando eleito, não era esse tipo de ancião (que quer o poder pelo poder, pela manutenção de algo que não pode ter e acha que tudo pode ter com o poder) – ou não era esse tipo de político, que vê a política como algo “estrito, óbvio, sectário, partidista, imediatamente reconhecível, com todos os seus signos à mostra”. A política de meu avô, aquela que ele fazia longe das bancadas da Câmara e perto do povo – repito, como eu e você podemos fazer – era, mais uma vez reivindicando Leminski, “mais complexa, mais rarefeita, mais dialética, uma luz política ultravioleta ou infravermelha”. Uma política que buscava o outro extremo do trabalho material. Antônio Braighi nos ensinou o que era política sem ter dito uma só palavra; seus atos falavam por si.

* *

*

De outra forma, no fundo a lucidez quase centenária de Dona Noemi Gontijo, grande amiga e parceira social de meu avô – e outra que não se tornou velha no sentido leminskiano, resume o que quis dizer no parágrafo anterior (talvez em toda a presente seção do livro): “*Sem ser político, seu avô fez mais por mim e comigo do que muitos aí... Mas a gente não se preocupava com política, a gente se preocupava com o pobre! Isso é o que nos importava: as pessoas.*”

Que bom seria se ele pudesse ter ouvido isso. Calariam em parte suas angústias.

* *
*

Se nos idos de 1980, Betim viu a disputa do Executivo municipal polarizada entre Osvaldo Franco e Newton Amaral, dois amigos de Antônio Braighi, nas décadas seguintes a disputa entre PT e PSDB marcaria o cenário político da cidade. Os principais representantes desses partidos eram (ou ainda são), respectivamente, Maria do Carmo Lara e Carlaile Pedrosa, eleitos prefeitos por mais de uma vez e adversários em diversos pleitos.

Posto que falamos nesta seção da política-partidária, considerei interessante saber destes dois importantes nomes para Betim acerca de suas recordações sobre meu avô. Meu intuito era, como se imagina, observar o ponto de vista de ambos em torno da atuação parlamentar do biografado. Todavia, fui surpreendido, positivamente, com o registro principal deles no que concerne ao papel de Antônio Braighi como cidadão preocupado com o local em que vivia e com as pessoas carentes deste.

Não os conhecia pessoalmente e fiquei um tanto receoso com a atenção que teria de Maria do Carmo e Carlaile. Todavia, qualquer baixa expectativa foi frustrada: fui muito bem recebido pelos dois, em suas casas. Fui recepcionado, aliás, não por dois políticos, mas por pessoas que me pareceram simples, gentis, desarmadas e prontas a ajudar no que fosse necessário – sem nada pedir em troca. Foram momentos agradáveis, em que falamos por um bom tempo acerca de meu avô (uma credencial que abriu carinhosamente as portas para o contato com as mencionadas personagens) e sobre a história de Betim.

Maria do Carmo, aliás, teceu-me um panorama interessante em torno do desenvolvimento pós-chegada da Fiat ao município. Além disso, o colocou de forma coesa em relação à atuação de meu avô. Sendo assim, não poderia deixar de tentar reproduzir as palavras dela como me apresentou, com a didática da excelente professora que sempre foi e com o conhecimento que tem de prefeita por mais de um mandato:

“Betim cresceu muito depois da Fiat. Por um lado, a vinda da multinacional foi boa para a cidade. Por outro, infelizmente, foi ruim, pois Betim não se preparou para aquele crescimento. Começamos a perceber aqui o surgimento de vilas e favelas, regiões que não tinham infraestrutura e assim ficaram por um longo tempo; sem água, sem luz. A prefeitura não tinha recursos [a arrecadação de impostos era baixa; a empresa citada teve isenção de ICMS até a década de 1990¹³⁹] e pouco podia fazer por aquelas áreas. As pessoas eram carentes de tudo – e quem mais sofria eram as crianças e as mulheres. Assim, penso que o seu avô foi importante, pois ele levava um pouco de esperança a estes locais, principalmente para as crianças. Cogito até que o poder público tinha pouca inserção nestas regiões no período... mas o Antônio Braighi, como cidadão, ia até lá e fazia a parte dele”¹⁴⁰.

Carlaile, por sua vez, recebendo-me ao lado da simpática Dona Silvana (sua esposa), lembrou afetuoso de

¹³⁹ E foi aí, segundo Maria do Carmo, que felizmente a prefeitura conseguiu investir no social. “O sonho do seu avô de montar um centro para crianças e adolescentes deve ter sido difícil de ser alcançado quando ele era vereador, pois a prefeitura não tinha dinheiro. Quando a Fiat começou a pagar o ICMS, a arrecadação de Betim aumentou, e como existia um Movimento de Luta Pró-Creches e uma atenção nossa ao social, é que começamos a regularizar as instituições que já existiam e a criar outras”, conta-me a ex-prefeita.

¹⁴⁰ As informações de Maria do Carmo sobre o desenvolvimento da cidade são atestadas pela pesquisadora Terezinha Assis no livro “A história da construção de Betim: Espaço geográfico construído por gente” (1997). Importante ressaltar, por exemplo, que entre os censos realizados em Betim em 1980 e 1991 a população da cidade saltou de 84.290 para 171.237 pessoas; sendo que, enquanto os residentes na área rural aumentaram em 16%, a população urbana mais do que duplicou, representando 95% do total de moradores do município naquela época (ASSIS, 1997, p.87).

alguém com quem, com grande afinidade, conviveu: “*Rapaz... falar do seu avô me dá até arrepio... arrepio bom, de saudade! Ele era muito amigo dos meus pais e se tornou meu amigo também!*”. Ele falou bastante das transformações de Betim ao longo dos anos. Segundo sugeriu, são muitos detalhes que devem ser considerados ao longo do tempo e que foram determinantes para a cidade que temos hoje. Mas, especificamente acerca de Antônio Braighi, até colocou em lista os principais tópicos acerca da contribuição dele ao local em que residia, falando depois pontualmente sobre cada um:

“*A Silvana e eu até escrevemos um textinho pra não esquecer de dizer o mais importante [rimos todos], escuta só: Antônio Braighi foi uma pessoa importantíssima na história de Betim; testemunhando sua fé, ele viveu uma caridade ímpar. Tinha um cuidado especial com os moradores de rua. Sua atenção foi tanta, que o albergue de Betim, que atende até hoje, carrega o nome do pai dele: Vitor Braighi. Seu trabalho na distribuição de um sopão¹⁴¹ também ficou marcado na vida de muita gente. Na sua oficina, mantinha um relacionamento amigável com todos. Era tão querido, que se tornou vereador pela nossa cidade. Lembro muito dele; meu cliente na loja¹⁴². Chegava, comprava (às vezes roupas e uniformes escolares que acho que nem eram pra família dele, mas para doações diversas) e pedia contribuições para seus projetos de ajuda ao próximo. Assim, quando prefeito, foi com amor e carinho que me dediquei à reforma do Albergue Vitor Braighi*”.

Sobre as principais recordações que têm de Antônio Braighi, Silvana diz, ternamente, que “*a vida dele é uma história bonita, gravada no coração de muita gente em Betim*”; afirmação com a qual Carlaile concorda. Aliás, o ex-prefeito emenda o

¹⁴¹ Ação, em verdade, da qual ele participava junto aos centros espíritas de Betim. Dada a sua capacidade persuasiva e a boa relação que mantinha no comércio de Betim, percorria os estabelecimentos captando recursos para as sopas fraternas realizadas na cidade por essas instituições.

¹⁴² Vale dizer que Carlaile Pedrosa, além de político, desde 1969 é comerciante em Betim – dono da principal loja de artigos esportivos do município.

caráter (pro)ativo e independente do amigo na luta pelo social: “*Eu lembro que ele carregava tudo no carro dele, sozinho... e ia de lá pra cá... levando comida para quem precisava...*”.

Maria do Carmo, a seu tempo, também ratifica a principal memória que tem de meu avô: “*A lembrança que eu tenho dele é a de um homem muito sério quando o assunto era disciplina. Ele era disciplinado! A atuação social dele com as crianças foi forte. É a principal imagem que me vem à cabeça quando lembro dele. E, o mais importante: ele fazia isso numa época em que não havia suporte legal nenhum, não havia políticas públicas, leis, nada... e ele já se preocupava com a criança e o adolescente*”.

Estas duas entrevistas, em que foi dito muito mais do que aqui relato, foram realizadas em uma semana. Foi um período de reflexões pessoais, de inferências, da tentativa de compreender o que realmente a palavra política significa. Encontrar pessoas que, aparentemente, têm visões distintas (senão ideologias) acerca da dinâmica da administração pública, falando positivamente (e quase igualmente) da atuação social de um mesmo sujeito, me fez crer que ainda há um caminho, de unidade, de pensamento comum. Se há consentimento quando o assunto é caridade sem medida e sem interesses ocultos, quando o tema é a doação de si para os outros, pode haver concordância (lembrando sempre da origem etimológica dessa última palavra: com corações) sobre o que deve ser feito.

A anuência mútua não está em Antônio Braighi, mas no que ele fez e no que todos nós podemos fazer. Assim, utopia à parte, haveria uma forma de canalizarmos energias em prol do bem comum, em detrimento das bandeiras partidárias que carregamos, da cor de nossas camisas, das palavras de ordem que gritamos, dos constructos imagéticos, dos signos. Haveria uma possibilidade de trabalharmos (nós/todos) juntos em benefício mútuo, apoiando a quem mais precisa para sermos também auxiliados, independentemente de quem somos e de quem ajudamos. Renovar-se-ia a esperança na quebra dos discursos

de ódio, no fim do separatismo, no rompimento das chancelas neologísticas que apartam hoje, de forma estereotipada, o país entre “coxinhas” e “mortadelas”. É lúdico, mas não tem a menor graça. Para tanto, não seria necessário que uma nova política fosse criada, mas tão somente que o verdadeiro conceito, convertido em prática, emergisse. Como sempre nos lembrava o biografado: basta apenas que cada um faça a sua parte.

Alberque Vitor Braighi

Muita gente quer saber / o que é um albergue. /
Eu diria que é / um coração de mãe, / onde não
existe o branco / o negro, o bonito ou o feio...
(GRAÇA, 2003, p.35)

Há em Betim um albergue peculiar. Não é uma pousada ou estalagem em que você, aleatoriamente, possa se hospedar. É uma iniciativa social. Mas não é um asilo, tampouco uma creche, ainda que a certa altura já tenha sido ambos simultaneamente. Mas o que era um albergue? Na origem etimológica, advém o termo do baixo latim *heribergium*, do antigo alemão *haribërga*, “alojamento de tropas”, na soma de hari, “exército”, mais berg, “abrigó”. E o que é hoje? Da gourmetização ao ritmo da monetização virou *hostel*: o seu hotel mais barato e descolado no curso de uma viagem. Nesse entre-dois, o que seria aquele que se encontra à Rua do Rosário na cidade em que Antônio Braighi fez morada?

É uma estação. Diria melhor uma amiga: é a “estação esperança” (GRAÇA, 2003). Ali passam histórias, recriam-se estórias, repetem-se as notas. Lugar de (des)encontros e (des)pedidas. Aliás, um pedido só do qual se valha quem chega: o abrigo, na acepção mais ampla que o termo possa ter. Não é só teto; é acolhimento. É ponto de luz no trecho de um caminho que tantos fazem dentro de si mesmos. Não importa para aonde vão, o que move (e não é pleonasmo) é o caminhar. Estrutura

montada para andarilhos, da qual, nada contraditoriamente, se valeram também mendigos ou moradores de rua (expressão esta última que guarda a contradição e, não sem motivos, hoje é pouco usual).

Foi mais ou menos com esse intuito que a gentil e simpática Dona Maria da Penha Ássimos Braga¹⁴³, então presidente da Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Velhice de Betim – APROMIV¹⁴⁴, infundida pelo trabalho que Antônio Braighi fazia na própria residência e influenciada pela gestão e prática dos lares vincentinos, articulou a criação de uma instituição que pudesse atender, principalmente, os trecheiros que passavam por Betim.

Uma das características da cidade é que ela é considerada entreposto. Sua localização geográfica, estrategicamente posicionada na interseção de algumas rodovias que dão acesso a Belo Horizonte, faz de Betim ponto de encontro e lócus logístico. Sua proximidade com a capital mineira ainda permitiu a instalação de empresas e indústrias de toda ordem. Conforme vimos na seção anterior, no município estão, por exemplo, alojadas a Refinaria Gabriel Passos (Petrobras) – desde 1968 – e a Fiat Automóveis – que começou atividades em 1976.

Infere-se, assim, que Betim, principalmente a partir da década de 1970, recebeu alto fluxo migratório, pelas mais variadas razões. Muitas pessoas, no entanto, acabavam por ficar na cidade – também por motivos diversos. Algumas delas, com o sonho frustrado do emprego, restavam sem dinheiro no município e sem condições de retonar. Não só por isso, naqueles idos o número de pessoas em situação de rua se ampliava, o que demandava uma ação do governo.

¹⁴³ Esposa de Tarcísio Braga, então prefeito de Betim. A função como presidente da APROMIV faz parte do estatuto da instituição, acolhendo no cargo a primeira dama, não prevendo remuneração para a mesma.

¹⁴⁴ Instituição fundada em 1971, ainda em funcionamento, que “tem como missão amparar em caráter provisório a mãe, a criança e o idoso, promovendo ações integradas com a família, o estado e setores da sociedade para sua inserção social ou proteção permanente”.

Em visita à casa do ex-prefeito Tarcísio Braga, disse-me ele: “*A Penha tinha essa ideia de criar aqui um albergue; exatamente por que a gente via esse trabalho do Braighi de pegar as pessoas abandonadas e cuidar*”. E, quem diria, a *casa nostra* finalmente teria uma filial. Isto é, desta vez institucional. O modelo de atuação a então presidente da APROMIV traria da Sociedade São Vicente de Paulo, como citado anteriormente, mais especificamente de uma espécie de casa de passagem que existia à época em Belo Horizonte.

O local, na concepção dela, serviria de baluarte do acolhimento em Betim, com serviços específicos: “*A intenção era dar dignidade às pessoas. Ofereceríamos roupa, banho, alimentação e abrigo por até três noites. Nesse meio tempo, encontrariamos formas de levar a pessoa de volta para a sua cidade, ou abrigá-la em local adequado em Betim*”.

Acontece que, àquela altura, Betim tinha pouquíssimas iniciativas voltadas às políticas públicas de serviço social (quais sejam). Logo, o número de propriedades com esses fins era ínfimo. Como se viu anteriormente, aliás, a luta de meu avô sempre foi pela criação de uma casa que pudesse abrigar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade – ele conseguia perceber essa necessidade latente. Enquanto o resultado não vinha da esfera político-partidária, ele trabalhava com as forças e condições que tinha. Mas esse era um sonho que se via pouco a pouco convertido em realidade com base nas promessas que atores do poder público fizeram a ele.

Houve a criação do albergue, com fins claros, *vide* o que fora supramencionado. Nada obstante, dada a ausência de constituição de outros centros de assistência, o local se tornou a residência de todos os públicos com imperativos de acolhimento¹⁴⁵. Serviu, durante muitos anos, como passagem para crianças, idosos, mulheres grávidas e/ou agredidas pelos companheiros, entre muitos outros, com idiossincrasias diversas.

¹⁴⁵ Não sem motivos, ainda hoje, muitas pessoas se referem ao albergue como asilo.

Involuntariamente, o local se tornaria precisamente o que Antônio Braighi fazia em sua residência (alargando, evidentemente, as possibilidades de acolhida e prestação de serviços) no atendimento a qualquer pessoa que lhe batesse à porta. Escancarava-se, assim, uma fissura da sociedade que precisava ser estancada, que vinha à tona com o albergue. A casa deveria ser, em verdade, apenas a primeira iniciativa do gênero, mas foi, durante muito tempo, uma das únicas a funcionar na cidade.

Mas, um passo atrás! O ano era 1985. A Dona Penha Ássimos, já imbuída do intento de constituição do albergue, procurou o então vereador Antônio Braighi e lhe contou do projeto a fim de obter o seu auxílio para a empreitada de constituição do local. Pelo que se conta, pelos registros e pelo próprio depoimento dessa senhora, proatividade não faltou a ela e o seu lugar estratégico, com a liberdade que tinha, talvez tenha sido o que fez com que a ideia saísse do papel.

Mas onde se instalaria tal iniciativa? No bairro Nossa Senhora das Graças havia um colégio abandonado. Por mais de 20 anos funcionou no terreno a Escola Estadual Sarah Kubitschek. Mais uma vez a família de JK cruzaria o caminho de meu avô.

O prédio da escola era de propriedade¹⁴⁶ da Fundação das Pioneiras Sociais. A Dona Sarah, como se viu em seção anterior deste livro, sempre foi uma mulher com veia filantrópica. Quando Juscelino, seu marido, tornou-se governador, deu início a uma mobilização das mulheres de classe alta do Estado, arrecadando doações para crianças, mães e grávidas. A iniciativa começou a se espalhar por Minas Gerais e, quando JK se tornou presidente, houve consequentemente a formalização

¹⁴⁶ Atualmente o espaço é propriedade do governo federal, com cessão de uso gratuito, específico – fins sociais, com validade até 2035, para o município de Betim, conforme Portaria publicada em 9 de fevereiro de 2015 pelas Superintendências do Patrimônio em Minas Gerais e Secretaria do Patrimônio da União.

da ação em 1956. A partir dali, a Fundação começou a atuar em diversas áreas, entre elas a educação, em várias unidades federativas brasileiras. A mencionada escola, então, era fruto de tais investidas.

Em Betim havia uma entusiasta das Pioneiras Sociais, a Dona Gilda – mulher conhecida pela atuação social na cidade. Teria sido ela que haveria intermediado o contato com a APROMIV, de modo que ali pudesse funcionar o albergue que viria a ser constituído. Assim, já havia o lugar e o modelo; só faltava investimento para a empreitada.

Nos recortes de jornais, bem cuidados pelo Sr. Tarcísio Braga, encontramos reportagem do jornal *O Tempo* de novembro de 1985. A notícia dava conta, precisamente, da consecução de recursos pela prefeitura de Betim para as obras do albergue. Na foto que estampa a reportagem, Ademir Lucas – que anos mais tarde seria eleito prefeito de Contagem – MG, aparecia como secretário de Trabalho e Ação Social. Era dessa pasta do Estado que viriam 15 milhões de cruzeiros para a APROMIV implementar as obras de adequação na antiga escola.

Do recebimento do cheque do Estado à inauguração, passaram-se seis meses. No dia 03 de maio de 1986, começaria a funcionar oficialmente a mais recente, e talvez uma das mais importantes, iniciativas sociais de Betim. Mas que título teria tal centro de acolhimento na cidade? Disseram-me Tarcísio e Penha que o desejo dos dois era que o local tivesse como designação a mesma alcunha de meu avô: Albergue Antônio Braighi. Teria sido bom! Todavia, à época já existia a lei que proibia o registro de propriedades públicas com o nome de pessoas vivas.

“Em todo caso, o seu avô estava muito reticente. Não queria que o local tivesse o nome dele mesmo. Mas a gente queria homenageá-lo. Afinal, o local era inspirado por ele, pelo que ele fazia. Daí a gente sugeriu então dar o nome do pai dele e ele acabou

aceitando e ficando feliz¹⁴⁷”, disse-me Tarcísio Braga. Assim nascia o batizado Albergue Vítor Braighi.

Para mim, fazia todo o sentido. O centro, que tinha como propósito principal atuar como acolhimento de trecheiros, levava a alcunha de um categórico migrante, de um sujeito que atravessou o Atlântico em busca de vida nova, que rodou pelas terras de Minas arando e angariando o pão no suor, de quem foi para a capital do estado em busca de trabalho, lutou e se assentou. Quantos como ele, contudo, não alcançaram a vitória? E quais deles não precisaram de um posto que lhe ofertasse condições para recuperar as energias? Pão, água, banho, informações, acolhida...

Apesar da verba que advinha do Estado – e não se deve confundi-la absolutamente com 15 milhões de reais –, o investimento fora o suficiente apenas para as adequações do prédio. Lembra Dona Penha Ássimos que “*no começo era tudo muito simples. Não havia dinheiro suficiente. Vivíamos muito de doações para as atividades da APROMIV. A gente tinha que ir no Ceasa pedir alimentos que sobravam para o albergue e outras ações que tínhamos em Betim. Eu mesma subia na carroceria do caminhão e ia até lá*”, conta com sorrisos saudosos.

Processualmente, no entanto, a iniciativa fora se consolidando (e, como se viu anteriormente, alargando cada vez mais o seu escopo de atuação). O município de Betim aumentava aos poucos a sua arrecadação e, com isso, a destinação de verba para o albergue também crescia.

Em nota do jornal Estado de Minas, de 1º de julho de 1987 (também obtido no *clipping* mantido pela família Braga), diz-se que o Albergue Vítor Braighi, então com pouco mais de um ano, tinha 11 funcionários e “já atendeu mais de 600 pessoas e, atualmente,

¹⁴⁷ Numa conversa sobre o tema com a minha tia Cida, porém, disse-me ela que meu avô não gostou de tal homenagem. Segunda ela, ele dizia que não queria tal exposição, que isso poderia ser visto como vaidade familiar e que o mais importante era o funcionamento do local, independente da alcunha que tivesse.

abriga 4 crianças e 3 adultos¹⁴⁸ [...] os que passam pelo albergue recebem total assistência médica, alimentação, medicamentos necessários, internamento e até mesmo sepultamento”.

Melhorias pontuais foram sendo articuladas no local, mas a (falta de) atenção às políticas públicas pelos representantes do povo não conseguia acompanhar as demandas sociais. Assim, nada contraditoriadamente, quando parecia já consolidado, o albergue quase encerrou as atividades. Coincidentemente e infortunadamente, próximo desse período, Antônio Braighi viria a falecer – e não estamos fazendo qualquer conjectura da relação entre os fatos, mas, de certo, o conjunto de acontecimentos relacionados poderia ter trazido qualquer decepção ao meu avô naqueles idos. O que iria acontecer em diante? O que teria acontecido?

Inauguração do Albergue – ao centro:
Dona Penha, Tarcísio e Antônio Braighi



Fonte: Arquivos do Diário da Tarde

¹⁴⁸ Número que, segundo Graça, hoje é muito menor do que a quantidade de atendimentos anuais realizados pelo albergue.



Eram os primeiros dias de fevereiro de 2017. Eu caminhei pela Rua do Rosário até ao número 2.345, em busca do Albergue Vítor Braighi. E ele ainda existia! Do outro lado da rua, parei alguns segundos de frente a casa e fiquei a pensar em quantas vezes meu avô teria ido lá, as contribuições que dera para aquele lugar ser fundado¹⁴⁹, quantas pessoas não encaminhara¹⁵⁰ e ajudara ali. Chamei no interfone e me anunciei como visitante comum que era, no intuito de (re)conhecer aquele lugar, ainda de pé, há 30 anos, com o mesmo nome; com o sobrenome que eu portava.

Abri passagem devagar e duas coisas me chamaram muito a atenção. A primeira era o verde, salpicado do vermelho e amarelo de flores, que vigoravam à entrada. Até o ar ali parecia mais puro. A cor contrastava, e muito, com o cinza do asfalto e dos prédios que tomaram a região. A segunda, a medida que o portão deslizava, era a imagem do Cristo que se evidenciava, em cerâmica, postada no meio de um totем feito de madeira, bem no centro do jardim. Era como o anúncio do que reinava ali: a paz e a caridade. Eram boas vindas certeiras, amalgamadas em forma material que dizia muito sobre o local.

¹⁴⁹ Se hoje aqui estivesse, Antônio Braighi não deixaria de prestar homenagem e reconhecer os feitos de Dona Penha Assimos – e neste livro, mais uma vez, ratificamos o valor dela, na parceria bem feita com o prefeito Tarcísio Braga. Indago que a ajuda de meu avô tenha corrido então, em verdade, menos como vereador que na época era, e mais como o cidadão que sempre foi; no trabalho voluntário, servil, a visitar a casa e verificar as demandas corriqueiras que se faziam necessárias, a sempre se colocar à disposição, a dar um dedo de prosa com os usuários, a alegrar a todos com suas piadas e histórias, entre outras habilidades que ele conduzia com maestria em prol do bem comum.

¹⁵⁰ Fiquei a imaginar na abrigada que ofertou àqueles que batiam à porta, levando-os ao albergue no próprio carro. O trabalho (in)direto que sempre empreendeu como comissário, passando a dar um teto temporário para os menores que recolhia (apesar de não gostar de tal verbo) nas ruas.

Subi a rampa devagar, vendo à destra outra sacra imagem: Maria estava mais próxima da entrada, a lembrar da misericórdia, da dor compartilhada nos corações daqueles que ali estavam para servir. Cumprimentei à esquerda um trio de homens tímidos, recolhidos à sombra, conversando sobre assunto qualquer.

No alto da escada derradeira ao acesso à casa, uma jovem senhora me aguardava. Era a simpática Maria das Graças Fonte Cavalcante, a Graça, à época coordenadora do local. Entramos e aos poucos ela me apresentava os ambientes do albergue. A sala de TV (espaço multiuso), os quartos, as outras áreas comuns, o escritório, o refeitório e, finalmente, a salinha do café, onde sentamos para conversar. Apresentei-me formalmente e contei dos meus propósitos com este livro. Sempre muito atenciosa, começara a me contar histórias do local em que atuava como gestora há muitos anos (com uma pequena interrupção da sua administração em determinado período).

De início, não pude deixar de salientar com ela a minha impressão com a entrada do albergue e a tranquilidade que senti ao acessar o terreno. Ela me contou então que nem sempre foi assim. A adequação da área era fruto de pelo menos duas obras feitas no governo do prefeito Carlaile Pedrosa, que iniciara em janeiro de 2001. A primeira, aliás, a mais sentida simbolicamente.

“Quando chegamos aqui, estava tudo quebrado¹⁵¹. A casa precisava de muita atenção. Havia muito lixo, muito entulho. Tudo muito mal cuidado. Não havia como receber ninguém no albergue. Não era digno. Fomos rapidamente fazendo um trabalho de limpeza e reorganização”, registra Graça.

No fundo de um dos armários, dois elementos muito representativos foram encontrados pela coordenadora. O

¹⁵¹ É por isso, talvez, que não encontramos registros gerais do albergue da década de 1990 no próprio local. Segundo Graça contou, aliás, essa ausência de informações sempre foi algo sentido também por ela.

primeiro deles, bem abaixo de todo o escombros, a placa de inauguração do albergue. Talvez para a gestão anterior, aquilo não fizesse sentido. Afinal, haviam mudado o nome e a finalidade do local. *"Mas, o Carlaile queria recuperar as histórias de Betim, queria resgatar a nossa identidade. Quando eu mostrei uma foto da placa pra ele, onde ela estava, como estava suja, ele mais do que depressa mandou que o local voltasse a ter o nome original e ordenou uma reforma, que ficou pronta já em fevereiro de 2001".*

Recordei a ela que, para o meu avô, se estivesse vivo à época, aquilo teria sido mote de muita alegria. Foi quando ela me contou o que eu nunca soube até então: meu tio Carlinhos ajudou muito a casa a partir daquele ano. *"Ele era um grande amigo. Visitava-nos com frequência e sempre auxiliava com doações e efetivamente nas reformas"*, recordando Graça que a família Braighi teve alguém a dar continuidade no apoio às demandas do albergue, como Antônio fazia.

Ela me mostrava então várias fotos do local, muitas das quais Carlinhos figurava – ora a participar das celebrações, outras tantas no auxílio ao trabalho na casa. No meio do bolo de imagens que resgatam a história do lugar nos últimos 16 anos, uma saltava aos meus olhos. Era o tal segundo elemento que me chamava a atenção entre o que fora encontrado por Graça durante a arrumação geral do albergue. Tratava-se de dois porretes ou cassetetes, como queiram.

"Eu não sei o que isso fazia aqui naquela época", disse-me a coordenadora, simpática. Para fazer carinho é que de certo não serviam, pensei. Por segurança ou controle? Era assim que se mantinha a ordem no Centro de Triagem? A contrastar com a figura de Jesus que anfitriava à entrada (bem verdade, lá postada por Graça em 2001), dois mecanismos de dor pareciam ser a garantia da falsa serenidade de outrora. Hoje, todavia, é a palavra que governa, o respeito, a humildade, a fé, como certamente fora assim em sua origem.

O retorno à prática de atendimento abrangente, todavia, foi inevitável, tornando-se uma tônica no lugar. Ainda que

o Brasil tenha avançado muito nos anos 2000 em relação às políticas públicas, o processo de tomada de consciências é lento e falta ainda investimento na área social. Nesse contexto, o Albergue Vítor Braighi, segundo Graça, sempre foi um bastião no acolhimento às mais variadas necessidades sociais em Betim.

Com muito carinho, a paraibana de prosa boa com quem fiz afetuosa amizade disse-me mais: “*Antes mesmo desse país pensar em dar atenção aos mais necessitados, seu avô já fazia por eles. Antes da constituição cidadã tentar regular e garantir direitos, o seu avô já pensava na importância de iniciativas como o albergue, que sempre foi mais do que um local de acolhida para os trecheiros, mas, em função da falta de outros equipamentos públicos, atendia a quem e ao que precisasse. É graças ao Albergue Vítor Braighi que muita gente, não só andarilhos, não dormiu na rua, reencontrou a família, teve o que comer...*”.

Na minha despedida, já quase indo embora do lugar, Graça me surpreendeu com um presente: um livro. Pequeno, em tamanho A6, e leve em sua abordagem, registrava-se ali poesia da mais legítima. A dureza da vida da gente, de pessoas das mais diversas origens, se imortalizava na publicação com palavras doces. A autora era a própria coordenadora do albergue – cordelista de mão cheia. As narrativas, fatos reais traduzidos no habilidoso relato literário, eram dos usuários daquela casa¹⁵².

Alvitrei-me a dizer, depois de todo o conjunto de belas histórias que me contara – e também inspirado pela sua obra, então que: pelo Vítor Braighi passaram desmemoriados, cansados ou em desalento. Entraram andarilhos, de passo apressado e outros lento. Meninos, mulheres e homens que da família sentiam saudades. Gente que já viu de tudo nessa vida e pudera ter passado até por atrocidades. Do Brasil afora, de todas as cidades. Paulistas, nordestinos, mineiros do interior. Quem

¹⁵² E, que se registre, sempre fez questão de ensinar a técnica do cordel para os usuários do albergue. “Cultura”, segundo ela, “também saciava o espírito” daqueles que passavam por ali.

não tinha dinheiro, se sentia humilhado, inferior. Os que só queriam um banho, um prato de comida, um descanso. Um chegava bravo, irritado, outro manso. O drogado, o alcoolista, a prostituta. Lá não tinha distinção e a melhor rima sempre foi a fé e a luta.

Ela então abriu a página 35 de sua obra, lembrando que cada personagem é uma história, uma vida que passou pelo albergue e a marcou. Narrativas por vezes tão duras que nem a poesia seria capaz de suavizar. Desse modo, era melhor tão somente citar:

[...] as crianças, os velhinhos. / Os pais, também os tios, / andarilhos ou mendigos. / Morador de rua, sem abrigo. / Um dia na sua vida / você pode precisar. / Já passou até doutor / psicólogo a se formar... / o pobre analfabeto, / o rico que a família / não quer chamar. / Foi roubado e sem documentos / a PM a abordar / com vergonha e sem jeito / não quer os parentes incomodar. / vem também o estrangeiro / que pensou em faturar... / quer pedir ajuda / para a embaixada chegar. / Incompatibilidade de gênio / deixa a família para andar / quando se vê bem distante / não tem coragem de voltar. / As doenças e as mazelas / que são tantas a se espalhar. / Mas quando se fala de algumas / muita gente fica sem lugar. / As mulheres abandonadas / com os filhos pra cuidar / procurando a família / para os aceitar. / Os que fazem / opção sexual diferente / e procuram se afirmar. / Os que vagam sem rumo / sem destino de ficar / passar pelo albergue / para tomar um banho / e se alimentar. / **Passamos todos nós, / seres humanos [...]** (GRAÇA, 2003, p.35-37, grifo meu).

Conversar com Graça e ver como ela tão bem conduziu o albergue durante todos os anos em que esteve à frente da casa (ainda que recebendo, evidentemente, o suporte da

APROMIV) era um refrigerio à alma. Era perceber que havia gente compromissada com a lógica e os valores de base do serviço público. Reconhecia-se a ação pautada nos paradigmas verdadeiramente cristãos. Foi, de fato, ter a certeza de que ela e sua equipe bem conduziram o sonho de outro personagem, que sequer conheciam pessoalmente, mas cuja trajetória conheciam. Aliás, se fazia efetivamente realidade o sonho, no prelúdio de Raul Seixas, pois era sonho que se sonhava junto.

Bairros Periféricos

Às vezes fico a me perguntar se melhor localização não haveria para a *casa nostra*. A residência de meu avô, literalmente, estava posicionada no coração de Betim. Era um oásis em meio ao progresso que chegava, era uma caixa verde em meio ao cinza que cercava o Centro, um respiro que se dava não apenas pela natureza que se conservava. Ali, ele trabalhava. Operava não apenas nos carros, mas no serviço social, como anfitrião daqueles que vinham até ele em busca da palavra amiga.

Mas seu ofício se via também nos bairros contíguos à região central. Aliás, quanto mais distante, mais questão ele fazia de se deslocar. Sim. Não era qualquer mestre que não abdicava da sua cadeira, como assento elevado de realeza. Tinha nela, de fato, não apenas repouso, mas parecia retirar dela ainda mais força. Inspirado, com as energias às tampas, ia aonde o irmão estava. Seu trono, em verdade, era o banco velho da Brasília a rodar. Por vezes não víamos o carro dele estacionado ao pé de manga. Já sabíamos: provavelmente estava ajudando alguém.

Quando falamos de sua atuação como vereador, sinalizaram-se os bairros aos quais ele servia. Mas não foi a esses lugares apenas como edil, mas como cidadão consciente que era. Entre todos eles, talvez o Bandeirinhas tenha sido o que melhor exemplifica o que e como prestava serviço a quem dele precisava. Assim, nas páginas a seguir, evidencia-se um pouco

do resgate recente que fiz, em busca de suas histórias¹⁵³ por lá. Em outra região, a do Citrolândia, também fiz questão de ir e aqui registrar minha busca – mais pelo fundamental registro acerca do local, do que, de fato, por grandes resultados que minha investida trouxera. Senão, vejamos.

Bandeirinhas

Era quase manhã raiada, de névoa baixa na capital mineira, e eu já estava de pé; com sintoma de sol que racha, mineiro esperto não agasalha. E tomo o rumo da Fernão Dias com destino a Betim, mais especificamente para um dos primeiros núcleos de povoação da cidade: o bairro Bandeirinhas. Eu me deslocara para um dos lugares em que Antônio Braighi mais atuou, refazendo parte do caminho que ele empreendia com a Volks açafroada.

Já no trecho, começo a rememorar como era aquela região. Fazia tempo que não pegava tal caminho, mas ele sempre me pareceu por demais longo (mesmo quando eu morava na região central daquela cidade) – a ponto de insistir que, em verdade, o Bandeirinhas poderia ser classificado mesmo como distrito. Não falo da contagem em quilômetros, mas da sensação, dado o tempo despendido em estrada ruim e, já por aquelas bandas, das vias de terra.

Tal não fora a surpresa quando me deparei com as vias largas que dão acesso não apenas aos carros, mas aos diversos caminhões que atendem às várias empresas que se instalaram no local. Era, agora, verdadeiro distrito industrial. O atual entra em choque com a memória e penso em quantas vezes

¹⁵³ Infelizmente, a presente obra talvez tenha demorado muito tempo para sair do plano das ideias. Nesse ínterim, muitas possíveis personagens (que poderiam dar depoimento sobre o que viram e vivenciaram) não se encontram mais. Ademais, ratificando: muito pouco do que Antônio Braighi fez foi registrado, pois ele não divulgava, pouco comentava. Nesse contexto, o Bandeirinhas é apenas uma amostra (apesar de ser a melhor) do que meu avô fazia nos bairros do entorno de Betim.

meu avô não fizera a travessia da Avenida Fausto Ribeiro da Silva. Já dentro do bairro, tomo à esquerda na antiga Avenida Cinco e reparo nas melhorias estruturais que ali surgiram em detrimento do que se via anos atrás. Mais uma vez, só consigo pensar no deslocamento voluntarioso, fizesse chuva ou sol, em meio ao barreiro ou à poeira, implementado por quem levava o pão e a palavra.

Sim, meu avô, antes de colocar o pé na estrada, passava na padaria que se encontra ainda à Avenida Amazonas, no Centro da cidade. Na La Torre, em razão de uma parceria que fizera com os proprietários do local, apanhava o alimento que chegaria à mesa de tantos lá no Bandeirinhas.

Quando tive a oportunidade de encontrá-la, lembrou-me a dona do estabelecimento, chamada Rosa, que: “*O que o seu avô fazia, naquela época, não era comum. Hoje a mentalidade das pessoas mudou, mas, lá atrás, ele era um dos poucos que atuavam assim. Hoje, nós doamos para três instituições, no passado era só o só Braighi que recebia e levava para várias famílias*”.

Volto minha atenção ao caminho; procuro por uma personagem icônica da região: a Dona Maria dos dez. Ela, que tivera uma dezena de filhos, fora uma das pessoas mais auxiliadas por Antônio Braighi e, por conseguinte, uma parceira no intermédio da ajuda que acabava vindo também para diversas outras famílias. Bato no primeiro portão e já me indicam o caminho para a casa daquela senhora. É defronte à famosa horta do bairro que está localizada a pequena, mas acolhedora, moradia dessa senhora.

Tomo rumo, cortando as ruas já bem asfaltadas do local. O odor característico da plantação banhada pela irrigação mecânica começa a aumentar e logo me defronto com ampla área verde; cheguei. Viro a esquina e, do lado de fora de seu casebre, tocando os cães pra dentro do quintal, avisto uma senhora baixinha e forte. Pergunto-a:

“*É aqui que mora a Dona Maria dos dez?*”

Ela, meio desconfiada, franzindo a testa, responde: “*Sou eu mesmo... mas, é sobre o que?*”

Havia finalmente achado quem poderia tanto me contar sobre meu avô! Tentei conter o contentamento e, um tanto irônico, indaguei para ver a reação: “*A senhora conheceu o seu Antônio Braighi?*”

Ela, ainda no melindre, respondeu que sim, mas esticou as vistas para tentar me perfilar. Deu um passo e meio à frente, deslizando a cabeça lentamente pra frente visando, quem sabe, reconhecer-me. Ao fazer qualquer sinapse, da qual ainda não me dou conta, as sobrancelhas antes fechadas deram lugar ao sorriso largo e ao grito: “*Ôh meu Deus! É o neto do seu Antônio!*”

Os músculos faciais se contorcem como se quisera chorar. Nenhuma lágrima, porém, saiu de seus olhos, mas a fronte alargara-se como a recordar-se de momentos ímpares e ditosos ao lado de meu avô. Era, visivelmente, um misto de sensações que em segundos a tomava. Largou-me reticências apenas, que dizem nada em enunciado, mas muito em enunciações: “*Ah, só Braighi... só Braighi!*”.

Nos idos da década de 1990, Maria da Paixão Silva, com nove filhos e mais um no ventre, fora despejada da casinha em que vivia. Era esse *flashback* que lhe assaltava naquela hora – dado, sobretudo, o apoio que meu avô tivera prestado a ela naquela lastimável situação. Conta-me aquela senhora que o casebre encontrava-se numa fazenda da região. O proprietário das terras era um então conhecido de Antônio Braighi.

Dona Maria e o marido eram caseiros numa estância. A vida do casal ia bem, simples, de trabalho diário e contando com o suficiente, até que o cônjuge resolveu se envolver com uma jovem. A nova paixão tomou-lhe a cabeça e o homem esquecera da missão que tinha como marido e pai.

Todavia, a amante era uma adolescente de 16 anos. Isso posto, reconhecido como comissário de menores, Antônio Braighi fora chamado para tentar intervir. Aliás, sabida era

também sua habilidade como interventor em relacionamentos em crise. Com a palavra certa, por vezes conseguira reatar laços matrimoniais desfeitos ou ajustar aqueles que qualquer aresta maior evidenciavam.

Pôs-se meu avô a dialogar com todas as partes, incluindo aquelas que porventura poderiam ajudar – a família da jovem, por exemplo. No entanto, àquela altura, já era tarde. A menina estava grávida. Ademais, o marido de Dona Maria estava totalmente fascinado pela aventura extraconjugal e certo de que queria viver aquele ardor.

“Cinco de janeiro de mil novecentos e noventa e cinco...”, canta Dona Maria vagarosamente, e ainda com contrição, a data que o consorte foi embora de casa, da cidade, em verdade, deixando-a com os rebentos que somavam quase dez.

Fico a imaginar a decepção de meu avô. Tomara para si a desventura. Responsabilizara-se, talvez, por não ter conseguido interceder, por não ter, a tempo, desligado a tomada mental que implicava no arrebatamento do agora ex-marido de Dona Maria. Suas palavras falharam, teria pensado. Mas não havia tempo para lamentações. Se o problema existia, cabia orar e agir. Talvez tenha, a partir dali, auxiliado aquela mulher em sua luta. Assumira, a partir daquele momento, o compromisso de padrinho de toda a penca de crianças.

“Eu passei por algumas necessidades, sabe? A renda vinha do trabalho do meu marido, como caseiro e vaqueiro na fazenda de um moço que, vim a saber depois, era amigo do só Braighi. Mas, se tava ruim, ficou pior. O dono da fazenda chegou pra mim e disse que precisava colocar outra pessoa lá e que era pra eu sair da casa”, conta Dona Maria.

Mas ela não tinha para aonde ir, sequer como se deslocar. Com tantos filhos pequenos para cuidar, como é que conseguiria trabalhar? Ela pediu ao proprietário então um tempo até achar algo, alguma solução. *“Passado o prazo que ele me deu, pedi ao só Braighi pra interceder por mim. E foi assim que*

consegui ficar mais alguns meses lá”, acentua a senhora, já com os olhos marejados.

Àquela altura, a cada três dias meu avô já levava pão àquela família e, uma vez por mês, uma cesta básica. Aliás, o mesmo já fazia em outras casas na região. Meu primo Gabriel, outra testemunha ocular da ação do nosso avô, presença constante no banco do carona naquelas excursões, se recorda que “*com o carro cheio de alimentos, parava em várias casinhas e fazia a distribuição. Muitas dessas casas eram compostas por pais alcoólatras, mães solteiras e muitos filhos. Além da ajuda material, também havia a atenção, a conversa e o aconselhamento*”.

Uma outra Dona Maria, a das Graças, viúva do saudoso comerciante Gê, também se lembra da atuação de Antônio Braighi no Bandeirinhos. Criada no bairro, ainda jovem presenciou ele “[...] ajudando muita gente lá, sempre! Várias famílias, bem verdade. E ele tinha uma coisa interessante... se ele estivesse na minha casa, por exemplo, e alguém batesse no portão pedindo a minha ajuda para algo, ele intervinha, perguntava, tentava ajudar, tomava a frente. E assim ele fazia também no Bandeirinhos. Como era muito amigo do Senhor Ninico e da Dona Isolina¹⁵⁴, ia sempre lá e via a necessidade do povo que morava na região. Assim ele passou a auxiliar muitas famílias”.

Uma delas, talvez a que rendesse mais tempo, era a de Dona Maria dos Dez. Um dia, porém, ao chegar para visitá-la, encontrá-la-ia já a ser despejada da fazenda. Contra a ordem judicial, outrora já adiada, já não mais cabia recorrer. Por

¹⁵⁴ João Braichi, sobrinho de Antônio Braighi, conta sobre estas personagens que: “O tio era mesmo muito amigo do Sr. Antônio Dias Lage, mais conhecido como Ninico. Não tenho certeza, mas acho que a relação começou porque ele trazia carros para o seu avô concertar. Daí pra frente até meu pai aproximou do Sr. Ninico e sempre ia no Bandeirinhos também. Lá eles acabaram conhecendo a Dona Isolina, uma pessoa muito simples e querida por demais, por todos, na região. Ela também atuava na ajuda ao pessoal do bairro”. Ronaldo Braz, filho do ex-prefeito Alcides Braz, conta que era mesmo comum vê-los juntos e a ajudar às pessoas carentes do bairro: “Foi feita uma espécie de engrenagem entre eles. Meu pai era primo do Valim [pai de João Braichi], que por sua vez era cunhado do Braighi. Todos eram muito amigos e sempre estavam no Bandeirinhos”.

sorte, talvez certo capricho do destino ou iluminação divina, conseguiria um cômodo, construído num terreno apertado na Alameda das Roseiras.

“É aqui que eu moro até hoje, só! O pessoal da igreja conseguiu isso aqui pra mim, mas antes era só um quartinho, onde dormia eu e os menino tudo”, conta, enxugando as lágrimas que finalmente caiam, Dona Maria. Lavava com choro as lembranças. A dureza de uma vida de quem não tinha saneamento básico, aliás, qualquer estrutura de banheiro: *“Os meninos tomavam banho de caneco e as necessidades... nem te conto!”*.

Não tem vergonha, mas muito orgulho, quem passou com tanta firmeza por uma série de outros percalços – daí pra piores. Ademais, o que doía veramente era fome e não qualquer altivez banal. Felizmente, aquela família tinha com quem contar. Nesse contexto, relata Dona Maria um episódio singular: *“A gente um dia tava em casa sem nada pra comer. De manhã a gente acordou e os meninos de barriga vazia começaram a reclamar. Um dos meus meninos mais novos, lembro direitin..., adorava ficar debaixo da mesa brincando. Nesse dia ele foi pra lá e ficou: oh, só Blaick, cadê ocê? Traz pão só Blaick, traz pão... tô com fome! Vou te contar... não deu cinco minuto e escutei a buzina do carro do seu avô! Foi impressionante! Parecia até que ele sabia, ou tava escutando!”*

Ele chegava e abraçava a todos. Trazia, conforme já dito, pão e palavra. O acolhimento era perceptível na preocupação de quem tinha presença. Trazia o alimento para o corpo e para a alma. Sentava no pé da entrada do cômodo e, após contar todos os dez filhos de Maria, conversava com cada um deles. Procurava aconselhá-los e saber de suas respectivas demandas.

“Quando os mais velhos já estavam maiorzinhos eu comecei a trabalhar. Deixava os maiores cuidando dos irmãos. O só Braighi ia lá em casa sem eu tá lá e conversava com eles, levava comida... Ele chegava e contava os dez. Se algum não estivesse em casa ele saía pelo bairro procurando por eles para trazê-los de volta!”, conta Dona Maria agora já a sorrir.

Era fácil para ele encontrar os pequenos. Afinal, conhecia todo mundo por aquelas bandas, sobretudo as crianças, mas até os animais – e não é exagero, ainda que risível. Minha prima Lila, irmã de Gabriel, ratifica: “*Me lembro que, aos domingos, ele me levava para entregar pães, doados pela padaria La Torre, aos necessitados. Ao chegar no bairro Bandeirinhas, todos reconheciam a Brasília velha de meu avô. Ele buzinava e os meninos e meninas vinham, correndo, ao encontro dele. E, não por coincidência, os cachorros de rua também se aproximavam para receber a parte do lanche que era reservada a eles e também um pouco de atenção e amor*”.

Ele fazia, mesmo, por amor – sem medir esforços. Certa vez, lembra Dona Maria, caíra a mãe dos dez em doença. Aliás, a virose atacara toda a família. No entanto, dinheiro não havia para pagar a passagem dos filhos mais velhos para levá-los ao posto de saúde. Conduzira então quatro deles, os que podiam pular a catraca do ônibus. Mas era dia de Antônio Braighi levar pão ao Bandeirinhas e “*eis que eu vejo o seu avô entrando com aquela meninada na Uai Sete¹⁵⁵. Ele foi lá em casa e quando soube que a turma tava doente, sem se preocupar colocou todo mundo no carro dele e levou pro hospital. E ainda chegou lá e pediu pros médicos pra dar atenção especial pra gente*”, lembra a senhora às gargalhadas.

Dona Maria conta, porém, que essa não foi a única vez em que isso ocorreu. Em muitas oportunidades meu avô levara os filhos dela para atendimentos de saúde no Centro da cidade. Aliás, diga-se de passagem, até em médicos particulares. Medicamentos de toda ordem, quando necessário, também conseguia aos pequenos.

“*E foram várias vezes e não só pra mim. Ele fazia isso pra muita gente aqui. Às vezes as pessoas até vinham me perguntar como que fazia pra ele ajudar. A depender da situação da pessoa eu falava com o só Braighi. Às vezes eu nem contava, por que via que a pessoa não precisava e eu não ia sobrecarregar o seu avô com isso, por que eu sabia que ele ia acabar ajudando. Ele ajudava todo mundo, só!*”

¹⁵⁵ Unidade (de saúde) de Atendimento Integrado Sete de Setembro.

Existiam, em verdade, várias histórias análogas – ao menos na dor e nos obstáculos – à de Dona Maria dos dez naquela região. Ao menos em relação a ela, tive como saber que seguiu sua narrativa com muito trabalho e dedicação. Durante cinco anos (dado o falecimento de meu avô em 1999), teve arrimo em sua batalha diária e não esquece quem lhe apoiou, sendo até hoje grata pela ajuda que teve na jornada. Vê-la hoje bem, saudável, forte, com uma família bonita e que continua a crescer¹⁵⁶ é, talvez, a melhor notícia que Antônio Braighi poderia ter.

Antônio Braighi em atividade no bairro Bandeirinhas



Fonte: Acervo de Daisy Braighi

* * *

Tomamos novamente as ruas do Bandeirinhas para fazer outra visita, conhecer mais uma personagem, ampliar os horizontes da memória, alargar a história. Quase chegando, é

¹⁵⁶ Dona Maria nunca teve o lar vazio; cuida hoje de três netos e residem em sua casa ao todo doze pessoas.

numa viela que adentramos. Na pequena placa azul, meio croceada pelo tempo, no alto do muro o nome: Beco da Boa Esperança.

“É aqui que mora a Dona Maria, mãe da Néia?” perguntou Maria, a dos dez, para os vizinhos da amiga, já batendo no portão verde de tinta descascada em meio à ferrugem. A resposta positiva veio em meio ao som do chinelo que se deslocava pelo corredor estreito para atender ao chamado.

“Quem é?”

“É a Maria, Dona Maria”, fez-se leve paradoxo dado as homônimas a se encontrar.

“Opa! Vamo entrando! Mas, quem é esse aí?!”

Respondi com o nome de meu avô, abrindo mão do Augusto, reforçando, em verdade, que eu era o neto – alargando a brincadeira dos nomes iguais. Dilatou-se nessa hora a abertura do portão, convidativo à minha entrada – dada a credencial que de outro eu herdara.

Fomos entrando, então. Casa simples de parede sem reboco. Tijolo vivo, cor de pele, furado. Chão de cimento duro, irregular. Morada de gente humilde, de fala mansa, mas estimulada, sem atenção à norma culta padrão. Cultura da variante linguística que denota menos a ausência de formação acadêmica, mas mais a vontade de se expressar e o entusiasmo em falar com a visita, sem formalidades, sem embargos.

Sento em um sofá do lado de fora. Maria dá banho em Ana, a netinha de 6 anos, no tanque. A água corre fria na cabeça da menina enquanto as comadres conversam – e eu a guardá-las. Não aguardo, participo ativo como ouvinte. Uma teve dez e a outra deu à luz nove vezes. A apuração se inverte quando falam dos netos: enquanto a visita soma 12, a dona da casa já perdera as contas quando passou do décimo nono.

A pequena, no banho, como eu só observava. Ela tremia, de frio, enquanto eu arrepiava, ao ouvir tão belas declarações de gratidão. Isso porque logo começaram a falar de Antônio Braighi. O dialogismo rendia uma costura uniforme,

sem contradições nos depoimentos. As pessoas que meu avô ajudara conformavam uma colcha colorida de histórias, mas a linha que entrecruza os recortes é a mesma. Ele servia a todos que podia, sem olhar a quem, com igual energia. Uma delas diz, aliás: “*Eu sou só mais uma pessoa que ele ajudou, de tantas que a gente nem sabe mais onde estão! Esse bairro cresceu demais, né? Mas ele ajudou a matar a fome de muitos aqui... inclusive a minha... pois sempre trazia alguma coisa pra nossa mesa*”.

Era a anfitriã que dizia. Lembrava, no curso das recordações do velho Antônio, na oportunidade que até roupas para ela e aos filhos trazia. “*Ele uma vez reclamou que eu tava sempre com a mesma camisa suja. Mas eu falei que não tinha o que vestir. Não demorou até que ele me trouxesse uns vestidos pro dia a dia, umas roupas pros meninos. Fiquei feliz demais!*” A amiga Maria, minha condutora, anuía e lembrava que algumas vezes se valia também dos mesmos préstimos de meu avô .

Nesse momento, recordei-me da entrevista que fizera com Lia, uma das sobrinhas de Antônio Braighi. Ela me disse que, em diversas oportunidades, coseu (fez, na realidade) roupas para pessoas carentes, a pedido do tio. “*Ele vinha aqui, deixava os tecidos que ele mesmo tinha comprado no metro e perguntava quanto tempo eu precisava para fazer algumas peças. Acho que ele fazia a mesma coisa com a sua avó. A gente costurou muita roupa pra quem necessitava*”, recorda-se.

Lia nunca soube quem as vestia, tampouco isso era preciso. Ela recorda-se, contudo, de muito ter ido ao Bandeirinhas com o tio. “*Como minha casa ficava no caminho, às vezes ele passava aqui e me pegava. A gente ia conversando, ele me orientando, e quando eu menos esperava, já estávamos lá... e todo mundo já ficava em volta do carro. Era uma coisa sem igual*”.

Dona Maria, a dona da casa em que eu estava naquela oportunidade, também não conhecia Lia. Imagino, porém, um encontro futuro entre as duas. Seria belo. Aliás, ali mesmo fecho os olhos por alguns segundos e me perco na ilusão de,

um dia, quem sabe reencontrar com todas as pessoas que meu avô auxiliou, colocar em contato quem ajudou no processo, como os donos da padaria La Torre de frente a quem do pão se fartou; enfim, conseguir localizar os irmãos em alma de Antônio Braighi, quebrando minha conjecturável utopia.

Volto à realidade, feliz com o que tenho, com a oportunidade de conhecer gente simples, receptiva, amiga. Contente em saber que a vida segue, em meio aos problemas naturais, como ali ocorreu e, de certo, com tantas outras famílias que não conheci o mesmo se deu.

Era um presente conhecer aquela senhora; batalhadora, humilde. Trabalhava na capina de terrenos na região. Braço fino, magro, mas, nada contraditoriamente, forte, com histórias da enxada pra contar. Depois de um átimo de silêncio, retoma: “*Mas, ô fi, sobre seu avô, o que a gente comia era a cesta que ele trazia, é... porque o que eu ganhava não dava pra nada... era... coisa assim de cinco reau por dia de traabao*”, lembra, sentimental e agradecida, a segunda Dona Maria. “*Ele trazia de tudo... pra muita gente... chegava buzinando... era uma alegria dos meninos quando ele vinha. Tava aqui de três em três dias com o pão... ele tinha até uma listinha, um papelzinho, só, com o nome de todo mundo que ele ajudava*”, emenda – deixando-me na curiosidade em encontrar a tal lista (nunca localizada).

Por tudo isso, arremata os argumentos com uma frase bela e reconfortante, de quem sabe que a vida continua: “*A alma dele tá abençoada...*”

Depois de longo papo, sobre coisas banais e acerca da memória de Antônio Braighi, despeço-me da anfitriã, em aperto de mão difícil de desfazer. Saio caminhando pela mesma via. Olho pra trás e Dona Maria ainda estava lá no pé da casa, com a netinha ao lado, me acenando. Quase saindo da viela, olho novamente para a placa que lembra o nome do local e a contradição que imaginava no início começa a se desfazer.

Beco é via apertada e curta, por vezes sem saída e mal iluminada. Bestega que funciona como figura de linguagem, metáfora que representa a vida de tanta gente por aí que não consegue enxergar saída. Expressão simbólica que concebe(u) a história, ao menos certa passagem, de muitos moradores do bairro Bandeirinhas. Assim, de um lado, o sentido do termo contradiz sua complementação: Beco da Boa Esperança? Faz-se o contrassenso. O que aguardar de um túnel sem luz, de um caminho escuro e estreito? Que esperança há? Todavia, *dum spiro spero*¹⁵⁷. E não é qualquer espera vazia. É a Boa, em letra maiúscula que remete à fé, a vontade que move, a certeza que não abandona. Se a translação semiótica continua, não há como negar que a expiação lá ainda permanece, no beco. Mas a dor que advém é força para a luta de quem tem esperança. E quem combateu o bom combate sabe que quem espera no bem, sempre alcança. Antônio Braighi, nesse conjunto de signos, foi (ele não permitiria dar-lhe outro objeto) tão somente lamparina. Foi chama pequena que nunca apaga, de combustível que tirava de um desejo inabalável de ajudar – griseta que guardava o amor a incendiar. Iluminou o traçado de quem queria ver e se esforça para vencer a penumbra das noites.

* *

*

Da Colônia à terra de Limas

Vale tratar de um outro bairro periférico de Betim no qual Antônio Braighi prestou assistência. Aliás, nem se poderia falar em periferia, senão em área isolada – na concepção pior que o termo possa ter, conforme será evidenciado. Nesse contexto, talvez a menção aqui valha mais por um importante

¹⁵⁷ Expressão que, em latim, significa “enquanto há vida, há esperança” (literalmente traduzido como “enquanto respiro, espero”).

registro (que deve ser ratificado tanto quanto pudermos) acerca do local e sua história – frente ao que meu avô porventura tenha feito lá.

Um amigo (que frequenta a Colônia Santa Izabel em Betim empreendendo importante trabalho social) certa vez me disse sobre o início das atividades de ajuda ao próximo no local: *“Eram poucos, como nós, que vinham aqui. Tudo era muito diferente naquela época... havia muito preconceito”*. Ele, que faz parte de uma fraternidade espírita em Belo Horizonte, foi quem me acendeu um *insight*; questionaria os familiares acerca da possível atuação de Antônio Braighi também naquela região.

Antes de tratar do resultado de minha pesquisa, vale dizer que me refiro a uma colônia que fez parte da política estatal de assistência e isolamento de hansenianos. Inaugurada em 1931, o local abrigou dezenas de pessoas infectadas pelo bacilo de Hansen, conhecidas vulgar e muitas vezes preconceituosamente como leprosos – sobretudo quando já contraíram danos aos nervos e à pele (ASSIS, 1997).

A pesquisadora Terezinha Assis (1997, p.43-44) afirma, atestando o que o colega me relatara antes, que

o preconceito e a desinformação da sociedade em relação à hanseníase criaram no imaginário popular, sem distinção de classe social, um sentimento policiaesco em relação ao paciente e seus familiares. Esta situação expulsou do convívio social os hansenianos e suas famílias que foram invadindo terrenos próximos às colônias e se estabelecendo no local. O Estado tentou evitar que as famílias fossem morar nas proximidades, mas o estigma social foi mais forte, levando as pessoas a lutar para ficarem mais próximas dos parentes. Neste contexto, surgem os bairros que hoje compõem a região de Citrolândia [...] começa seu povoamento ainda na década de 30.

É importante ressaltar que muitas internações ocorreram de forma compulsória, dada a política sanitária adotada à época. Pessoas eram retiradas, então, à força de suas casas e levadas a estas microcidades-hospitais. Insatisfeitos com a separação (e, em muitos casos, sem outra opção – posto que, em várias situações, arrimos de família eram encarcerados em razão do desenvolvimento da doença), os parentes logo procuraram formas de se reaproximar, instalando-se em áreas no entorno das colônias. Em Betim, a ocupação de terrenos de uma vasta área, produtora da cítrica lima, não demorou a ocorrer, dando início ao povoamento de Limas que, mais tarde, seria batizado oficialmente como bairro Citrolândia (ASSIS, 1997).

Não obstante os internos da Colônia usufruírem de certa infraestrutura e condições de subsistência interna, segundo Terezinha Assis (1997, p.50), isso não representava a mesma condição aos familiares que moravam na periferia. Os pacientes “tinham tratamento, alimentação, habitação, financiados pelo governo, enquanto que, em Citrolândia, a população invadiu terreno, não tinha emprego, não tinha infraestrutura, urbana [...] [e] eram tratados pela sociedade com o mesmo preconceito” que tinham com os seus familiares doentes.

O que o quadro parece indicar, então, era uma desassistência de itens básicos, como alimentação, aos familiares que moravam no entorno e, aos internos, de atenção, carinho, respeito. Atualmente a situação é bem diferente, ainda que existam no bairro muitas famílias carentes e diversas pessoas, residentes nos pavilhões da Colônia, demandando nem que seja um dedinho de prosa para se sentirem bem quistas e motivadas a continuar firmes em seus respectivos tratamentos¹⁵⁸.

Assim, na época, eram estas demandas que Antônio Braighi parecia atender. Como fazia no Bandeirinhas, ali

¹⁵⁸ Não sem motivos, então, é realizada até hoje a ação citada na seção. Aberta ao público (tanto a beneficiários quanto a voluntários), a iniciativa é articulada pelo Grupo Espírita Maria Francisca da Rocha.

levava o pão a quem precisava e a palavra amiga quando lhe era permitido acessar os locais cativos aos hansenianos. Quem se recorda razoavelmente bem é minha mãe. Afirma ela que: “*Ele ia lá com certa frequência. A gente quase não ia com ele. Tínhamos medo, mamãe também. Recordo-me, de pequena, ter visitado a Colônia em uma oportunidade ao lado dele. De fato, os internos tinham infraestrutura, mas o local em que ficavam era muito triste. Lembro-me de cenas dolorosas, de pessoas com deformidades causadas pela doença. Mas o seu avô sempre se mostrava muito sereno e respeitoso, conversava com todo mundo*”.

Segundo Deiara, talvez o acesso e participação em tarefas na Colônia e no Citrolândia tenha se dado em razão da amizade do pai com o Sr. Alcides Braz: “*Eles iam muito lá juntos!*”.

Trata-se de um dos políticos mais icônicos de Betim. Prefeito de 1963 a 1966, o Sr. Alcides era farmacêutico e nunca deixou a profissão, diria “missão”, mesmo quando esteve no Executivo. Segundo a ex-prefeita Maria do Carmo Lara, era comum vê-lo atendendo as pessoas, com a maior simplicidade, ao pé da prefeitura: “*Ele ficava na janela e as pessoas na calçada. Eu era criança, mas esta cena não sai da minha cabeça. Ele era um homem muito respeitado e confiavam demais nele quando o assunto era saúde*”, conta. Minha mãe, por sinal, tem idêntica recordação. Aliás, ela mesma chegou a ir, junto ao pai, na antiga casinha que servia de sede do governo; só não se recorda se era para pegar uma receita e/ou para conversar sobre ações sociais no município.

Tive a oportunidade de conhecer e entrevistar um dos filhos do Sr. Alcides. Ronaldo Braz, com 74 anos, é uma testemunha ocular, de olhar perspicaz, das transformações pelas quais Betim passou nas últimas décadas. Conversar com ele fora um dos prazeres que tive no curso de produção deste livro; aliás, não me furtei a assinalar que o pai dele merecia também uma biografia, dadas as histórias incríveis acerca dele que ouvi naquela tarde.

Contou-me Ronaldo que o Sr. Alcides Braz era, como meu avô, espírita. Apesar de pouco (ou quase nunca) ir aos Centros, era um praticante nato da doutrina, haja vista a caridade que lhe caracterizava como principal marca – o que, em verdade, lhe tomava o tempo que teria para frequentar as casas religiosas. Mas não foi em função do kardecismo que Antônio Braighi o conhecera: “*O seu avô, eu lembro e todo mundo sabe, ajudava muita gente aqui em Betim... nas periferias... e, muito em função disso, ele ia lá na farmácia do meu pai. Ele levava pessoas pobres lá, representava os carentes... pegava remédios para quem precisava e não conseguia se locomover... e meu pai confiava muito nele e dava os medicamentos sem nada cobrar em troca. Assim, aos poucos, eles começaram uma bela amizade*”.

Ronaldo se recorda que os dois viviam juntos, pra cima e pra baixo, ajudando pessoas em Betim, inclusive no Citrolândia. Na realidade, o Sr. Alcides era farmacêutico do Estado, concursado, responsável pela Farmácia da Colônia Santa Izabel. Todavia, apesar de ter um turno oficial de trabalho, não se contentava com o que tinha que cumprir regularmente. Retornava ao local em horários alternativos, empreendendo tudo quanto era o tipo de auxílio necessário; isto é, não só aos internos, mas às famílias e a outros moradores do entorno. Como a afinidade da dupla era grande, e se reconheciam no propósito do bem, de fato não é difícil imaginar que aquele local também fosse de interesse comum a eles. “*Eles estavam sempre andando juntos e muitas vezes seu avô ia à Colônia com ele... outras tantas era o Braighi que levava ele às comunidades, ora pra atender um velho, ora uma criança... no PTB, no Santo Afonso, em tudo quanto era bairro de Betim*”, relembra meu entrevistado.

Era uma cidade bem diferente à época. Conta Ronaldo que Betim não tinha médico no meio do século passado. Assim, o Sr. Alcides, era a principal referência de saúde no município. “*Meu pai fazia de tudo. Além das fórmulas, que ele manipulava como ninguém, se tivesse que engessar, engessava; se tivesse que tirar*

um projétil proveniente de um tiro, tirava; e fez isso na cidade e pelos moradores durante longo tempo. Fechava a farmácia dele às 20h e, nem bem chegava em casa, já tinha gente na porta pedindo algo. Quando voltava à farmácia no outro dia, já tinha fila. Tinha vezes que saía no meio das madrugadas. Como ele não tinha carro, em muitas oportunidades o seu avô é que levava ele nesses bairros afora aí! Cansei de ver essa cena! Até nessas horas eles estavam juntos”.

Pergunto a Ronaldo se ele teria alguma imagem, qualquer registro pictórico de meu avô e do Sr. Alcides lado a lado. Ele me responde que, infelizmente, não, justificando o que eu já deveria saber: “*Como estavam juntos mais nessas horas de trabalho social e não tinham intenção outra, de fazer as coisas para aparecer, nem pensavam em tirar fotos...*”.

Os quadros vivos, as lembranças das cenas, jazem em memórias como as do filho. Meu entrevistado em várias ocasiões os viu em ação e, assim como minha mãe, teve a chance de visitar a Colônia Santa Izabel de outros idos: “*Vi cenas lamentáveis... Muita gente mutilada... o local tinha estrutura, mas as pessoas careciam de cuidados o tempo todo. Como os médicos vinham de Belo Horizonte e cumpriam as suas cargas horárias, meu pai se sentia na missão de ajudar. Além disso, na volta, ele vinha parando nas casinhas de Limas, antigo nome do Citrolândia, e ia visitando os familiares dos internos e os doentes que moravam por ali... deixava remédios e tentava ajudar como podia*”, conta Ronaldo.

Quem ainda mora por lá é o senhor Nélson Flôres, militante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan¹⁵⁹. Obtive o contato dele através de Maria do Carmo Lara, uma das entusiastas da causa do coletivo. Visitei-o e tive a grata oportunidade de com ele passar uma manhã, andando pelas ruas da Colônia e do Citrolândia, conversando com moradores da região. Antes de ir até o local, todavia, já tinha qualquer conhecimento da história de meu

¹⁵⁹ Indico o acesso ao site do Movimento: www.morhan.org.br

anfitrião. Num livreto que conta muitas narrativas de vida dos internos, e acerca da consecução da pensão indenizatória para os ex-portadores da doença, relata o agora amigo:

Tenho 64 anos. Desses, 52 vividos na Colônia Santa Izabel – Betim-MG, onde cheguei em 1955, com seis irmãos. Cinco já se foram. Fui internado com 12 anos de idade. Como todos os portadores de hanseníase internados na época, sofri todo tipo de discriminação, repreensão e abandono do Estado e da sociedade. Meus pais nunca contraíram a doença, morreram com idade avançada. Casei-me com uma moça portadora da doença e que também foi internada ainda criança. Minha história pessoal, portanto, confunde-se com a história da maioria das pessoas que contraíram hanseníase (LARA, 2007, p.38-39).

Do muito que conversamos, relembro firmemente de uma pergunta que fiz e me soa até agora como gafe. No ínterim de algum assunto, questionei ao Sr. Nélson Flôres sobre a infraestrutura dos locais em que os internos viviam: “*Mas na Colônia tinha tudo, né?*”

Depois de uma respirada, disse-me, educado, mas com tom asseverado: “*Na Colônia num tinha era nada... tinha era sofrimento... gente longe da família... isolada. Tinha gente que não conseguia controlar a dor... pessoas que perdiam a cabeça e acabavam tirando a própria vida. Tinha e ainda tem muita história sofrida!*”¹⁶⁰

Eram aflições, então, dentro e fora do espaço delimitado por correntes, conforme lembra o Sr. Nélson. Às famílias, vinha qualquer alento, todavia, de donativos que conseguiam,

¹⁶⁰ Apesar das agruras da vida na Colônia de outrora, Sr. Nélson conseguiu achar poesia em sua história e a registrou num belo livro chamado “O menino e o rio” (FLÔRES, 2012). Valendo-se das perspectivas de um texto figurativo, nos conta pelo que passou quando criança e ainda faz uma importante defesa da causa ambientalista na obra que escreveu.

advindas de moradores de Betim e de outras cidades – entre os quais, provavelmente, Antônio Braighi se perfilava como doador.

Entretanto, em geral, a distribuição de alimentos e outros itens ofertados ocorria sob tarefa do Centro Espírita Campos Vergal – fundado em 1947 e ainda em funcionamento – e a partir da supervisão carinhosa do Sr. João Batista Costa. João Pipoca, como era conhecido, foi interno na Colônia e ainda é, mesmo depois de ter falecido, uma das figuras mais queridas e respeitadas no local. Não só por isso, tinha a incumbência da distribuição das doações às famílias, empreendendo-as a partir de critérios muito bem definidos, balizados no parâmetro da equidade.

Tudo isso, aliás, o próprio Sr. Nélson me contou; sem saber até então, todavia, que meu avô era espírita. Teria ele convivido com pessoas como o Sr. João Pipoca? Infelizmente, não consegui apurar. Mas, vale dizer que, ainda que o Sr. Alcides Braz tenha (infelizmente) falecido na década de 1970, era comum ver Antônio Braighi se deslocar sozinho à Colônia Santa Izabel nos decênios seguintes; o próprio Ronaldo Braz, ex-policial rodoviário federal, admite ter conversado¹⁶¹ com ele e que o mesmo dizia estar voltando de visitas à região. Só não se sabe se para frequentar o Centro Espírita e/ou para realizar ações sociais.

Sobre meu avô, então, questiono ao Sr. Nélson se dele teria qualquer recordação. Ao ver uma foto, disse que sim, que o havia visto algumas vezes no local. No entanto, como a possível presença do biografado era menor na Colônia (do que na área de Limas, onde residiam as famílias dos internos, uma vez que o acesso à área dos internos era controlado),

¹⁶¹ Diálogos ocorridos na ‘barreira velha’ da PRF. Os betinenses mais antigos recordam-se que, à Rodovia Fernão Dias, próximo ao início da Avenida Bandeirantes, havia um posto policial. Neste local trabalhavam Ronaldo Braz e Carlos Alberto Braighi. Apreciador de uma boa conversa, era comum que meu avô estacionasse ali para visitar os amigos e o filho.

possivelmente pouca chance teve de estabelecer contatos com ele. Uma pena! Fizemos a mesma pergunta para três ou quatro pessoas. Com a maioria, não obtivemos sucesso – mas não deixamos de prosear sobre histórias do bairro.

Dona Firmina – 83 anos vividos na região, moradora da área chamada de Saúde pelos internos (local em que residiam os funcionários da Colônia), também se recorda de ter visto Antônio Braighi por lá. “*Engraçado que me lembro dele na farmácia...*”, diz ela, simpática, indicando a proximidade de meu avô com o Sr. Alcides Braz. E, infelizmente, só essa recordação...

O biógrafo paga, triste, por ter demorado tanto tempo para realizar a presente pesquisa, mas feliz por saber que o biografado fazia o bem sem querer nada em troca, sem deixar registros que permitissem uma busca mais precisa.

Andamos por horas, sob agradável sol leve e céu azul de inverno. Foi uma manhã mesmo aprazível, de aprendizado, de crescimento, de acesso a histórias que não fazia ideia que pudessem ser tão duras e complexas, do apreender o que significou ter a doença no passado e das lutas que ainda perduram. Um lapso ficou, contudo, em razão de qualquer depoimento mais abalizado e aprofundando de moradores do local acerca da passagem de meu avô por lá. Nesse sentido, fico com a ideia de uma presença discreta, mas importante, dele na região – como fora a de todos aqueles que, à época, à frente de seus respectivos tempos, iam à Colônia e a Limas para ajudar, seja como fosse, sem preconceito, com respeito, sem medo, sem segundas intenções e com sacolas que só não jaziam mais cheias de doações do que os corações, abarrotados de carinho para ofertar.

Oficina de Homens

Homem com “h” maiúsculo denota, na sociedade patriarcal e machista, o sujeito viril, provedor, de coragem. Todavia, há, evidentemente, também a perspectiva do caráter forte, da dignidade, dos valores acima do orgulho – estas últimas frentes também ligadas ao título desta seção e que mais se assimilariam a um projeto de meu avô, ainda que nem ele talvez soubesse que isso estava a empreender, na sua oficina.

Sim, na oficina. Esse que é, ao contrário do que se pensa, lugar não apenas do conserto, mas da fabricação. É posto de ofício do trabalhador, qual seja. O que Antônio Braighi fazia ali, nos fundos de sua casa, era, além de cuidar dos carros lá deixados pelos clientes, na mesma medida, servir na vida de tantos que por lá passaram na condição contratual de mecânicos. No entanto, o jaez era de filhos da vida, que lá apreenderiam quantas lições coubessem.

Meu avô entendia como poucos o funcionamento das máquinas, mas também era *expert* na dinâmica das almas da gente simples; fazia, em verdade, belos concertos (tais quais os artísticos) nessa seara. Hoje, ouvir tantas histórias de pessoas que estiveram com ele é bela música aos ouvidos. Será visto a seguir que Antônio Braighi sabia o que era preciso para recondicionar os motores, mas também o que faltava para alimentar seus pseudo-funcionários, fraternos parentes não-consanguíneos que eram. Concedia não só o alimento físico, decorrente das oportunidades de trabalho que ofertava, mas o verbo, os conselhos, o afeto, o carinho, o amor, a fim de gerar transformação.

Ser homem com “h” maiúsculo é ser instituição de si, que se conforma e confirma-se na proatividade nutrita e incentivada, na dignidade resgatada, no ânimo (que pode ser) advindo de um obreiro que nada cria, não, mas muito ajuda no processo de *autopoiesis* de quem quer de vida mudar. Em outras

palavras, nos procedimentos pelos quais cada ser que naquela oficina passou para se transformar em Sujeito (sim, com “s” maiúsculo) tendo como fortim, arquétipo e motivador o meu avô.

Sr. Martinho

Eu me recordo bem dele. Era um homem sério, simples, calado, focado no trabalho. Chamei-o sempre pela alcunha que supunha ser sobrenome. Nunca houve, porém, um *seu Martins*. Era Martinho dos Santos Marques, “*mas a Dagmar, quando era bem criança, chamava ele de seu Tomatinho! A gente ria demais!*”, lembra Marlene, a única filha dele, rindo novamente.

Encontrei-a graças aos avanços das tecnologias de comunicação e informação. As redes sociais *on-line* foram responsáveis por um achado que, segundo minha mãe, seria quase impossível, posto que ela não via a colega de infância há muitos anos. Mas era preciso buscá-la. Afinal, todas as pessoas que conheceram o Antônio Braighi mecânico se recordavam do Sr. Martinho como grande confrade na labuta com os carros. Por infortúnio, ambos não estão mais entre nós; assim, cabia muito o depoimento de Marlene sobre o pai.

Ela conta que a relação de Antônio e Martinho foi marcada por uma luta em que meu avô visava ajudar o amigo. “*Papai mexia com bebida... bebia demais... e o seu Braighi pelejou demais com ele, durante muitos anos, pra ele largar disso*”.

A história começa em Jaboticatubas – MG, cidade em que nascera o patriarca da família de Marlene. De lá, porém, Sr. Martinho sairia muito cedo: aos 14 anos, creiam, conseguiu afazeres na capital. Em Belo Horizonte, aprenderia a ser mecânico. Trabalhava ao longo dos dias úteis em uma oficina e aos sábados voltava para a residência no interior de Minas para passar o fim de semana com a família.

“*Foi aí que começou a revolta dele com a família*”, conta Marlene, já franzindo a testa.

“Mas, o que aconteceu?”, perguntei atento e cuidadoso.

Disse-me que o avô era alcoólatra. Quando Martinho chegava na casa dos pais, logo tomavam o dinheiro que ele havia ganhado durante a jornada semanal com a desculpa de que seria usado para despesas gerais. No entanto, a conta do bar também entrava nos custos.

O trauma, paradoxalmente, não influenciou em uma possível repulsa do menino às bebidas. Ao contrário, ele também começara a consumir álcool muito cedo. Contudo, Marlene lembra de máximas clássicas do pai. Sujeito muito sistemático, como por todos era conhecido, dizia que um homem que se preze não deixa que seu vício seja sustentado por outrem. A filha recorda-se, aos risos, do dia em que, em um botequim, tentaram pagar uma rodada para Martinho: *“Ele ficou offendidíssimo! Disse ele: precisa não, eu trabalho, eu tenho dinheiro pra pagar a minha própria bebida!”*.

Saudosa do pai, Marlene disse que o álcool sempre foi um verdugo na vida de Martinho, mas que ele nunca fez mal algum a ninguém, em absoluto chegou a cometer qualquer agressão (física ou verbal) com quem quer que seja. Era um homem que respeitava a família, que não incomodava ninguém e, por isso mesmo, não gostava que nenhuma pessoa o enfadasse. A bebida, em verdade, parecia ser qualquer fuga que encontrava para aliviar os pensamentos que o martirizavam.

“E eu acho que foi por isso que o seu Braighi levou ele pra Betim. Pra ajudá-lo. Pra tentar manter ele longe da bebida”, conta a filha. De fato, mas não apenas por isso. O Sr. Martinho era um mecânico de mão cheia, um artista com a lataria e um cirurgião no motor. Antônio o teria conhecido na capital, ainda quando era *chauffeur*. Atento que era com sua viatura, meu avô escolheria o melhor profissional para cuidar da máquina. E foi na oficina do então prestador de serviços (que mais tarde viraria contratado) que começara uma grande amizade.

Aos pés da Avenida Antônio Carlos, proseavam sobre a maquinaria dos automóveis e também sobre as coisas da vida.

Havia, evidentemente, o intercâmbio de conhecimentos entre a dupla. Certamente meu avô aprendera muito com Martinho, e vice-versa, acerca de lanternagem, pintura e retífica, em diálogos que rendiam horas a fio, sempre bem pautadas pela descontração. Assim faziam, sempre que podiam. A mudança de Braighi para Betim, no entanto, afastou um pouco os dois. Todavia, sempre que voltava à capital para visitar os parentes, não deixava de aparecer para um café no posto de trabalho do colega.

Certa feita, numa dessas idas quiçá, encontrara o amigo na rua, em condições não muito agradáveis. A visita, que se fazia para o resgate dos momentos aprazíveis que passavam juntos a papear, tornava-se provação diante do estado de Martinho. Embriagado, balbuciando palavras que qualquer frase não formava, carecia de ajuda para encontrar o rumo. Antônio levou-o para casa. Lá, pacientemente, junto à esposa, Dona Maria José, teria aguardado a recuperação do amigo. Seguiu-se, então, longo discurso de meu avô. Fico a imaginar qualquer estorieta que tenha contado de largada para quebrar o gelo da lição que iria dar. O uso de figuras de linguagens diversas para suavizar o tom. E a palavra firme em seguida, direta, a dizer ao amigo verdades que ele perfeitamente sabia, mas não conseguia controlar. Mas, doente que era em razão de um vício conformado, precisava de auxílio. Foi assim, então, como mensagem final, que nascera o convite para ir para Betim. É o que me conta Marlene.

Seria uma tentativa de recobramento do amigo. Guardava-se, a partir dali, com o aceite de Martinho, a recuperação de alguém que precisava mesmo se afastar de um meio em que não controlava o acesso à bebida, posto que a cena que meu avô vira naquele dia era recorrente para a família. Assim, Martinho passou a trabalhar na oficina de Antônio Braighi.

Martinho e Braighi, provavelmente nos idos da década de 1960



Fonte: Acervo de Marlene, filha de Martinho

Lembra minha mãe, todavia, que ele “*quando voltava para Belo Horizonte, não tinha jeito, vez ou outra enchia a cara de novo!*”; isso porque Martinho regressava à casa todas as noites, após o expediente. Assim, outra proposta fora realizada: o mecânico dormiria no emprego. Lá teria guarida ao longo da semana e, aos sábados, retornaria para ter com os seus. Era uma dinâmica parecida com o que fazia na juventude, de Jaboticatucas à Belo Horizonte. No entanto, agora em uma busca diferente, em que o trabalho não era, em verdade, a principal preocupação, senão antes a saúde e também a própria dignidade.

Mas as recaídas no álcool vinham também em Betim: “*Foram anos, talvez muito na minha visão de criança, que vi o Sr. Martinho chegar alcoolizado e, quase sempre, não conseguir subir os dois degraus do seu quartinho. Meu pai então carregava-o até a cama*”, relembra Daisy Braighi.

Ainda sobre o mecânico, Deiara recorda-se de uma das mais marcantes histórias: “*Certa vez, de manhã, seu avô voltou pra casa todo sujo de barro, logo depois de ter saído para trabalhar. A gente perguntou o que tinha acontecido, mas ele estava visivelmente emocionado. Entrou e foi tomar banho. Mais tarde e mais calmo, nos contou o que havia ocorrido. Ainda um pouco enternecido pela situação que vivenciou, nos disse que o Sr. Martinho tinha chegado de noite em casa, bêbado. Ele dormia em um quartinho que ficava praticamente dentro da oficina. Porém, ele estava em um porre tão grande que não conseguiu abrir a porta do lugar e dormiu ao relento. Daí eu disse: pai, mas choveu essa noite! E ele me respondeu: E por que você acha que eu estou sujo de barro? Imagine como ele estava! Ele então levou o Sr. Martinho pra tomar banho, ajudou a trocar de roupa e o pôs pra dormir*”.

Imagino a cena e questiono-me sobre a disposição de meu avô em tal empreitada. Pergunto-me, aliás, o que eu faria, hoje, se passasse por uma situação como essa. Até que ponto vai uma amizade, que se converte em uma relação profissional, a orientar as atitudes consequentes? Provavelmente eu demitiria o colega, indicando a ele acompanhamento profissional – e não me responsabilizando por isso. Pois foi exatamente o contrário o que Antônio Braighi fez. Começo a entender o que Marlene disse sobre ele ter “pelejado” com Martinho. Ele pôs a mão na massa, assumiu a (co)responsabilidade pela recuperação do mecânico e agiu em torno de soluções para tentar resolver ou amenizar o problema que tinha pela frente.

Pelejar é tentar exaustivamente conseguir algo. A questão é que meu avô não se cansava de nada que tinha como propósito. Como o Sr. Martinho almoçava e jantava na casa do amigo-patrão, este começou a pedir para Vanda esfarinhar comprimidos que ajudavam a diminuir o interesse do viciado pelo álcool. “*Toda vez que ele tomava cerveja ou cachaça, passava mal. Isso era causado pelo remédio, mas ele nem sabia que estava usando*”, recorda-se minha mãe sobre ajudar minha avó no preparo do alimento, digamos, aditivado.

Martinho sentia muita saudade da família – que só via aos finais de semana –, o que representava outro estímulo para beber. Meu avô então sugeriu ao amigo que mudasse em definitivo para Betim. Atento, auxiliou (em todas as etapas) na aquisição de uma residência que fosse próxima ao trabalho – consequentemente à casa de Antônio, de modo tal que ele pudesse fazer marcação cerrada em relação à bebida. Mudar-se, então, para a Praça da Cacimba, no Centro da cidade, exatos 500m de onde os Braichi residiam.

“Todo dinheiro que recebia do seu trabalho, meu pai depositava no banco. Um dia, sem que eu possa precisar quando, meu pai avisa a minha mãe sobre a compra de uma casa para o Sr. Martinho. Explicava que foi com o dinheiro do trabalho, poupadão durante o tempo que ele viveu conosco, que conseguia aquela façanha. Lembro-me da minha surpresa ao ouvir essa notícia e de que meu pai iria a Belo Horizonte com o Sr. Martinho buscar a esposa e a filha para a nova moradia”, relembrava minha tia Daisy.

Além disso, meu avô, muito conhecido na região, empreendera então uma via sacra a todos os bares de um largo perímetro de sua casa. Em todos eles, pedia gentilmente que fossem muito parcimoniosos na venda de álcool para o seu funcionário que, àquela altura, também já era uma figura popular na área (sobretudo pelos dotes na oficina). Explicava Braighi que o amigo tinha uma doença e precisava da colaboração de todos.

O respeito que tinha se fazia valer, até mesmo no boteco mais simplório. Ninguém deixou de vender cerveja para o mecânico, posto que não fora isso que Antônio pediu. Solicitou a atenção e, em certa medida, até certo desprendimento diante de alguém que dependia de cuidado.

Seguiram os dias na oficina (e na casa de meu avô) com orientações, conselhos e exemplos que, a conta gotas, começavam a trazes mudanças para Martinho. No entanto, foram anos de recaídas e recuperações. Crises variadas decorridas da abstinência deixavam por vezes o Sr. Martinho

muito mal humorado, o que fazia com que as relações com colegas (e talvez até com alguns clientes menos reservados) azedassem. Fora, então, mais do que o desenlace de um vício, uma reforma de foro íntimo doída, dado o conjunto de outros problemas que a ausência da bebida revelava.

Marlene me conta de muitos ditados e máximas que o pai dela apreendera com Antônio Braighi, colocando-os em prática diante de situações das mais diversas. Ele não apenas ouvia, mas refletia em torno dos conselhos que eram legados a ele. Também passou a levar cestas básicas aos mais necessitados no bairro Bandeirinhas. Aderiu à prática do bem, como forma igualmente de calar as vozes que o atormentavam, mas muito em função de uma ponderação que levava em consideração o cuidado com o outro, o desapego, a quebra do egoísmo, entre outras vantagens sucedidas da ação social. A frequente participação nos cultos das 20h também trazia à vida de Martinho ensinamentos, paciência, mais fé¹⁶² e esperança. Em resumo, fora como diz a canção: com “caridade e oração, [traz-se] alívio para o coração”¹⁶³, o que parece ter funcionado para esse personagem.

Meu avô fez a parte dele. Martinho lutou. Ambos perseveraram. E, na hora mais adequada, a que chegou enfim, o ex-alcoolista parou de beber. “*Eu lembro que um dia ele chegou em casa e falou com firmeza: nunca mais eu vou beber! E nunca mais ele bebeu*”.¹⁶⁴

¹⁶² Sr. Martinho não era espírita. Seguia o catolicismo, mas, à certa altura, deixou de frequentar a Igreja. Todavia, passou a estudar e participar de uma frente religiosa chamada Cultura Racional. Ela é estruturada por uma série de 1.000 livros denominada Universo em Desencanto. Segundo Marlene, o vínculo do pai com esses estudos o deixou mais calmo e flexível, perdendo aos poucos a característica metódica de sua personalidade.

¹⁶³ “Alívio” de Tim e Vanessa.

¹⁶⁴ Marlene se recorda disso ter acontecido mais ou menos no final da década de 1970. Sr. Martinho faleceu em 2000 em decorrência de um câncer.

Zezinho

Eu não via José de Assis Pereira, o Zezinho, há uns vinte anos – ou mais. Lembro-me, porém, da primeira vez – ao menos daquela da qual tenho consciência, posto que ele certamente me conhecia de bebê. Eu tinha cerca de 7 anos e, acompanhando meu pai, fui até a sua oficina para qualquer reparo que faria no carro da família. Ao cumprimentar-me, exigiu que lhe pedisse *bença* – em gracejo. Ele justificara tal demanda ao dizer que era meu tio. Eu, hein? Que parente é esse que eu não conhecia? Era mais um filho de coração de meu avô. Chamava-o (e ainda se refere a ele assim) de pai Braighi.

Zezinho é uma figura marcante. Seu rosto não há como esquecer ou não distinguir – dado, sobretudo, o carisma que sempre carregou, engendrado no sorriso que lhe marcava a personalidade. Nos dias derradeiros de fevereiro de 2018, duas décadas se passaram até o nosso reencontro. Imaginei que ele não reconheceria o capiau aqui, agora mais velho. Ele me esperava no portão de casa. Parei o carro a cerca de 100 metros e, nada paradoxalmente, nos reconhecemos mutua e imediatamente.

Acolhido no mesmo carinho fraternal de outrora, fui convidado a entrar para conversarmos. Foi uma tarde de nostalgia, numa simbiose à luz das lembranças de meu avô. Incrementava o papo a presença do Sr. José Paulo Fagundes, homem de idade avançada e saúde um pouco debilitada – como ele mesmo registra –, mas de uma ótima memória. Os dois trabalharam com Antônio Braighi e tinham muito o que contar, fazendo isso de forma espontânea e muito rica.

A certa altura, porém, o ânimo deu lugar a espaçados silêncios que, pouco a pouco, diziam muito mais do que as palavras. A emoção inevitavelmente tomava conta do ambiente. Zezinho se recordava com certa dificuldade das datas, mas com muita precisão o conjunto de acontecimentos dados nos idos da década de 1970.

Ele conhecerá meu avô em uma distinta loja de autopeças na cidade, a Autobet, na qual trabalhava. No estabelecimento, em que invariavelmente o Sr. Antônio ia com grande frequência para adquirir insumos para o seu ofício, conversava animadamente sobre os assuntos mais diversos com o amigo que ali fizera: das banalidades aos temas relacionados ao automobilismo. A relação, no entanto, tendia a se encerrar, dado o fim do vínculo de Zezinho, que estava prestes a ocorrer, com o então empregador.

Mais do que depressa, então, houvera o convite para o jovem trabalhar na oficina de Braighi. De fato, não podia ele perder a oportunidade de ter um talento em seu empreendimento, ainda que, segundo Zezinho se recorda, quem ganhara uma ótima chance fora o jovem. À época, não mais do que com 20 anos, morava em uma república e a oferta de trabalho vinha acompanhada de um lugar para dormir, sem nada ter que pagar por isso.

Os vencimentos foram combinados de forma muito simples: “*Do que você fizer aqui, o que recebermos pelo serviço, cinquenta por cento ficam para você e o restante para mim. Fechado?*”, teria dito meu avô.

Era final de 1972 quando esta relação profícua teria começado. Não era, todavia, um liame chefe-funcionário padrão. “*Ele me deu uma oportunidade de trabalho, ganhava razoavelmente bem, tinha onde morar, comia da comida que a família dele almoçava. Mas, o mais importante: ele cuidava de mim. Me ensinava de tudo um pouco, me incentivou a estudar, me dava conselhos, me orientava, me fazia rir. Não tive como não chamá-lo de pai*”, disse-me, mais ou menos assim, Zezinho¹⁶⁵.

¹⁶⁵ Os laços se solidificariam ainda mais num futuro não muito distante: Zezinho chegou, inclusive, a atuar como comissário de menores ao lado do “pai” – sob indicação deste; Kellen, a filha mais velha do mecânico, tem meu avô como padrinho; Carlinhos e Zezinho trabalhariam ainda juntos em uma oficina próxima à casa de Braighi; e, por fim, o Sr. Antônio nunca deixou de se encontrar com o filho do coração, orientando-o ao longo de toda a sua vida, empreendendo visitas regulares à casa e à(s) oficina(s) dele.

Passaram naquela oficina, então, cerca de 3 anos juntos, nesta mesma levada da lida diária. Porém, em torno desses idos, duas mudanças de vida ocorreriam para o mecânico. Ele decidira se casar (teria ficado noivo de Elisabeth, a matrimoniar-se com ela em junho de 1976) e, influenciado por um antigo colega de trabalho da Autobet, a montar um negócio próprio.

“Eu falei com o pai Braighi que eu queria montar um negocinho pra mim e ele me apoiou. Só não me incentivou no casamento [risos], pois disse que eu deveria comprar uma casa primeiro, me estabilizar. Mas, se era minha vontade, que ele me abençoaria. Mas, eu precisava da ajuda dele para o banco liberar um crédito pra mim. Eu precisava de dinheiro para dar início à oficina. Como seu avô era muito respeitado, certamente o gerente do [banco] Nacional ia liberar se ele fosse lá avalizar”, recorda-se Zezinho.

Sem que eu me desse conta, enquanto me relatava os últimos pormenores, os olhos de meu entrevistado começaram a marejar, pouco a pouco. A vermelhidão coloria parte de suas vistas e os hiatos entrecortavam ainda mais as falas dele a partir do momento em que começava a falar sobre a ida à tal instituição financeira.

Ele lembra que demorou alguns dias para ter essa conversa com Antônio Braighi. Todavia, depois do diálogo, tudo correra de forma muito célere. Combinado o dia então em que iriam ao Banco Nacional, logo após o almoço se dirigiriam à agência correspondente. No agendamento a tensão já tomara conta do mecânico, dada a transformação em sua vida que começava a ocorrer. Na data marcada, como afiançando, assim fizeram. Ao lá chegarem, após alguma espera, meu avô se dirigiu a um gerente. Com o nervosismo à flor da pele, Zezinho por certo imaginava que meu avô começaria longo discurso acerca do empréstimo, avalizando o crédito a outrem e justificando a necessidade de tal cessão financeira. A surpresa dele, no entanto, foi enorme quando o texto do pai fora outro.

Não consigo, confesso, traduzir com minhas palavras o que Zezinho relatou-me. Tampouco alcançaria aqui demonstrar a sensação que eu tive ao ouvir dele o pequeno (mas fortíssimo) fragmento a seguir. Frêmitos tomaram-me a superfície da pele no concluir de sua história. O que me dissera ainda me martela a memória, como o será sempre, no afiançar do quanto Antônio Braighi era fora de série e do quão meu entrevistado era querido – na condição mesma de filho do coração.

Assim, transcrevo o que falara Zezinho, com qualquer comentário que ajude a exprimir os afetos: “*Quando chegou dentro do Banco Nacional, o pai Braighi virou para o Assueiro [gerente] e disse assim...*”, seguiu a primeira pausa que, àquela altura, pensava se tratar de estratégia para acesso aos arquivos da memória. “*A partir de hoje você pode liberar a conta pra ele...*”, em novo silêncio, lacônico, mas profundo.

Nesse trecho, Zezinho traduzia na face, hoje, a mesma reação de surpresa que tivera àquela altura: “*O seu avô disse: pode dar o talão de cheques pra ele e pode liberar o dinheiro que ele vai precisar também...*”, explanava a mim já com a voz que começava a ficar embargada, findando a explicação com algo do qual ele nunca se esqueceu e com o que até hoje se emociona.

“*Então... todo o tempo... todo o tempo que eu fiquei trabalhando com ele... achando que ele me dava uma porcentagem do que eu fazia... e tirando a parte dele pra ele... o que era justo, era dele... na realidade ele estava fazendo uma poupança pra mim... com o dinheiro que era dele... e eu lembro na época que eu... eu tinha na conta então mais do que o dobro do que eu precisava para iniciar o meu negócio*”¹⁶⁶.

¹⁶⁶ Zezinho é, ainda hoje, um dos mais respeitados mecânicos na cidade de Betim.

Picolé

Meu nome é Expedito Andrade, mais conhecido como Picolé, e também gostaria de contar o que sei sobre o Seu Antônio. Antes, permitam que eu me apresente. Sou um dos 15 filhos de um casal humilde que vivia nas terras de Itamarandiba, cidadezinha do interior de Minas Gerais. O nome é indígena, e significa algo como pedra pequena que rola junto com as maiores. Isso deve ter alguma relação com a minha vida. Ainda moleque, tive que sair de casa. Tive que ser forte. Segui o caminho dos meus irmãos. Com 14 anos meu pai me disse assim:

“Toca pé na estrada que isso não é lugar procê ficar, não! Vá fazê sua vida em outro lugar”.

Sobre a minha antiga cidade, Milton Nascimento disse que é “miúda e quase sem brilho a vida do povo que mora no vale”. Meu pai não queria isso pra mim. Tomei então caminho pela BR-367, mais um sonho de Juscelino, que se abria na década de 1950. Fui parar em Diamantina, na terra daquele presidente, veja só. Não fui atrás de pedras, mas nem sabia o que iria encontrar. Queria um lugar pra trabalhar. Conseguia emprego em padarias e lanchonetes. Era o que dava pra fazer na época. Acabou sendo lá que ganhei a minha alcunha, já que era eu quem cuidava dos picolés de uma das vendinhas em que labutei.

A vida não era doce. Eu nunca perdia o sorriso, mas sabia que podia mais. Trabalhava muito e ganhava pouco. Larguei a terra dos diamantes, depois de alguns anos – bem verdade, e fui correr atrás do sonho de melhorar a minha história; botei o pé na estrada com destino à capital. Em Belo Horizonte, percebi que as coisas eram ainda mais difíceis. Não consegui emprego, nem onde dormir. Vagava por aí. Mas não larguei fé de que ia conseguir.

Certo dia... o dono de um bar me ofereceu comida, vendo a fome que me afligia. Ele tentou fazer, de certo, uma pegadinha comigo também: “Você aceita uma pinga?!” , me ofertou.

Nunca tinha tomado aquilo, mas sabia que não era coisa boa. Agradeci ao moço. Ele então estranhou, não sei o porquê, e

quis que eu contasse a minha narrativa. Depois de uns minutos de prosa, ele disse que ia ligar pra um amigo lá da radia, a Itatiaia. Eu mal tinha terminado o almoço e ele falou que já tinha trabalho pra mim. Pensei que ia me dar prato pra lavar, mas falou que se eu quisesse trabalhar com carros, era pra eu ir em uma oficina no dia seguinte. Agradeci novamente aquele senhor de quem não me lembro o nome. Só sei que era atleticano e que eu quase mudei de time aquele dia; capaz!

Na manhã seguinte, estava eu na oficina em que aprenderia o que é lanternagem – e onde conheceria um pouquinho de pintura também. Virei aluno de um ofício que, depois de alguns anos, me tornaria professor – não por teoria, ciência ou metodologia; talvez a minha, do meu jeito. Chamavam-me de Picolé, mas eu não estava ali pra brincadeira. Minha mãe não me deu o nome de Expedito sem motivos. “Você tem expediente, meu filho!”, dizia o dono do estabelecimento. Eu era ágil, desenvolto, meticoloso. É, meticoloso é uma boa palavra. Quero dizer, comigo não tinha tempo ruim para o serviço. Eu metia o martelo e arrumava qualquer amassado que houvesse. Foram anos ali, na labuta que varava o dia.

Eu era tão bom, mas tão bom, que um dia um proprietário de uma oficina em Betim me chamou para trabalhar. Ele precisava de um cara bom, e como tão bom quanto eu não havia, mudei de cidade. Logo gostei da paz e da tranquilidade do lugar. Agradei também, de partida, do emprego. Ganhava por comissão e, como entrava e saia carro o dia todo e todo dia, conseguia fazer um bom vencimento no fim do mês.

No entanto, aquele movimento todo me fez pensar. Dentro de mim uma voz dizia: “Êh Picolé, se você estivesse trabalhando por conta própria, iria ganhar dinheiro demais...”. Eu ficava com aquilo me martelando o tempo inteiro, na mesma velocidade das batidas na lataria dos veículos que eu consertava. Eu era bom no que fazia, todo mundo me elogiava, o que eu continuava fazendo ali, então? Assim, não tardou até que resolvi pedir contas. Estava decidido a montar a minha própria oficina.

“Foi a maior bobagem que fiz!”, diria, a mim mesmo, um tempo depois.

Eu que era tão bom... e voltei pra rua – literalmente. Saí do emprego antigo com pouco dinheiro, dois pares de ferramentas e uma vontade enorme de crescer. Mas, como vontade não é o bastante, passei por poucas e boas. O que eu tinha não me permitia alugar nada, nem pro trabalho, tampouco para dormir. Assim, resolvi inovar – ainda que fosse a única opção.

Passei a marcar ponto às margens do Rio Betim. Eu não podia ver um carro passando na avenida, com o menor amassado que fosse, que pedia pra consertar.

“Mas, você?”, disse o doutor, um tanto irônico, quando eu me ofereci para arrumar o Gordini dele, ano 64, de um azul que puxava pra cinza.

“Sim, senhor! Sou lanterneiro experiente!”, respondi com firmeza.

“Mas, onde você vai consertar meu carro?”, questionou ele curioso.

“Aqui mesmo”, disse eu.

Foi o primeiro carro que consertei ali na rua. No final do dia estava pronto, só faltando pintar. Entreguei o veículo ao senhor, que me cumprimentou e elogiou. Pagou com gosto, ainda que uma mixaria. O dinheiro pouco ajudava no que eu gostaria. Porém, na manhã seguinte viera uma indicação daquele doutor. Iria desamassar um Chevrolet, muito do socado.

“Quanto tempo você precisa?”, queria saber o sujeito. Antes de responder, pensei: “achei um lugar pra dormir”! Assim o fiz por várias vezes. Dizia aos clientes seguintes que precisava de 2 ou 3 dias para os reparos, fazendo os carros de guarida. Foram noites longas, espremido no banco de trás, mas era melhor do que ficar andando pelas ruas e dormindo sabe-se lá onde.

Fui pedra dura, resistente... mas um dia cansei desse sonho de ser patrão. A caminhada até lá parecia muito longa, fria e de fome. Resolvi procurar um emprego pra trabalhar fichado, queria enfim

segurança e condições mínimas pra viver. Esgotei-me de pedir ajuda pra um e pra outro. Não dava mais. Eu precisava resgatar a minha dignidade.

À época todo mundo falava da Petrobras. Era lá que havia emprego, dinheiro e futuro. Resolvi então pegar o ônibus e fui até à Refinaria Gabriel Passos, recém-inaugurada. Eram os idos de 1968, mas não me lembro o mês e o dia. Ao chegar lá, descobri que as vagas para Betim estavam esgotadas. Porém, havia disponibilidade em uma empresa que prestava serviços para a petroleira, no estado da Bahia. Pensei: “Que mal tem?!”

“O senhor se interessa?”, perguntou a secretária.

“Interesso não, moça! Eu preciso!”, respondi, pedindo para que colocasse logo meu nome na lista daqueles que já pegariam o ônibus no dia seguinte para o outro estado.

Tinha que voltar pra Betim para pegar uma meia dúzia de pertences. Assim o fiz, tomando a mesma linha de ônibus que corria no trajeto capital x interior. Foi quando o seu Antônio Braighi entrou na minha vida. Eu estava perdido nos meus pensamentos, me questionando se essa viagem iria dar certo, o que eu encontraria lá, se eu podia confiar nas promessas da empresa, quando vi um senhor se aproximar.

“Dá licença? Posso me sentar?”, perguntou o moço que não era estranho pra mim. Nada respondi; apenas estiquei a mão ao banco vazio e balancei a cabeça pra cima e pra baixo, enquanto puxava pela memória. Eu conhecia aquele bigode de algum lugar.

“Você trabalha consertando carros na rua, lá em Betim, não é?”, perguntou ele já sabendo a resposta. Nessa hora lembrei quem ele era. Respondi que sim e ele esticou a mão pra me cumprimentar. O senhor se apresentou e perguntou o meu nome.

Respondi a ele: “Meu nome é Expedito Andrade, mais conhecido como Picolé, e também te conheço!”

Aquele senhor tinha uma oficina mecânica na Rua Santa Cruz; era só o que eu sabia dele até aquele momento. De uma fala mansa e um sorriso largo, me perguntou o que eu estava fazendo ali,

pegando ônibus no meio da estrada¹⁶⁷. Contei toda a história que o leitor já sabe. Depois de me escutar com muita atenção, talvez a atenção que eu nunca havia recebido de quem quer que seja, ele disse as palavras que eu nunca esqueci:

“Você não vai pra Bahia, não. Seu lugar é aqui, fazendo o que gosta. A gente vai fazer o seguinte: descemos no mesmo ponto lá na Avenida Amazonas e eu vou te apresentar a minha oficina. Se você gostar do trabalho, fica lá comigo”.

Eu só não poderia imaginar o que esse “fica lá comigo” significava. Como combinado, fomos até à oficina que, em verdade, ficava nos fundos da casa do seu Antônio. Imagine, então, qual foi o primeiro lugar que ele me levou para conhecer, antes mesmo do posto de trabalho. O homem parecia adivinhar que eu estava morrendo de fome. Depois de mostrar rapidamente a residência dele, sentamos logo à mesa. Comi muito! Como a Dona Vanda cozinhava bem!

No alto dos meus 75 anos, ainda me lembro perfeitamente daquele primeiro dia. Conheci de imediato as principais qualidades do seu Antônio: conversador, conselheiro, contador de causos, piadista, atencioso e curioso. Foram horas que passaram como minutos, entre gargalhadas que há tempos não dava.

Já era hora de conhecer a oficina, certo? Errado! Ele me mostrou antes um quartinho, no fundo do quintal da casa dele. Pequeno, é verdade, mas muito do arrumadinho. “Você pode dormir aqui”, disse ele, reforçando que eu não pagaria nada a mais por isso. Pra mim que dormia dentro de carro, aquilo parecia um apartamento de hotel.

Finalmente fui conhecer a oficina. Tudo muito organizado. Trabalharia ao lado do Seu Martinho, com quem também muito aprendi nos quase 3 anos que ainda passaria ali. Bem verdade que o seu Antônio dizia que eu trabalhava melhor do que aquele moço – que, no início, me assustava um pouco. Ele só era sistemático – ao extremo – e eu só tinha mesmo era que produzir. Era o que eu fazia.

Foram assim dias de muito trabalho, mas com uma tranquilidade imensa. Havia hora certa pro café, pro almoço, pra

¹⁶⁷ A Refinaria Gabriel Passos está localizada na Rodovia Fernão Dias, entre as cidades de Betim e Contagem.

janta e, principalmente, pra encerrar o expediente. As bonitas filhas dele, principalmente a Deiara e a Denise, sempre vinham trazer o alimento pra gente; aliás, sempre o mesmo que a família comia.

Recordo que o seu Antônio tinha até a hora certa pra oração. Todo dia, às oito da noite, a gente sabia onde ele estava. Vez ou outra eu até participava. Não entendia muito bem, até hoje não sei qual era a religião dele, mas ia lá, com muito respeito. No fim, eu sempre saía mais tranquilo do que entrava e dormia a noite toda. Verdade que o cansaço ajudava também, mas a serenidade da reza dele cativava.

Aliás, sobre a religião do seu Antônio, ele sempre falava num tal de Bezerra¹⁶⁸. Eu não sei se esse tal aí era santo, mas, sempre que o Braighi falava o nome dele, você podia saber que ele estava fazendo coisa boa pra ajudar alguém. Aliás, ele ajudou gente demais. Ele foi bom pra muitas pessoas.

Quando me perguntam, porém, se eu sei quem ele ajudava, ou como ele amparava, a minha resposta é simples: ele não fazia nada pra aparecer, não ficava contando vantagem, o que dificulta saber quantas pessoas ele auxiliou e onde elas estão agora. Mas não sei o que mais aparecia na casa dele: carro pra arrumar ou gente pedindo algum tipo de apoio.

Teve uma vez, na rua, que do nada ele desceu do carro e foi ajudar uma mulher que pedia esmola. Eu andava muito com ele. Porém, certo dia passeando sozinho na praça, aquela senhora veio em minha direção.

“Ôh moço, era você que tava com aquele senhor de bigode outro dia, né?”

“Sim!”, respondi no piloto automático.

“O senhor sabe onde ele mora?”, me questionou.

“Sei não! Ele só tinha me dado uma carona aquele dia”, respondi com medo de dar o endereço do Seu Antônio. Talvez menos por achar que ele não ia gostar e mais por pensar que aquele homem já fazia demais pelos outros. Ele precisava descansar. Mas,

¹⁶⁸ Em remissão ao médico, filantropo e expoente da doutrina espírita, Bezerra de Menezes.

me contradizendo um pouco, que bom que o Braighi nunca soube que eu não falei onde ele morava; era capaz de brigar comigo.

Mas uma pessoa que ele ajudou muito eu posso dizer, com certeza, onde está: aqui! Desde a compra do meu lote – ideia e esforço dele – até os conselhos que ele me dava, sem que eu pedisse nada. Se tenho uma casinha hoje no bairro Santa Inês, em Betim, foi porque o seu Antônio me ajudou a olhar o lugar, juntou toda a papelada necessária, deu entrada nos pagamentos, acertou um preço justo (sem ganhar nada em troca) para que eu pagasse a ele. Se tive com quem conversar, desabafar, pensar em conjunto sobre o que fazer da minha vida, foi porque ele sempre esteve por perto. E a palavra daquele homem era precisa. O que ele dizia, podia confiar. Era batata! E ele fazia o mesmo pra tanta gente... tratava todo mundo igual!

Foi graças a ele que o sonho de virar patrão voltou. Bem verdade que, lá no fundo, eu nunca desisti. Mas, pense: como eu ia dizer para aquele homem que eu queria sair da oficina dele, da casa dele, e montar meu próprio negócio? Foi difícil! Demorou, mas tomei coragem.

Era uma tarde dessas de fim de ano. Céu cinza e a árvore cheia de manga. O seu Antônio vinha da casa dele e eu descia da oficina. No meio do caminho, falei cabisbaixo e com a voz fraca:

“Seu Antônio... tô... tô precisando conversar com o senhor.”

“Fala, Picolé!”, disse ele sorrindo.

Pensei: “Vou estragar a alegria dele...”

Mas me mantive fincado no propósito. Falei o que pensava, sentia e desejava. Não consegui ser firme, mas coloquei tudo pra fora. Quando terminei, ele continuava a sorrir. O sujeito não apenas concordou, como me apoiou. Ele parecia já saber o que eu não havia contado pra ninguém.

Combinamos não apenas como seria a minha saída, mas ouvi muitos conselhos dele do que fazer e o que evitar. Ele me deu dicas de que lugares eu podia alugar para montar meu negocinho. Deu-me até algumas ferramentas dele! Eu ia virar concorrente e o sujeito abriu mão de ferramentas dele! E ainda outros utensílios ele viria a me emprestar depois, quando eu precisei.

E os primeiros clientes? Adivinhe quem me indicou! Quando ele não podia pegar serviços, passava pra mim. Aos poucos o meu negócio foi deslanchando. Tive que mudar para uma oficina maior e para um ponto melhor. Até a prefeitura começou a me dar trabalho, levando os veículos oficiais ao meu ponto.

E eu que ia pra Bahia! Estava, depois de poucos anos, profissionalmente realizado em Betim. Fazia o que gostava, como queria, tendo bons resultados. Estava, aliás, em uma cidade que me daria outras alegrias também. Foi onde conheci a minha amada esposa, onde criei meus filhos, onde fiz a minha vida.

Quando estava para me casar, lembrei-me de toda a história que contei até aqui. Pensei que uma forma de agradecer ao Seu Antônio por tudo que ele fez por mim seria convidá-lo para ser meu padrinho de casamento, juntamente com a Dona Vanda. É um posto muito importante e de grande destaque em um matrimônio, não é?

Ele aceitou com muita alegria e gratidão. Daquele dia pra cá, mesmo depois da morte dele, nunca deixei de chamá-lo de padin. Ele gostava e ria! Meus filhos o chamam até hoje assim também. Minha esposa tem um carinho enorme por ele. Todos nós sabemos da importância dele nas nossas vidas e registramos isso com muita satisfação.

O padin, mesmo depois que deixei de trabalhar com ele, sempre esteve presente. Toda vez que passava em frente à minha oficina, parava um pouquinho que fosse pra saber se estava tudo bem, se podia ajudar em alguma coisa, pra ouvir, pra contar uma piada nova.

Quando ele parou com esse negócio de oficina, cansado que estava da labuta – talvez mais pra se dedicar ao social, me deu de presente o que sobrara das ferramentas dele. Aceitei com muito gosto. Hoje meus filhos ainda usam algumas delas; eu deixei também a atividade que me juntou ao meu padrinho. Penso até que, apesar de ter muito gosto de trabalhar nessa área, o que mais me deu prazer foi conviver com ele. Hoje posso, finalmente, dizer isso aqui.

Continuo pedra pequena, mas firme, resiliente, que rolou, morro acima, junto a uma maior – ainda que esta nunca tenha se

descrito assim. Cresci e me fortaleci com a força e a grandeza de quem se via igual a quem quer que fosse. O nome dele é Antônio Braighi. Sujeito que nunca me tratou como o funcionário que de fato era. Tenho certeza que ele gostava de mim como amigo. Gostava por gostar, como fazia gosto de todo mundo. Só sinto nunca ter dito (a ele) que ele não era apenas meu amigo também, mas que foi como um pai pra mim. Agora todo mundo sabe disso – e espero que ele igualmente.

Todavia, que não se esqueça: meu nome é Expedito Andrade, mais conhecido como Picolé. Não sei ler e nem escrever direito. Sou gente simples, de coração afetuoso, feito o seu Antônio Braighi. Minhas palavras rolaram no teclado, digitadas por não sei quem, e vieram parar aqui. O relato que nesse livro se expõe é tradução do meu saber, humilde e honesto, sobre quem comigo esteve e de quem guardo a melhor das recordações.

* *

*

Picolé faleceu nos dias derradeiros de outubro de 2017; poucos meses depois de ter me concedido uma entrevista. As palavras dele me encantaram, tanto que não contive a vontade de escrever imediatamente após o nosso encontro; aliás, não resisti ao desejo de tentar apenas reproduzi-las, da forma como me soaram naquela tarde. O seu Expedito era um homem bom, simples, de uma fala mansa e de uma presença singular, diria peculiar. Não havia como não ser cativado pela sua cadêncio e qualquer sorriso brotava ao escutá-lo e/ou dele se lembrar. Só me arrependo de não ter ficado um pouco mais com ele aquele dia... de não ter aceitado mais uma fatia de queijo ou um copinho de café... de não ter tido tempo de sobra para ouvi-lo um tanto a mais... e me entristece não ter conseguido cumprir a minha promessa a ele, feita como justificativa da minha despedida abreviada: voltaria para lhe entregar, em mãos, um exemplar deste livro.

O substituto de Picolé, na oficina de Antônio Braighi, foi um menino de 14 anos, chamado de Tó, apelido retirado do primeiro nome de Eriseliton José Almeida Soares. O amigo Expedito, já atuando como empresário, empregara o jovem como aprendiz. Em uma visita de meu avô ao estabelecimento nada-concorrente, viu o garoto na labuta e quis tê-lo em seu plantel, dada qualquer vacância que restara.

Como Picolé não se opôs, e dado o aceite do rapaz, mudara de local de trabalho. A verdade, hoje percebo, era que meu avô se preocupava com o bem-estar e com a formação intelecto-moral de um jovem como aquele. Ele não queria dar apenas uma oportunidade de trabalho ao menino (e a tantos outros púberes como ele que por sua oficina passaram, uns por pouquíssimo tempo, outros em dilatados estágios), posto que essa Tó já tinha com Picolé. O intento e o projeto eram outros; referia-se a ofertar condições para que apreendessem mais do que um ofício, mas valores e posturas que pudesse guiar o comportamento daqueles em que via futuros homens de bem.

Fui procurá-lo, então, anos depois, sob a alcunha que muitos conheciam. Não foi difícil achar o ex-pintor, agora auditor fiscal da prefeitura de Betim. Homem respeitado na administração pública betinense, Eriseliton recebeu-me com muito carinho, numa manhã regada a gargalhadas com as histórias da casa à Rua Santa Cruz. Ao final, Tó repetiu a definição que eu tanto ouvira sobre meu avô, mas não cансo de escutar:

“Ele foi um segundo pai pra mim!”.

Por quê? Pelos conselhos de toda ordem, pela presença, pela paciência, pelo incentivo, pelo fomento aos estudos, pelo investimento e desprendimento financeiro quando era mais do que um funcionário naquela mecânica. Pelo exemplo, ele registra orgulhoso. Em razão dos jogos de dama quando faltava

serviço (havia espaço para o lazer?), das conversas furtivas sobre temas banais e dos diálogos edificantes, dos ensinamentos sobre humildade e do encaminhamento ao Direito – pra ser doutor, sem perder a ternura.

“Pudera! Quantas vezes eu não via juízes irem pedir conselhos ao seu avô? Foram muitas! Homens da lei, graduados, demandavam orientação do seu avô. Eu vi! Não foi ninguém que me disse não. No início eu até achava estranho. Um dia, um desses juízes, que eu não conhecia, estava sentado no pé da escada do quartinho em que eu dormia. Onde já se viu? Um juiz sentado na pedra dura! Como eu tinha que me trocar, pedi licença rapidamente aos dois e entrei. Repito, não sabia que era um juiz, achei que fosse mais uma das pessoas que iam lá pedir ajuda ao seu avô. Na verdade era, mas era um juiz! [risos] O seu Braighi me chamou a atenção: ôh, rapaz! É assim que se fala com um juiz? Fiquei numa vergonha...! Mas depois ele me explicou que não é o cargo, a função, a formação que faz a pessoa. É o caráter, a personalidade, encravados na humildade!”

Eriseliton formou-se em Direito, fez pós-graduação, é especialista na área tributária, é também professor e um profissional muito estimado na sua cidade. Sua história, no entanto, segundo me relata, não seria a mesma se não tivesse passado pela acolhida afetuosa e incentivadora de Antônio Braighi: “*Não só a minha, mas de muita gente que com o seu avô encontrou apoio para ser quem hoje é!*”

Coalhada

Entre os mais de duzentos personagens criados pelo mestre brasileiro do humor, o inesquecível Chico Anysio, um sempre me lembrou Antônio Braighi: o professor Raimundo. Pela disciplina arranjada nas palavras bem colocadas, no sorriso amarelo que saia no canto da boca, o olhar emborrachado pelos óculos, o bigode – claro, a voz grave e um tanto rouca que era emitida forçada, sobretudo ao chamar a atenção dos

seus. Assistir à Escolinha sempre foi colocar-me diante de uma caricatura não intencionada de meu avô.

Nada obstante e muito curiosamente, encontrar-me-ia, no propósito de conhecer outras histórias para este livro, com alguém que receberia alcunha em razão do *sitcom* brasileiro: Coalhada. Tratava-se de jogador futebolístico sem sucesso, mal afamado aliás por ser um perna de pau. O personagem da vida real, todavia, era um vencedor no que se propôs a fazer.

Lanterneiro de primeira, se encontra no retão do Teuto em Betim. Valcine é o nome dele, mas poucos o conhecem assim, senão pelo documento de identidade. Sujeito trabalhador, simples, tímido, foi difícil arrancar-lhe as palavras. A memória parecia intacta, mas a defensiva ancorada no acanhamento não permitiu falar muito. Sujo de graxa, me recebeu meio sem graça, achando que eu ia filmá-lo – vejam só. Que nada! Era só prosa.

Em meio à lida, entre os caminhões que consertava no largo de sua oficina, disse-me que se lembrava do que aconteceu já há mais de 40 anos lá no Centro da cidade de Betim – e relativamente assim relatou, ao menos como me souou:

"Rapaz... eu tinha o sonho de ser jogador, mas não era tão bom assim... o apelido veio, então, facin-facin. Mas eu tinha que trabalhar, não dava tempo para perder tempo, sonhar, divagar. Não devagar fui labutar. Naquela altura o Tó era meu amigo e me falou de um senhor que dava oportunidade a quem queria se encaminhar. Não pensei duas vezes. Tinha quinze anos e apresentava maturidade duas vezes mais. Agarrei a cela da oportunidade e selei meu compromisso. Todo dia, o dia todo, ficava naquela oficina apertando parafusos. Aprendi a pintar, lanternar, orçar e até gerenciar. Foram, na real, cinco anos estagiando. Aprendi, cresci e aos vinte acreditei que poderia montar meu negócio. Criei! Vingou! Cresci e nunca mais larguei mão de consertar carro. Devo tudo o que sei àquela casa, àquela oficina, que me viu de menino me tornar homem. Quem passou por ali teve o mesmo destino, ou mais, sempre a crescer e a

melhorar. Homens ali formaram gente. Saudoso de Carlin e Martin, Sô Antônio, Tó, de todo o time com quem trabalhei e que gerou mudanças na minha vida”.

Mæzinha

Eu gosto da leitura (apesar de não ser um leitor voraz). Considero-a, sem embargos, tal qual a escuta, a base de todo ato verdadeiramente político. Os livros me apetecem então, ainda que não tenha lido todos os que gostaria (ou deveria). Na pilha relativamente considerável que se consolidou na casa de minha mãe, há diversos que, sem que ela soubesse, li – ou ao menos corri os olhos.

Entre tantos, havia um, fininho, velho, meio enrugado pelo tempo, para o qual nunca dei atenção – fruto não da capa desprovida de beleza (todo mundo sabe: não se pode julgar um livro por esse aspecto, diz o ditado), mas do machismo velado que apresentava no título: “*A felicidade no matrimônio e a culpa da mulher no seu fracasso*” (SÁDHANÀ, 1984). A minha mãe não teve o melhor dos relacionamentos com o meu pai, e conceber que ela estaria lendo uma obra que, conjecturei, atribuía à esposa a responsabilidade pelos problemas do casamento era demais pra mim.

Também não é correto fazer juízo de valor sobre o que uma pessoa lê, mas sim apreciar o fato de ela estar lendo – ainda que haja controvérsia em tal posição. Eu mesmo nunca me interessei pelo texto, contrariando a posição política que afirmo ter. Anos depois é que ele fora me provocar – muito em função de quem era a autora: Mæzinha Sádhanã (também conhecida como Mataji Swamini Sádhanã), alcunha usualmente utilizada pela senhora Maria Luisa Pfeiffer Kock de Mascheville. Belo (e extenso) nome. Foi a minha mãe que me advertiu de que aquela senhorinha magra que morava em uma aconchegante

(ainda que simples) casinha em Betim e que meu avô tanto ajudara (pensando apenas essa ser a relação que mantinham) era também escritora.

A minha impressão sobre Mãezinha começara a mudar quando abanquei folhear o livreto e descobri que ela advertia acerca da mulher inteligente: daquela que, se quer mesmo se manter em matrimônio sadio, deve adotar determinadas estratégias conscientes, de comportamentos orientados ao que ela considerar justo. De outra forma, conforme apregoa a autora, se o casamento não está mesmo dando certo, que se separe, divorcie, que tome logo tal atitude.

Hoje isso parece normal, não é? Mas a Dona Maria Luísa havia escrito aquela reflexão no início da década de 1940 – ainda que a tenha publicado, ao menos na versão que li, em 1984. Não há como negar que era mesmo uma mulher à frente de seu tempo. E não só por isso. Digo isso pelo interesse que começara a me tomar por ela e pelo que descobri.

Resolvi fazer uma busca na internet por aquela alcunha e até hoje tento me dar conta de tudo o que encontrei. Confesso minha ignorância, ainda que a curiosidade obstinada possa, no curso dos próximos anos, me fazer compreender o que, muito grosso modo, relatarei a seguir.

Mãezinha era uma grande mentora espiritual – e que, precisamente por isso, muito instruiu Antônio Braighi. Observem: a relação começara a mudar. Eu que conjecturei ser ela mais uma do grupo de pessoas que ele auxiliou, era, em verdade, orientadora. Recebia mais do que dava – posto que, conforme se verá mais à frente, meu avô empregou préstimos sociais também a ela. No entanto, aqui a dinâmica parecia ser de câmbio afinado.

O leitor vai entender por que Mãezinha foi tão importante na vida de Braighi quando perceber quanto conhecimento ela guardava e utilizava para ao meu avô aconselhar. Alemã, da cidade de Darmstadt, fora esposa, companheira em todos

os sentidos, do francês Leo Costet de Mascheville – um dos pioneiros do Yoga no Brasil¹⁶⁹ – com quem muito aprendeu em torno dos conhecimentos que prenunciava. Mas a história começa com o sogro dela, Albert Raymond Costet – mais conhecido como “Conde de Mascheville” ou Cedaíor.

O pai de Leo era um homem de variados conhecimentos esotéricos e religiosos. Era *expert* em correntes de pensamentos místicos (principalmente no Martinismo), orientais e até de vertentes ocultistas, sendo consagrado até bispo da Igreja Gnóstica. Dedicou-se ainda à Maçonaria e, em Paris, realizou diversas palestras que tinham como fundamentação a complexa inter-relação dos conhecimentos espirituais (de todos os gêneros, em verdade) que detinha. Assim, começara a formar na França uma fileira de discípulos.

Todavia, em 1910, Albert resolve vir para a América do Sul para ampliar a exposição de suas ideias, sobretudo no sentido de expandir as perspectivas do Martinismo. Na Europa, deixara o pequeno Leo (então com 9 anos). O pai, porém, lega um mentor ao filho, um rosacruc¹⁷⁰ chamado Walter Bauer (então com 23 anos) – doutor em Filosofia e Letras, catedrático que abandonara tudo para levar uma vida mais leve, focada no conhecimento astrológico e místico, tornando-se um reconhecido conselheiro, autor de diversos livros. O marido de Mãezinha, então, bebeu na fonte dos saberes do pai e também desse homem de grandes conhecimentos.

A certa altura, Leo veio também para o nosso continente, muito motivado pelo próprio Bauer que, da mesma forma,

¹⁶⁹ As informações que seguem foram obtidas no site “Yoga Consciência”; acessado em março de 2018 e disponível em <http://www.yogaconsciencia.com.br/sarvayogaorigens.htm>. O site faz referência, pelo que compreendemos, ao livro de Ramachandra (2010). Além disso, nos valemos de escritos do próprio marido de Mãezinha, na publicação de quatro volumes sobre o Mestre Philippe de Lyon.

¹⁷⁰ Grosso modo, Rosa-cruz é um movimento filosófico que se popularizou na Europa no século XVII e que tinha como intento auxiliar na evolução espiritual das pessoas, tendo como base ainda diversas concepções religiosas.

faria tal mudança para tornar-se um eremita¹⁷¹ entre as terras argentinas, uruguaias e paraguaias¹⁷². Nos primeiros anos da década de 1920, então, encontrar-se-iam com Albert em Mendoza, região vinícola argentina. Nesse local, enfim, pai e filho voltariam a ficar juntos e passariam a trabalhar contíguos na divulgação da linha de pensamento arregimentada pelo Conde – na conformação de reflexões advindas de conhecimentos diversos, que tendiam sempre a aumentar em razão das leituras e discussões que nunca deixaram de empreender.

Naquela mesma época, Albert conheceria e passaria a conservar amizade com uma mulher chamada Ida Hoffmann¹⁷³, mais conhecida como Peregrina, com quem Leo também estabeleceria laços – e, futuramente, igualmente amiga seria de Mãezinha. Ela legaria a eles outros conhecimentos, como os advindos da organização ocultista O.T.O. – Ordo Templi Orientis. Ida residia em nosso país; com isso, o projeto iniciado por Cedaíor chegaria também ao Brasil, passando por vários estados, iniciando por Santa Catarina.

Leo casou-se, ainda na década de 1920, com uma parisiense, conhecida também pelos saberes místicos que possuía. Um tempo depois, tal laço foi desfeito. No entanto, todo esse rápido traçado histórico feito aqui tem um objetivo: dados tantos personagens, aquele que viria a ser marido de Mãezinha, fora influenciado, então, pelo conhecimento que adquiriu nas leituras e na convivência com (várias) pessoas com

¹⁷¹ Em trajetos realizados a pé, dormindo a céu aberto, comendo o que conseguiam (Leo e Walter) na natureza ou de doações vindas de pessoas caridosas.

¹⁷² Em 1928, finalmente se instalaria em San Bernardino, Paraguai, tornando-se requisitado conselheiro.

¹⁷³ [...] foi líder feminista, pianista, naturista e vegetariana, mas antes de tudo foi ela mesma, e marcou a história como uma mulher que ousou, rompeu barreiras, sensível e ao mesmo tempo lutadora, lutou até o fim pelos seus ideais e para exercer a sua Verdadeira Vontade [...] foi autora de obras tais como “A Contribution to the Female Question” (Uma contribuição à Questão Feminina); “The Importance of True Theosophy” (A Importância da Verdadeira Teosofia); sendo esta última em italiano” (ORDO TEMPLI ORIENTIS, 2007, p.8).

reflexões advindas de diversas áreas. Mas ainda tem mais: ainda jovem, Leo uniu todas as reflexões à meditação e ao Yoga e continuou na estrada brasileira, passando por Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul. Na sua jornada, o filho de Albert chega até ao Uruguai, onde fundou um grupo de estudos esotérico-religiosos, do sufismo ao cristianismo, passando pela kabala, astrologia e filosofia transcendental.

É no entre-dois dessa longa marcha que Leo conheceria Maria Luísa – que mais tarde seria chamada de Mæzinha. Também interessada em todos esses conhecimentos, ela legaria daquele que se tornaria seu companheiro (anos mais tarde¹⁷⁴) todo esse cabedal que construiria ao longo dos anos – somado, evidentemente, aos saberes que já detinha¹⁷⁵.

Conheceram-se, provavelmente, no Uruguai. É para lá que Mæzinha se mudara, com 30 anos, visando à chamada vida espiritual. Desde sempre, porém, ela se dedicou à leitura edificante. Era mulher de muita fé, de oração forte, de coração nobre – sempre disposta a auxiliar o próximo. Antes de conhecer Leo, fora casada. O próprio Costet fala sobre “[...] Paul (anterior marido de Sádhanã, falecido de câncer no sangue – leucemia – e do qual Sádhanã cuidou com notável dedicação e coragem, em condições excepcionais que não cabe relatar aqui, mas que constituem *crédito moral* de Paul e dela mesma [...]” (SEVANANDA, 1959c, p.261, grifos no original).

Aproveitando o ensejo, depois de alguma busca, consegui em um sebo mais um dos livros de Mæzinha. Trata-se de “Sabedoria da Vida”. Tive acesso à 4^a edição, de 1994, quando ela ainda era viva. Alguém que a conhecia bem, e não assinou, preparou a apresentação da publicação. Lá, lê-se o

¹⁷⁴ Registros dão conta do casamento dos dois em 1937. Mæzinha, no entanto, teria sido a terceira esposa de Leo.

¹⁷⁵ Prentice Mulford (colunista e pensador espiritualista que escreveu livros que tinham como objetivo estimular o desenvolvimento da mente) fora, em sua juventude, o seu autor guia.

que segue, num panorama bem marcado sobre a autora, que a evidencia dentro de um quadro para o qual não poderíamos fazer melhor:

Após uma existência em que somente procurou o autoaperfeiçoamento, renunciou a tudo por amor ao trabalho espiritual, a Deus e aos humanos. Vivendo na fé inabalável dos ensinamentos e na entrega ao seu Mestre Espiritual, nada a fez mais feliz do que estar cercada por pessoas amigas, especialmente aquelas que estão em busca de um conselho, um consolo, um apoio, um estímulo. E todos conseguem a resposta, a ajuda, mesmo para aqueles problemas considerados quase insolúveis. Servir, ser útil até o último alento tem sido a sua meta, e é com esta finalidade que estimulou, acompanhou, ou mesmo dirigiu grupos de meditação. Orientadora excepcional, percorreu todo o Brasil em conferências e palestras, visando especialmente o aconselhamento de casais e à causa da educação dos adolescentes [...] Ligada profundamente à natureza e a seus seres, emociona-se ao alimentar os animaizinhos, a cuidar das plantas de seu jardim, ao ouvir o canto dos pássaros. Dedica-se, portanto, há mais de 30 anos, à alegria do servir desinteressado, à indicação do correto caminho a percorrer, à gratidão sem limites por tudo o que lhe é concedido, a caminhar confiante na proteção e ajuda dos Mestres e seres. Enfim, irradiar a Paz, transmitir a luz, e, apesar disto, nunca falar de sua vida, nem de seu Nome Oficial. Para todos é tão somente Mãezinha. (SÁDHANA, 1994, p.7-8).

Com Leo, então, formara uma dupla afinada, coesa, trabalhando para o bem, sempre em prece, em atenção a quem precisasse de uma palavra amiga, divulgando suas reflexões por onde passavam no sentido de despertar consciências. A alcunha dos dois adviria de um acervo de uma antiga sociedade dos

Himalaias. Assim, seriam conhecidos como o casal Sevananda e Sádhanā¹⁷⁶. Juntos, desenvolveriam ainda mais os seus estudos – tendo publicado diversos livros, alargando os conhecimentos em exposições que fariam América do Sul afora.

É nos idos da década de 1950 que os dois se colocariam em uma grande Cruzada Espiritual sob o lema “O sacrifício de Jesus e de Gandhi nos unem a todos”. Para tanto, segundo o marido mesmo registrou, a aventura e

tudo quanto dela decorreu foi fruto de esforço de Sádhanā durante 32 anos, já que quanto economizara, mais o que foi por nós aumentado até 1953, e investido na propriedade de Malvin, serviu para pagar as despesas do labor, parte da edição do livro, compra do jipe e da Ermida Rodante [*um trailer*], material de instrução [...] (SERVANANDA, 1959b, p. 232, grifo nosso).

Sevananda, Mæzinha e a Ermida Rodante (Campinas-SP – 1953)



Fonte: Sanches e Gnerre (2015)

¹⁷⁶ Termo que designa a prática espiritual constante visando ao autoaperfeiçoamento. Não sem motivos receberia tal nome, posto que Mæzinha – outra carinhosa alcunha que remete, como se indaga, ao carinho, atenção e cuidado – seria conhecida como alguém sempre em oração.

Com largada no Uruguai, subiriam o Brasil, passando por várias cidades, estacionando o trailer e empreendendo palestras (divulgando o Yoga) e pregações nas quais evidenciavam, principalmente e àquela altura, mensagens de Philippe de Lyon. Curioso é que, no curso da pesquisa para este livro, recordei-me que Antônio Braighi tinha na parede de sua casa três quadros com rostos significativos: Jesus Cristo, Bezerra de Menezes e, vejam só, o do mestre francês Philippe de Lyon.

Nizier Anthelme Philippe, mais conhecido como mestre Philippe de Lyon, fora considerado taumaturgo, um operador de milagres em sessões de cura medicinal não convencionais – baseadas apenas na oração. Cristão, atendia diversos enfermos e nada cobrava em troca. Dizia nada fazer, mas apenas pedir a Deus e Ele atendia, na medida da fé daqueles que participavam das dinâmicas de tratamento. Ademais, reiterava que a cura se dava de forma meritória; aqueles que fizessem obras de caridade, recebiam dos céus em retribuição. Este era o segredo e, espelhados em Cristo, devíamos caminhar. Dizia que, se ele podia, todos nós também o poderíamos.

Mestre Philippe de Lyon



Fonte: Site do Sarvas Ananda Yoga

Tendo então o sábio francês como espelho, além de tantos outros variados conhecimentos, Sevananda e Sádhanā fixaram residência na década de 1950 no estado do Rio de Janeiro, onde instalaram um monastério. No Brasil, na mesma época, inauguraram o Sarva Yoga – uma retomada da integralidade do Yoga, uma prática que visa ao autoconhecimento e ao autoaperfeiçoamento, com estreita conexão com Deus, tendo o Evangelho do Cristo como receita e não abrindo mão de conhecimentos advindos de variadas áreas que auxiliem no processo de autoiluminação. E mais:

abandonado tudo que é superfície (vida mundana, sexualidade, crenças religiosas, tabus sociais, doutrinas filosóficas, tabus ou limitações de investigação científica) e tudo que, no que citei, limita o ser humano a pensar sempre com clichês gastos, com pensamentos de rotina, com lugares comuns que pensam ser meditações ou cogitações [...] realização espiritual obtida pela liberação do pensamento rotinário e pela experimentação voluntária dos sucessivos estados ou degraus de consciência, bem como pelo manejo da luz como meio de relação entre espírito individual e espírito universal (SEVANANDA, Discurso em 2 de agosto de 1954)¹⁷⁷

Alguns anos depois, o casal se mudou novamente e veio morar nas terras de Minas Gerais – estado para o qual um de seus discípulos viera para instalar um núcleo de Yoga. Antes, ainda teriam voltado a Santa Catarina – local em que Sevananda escrevera quatro livros com mote em Philippe de Lyon, em um gênero textual particular e peculiar, no qual inscrevera um pouco de sua autobiografia – contando, inclusive, acerca das viagens pela América do Sul.

Num pequeno sítio em Betim, Mæzinha habitaria poucos anos com o marido. Sevananda faleceu em novembro de 1970, deixando a esposa sozinha. Isto é, sob o amparo de

¹⁷⁷ Disponível em <http://yogaconsciencia.com.br/sarvayogaorigens.htm>

mãos carinhosas e caridasas dos amigos que fizeram na região. A nobre mulher viveria ainda por mais 35 anos, falecendo em janeiro de 2005. No site Padma Yoga, que conta resumidamente sua história, observei que aquela senhora fora cuidada por um “fiel discípulo” chamado “Bhaktidasa”.

Essa é a alcunha de Fabiano Pais Teixeira, professor de Yoga, que localizei em buscas na grande rede. Encontramo-nos em seu local de trabalho, diria de missão: no Sarvas Ananda, formado por um grupo de pessoas que conviveu em Belo Horizonte com George Kritikos¹⁷⁸, o Mestre Sarvananda, discípulo de Leo. Foi uma bela aula que recebi, nos poucos minutos em que pudemos conversar, sobre assuntos dos mais diversos.

Não obstante, indo diretamente ao tema que mais nos interessava, disse-me, categórico: *“Cuidei sim, carinhosamente da saudosa Mãezinha. Mas fiz isso com mais afincó só depois do falecimento de seu avô. Em um determinado período, cuidávamos nós dois dela. Ele, no entanto, como estava mais próximo, era mais presente, realizando mil e uma tarefas em prol do bem-estar dela. Chegamos a nos conhecer, mas não pude privar de uma convivência maior com o senhor Antônio”*.

De fato, eram várias as demandas: do pagamento de contas no banco às compras no supermercado, passando até por pequenas manutenções em casa. Tudo feito com muita boa vontade por Antônio.

Sobre como meu avô e Mãezinha se conheceram, contam-se duas histórias – e a primeira¹⁷⁹ delas ainda dialogaria com uma das tarefas dele junto à amiga: Sádhanā, que tinha um fusquinha azul, certa feita teria levado o carro na oficina do mecânico Braighi. A partir daí, os dois começariam um belo companheirismo. Tanto é que, em geral, o automóvel sempre tinha meu avô ao volante e vivia estacionado em sua casa.

¹⁷⁸ Com quem Antônio Braighi também teve estreita relação em Betim.

¹⁷⁹ A outra é acerca da relação comercial entre eles, na aquisição de terrenos em Betim.

Assim, os cuidados com Mãezinha, da parte de meu avô, eram variados, constantes e intensos¹⁸⁰. O psicanalista Ramiro Corrêa Júnior, que ratifica a sorte de ter convivido com ela, reitera um costume que tinha – e que sinaliza parte do papel que Antônio Braighi empreendia, mesmo não o citando, paralelamente a uma bela característica daquela mulher:

Meu hábito era, quase sempre, visitar Mãezinha para isto ou aquilo que ela “pedia”. Cá entre nós, quem sempre pediu fui eu! E muito embora houvesse quem levasse para Mãezinha alimentos e outras necessidades pessoais, quem lhe pagasse a conta de luz, quem lhe emprestasse a casinha para morar, quem lhe amparasse as noites para dormir, quem lhe estendesse as mãos a todo instante, alguma coisa ou outra sempre estava a faltar (isto porque ela passava adiante o que lhe era em excesso) e a minha “missão” era esta, de ver o pouquinho que lhe faltasse, porventura...¹⁸¹

Importante citar, no entanto, que a aparente fraqueza física daquela senhora, quase centenária, escondia uma fortaleza espiritual. Registra Ramiro que Mãezinha “NUNCA permitiu que alguém decidisse NADA por ela [...] tinha poder absoluto sobre si [...] Quem quisesse e fosse aceito por ela, em sua própria casinha, poderia ali frequentar e saborear a doçura em suas palavras” (grifos no original).

Este é o ponto! Depois de muito tempo concebendo a ideia de que aquela senhora era tão somente auxiliada por meu avô, descobri que ele tinha uma mentora. Sim! E desconfio – e por isso Mãezinha aparece na presente parte do livro – que ela tenha influenciado e o motivado em diversas de suas ações

¹⁸⁰ Até ao médico ele a levava – ou os trazia à casa dela. Dr. Chumbinho em entrevista revela que Mãezinha tinha uma “rigidez no temperamento”, “mal aceitava remédios” e que só se consultava com o médico “por causa do Braighi”.

¹⁸¹ Citações retiradas do blog Filosofix, de Ramiro Jr.

sociais. Mais do que isso, talvez tenha até o orientado em como agir em cada uma das diversas e complexas situações em que se metia a auxiliar quem precisasse.

Antônio Braighi era um espírita que se pautava pela codificação, um homem de muita fé, cristão ostensivo, mas que se valia, também, de conhecimentos e reflexões advindos de uma senhorinha de amplo e intrincado cabedal de informações – como se viu anteriormente. A ele, fico a imaginar, Mæzinha passava o que sabia em linguagem bem conformada, arregimentada num conjunto de palavras digeríveis, numa enunciação mansa, doce, que facilitava a compreensão e o colocava em constante reflexão.

Apresentara a ele o mestre Philippe e isso fortaleceu sua fé em Deus. Não o fez, imagino, valendo-se de qualquer explicativa muito elaborada, mas certamente através de exemplos, da prática. Trouxe a ele informação, ponderações que levavam à meditação, sem precisar rebuscar-se em vernáculo inalcançável, não; falavam, os dois, na linguagem do amor fraternal.

Gosto de pensar num senhor, idoso, adotando alguém como mãe; a que ele não teve por muito tempo. É risível, sem escárnio, pensar na humildade de alguém que se punha a ouvir e apreender, com tanta idade, depois de tudo que já havia passado na vida, de uma senhora que há pouco nem conhecia. É bonito pensar nesse encontro casual, sem intenções extras, de alguém que se colocava à disposição para ajudar e a receber em troca “apenas” conhecimento.

Mãezinha e Antônio Braighi (1978)



Fonte: Acervo de Ana Maria Pessoa

* *

*

Na última mensagem do livro “Sabedoria da Vida”, em passagem homônima, lega-nos Mæzinha uma belíssima epístola, que aqui não deixaria de registrar.

“Meu pedido diário: Senhor, fazei da minha vida uma fonte de amor, compreendendo os problemas dos outros, ajudando-os a encontrar um caminho, uma solução ou alívio em seu sofrimento. Que eu possa sentir profundamente a dor de cada alma que sofre e levar palavras que aliviem e acalmem, como um bálsamo, as feridas que a vida causou em seu coração. Se possível, que eu consiga erguer a alma abatida até vislumbrar a Luz em cada acontecimento, nos desígnios do Céu, encontrando finalmente a paz. Senhor, fazei que pela dor alheia eu esqueça minhas próprias penas” (SÁDHANA, 1994, p.77).



Quando criança, eu tinha certo medo de Mãezinha. Fui poucas vezes à casa dela. Meu avô certamente lá não me levava com receio de que eu fizesse bagunça; ele estava certo! Entretanto, o meu temor com aquela senhora, percebo hoje, era respeito. Via-a tão serena, mas ao mesmo tempo reclusa, como alguém que não queria ser incomodada. Mas que falácia; ela estava sempre disposta a ajudar.

O curioso é que, no planejamento deste livro, esta foi uma seção que não quis me furtar a fazer; parecia quase uma responsabilidade, algo a não esquecer. Tão interessante quanto é que ela foi a última a ser finalizada. Mãezinha aguardou e, certamente, neste trabalho pôde ter vindo, finalmente, a me ajudar.

Outros fragmentos

Meu tio e amigo, homem culto que só, já me avisou: “*Quando tu terminares esse livro vais ficar sabendo de uma porção de outras histórias sobre teu avô... são os desalentos de quem faz uma biografia!*”, disse-me Günter. Espero que ele não tenha razão, apesar de que a experiência dele revela o contrário. Contudo, é preciso que se diga que muitos outros casos foram aparecendo ao longo da produção desta obra, tangenciando a narrativa mais ou menos cronológico-temática que tentei articular.

São fragmentos que não consegui encaixar de forma coeso-coerente nas últimas páginas – e que merecem destaque. Trata-se de um conjunto de pequenas (em extensão apenas) histórias que não poderíamos nos furtar de (re)contar. Assim, a partir daqui, já caminhamos mesmo para o encerramento desta publicação, com a incerteza do porvir. Anteriormente, certamente apresentamos os principais fatos sobre a vida de

Antônio Braighi. Há tantas outras que, conforme assevera o companheiro germânico-tupiniquim, sem dúvidas irão aparecer e, se for o caso, iremos justapô-las, em prováveis novas edições, nesse espaço. Se não for o caso, esperamos ao menos que esse último esforço sirva para ressaltar a personalidade ímpar de nosso biografado.

Os dois bebês (por Daisy Braighi)

Uma passagem relâmpago por nossa casa, mas nem por isso menos intensa, foi o caso de dois bebês gêmeos. Era comum a polícia de Betim solicitar a ajuda do meu pai ao se deparar com determinadas situações e esse caso dos gêmeos foi uma delas. Era tarde da noite quando meu pai, após atender a um telefonema, saiu às pressas. Em seguida ele retorna. Fiquei atônita ao vê-lo com dois bebês que tinham mordidas de formigas por todo corpo. Eles foram abandonados no meio do mato, estavam molhados e choravam muito. Minha mãe se apavorou, pois não tinha mais filhos pequenos em casa, portanto não havia fraldas nem mamadeira para suprir as necessidades daqueles bebês. Não sei de quem foi a ideia, mas rapidamente minha mãe recortou lençóis e os transformou em fraldas. Os bebês tinham fome e naquela hora não era possível comprar mamadeira, pois não existia farmácia aberta durante a noite. Minha mãe ferveu uma garrafa de vinagre, para desinfetá-la, e a transformou em mamadeira. Não me recordo de onde surgiu aquele bico vermelho que foi colocado no gargalo da garrafa. Lembro-me que não foi uma noite fácil, mas a amamentação daqueles bebês foi inesquecível! Eles foram embora no dia seguinte, bem cedo, com meu pai, mas nunca soube que fim levaram aquelas crianças.

Mobral

Entre os *clippings* muito bem guardados pela Dona Penha Ássimos e por Tarcísio Braga, encontrei a informação de que meu avô teria sido presidente da comissão municipal do Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização¹⁸², o que àquela altura ideia eu não fazia. A surpresa, *a priori*, me constrangeria; vejam só, logo eu que sou da claque de Paulo Freire e já houvera criticado tal sistema¹⁸³ de ensino que emergiu com a ditadura militar. A proposta de educação de massa do governo tinha um quase-*slogan* direto (erradicar o analfabetismo no Brasil e (re) colocar pessoas no mercado de trabalho, através do tecnicismo) e um interesse indireto (na conformação de mentes a um projeto doutrinador), revelando menos o mote da alfabetização e mais o propósito do letramento antirrevoltoso.

Antônio Braighi em reunião do Mobral



Fonte: Acervo de Ana Maria Pessoa

¹⁸² “Relativamente” extinto em 1985 (ano em que Antônio Braighi ainda atuava como presidente de tal comissão), passando a se chamar Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (que, no inicio da década de 1990, também seria encerrada).

¹⁸³ Ainda que mereça qualquer mérito por ter lançado as bases da Educação para Jovens e Adultos (EJA) e da lógica do supletivo.

Assim, o que mais eu desejaria era perguntar ao meu avô: “*por que você se envolveria nisso?*”

Na ausência dele, levei a notícia do que soubera ao conhecimento de minha mãe – para quem o fato de Antônio Braighi ter sido presidente da comissão municipal do Mobral não era nenhuma novidade. Fiz a mesma questão a ela, seguida de longo discurso (pseudo)politizado e fundado no arrazoado conhecimento de Educação que eu (pensava que) tinha, a evidenciar o insofismável paradoxo. Falei difícil. A resposta dela, num nada raro lampejo de calma e conhecimento de causa, com vocabulário simples e bem encaixado da grande professora que sempre foi, ensinou ao filho, como criança que me mostrei, mais uma vez, quem era o pai dela:

“O seu avô não fazia ideia disso. Ele não teve educação para saber. E é exatamente isso que levou ele ao Mobral. Foi isso que levou ele a fazer parte da comissão de educação na Câmara de vereadores. Ele queria o fim do analfabetismo, queria que as pessoas tivessem educação, instrução, que não sofressem com a falta de formação, queria que as pessoas tivessem mais oportunidades do que as que ele teve. Se esse era o sistema da época, e se era como você está dizendo, não quer dizer que ele concordava. Mas demonstra que ele, sem medo, lá se inseria, para deixar a marca dele, fazendo diferente, fazendo com amor, fazendo pra valer, da forma que você tão bem conheceu. Tenho certeza de que a passagem dele pelo Mobral, por mais curta que tenha sido, por mais política do que técnica que tenha sido, contribuiu positivamente para o trabalho que foi feito em Betim”.

Calei-me.

Ama de leite (por Dagmar Braighi)

Eu tinha acabado de ter o Gabriel. Meu primogênito nasceu forte e saudável. Meu pai estava muito feliz com o nascimento do sexto neto e o primeiro da caçula dele. Alguns dias depois do

parto, porém, ele chegou em minha casa com uma surpresa. Era uma menininha negra, muito frágil, recém-vinda ao mundo; aliás, no mesmo dia em que dei à luz.

Disse-me com misericórdia no olhar: “Cuide dessa pequena criatura, minha filha! Use do teu leite para alimentá-la”. Aceitei sem pestanejar, ainda que preocupada. Em tempo curto meu pai daria um jeito na situação. Tratava-se do rebento de uma jovem, usuária de drogas. A criança fora largada pela mãe que, sem condições, legara a mesma ao hospital para quem pudesse cuidar dela. Chamaram o Antônio Braighi, então, para resolver.

Foram três dias de muito carinho e dificuldades – dado o improviso para atender dois bebês ao mesmo tempo. Dei de mamar e atentei-me a tudo o que ela precisava. Inclusive, por artimanha do destino, no mesmo prédio em que eu morava, encontramos alguém que adotaria a pequena e lhe daria um lar.

Pensei no quanto tal situação, infelizmente, era comum e em quantas oportunidades meu pai interveio pelo bem de tantas crianças em nossa cidade. Eu e aquela menina fomos apenas duas das diversas personagens de histórias que ele ajudou a reescrever.

Todos respeitavam ele (do relato de Orlando Alves Pinho)

Lembro do seu Antônio Braighi ainda na oficina dele. Levava meu carro para consertar com ele. Em meio a um diálogo e outro comigo ele dizia: “Sabe, Orlando, o pessoal entra e sai daqui com os seus carros, carros caros, investem dinheiro em coisas materiais, mas não pensam no próximo. As pessoas não querem ajudar aos pobres! É uma triste realidade. É difícil achar alguém que faça boas ações. Todos nós devemos fazer isso”. Ele falava isso pra mim, mas penso que ele fazia isso com quase todo mundo que ia lá. Era uma forma que ele tinha pra fazer a gente pensar sobre a situação dos mais necessitados. E acredito que, assim, muita gente acabou por fazer boas ações. Por influência das palavras do seu avô. Todos respeitavam ele. Ele tinha credibilidade!

Ninguém fala mal do Braighi

(do relato de Fernando Mendonça)

Com o discurso dele, ele acabava conseguindo as coisas com os comerciantes, com os empresários, com as associações. Todo mundo confiava nele e sabia que o que ele fazia era sério, que ele era correto. Nem precisava prestar contas. Até hoje... ninguém fala mal dele.

A solução

(do relato de Gustavo, filho do comerciante Gê e da Dona Maria das Graças)

Teve uma época que minha mãe achou que eu estava mexendo com drogas e pediu ao Sô Antônio pra vir me dar uns conselhos, tem base? Eu devia ter uns quatorze anos. Ele me chamou e me sentou na perna dele. Disse pra eu virar pra ele e ficou abrindo meus olhos. Eu lembro disso e morro de rir. Após examinar bem, ele disse: "Ah, Maria! Deixa de ser boba! Esse menino não mexe com essas coisas não!". Mas, a minha mãe estava preocupada com meu comportamento, com as minhas companhias, com meu procedimento na escola – meu e da minha irmã. Ele então me deu vários conselhos, vivia aqui na rua, me levava pra passear na Brasília velha dele... e deu uma orientação pra minha mãe que vale pra todo mundo: "Esporte, Maria! É isso que essa garotada precisa pra melhorar! A solução está no esporte!"

Mães no/ndo caminho

Alfarrábios! Assim definiu minha tia Daisy a pequena coleção de papéis que jaziam na pasta de meu avô, legada a ela como singela herança. Ganham essa alcunha, faz sentido, os documentos antigos, agregando valor pela idade. Quanto mais raros, melhor. Proporcional foi, então, minha surpresa ao descobri-los. Para mim, no curso de produção deste livro, tais informações tinham grande valor. Detive-me a

elas, pesquisei, estabeleci relações diversas... e até me peguei a indagar as folhas... sem resposta. Senti-me, em certa altura, como estudioso diante de matéria da qual não dá conta, mas insiste. Foi quando descobri, por acaso, que a tal definição dada por minha tia deriva do nome de um filósofo muçulmano, Al-Farabi. Senti-me o próprio, guardadas as proporções.

Uma das anotações apresentava, superficialmente, a situação de três meninos e, com profundidade poética, a preocupação de meu avô. Mas era só uma folha... desbotada pelo tempo, das tantas que, pudera, ele tinha sobre os diversos garotos e garotas aos quais prestava assistência. Era, assemelhava-se, a pauta do dia, o agendamento de apenas parte das demandas. Glosas ordinárias, feitas com certa pressa, com os tópicos principais; afinal, certamente tinha tudo em sua mente – o que é uma pena para mim, biógrafo, que não terei como recuperar tais histórias.

De Everaldo e Luiz Antônio, infelizmente, nada consegui encontrar. Não obstante, sobre Cléber, conheci parte da história – com certo esforço de investigação. À Rua dos Estados, nº 12, havia um comércio. O proprietário, muito educado, morador da região há muitos anos, indicou-me onde poderia residir a Dona Terezinha Rezende, que tinha nome associado ao garoto no papel. Cortei ruas dos bairros Filadélfia, Petrópolis, São João, até, depois de perguntar aqui e ali, encontrá-la, em sua residência, já quase no Vila Alpina.

“Lista de demandas” de Antônio Braighi
junto à crianças e adolescentes de Betim

Everaldo Trinca 13 anos
Trinca 44
Maria
Cleuácia Rua do mato
Rua 12º

TEREZINHA REZENDE

Rua dos Estados N°12 - Morais -
Teve mar para companheira

O aniversário CLEBES Alves Ferreira
filho de Daniel Barbosa da Silva
e Ana Julia Alves Ferreira

Menino sonido
LUIZ Ribeiro
Da conceição Dall'Orto
Jardim Taunay
Rua Varginha Grande 340

Fonte: Acervo de Daisy Braighi

Atendeu-me uma senhora de descendência alemã,
com os cabelos quase todos brancos, com olhar desconfiado
entremeado à gentileza ao portão. Seguiu-se o diálogo:

“A senhora conheceu algum Antônio Braighi?”, questionei.

“Não!”, respondeu lacônica.

“Uai! Não é a senhora que morou na Rua dos Estados,
número doze?”

“Rua dos Estados...?”, replicou parecendo desconhecer,
enquanto eu pensava ter dado com os burros n’água.

“É... veja essa foto... não se lembra deste senhor?!”, mostrando
a ela uma imagem de Antônio Braighi.

“Não... acho que não...”

“Nossa... será que foi outra Terezinha Rezende então?” –
comentei retórico, quase cabisbaixo, emendando: “Não foi a

senhora que cuidou de um menino chamado Cléber Alves Ferreira, foi?”, quase em última tentativa.

“Ah, sim! O Cléber sim!”, abriu-se o sorriso dela e o céu pra mim! Encontrei! Finalmente. Seguiu-se o questionamento dela, logo, sobre os motivos que me levavam ali. Expliquei tudo a ela, mostrando-lhe o papel que eu carregava como guia. Ela então me dimensionou, mais ou menos assim:

“Eu achei o Cléber na rua, com catapora. Ele devia ter uns 13 anos. Resolvi cuidar dele. Trouxe ele pra dentro de casa, mas me preocupei com o que eu estava fazendo, se era certo, os cuidados que eu devia tomar. Foi quando, então, me indicaram conversar com o senhor dessa foto. Agora eu me lembro dele. Fui lá na casa dele, na Rua Santa Cruz. Ele me orientou, pegou meus dados e disse que eu não precisava me preocupar, pois ele faria todo o levantamento necessário, saberia por que ele estava sozinho... e me daria a segurança legal para cuidar dele. Comecei a criar o Cléber, mas logo ele começou a me dar trabalho, coisas bem complicadas. Já era um menino com muitos problemas do tempo em que viveu na rua. Infelizmente eu não pude ficar mais com ele. Chamei então esse senhor para conversar com ele. Foram dados alguns conselhos, mas aparentemente o melhor para o menino não era mesmo ficar aqui. Ele... seu avô, né? Ele levou o Cléber e um tempinho depois eu fiquei sabendo que ele foi recebido por outra família. Perdi o contato, mas soube que ele se adaptou. Mas, eu fiquei com esse vazio... com essa vontade de continuar a fazer o bem... e então logo depois adotei um outro menino. Hoje, eu, inclusive, trabalho nessa área, no cuidado com as crianças carentes”.

Fora esse, bem sintetizado aqui, o depoimento de Dona Terezinha. Grato, despedi-me e, enquanto me dirigia ao carro, comecei a fazer inferências imediatas. Ao longo do papo, o olhar dela vagueava, como que a buscar o passado. Eu, um estranho, batia à porta dela para tocar em feridas. Eu não só devia agradecer, bem como pedir desculpas. No entanto, senti firmeza e sinceridade da parte dela e, no fundo, certa nostalgia

em saber que fez o melhor que pôde por Cléber. O nome do rapaz desencadeou todas as reminiscências... e parte delas ela me revelou. O jovem fora o estopim de um trabalho social. Não há fracasso; houve um resultado que, bem analisado, gerou comportamentos outros, ainda melhores, do ponto de vista da caridade.

Dali, extraí ainda a certeza de que, como Dona Terezinha, existiram tantas outras mães do/no caminho, tantas mulheres que abriram suas casas (receptiva/passiva e, como ela,ativamente) para abrigar (temporária ou indefinidamente) crianças/jovens; ora trazidos por Antônio Braighi, vezes outras conduzidas por formas distintas – mas igualmente se valendo, de alguma maneira, do intermédio de meu avô. Hoje não temos ele entre nós, mas o trabalho de tantas pessoas bondosas, de tantas personagens que não conhecemos, de tanta gente que faz o bem sem querer nada em troca, não cessa e, de fato, não pode parar.

Isso porque existem, na mesma proporção, tantos outros meninos e meninas que carecem de ajuda. Dona Terezinha continua com o esforço dela pelas crianças... e nós? A essa altura, em detrimento de questionarmos por onde anda Cléber, que caminhos tomou Everaldo, se Luiz fora encontrado, o que saciaria apenas à nossa curiosidade no entorno da vida do biografado, no desejo pela completude da narrativa literária (começo-meio-fim), deveríamos nos interrogar acerca de que males podem ser evitados, agora, aos garotos e garotas de hoje se fizermos a nossa parte; se nos interessarmos por aquele guri, do qual não sabemos o nome, que está nas ruas – ele pode ser um Cléber; se nos preocuparmos com aquele jovem que corre entre os carros – seu nome pode ser Everaldo; se dermos atenção às famílias – que podem perder o seu Luiz; se nos preocuparmos menos com alfarrábios e mais com a história que se escreve no exato momento em que você está lendo...



Outra mãe encontrou aquele que seria seu filho no caminho; mais especificamente na linha do trem – literalmente. Trata-se de Dona Ana de Freitas Novais, moradora do bairro Filadélfia em Betim, senhora que conheci graças a outra Ana, minha tia. A história dela com o pequeno que adotou é mais uma dessas que daria um livro. Contemos, todavia, de forma abreviada, dada a alocação na seção/fragmento desta biografia que, como se infere, visa mostrar o valor de tantas mulheres guerreiras que estão por aí e não sabemos por quais desafios tiveram que passar em prol das crianças que ajudaram e, assim como Dona Terezinha, também teve o apoio de Antônio Braighi nas demandas que se fizeram necessárias.

Conta Dona Ana que caminhava pelas ruas de Betim, cidade entrecruzada (até hoje) por uma linha férrea bem em sua região central, quando avistou uma senhora com uma criança no colo. Lá se vão mais de três décadas, mas a cena não lhe sai da memória. A mulher perambulava aparentando grande desespero. A intenção dela semelhava ser a de posicionar o próprio filho nos trilhos de modo que, quando o trem passasse... o leitor já pode imaginar...

De longe o arranjo já se evidenciava. Dona Ana captou logo a intenção daquela mulher. Não sem motivos, mãe que já era de 5 filhos, achou a ideia mesmo estapafúrdia. Assim, resolveu abordar a desesperada. O fez não de modo abrupto ou agressivo, mas com a serenidade que demonstra até hoje no falar.

“Ôh, minha filha... bom dia! Como é que você se chama?”, clamou à apresentação Dona Ana.

“É... é... Neuza”, respondera algo atordoada.

“E o que você tá fazendo com essa criança? Está tudo bem?”, demonstrava interesse minha entrevistada.

“Tá tudo bem nada, moça! Eu não tenho o que comer... não tenho dinheiro... não tenho onde morar... e cansei de ver esse menino sofrer. É melhor mesmo ver ele morto do que vê-lo sofrer assim... cansei...”, teria redarguido Neuza, demonstrando todo o seu descontrole emocional e desesperança.

“Minha filha... não faça isso não... olhe, eu posso dar comida a essa criança para ela não sofrer. Deixe ele comigo!”, retrucou de imediato Dona Ana, com medo de que o trem tradicional daquele turno passasse por ali e, aloucada, sua interlocutora tomasse a medida que vislumbrava investir.

Seguiu-se o diálogo tenso, sem que minha entrevistada se alterasse. Manteve-se firme no propósito de ajudar e, finalmente, conseguiu demover Neuza da proposta descabida que tinha.

No entanto, conforme afiança, a intenção de Dona Ana não era criar o menino, chamado Eduardo. Sua promessa, que de fato iria cumprir, era alimentá-lo. Não conseguia cuidar de mais uma criança; mas, onde comem 5 comem 6, não é?! Porém, Neuza era uma mulher digna de compaixão¹⁸⁴. Alcoólatra, vivia em situação deplorável, sem a menor condição de cuidar do pequeno que trouxe ao mundo. Assim, na nova casa ele foi ficando.

Era necessário, entretanto, que aquele ajustamento fosse amparado legalmente. Dona Ana se preocupava em fazer as coisas com correção. Não concebia simplesmente trazer uma criança para casa daquela forma. De outra maneira, a justiça também poderia indicar um lar mais apropriado a Eduardo ou dar o encaminhamento de adoção adequado. E quem foi indicado a ela para ajudar em tal demanda?

Lá se foi a Dona Ana bater ao número 593 da Rua Santa Cruz. Atende-lhe o senhor que já conhecemos das últimas páginas. Antônio Braighi, solícito, tomaria conhecimento do caso e faria todo o inventário antes de afirmar o que deveria ser

¹⁸⁴ Ainda o é. Até hoje Dona Ana e a família prestam assistência a Neuza, com doações diversas.

feito. Enquanto isso, minha entrevistada poderia se sossegar do ponto de vista legal, lhe garantiu.

A resposta não demorou. Meu avô foi até Dona Ana e lhe posicionou acerca de todo o panorama – e das consequentes ações possíveis. No entanto, observador tenaz de rara sensibilidade, teria dito a ela: “*Fica com o menino, só! Pega o menino pra criar! Ele tá bem aqui. Você é uma mãe atenciosa e saberá cuidar dele! Melhor ele aqui do que sabe lá onde...*”

Dona Ana relutou de alguma forma, mas a contra argumentação talvez tenha sido forte por demais, calcada, sobretudo, em valores morais que lhe configuravam como mãe. Além disso, promessas da parte de meu avô foram feitas como condição, efetivamente cumpridas segundo relata a senhora. Braighi teria dito a ela e logo conseguido: “*A gente vai arrumar um advogado para cuidar de tudo, pra fazermos tudo dentro da legalidade. Você terá a guarda dele e vai criá-lo. Não vai precisar trocar nome, nem nada. Além disso, se é uma preocupação da senhora, vamos conseguir fraldas como doação e outros itens necessários*”; e assim foi realmente feito. O advogado veio e os donativos chegavam com regularidade.

A grande dificuldade era conseguir, depois de encontrar Neuza – que perambulava por Betim, achá-la em estado sóbrio de consciência, o que era fundamental para dar encaminhamento ao processo. Antônio Braighi, junto a outras personagens, que também ajudaram em tal demanda, obteve, depois de algum tempo, sucesso na empreitada.

Na audiência alusiva, teria dito ela, depois de perguntada se realmente consentia passar a guarda do filho a outrem: “*Sim! Quero doar, dar a guarda, sim! Vai morrer é nós dois se ele ficar comigo. Dou minha assinatura, até mil assinaturas se quiser. Prefiro eu sofrer do que ele*”.

E assim, naquele dia, Eduardo ganhava uma nova mãe. Aquela que o encontrou pelo caminho se tornou peça

fundamental de sua via. E meu avô tinha razão; aquela senhora foi uma ótima guardiã para o menino, ofertando a ele tudo o que precisava, material e afetivamente. A trajetória dele com Dona Ana, no entanto, teve várias reviravoltas – sobretudo em razão das idas e vindas de Neuza na história (questionando por duas vezes a guarda que cedera) – o que, como já disse, daria narrativa literária singular, ou até roteiro de longa-metragem dos mais instigantes¹⁸⁵.

Invariavelmente, o *spoiler*: Eduardo, mesmo com os traumas que possivelmente lhe marcaram na infância, venceu! Tornou-se homem de bem, é motorista, tem 32 anos, é pai de dois filhos e reside em São Paulo. Sofreu, mas teve o protagonismo da mãe – e o coadjuvantismo localizado de figuras como Antônio Braighi – como suporte para a (re) construção de uma vida da qual deve se orgulhar; pois houve quem lutasse para que ela existisse, não cessasse de forma tão abrupta e ignorante, à mesma ofertasse carinho e atenção, e dela falássemos aqui hoje.

No tribunal

(do relato de Ana Maria Pessoa)

Havia um líder religioso respeitado na cidade – ao menos em seu bairro – que foi chamado ao juizado, pois não estava – segundo denúncia – cumprindo com as obrigações de casa, com os filhos. O juiz então chamou o meu pai lá e disse: “Braighi! Resolve essa pra nós?!” Ele disse que sim e foi lá na casa do pastor – acho que era pastor – ver o que acontecia, sem o homem saber.

¹⁸⁵ Vale contar, por exemplo, que Eduardo ficou desaparecido por cerca de 40 dias depois de ter sido, por volta dos 12 anos, agredido por Neuza (em período em que a genitora conseguiu recuperar a guarda do filho) e, em consequência disso, fugir da casa dela. O menino andou sem rumo, por dias, no litoral do estado de São Paulo até encontrar guardada em um estabelecimento comercial.

No dia da audiência, eu fui lá com ele. Chegando ao local, o pastor, muito bem vestido, com a bíblia debaixo do braço, fez um discurso belíssimo. Comovente mesmo. Uns bestas lá até acreditaram, menos o juiz, que já tinha pedido seu parceiro para ir verificar a situação da família do pastor.

Quando o seu avô foi chamado... menino, você precisava ver! Ele deu um show e lavou a cara do homem. Lembro que ele disse mais ou menos assim: “Como é que você tem coragem de andar com este livro sagrado junto de você, deixando seus filhos passarem fome? O senhor é um amoral!”, entre outras coisas mais pesadas. Essa é mais uma prova do quanto meu pai era respeitado na cidade, no quanto as figuras da lei confiavam nele e em como ele não admitia que um homem fugisse às suas responsabilidades.

Dê cá uma mão

(do relato de Cida Braighi)

O seu Braighi tinha um sítio em Betim, mas resolveu vendê-lo – se assim bem me lembro – para investir em umas casinhas no bairro Decamão. Acontece que ele colocou, entre outras, gente muito humilde para morar lá, pessoas que, claramente, mal tinham condições de pagar o aluguel. Mas ele mal cobrava daquela turma. Aliás, mais do que isso, até ajudava as crianças das famílias que lá residiram. Ele nunca teve grandes lucros com aquelas moradias, mas não podemos duvidar dos ganhos que ele teve com as caridades que fez para aquelas pessoas.

Mudando as ruas

(do relato do Sr. Décio Marçal)

Eu, como engenheiro e grande amigo do Antônio Braighi, vez ou outra fazia uns croquis pra ele, sem pedir nada em troca. Afinal, ele sempre me ajudava também, sem cerimônias e sem contrapartidas. Numa dessas oportunidades, lembro que ele queria um desenho

das ruas do bairro. Ele nem vereador era naquela época, sequer foi presidente de associação da região, mas se preocupava com o bem-estar de todos. Logo, o trânsito também era uma de suas inquietações. Ele me disse assim: “Faz o croqui pra mim que vou batalhar na Prefeitura, na Câmara, onde for, pra melhorar o tráfego aqui na região...”

Acabou não dando certo; uma pena. Ele se envolvia com muita coisa e só visava o bem em suas ações. Essa é apenas uma das muitas histórias curiosas que eu tenho com esse grande parceiro de vida. Tudo o que foi dito aí atrás de bom sobre ele eu assino embaixo... aliás, reforço em dobro!

Acolhimento de famílias, em benefício dos filhos

(por Denise Braighi)

Você me pergunta sobre o acolhimento dele às crianças, mas eu me recordo do que ele fazia pelas famílias e como isso contribuía em lares mais harmoniosos para os filhos. Eu lembro bem! Papai fazia um trabalho de reconciliação de casais, veja só. Maridos e esposas que brigavam demais, relacionamentos conturbados por causa de traições, “incompatibilidade de gênios” – como dizia ele. Ele metia a colher, mas exatamente porque procuravam por ele. Seu avô intervinha, aconselhava, orientava e, em geral, no final, tudo dava certo. Lembro-me de um caso: Eu tinha 12 anos e uma dona bateu à porta lá de casa, já de madrugada. Mamãe ficou horrorizada! Segundo ela, o marido estava com o revólver em punho e queria matá-la. Acordamos assustados. Papai foi lá e contornou a situação. Penso que tudo sempre fez em benefício dos pequenos, das crianças, dos filhos, inocentes que nada tinham a ver com os desentendimentos dos pais. Acho até que foi depois desse trabalho que ele passou a cuidar mais dos menores, sobretudo dos desassistidos. Ele tinha o dom do amparo; sabia amar verdadeiramente. Seu sentimento de compaixão era muito intenso em relação às pessoas. Sempre fez tudo sem julgamentos e, o mais importante, como sempre lembrava: não fazia nada para ganhar o céu, mas pelo prazer em ajudar.

Quem sou eu

(do relato de Nei Lúcio)

Eu era um menino, 18 anos, com um sonho. Montei, no auge dos anos 1980, na década pop, o BarNei. Cabiam dezenas de clientes lá, mas às vezes tínhamos mais de uma centena de pessoas no local. Do lado de fora, um caminhão com som em cima. Era o prelúdio do trio elétrico. Muita gente, muito ruído... a rua Santa Cruz, local em que se situava o estabelecimento, às vezes chegava a parar.

Senti, por consciência, que estava incomodando os vizinhos. Betim era outra naquela época. Apesar de estarmos no Centro da cidade, a região era calma; isto é, até a chegada do meu bar. Resolvi então conversar logo com o imediato que mais impunha respeito. Aquele senhor de cabelos grisalhos e bigode grosso, vereador à época, seria a primeira pessoa com quem eu falaria. Se eu estivesse irritando os moradores, certamente ele me falaria, eu me desculparia e tentaria apaziguar; se não conseguisse com ele, com outros também seria difícil. Sabia que ele era um líder de informação.

Cheguei meio tímido, cabibaixo, humilde. Imaginei que, porventura, aquele senhor seria sistemático, demonstraria impaciência, seria ranzinza. Mas, calmamente, apresentei-me e falei o que eu fazia ali. Nem precisava. O homem já me conhecia.

Eu não era só um menino. Tampouco era um aventureiro, um iludido com a noite. Eu era arrimo de família. Meu sonho não era só ter um bar, mas era colocar comida em casa, ajudar a minha mãe. E foi assim que aquele senhor, Antônio Braighi, apresentou-me a mim mesmo. Ele me fez lembrar do meu propósito com aquele projeto. Era o que gostava de fazer, algo que tinha afinidade (não sem motivos atuo na área até hoje), e que poderia me rentabilizar para auxiliar nas contas em casa. E ele já sabia de tudo.

Lembro-me das palavras do Sr. Antônio, ao final do papo, até hoje, ressoando mais ou menos assim: “Não se preocupe não! Vá fazer seu dinheiro, sua vida. E, com o que precisar, conte comigo.”

Aquele homem era um sujeito à frente do tempo dele. Austero é a melhor palavra para defini-lo. Era bom, sem ser bonzinho.

Ajudava, mas cobrava postura e comprometimento de quem ele apoiava. Era um exemplo.

Pra casar

(por Daisy Braighi)

Outra ação na qual meu pai se envolvia com afínco era providenciar casamentos para “limpar a honra” das moças que perdiam a virgindade antes do matrimônio. Nesse quesito, a força da palavra era a grande arma para convencer, principalmente, o rapaz “culpado” por deflorar a donzela, mas também aos demais envolvidos, que o casamento era imprescindível. Se a sua palavra não fosse suficiente para o convencimento da necessidade do enlace matrimonial, não sei o que aconteceria. Contudo, nunca soube de nenhum caso de negativa de casório.

Médicos

De quantas pessoas, provavelmente, Antônio Braighi não foi médico? Muitas. Consultas que faziam bem ao psicológico. Curava pensamentos ruins, sanava perspectivas limitantes. O medicamento era a palavra, que aos ouvidos entrava em acolhida e motivação.

No entanto, quantas vezes ele não levou pessoas aos doutos em medicina, dada a sua limitada competência, a sua falta de formação? Várias! Fazia sua Brasília de ambulância e sempre entregava o paciente nas melhores mãos. De ninguém ele cobrou; qualquer coisa jamais arrecadou, senão gratidão. Por vezes até pagava consultas e comprava remédios – como já salientamos. Tirava do próprio bolso em benefício de terceiros, estes, não sabemos quantos, muitos.

Mas, que médicos foram esses? Doutor Chumbinho, um deles, admite que, por vezes, fora o escolhido para a

empreitada. Por compartilhar das mesmas perspectivas, sociais e até espirituais, dedicou seu tempo profissional a acolher aqueles que eram trazidos por Braighi. Ao final, no entanto, o doutor se surpreendia. O amigo, defronte ao balcão, assinava o cheque.

O médico insistia: “*Para com isso, Braighi! Precisa disso não!*”

Ele, sistemático, persistia: “*Mas é claro que eu vou pagar, você está gastando seu tempo e não quero te amolar!*”

O clínico, enfim, o cheque aceitava. Guardava, porém. Nunca depositava no banco. Disse que, depois de alguns anos, ao fazer uma limpa nas gavetas, encontrou mais de 20 folhas assinadas pelo amigo, as quais nunca tiveram retirada. Cheques voadores? Que nada! Cheques sem asa, que repousaram para sempre na mesa do consultório.

Tantas outras vezes o doutor Chumbinho o convencia e as folhas economizava. Os dois, juntos, ajudaram dezenas de pessoas. Braighi retribuía com o que sabia. A oficina sempre lotada, mas ali dos médicos não cobrava. Era a hora de darem eles os seus cheques; que, igualmente, nunca saiam das pastas de meu avô.

Eles, sim; toda uma classe médica era clientela do meu avô. Os nomes dos doutores conformam hoje talvez a lista mais tradicional de profissionais da área em Betim. E, num passado recente, já articulavam em suas respectivas agendas o atendimento à população carente muitas vezes levada até eles pelo amigo mecânico. Mas, ressalvas à parte, Chumbinho talvez tenha sido o grande parceiro de Antônio Braighi nessa jornada social, guardando, como justificativa de tal tese, uma história em particular.

Em meados da década de 1980, um grupo de médicos da cidade seria processado injustamente, por motivos que não fazem sentido entrar no mérito. Segundo Doutor Chumbinho, Braighi teria sido, no entanto, prodigioso no auxílio que prestou aos reclamados, impedindo que a dinâmica corresse

num sentido desfavorável aos seus conhecidos. Foi ali que a relação entre os dois começou a se estreitar ainda mais.

Chumbinho relata que, à época, ficou muito amofinado com tudo o que ocorria. Para tanto, o amparo da religião (o Espiritismo) e a ação social foram seu arrimo, muito influenciado pelas palavras incentivadoras de Antônio Braighi. Uma das iniciativas que ele passou a auxiliar, então, sob influência do amigo, fora a Missão Ramacrisna¹⁸⁶ – instituição da qual, hoje, é presidente.

Alcoolistas (por Daisy Braighi)

Meu pai se desdobrava também em combater o alcoolismo, ajudando várias pessoas no tratamento da doença. Mais uma vez, nossa casa foi o celeiro de acolhimento para este caso. Essas pessoas moravam conosco e meu pai as medicava. Eram homens que, em função da doença, não conseguiam mais administrar suas vidas profissionais e familiares. Impressionante era a sua persistência em ajudar tendo que, seguidamente, recolher os alcoolizados da sarjeta.

Desde muito pequena lembro-me de assistir este tipo de situação. Seu envolvimento não se resumia no tratamento da patologia; ele ajudava na inserção no mercado de trabalho e na administração da vida familiar. Em alguns casos, as pessoas conseguiram parar de beber e conduzir suas vidas de maneira sóbria

¹⁸⁶ Instituição que Antônio Braighi já conhecia e ajudava à época, além de ser amigo do fundador. Diversas vezes, segundo relatos, encaminhou jovens para que fossem cuidados pela organização. Aliás, o sonho dele talvez tenha sido criar algo nos moldes da Missão. De acordo com o site da organização, “o Instituto Ramacrisna é uma Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, sem vínculos religiosos ou partidários, fundada em 1959 pelo jornalista Arlindo Corrêa da Silva, falecido em 1993. A instituição é composta por Conselhos Deliberativo e Fiscal e dirigida por uma Diretoria Executiva. Há 59 anos, desenvolve projetos culturais, educacionais, profissionalizantes, aprendizagem, geração de trabalho e renda, esporte e lazer, entre outros, voltados para comunidade em situação de vulnerabilidade social de Betim e 10 cidades do entorno”.

e equilibrada. Recordo-me de um dos casos no qual meu pai ajudou oferecendo trabalho na sua oficina mecânica e até na abertura de uma conta poupança para que o homem¹⁸⁷ não bebesse todo o salário que recebia. Com o dinheiro poupado, meu pai o ajudou a comprar um terreno e a construir sua casa. Até então o homem morava num quartinho que tínhamos no nosso quintal e a esposa e filha moravam em Belo Horizonte.

Quando sua casa ficou pronta ele passou a viver junto com a esposa e a filha na nova residência. Nesta época eu já era adolescente e lembro-me bem do dia da mudança da família para o novo lar. Foi comovente ver a alegria da mãe e da filha envolvendo-se na limpeza da casa. Tudo cheirava novo. Eu participei mais de perto porque a filha do casal tinha idade próxima a minha, ficamos amigas e passamos a brincar e a estudar juntas.

É pena eu não estar junto dele neste retrato

(do relato de Dona Noemi Gontijo)

Antônio Braighi foi um grande homem, de sentimentos muito nobres. E o nosso caminho foi um só: cuidar do pobre! A gente se reconheceu no sentimento, pois ele era um homem de uma ternura, de uma bondade. Queria sempre ajudar; e com ele não havia cansaço! Todas as vezes que eu precisei dele, ele me ajudou. Em tudo. Tudo o que eu precisava, ele conseguia; da agulha ao caminhão, literalmente.

Esse povo que veio morar em Betim, era pobre de verdade. Não tinham o que comer! Foi aí que eu comecei a fazer o refeitório para eles. E o Antônio Braighi tava sempre junto. Estávamos sempre lado a lado. Ele me ajudou muito no Salão do Encontro¹⁸⁸.

¹⁸⁷ Daisy faz referência aqui ao Sr. Martinho, história apresentada anteriormente.

¹⁸⁸ O Salão do Encontro, iniciativa de Dona Noemi Gontijo, é um dos mais respeitados projetos de responsabilidade social no país. Me fora surpresa, todavia, saber da própria fundadora que meu avô tivera participação no mesmo – posto que nunca sobre isso tivera nos contado.

Auxiliou-me a conseguir erguer o Salão. Nem prefeito, político nenhum, me ajudou tanto quanto ele. Eu comecei e encontrei ele em primeiro lugar. Encontrei um homem que topasse a mesma ideia... que era matar a fome desse povo.

Mas, ele era ele, né? E não interessava os outros saberem o que e pra quem ele fazia não! Pela foto [de capa do livro] você vê como era a pobreza em Betim. Ele levantava o moral dessa meninada aí, numa época em que a miséria era grande!

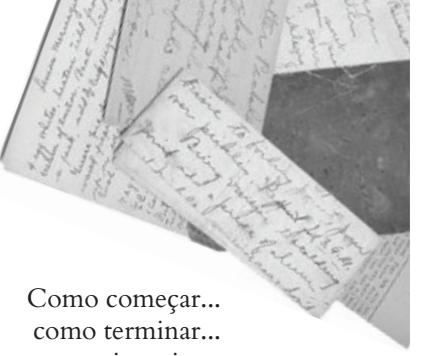
Uma beleza de retrato, aliás.

É pena... é pena eu não estar aqui esse dia, junto dele, né?



Parte IV

O que ficou...



O que ficou...

Como começar...
como terminar...
reticenciar...

Antes de começar, é bom que se diga que a morte, acredite, é poesia. Essa é a chave de leitura para o que seguirá, não se esqueça. A morte não é poema, pois não segue estrutura – se tivesse, complexa por demais seria para ser linguagem, sentida. Não há algoritmo que calhe, que cesse os porquês (verás) de quem fica, mas de certo há razão – mas essa é de Humanas. Poética fonética que ressoa na memória, nos faz lembrar da efemeridade do que vivíamos junto a quem foi. Conforma o que, segundo Fernando Pessoa, só nós, filhos da língua portuguesa, sentimos: Ah! Saudade!

Lá se vão duas duras décadas e cá se mantêm ainda trinta e tantos taliões. Penalidades particulares e peculiares que geram dores decorrentes de diversos arrependimentos. É a moléstia de um grupo familiar que sofre de passado, que se deprime, que ainda se pergunta: “*Por que não fizemos mais?*”

A causa, então, perceba, não é a morte. É a conjecturável narrativa, o que não houve, o “se” (novamente ele), um olhar diferente para o pretérito. Logo, é um sofrimento que não tem razão de ser. Ego, *ecco!* Então, chega! Isso porque, apaziguá-lo, num raciocínio lógico, seria reescrever a história com uma estória que seja aprazível. Irreal! Isso seria contrariar a História, instituição, e mesmo qualquer ideia de racionalidade.

No entanto, essa perspectiva ajuda a perceber que toda lembrança guarda um ponto de vista e que este atualiza e (re) conforma a história. Sob que prisma, então, devemos olhar para o passado, a partir do ponto final da vida de Antônio Braighi (neste plano)? Meu palpiti: convertendo o metafórico

sinal gráfico citado (o ponto final) em reticências. O que vem depois delas? O que você, leitor/família/amigo, quiser.

Contudo, e nisso gramáticos e linguistas concordam (creio), devemos continuar qualquer história com coesão e coerência. O texto que meu avô escreveu e nos legou não finda com a sua morte, nem com a minha, sequer com a tua. Cabe a nós, em acordo com a bela trajetória descrita até aqui (e tem mais!), dar continuidade ao discurso de Antônio Braighi. Entendeu?

Cessar o porquê e entender que nada àquela época poderia ter sido feito (sobre a morte e seus motivos) é se respeitar, se valorizar. Pensar em quem somos hoje e o que podemos fazer agora é dever pessoal, responsabilidade com a nossa memória. Nossa lembrança, assim, cessa (ou deveria cessar) há 20 anos, com o falecimento de Antônio Braighi. Perguntemo-nos, então: o que temos feito desde aquele dia? Agimos, em geral, da maneira como temos visto a passagem – aliás, se esse fosse o signo linguístico que usássemos para descrever o processo, não como eufemismo, mas entendendo-o religiosa e conceitualmente, não apenas secaríamos nossas lágrimas, mas agiríamos em conformidade com a narrativa herdada.

E não falo aqui apenas de meu avô, mas dos teus (leitor) antepassados. Que história você herdou e o que tem feito para continuá-la? Quanto há de poético em sua vida como havia na daqueles que você mais amava? Como a história deles te deu o “click”, te inspira, te motiva, te orienta? Como a morte deles marca a ponte, o acesso, a liga, para um descortinar de horizontes que estavam bem diante de ti? É preciso ter olhos de ver...

Enfim, retira-se a escama-véu ou se apagam as luzes de sua sala de estar? Se a condição for a segunda, a morte, para você, não é mesmo poesia.

A poesia não está só nas palavras, mas também jaz nos gestos, nos atos, nos olhares, nos pensamentos e até nos

silêncios. A poesia está em ver diferente, em pensar diferente, em agir diferente. E isso se dá na leitura de um produto, qual seja, que motive o movimento. Todo material que pode servir a tal préstimo termina, ou a certa altura se fechará, de modo tal que possa ser visto em sua totalidade. Assim se deu com a obra de meu avô, concluída, pronta para ser (re)lida, findo o suspiro derradeiro. Entretanto, esse anuncia o próximo respiro, o teu, o meu, o de quem esteja pronto para fruir a inteireza de uma vida de beleza no exercício do amor.

* *

*

“Eu vou te contar uma coisa que eu nunca contei pra ninguém! O seu avô me confessou que já sabia...”, disse-me Carlinhos (xará de meu tio), sobrinho de meu avô. Ele continuou e relatou a última conversa que teve com Antônio Braighi, no quarto que lhe abrigou no hospital Felício Rocho. “Fui visitá-lo e ele pediu para que a sua tia Daisy sásse, por que queria ter um papo comigo. Seria uma oportunidade também para ela descansar um pouco. Em seguida, perguntei a ele como estava. Seu avô me disse, muito tranquilo: Ah... eu não volto pra minha casa não. Respondi contrariado: O que é isso, tio? Fala isso não; em breve a gente vai estar te visitando lá em Betim. Mas, não teve jeito. Nada do que eu dizia fazia ele mudar o rumo da conversa. Ao final ainda endossou: Não quero contar pros meus filhos para não aborrecê-los, mas eu sei que eu vou embora”.

* *

*

Ninguém sabe quando é o começo do fim. A frase (é) feita: a única certeza da vida é que um dia todos nós vamos embora. Ainda que não se acredite em destino, mesmo que não

se creia em um projeto, ao menos o programa é claro: nascer, crescer e morrer. Mas, onde e como passamos da segunda para a terceira fase? Qual é o ponto de interseção? A margem é estreita, a linha é tênue e por vezes não nos damos conta dos sintomas.

Uma tosse que não para, o ar que não vem, o lenço com sangue encontrado no banheiro, uma deitada furtiva no meio da tarde; talvez tenha sido assim, ainda que não haja explicação, e as indagações sigam entre os que o amavam. Adriana, a filha do coração, lembra bem de quando o pai começou com as tonteiras – outro presságio, bem antecedente.

Ela me disse que o meu avô “*sempre pela manhã ia ao Ceabe buscar verduras para as galinhas. Certo dia, mesmo com labirintite, lá foi ele. Porém, teve uma crise bem no meio do mercado. Ele ouviu algumas pessoas dizendo: Meu Deus! Que vergonha! O Braighi está quase caindo de bêbado. Esse comentário trouxe uma tristeza profunda ao pai, já que ele sempre foi muito zeloso com a imagem dele*”. Começava ali?

O amigo Doutor Chumbinho talvez considere que sim – é a inferência que faço do relato dele. Ao se recordar de uma visita que Antônio fizera ao seu consultório, 6 ou 7 anos antes do falecimento de meu avô, o cirurgião-clínico afirma que ele chegara com tal indício de moléstia – mas, o que seria? O diagnóstico vem, do médico experiente, sem um exame mais apurado.

“*É o cigarro que está fazendo isso com você!*”, disse o doutor.

“*Mas, se o meu médico falar que eu tenho que parar de fumar, eu paro!*”, respondeu soridente Braighi.

“*Então você tem que parar, poxa! Eu sou seu médico aqui, não sou seu amigo!*”, irônico exclamou, retrucando o deboche, Chumbinho.

Ele não parou, infelizmente. Mas, bem tentou. Utilizou de estratégias diversas, mas nada adiantou. O vício era mais forte. Ficava dois ou três dias sem a droga, mas ruía em recaídas ao fumo. Nós, meninos arteiros, – seguindo até o exemplo do

que o meu Tio Carlinhos fazia quando era criança – furávamos muitos dos cigarros que figuravam no maço de Plaza que dava sopa sobre a televisão. Tentativas em vão. Conseguíamos, no máximo, deixá-lo um tanto irritado.

Joel Fernovedes lembra de uma passagem em que ele, já no final da vida, respondeu-lhe a um pedido para que parasse de fumar. Disse ele: *“Joel, se eu não parar de fumar, eu vou morrer. Mas, a essa altura, se eu parar eu morro também. Então, eu vou fumar!”*

Aos poucos, hoje, os relatos de várias personagens começam a aparecer e registram o quanto o tabaco o prejudicava. Dona Maria, a dos dez, lembra de quando ele ia visitá-la e tinha que puxar, com certo sacrifício, o oxigênio que não vinha. A tosse era recorrente também. Ainda assim, ele não deixava de ir e levar as doações aos moradores do Bandeirinhas.

Eu lembro bem, tanto quanto meus primos, de meu avô deitado no quarto dos fundos, a “segunda sala”, palco das atividades de Natal. Como aquele espaço guarda boas lembranças! Talvez ele ficasse ali para recuperar as energias, no afã de sintonizar o campo vibracional de um ambiente com muita história na família. Era triste vê-lo ali, então, daquele jeito. Todavia, mal dávamos as costas e ele já estava de pé, pronto para alguma empreitada, em benefício do próximo.

Em uma dessas oportunidades, a minha prima Lélia – a caçula da família, à época com cerca de 7 anos – ao ver o avô deitado, naquele mesmo local, perguntou com a sua inocência diretiva que nunca mudou: *“Vai morrer, vó?!”*. A resposta veio um tanto imediata, num tom amargurado e assertivo: *“Vou sim, minha filha...”*. Dias depois, segundo a minha tia Dagmar se recorda, ele dava entrada no hospital Nossa Senhora do Carmo em Betim.

A verdade é que, durante muitos anos, ele provavelmente escondeu a doença que sabia que tinha, pois, de alguma forma, entendia que o mal que sentia era muito menor do que as

moléstias que aplacavam a sociedade em que vivia: fome, frio, solidão, injustiça. Ele deveras sentia que não poderia esmorecer, diminuir sua atuação caridosa por algo que, ainda que não fosse passageiro, era, na concepção dele, um luxo que não podia ter em detrimento do próximo.

Mutatis mutandis, ao pensar em seus últimos dias de vida, lembro-me sempre da célebre frase atribuída a Bob Marley, o cantor que sonhava em mudar o mundo com música e amor: “se as pessoas que estão tentando fazer do mundo um lugar pior não tiram folga, como eu poderia?”. Sequer para cuidar da saúde Antônio Braighi conseguiria: ele não parou um só segundo.

Talvez por isso o período entre sua internação e a morte tenha sido tão curto. O suficiente para nos despedirmos, como poderíamos. Ele segurou até quando pôde, abrindo mão da própria qualidade de vida em benefício do trabalho que fazia por outrem.

Mas a insuficiência respiratória chegou a ser tamanha que, finalmente, num dia aparentemente comum para a família, Antônio Braighi resolveu ir ao hospital. Ligou para o filho mais velho e pediu para que ele o acompanhasse até ao local, no Centro de Betim. Assim foi feito, pegando a todos de surpresa pela decisão que tomara.

“Ele estava, num período anterior, sempre reclamando que não havia dormido a noite, com falta de ar. Com o passar dos dias, notava ele triste, isolado num canto qualquer da casa, alimentando pouco. Um tempo depois, ele, por conta própria, resolveu se internar. No quesito saúde, por a gente ter um respeito grande por ele, não insistíamos muito e nem pegávamos no pé dele, apesar de sempre falarmos pra ele se cuidar; e ele sempre dizia pra gente não se preocupar”, relembrava Deiara, que àquela altura pensava que o encaminhamento ao hospital poderia ainda se tratar de problema passageiro.

No entanto, da terapêutica foi à internação, para mais exames e acompanhamento. Da conjecturável alta foi

à obrigatoriedade de manutenção do tratamento – dado o quadro agudo de (suposta) inflamação nos pulmões: “*Seu avô fez alguns exames um tempo antes de ir para o hospital e me disse que esse era o problema, talvez pra não falar o que realmente ele já sabia... que estava com o pulmão inteiramente assolado. Ele sempre arrumava um jeito de dizer as coisas para amenizar a situação*”, afirmou minha mãe.

Mas, para além do problema respiratório, no hospital fora descoberto que ele passava ainda por uma proliferação descontrolada de blastos dos leucócitos; em outras palavras, já apresentava o chamado câncer no sangue, ou leucemia. “*Ele estava fraco e sentia muito cansaço ao caminhar. Tossia muito, mas não estava com pneumonia – como chegamos a imaginar. Ficou alguns dias internado e ia, segundo ele, até receber alta; mas, no resultado do último exame de sangue que fez, as plaquetas apresentavam-se muito alteradas, diagnosticando o problema*”, conclui Deiara quando conversamos sobre o assunto.

A transferência para o Felício Rocho, então, se deu não muito tempo depois, a fim de continuar os exames e, possivelmente, até começar um procedimento de quimioterapia – método com o qual o hospital betinense não contava.

Dr. Vero Miranda Diniz, médico e amigo de Antônio, disse-me em entrevista que vez ou outra consultava meu avô – antes de tal internação. Àquela altura, não havia indicadores que denotassem um problema como a leucemia. “*Não acusava nada do tipo nos exames... depois essa doença veio, de uma vez!*”. O mesmo recorda Dr. Chumbinho; ambos, todavia, sempre recomendavam a Braighi para que ele parasse de fumar – condição que teria ciclicamente agravado o quadro (em razão do problema dos pulmões, o que gerava comprometimento na respiração e mais fraqueza).

Recorda a filha Deiara que, “*durante o período de internação no Felício Rocho, ele ficou no oxigênio e, ao iniciar a quimioterapia, a limitação na respiração e a debilidade física aumentaram ainda mais*”.

Além disso, lembra minha tia Daisy, um médico no hospital de Belo Horizonte havia perguntado se Antônio Braighi já tinha trabalhado em siderúrgicas. A indagação veio após ter ele visto as unhas do pé de meu avô, um indicador para a questão e, inclusive, um influenciador [o ofício em local tão insalubre] para o quadro cancerígeno. Tudo isso, provavelmente, tenha composto o conjunto de males que o levou ao falecimento.

Esse ínterim ocorreu na metade do ano de 1999. A sobrinha Lia se recorda, com tristeza, até das datas: “*Dia 16 de julho... ele saiu daqui para o Felício Rocho e... 10 dias depois... infelizmente... aconteceu o que aconteceu*”.

Foram ao todo, aproximadamente, 22 dias de muita angústia e incerteza até o final que não desejávamos. Mas também se perpetraram manhãs, tardes e noites de muito amor, de diálogo, de demonstração de fé, união, de acolhimento entre familiares. O período de despedidas foi curto, mas muitíssimo intenso. Houve tal oportunidade e é preciso ser grato a ela.

Vindo, infelizmente, o óbito, era preciso cuidar das demandas seguintes. O corpo foi velado na Câmara Municipal de Betim, com as honrarias de ex-vereador que meu avô fora, em cerimônia que começou por volta das 13h e atravessou a madrugada. Contudo, gosto sempre de pensar que toda a circunstância fora elaborada em razão do cidadão que era, independente do cargo que por pouco tempo ocupou. Que bom se fosse assim com todos aqueles que, como Antônio Braighi, fizeram o bem pela sociedade – uma última e justa homenagem. Na manhã seguinte, fora enterrado no cemitério Nossa Senhora do Carmo, na mesma cidade.

Dona Maria, a dos dez, pinta em sua simplicidade, ainda que hiperbólica, o quadro daquela cena derradeira: “*Menino, todo mundo fala... a cidade parou aquele dia. Era carro de polícia na região, o trânsito agarrado, todo mundo em volta... tudo pra despedir do só Braighi!*”

Não me lembro se, de fato, assim o fora. Mas, recordo-me, fortemente, de uma cena daquela sentinela. Já pela

manhã, poucas horas antes do funeral, o auditório principal da Câmara se fazia lotado. Sim, gente lado a lado, ombro a ombro, se acotovelando respeitosamente, em silêncio entrecruzado por contenções de choro, ocupando cada espaço do local dedicado aos edis. Plantado à direita de minha mãe, avistei uma senhora que vinha pedindo licença, chorando copiosamente. Ao se aproximar do ataúde e ter a certeza de que era mesmo verdade, em alaridos dolorosos, ensopados pelas lágrimas que não cessavam, questionava repetidas vezes: “*Seu Braighi se foi... o que será de nós agora?!*”

Os brados que saiam daquela senhora pareciam vir do fundo de sua alma, gerando comiseração até em quem era mais próximo de Antônio Braighi, como as filhas. Eu nunca encontrei aquela mulher, mas soube que era mais uma mãe que contava com os préstimos sociais do nosso biografado. Ali eu percebia, efetivamente, que a família de meu avô era muito maior do que eu imaginava. No mesmo momento, eu começava a entender o que ele representava para tantas pessoas na cidade. Naquele instante eu entendia – ou tinha vaga noção – do que significavam as palavras gratidão e amor.

Naquele exato momento, finalmente, tive noção de que meu avô se fora...

* *

*

Fiz, ao longo da produção deste livro, muitas entrevistas. Umas duras, outras, a maioria, emocionantes. Mas, ao menos uma das conversas, de tão aprazível, nunca sairá de minha lembrança. Por completo me lembro do papo com Dona Noemi Gontijo. Palavras simples e belas, diretas e corteses, de uma pessoa que transmite luz. Lembrando ela de sempre ver meu avô com um cigarrinho na boca, serenou na cadeira, olhou pra cima com o indicador à frente, à pensadora... e, de forma muito sutil, fez uma pergunta à qual não pude deixar de

segurar o riso: “Será que ele está pitando um cigarrinho lá em cima agora?!”

“Deve estar”, respondi... “olhando pra gente e sorrindo!”, deveria ter emendado.

* *

*

(por Daisy Braighi)

Não é necessário fechar os olhos para lembra-me de Antônio Braighi. Na agenda da minha existência junto com meu pai, inúmeras são as páginas grifadas, que salientam acontecimentos marcantes que juntos vivemos. Dentre tantos, difícil torna-se a escolha de apenas um fato marcante a ser relatado. Contudo, ao ter que fazê-la, indubitavelmente, a dor como critério é que a define.

O episódio ocorre em janeiro de 1999. Os protagonistas eram somente nos dois: eu e meu pai. Acabávamos de nos despedir. Após ter passado as férias na casa de meus pais, eu estava retornando a Porto Alegre – RS, onde residia. Depois de um longo abraço, me dirijo ao carro que me conduziria ao aeroporto. Meu pai se agacha diante do velho portão que dá entrada para o pátio de fundos da casa, como se perdesse as forças nas pernas e antes que caísse ao solo, busca ficar mais perto do chão e abaixa a cabeça. Após abrir a porta do carro, postado a uns dois metros de meu pai, faço-lhe um abano de despedida. Ele, neste momento, ergue a cabeça e me diz: “Tchau... Esta é a última vez que você me verá aqui, minha filha”. Percebo que ele tem lágrima nos olhos, mas não consigo retroceder, minhas pernas bambeiam e meu coração dispara. Nossas despedidas sempre foram difíceis. Contudo, não fiz, na época, uma reflexão acerca da frase proferida por meu pai. Entro no táxi e, através da janela, digo-lhe: “O tempo passa rápido, daqui a pouco eu volto!”

Sim, eu voltei. Mas nunca mais o encontrei ali, naquele lugar, naquela casa. Seis meses depois desta despedida, retorno à Betim, às pressas, e sigo direto do aeroporto ao hospital onde meu

pai havia sido internado na busca de um diagnóstico que justificasse um enorme quadro de debilidade física. Durante os quinze longos e dolorosos dias entre a definição do diagnóstico e o tratamento de uma leucemia mieloide, tive a crença firme de que meu pai iria obter sucesso ao enfrentar sua patologia e retornaria para casa. Uma certeza infantil de que meu pai seria eterno sempre me acompanhou e, na época, essa convicção imatura contrapunha-se aos meus 42 anos de idade. Para mim, ele jamais morreria. Mas meu pai partiu para sempre. Fiquei sem chão. Em seu velório, lembro-me que alguém me abraçou e disse-me ao ouvido: "Leia as coroas para te consolar!"

Ergui minha cabeça para enxergá-las e só consegui ler a primeira que tinha dizeres que não consigo mais reproduzir, mas a assinatura tocou-me fundo e nunca a esqueci: "Dos engraxates e dos meninos de rua". No momento não me dei conta do efeito deste registro, mas com o passar do tempo ele me ajudou no processo do luto.

* *

*

No leito final, na cama dura de um quarto do qual não me lembro o número no hospital Felício Rocho, ele balbuciou, pela vez última, as palavras que sempre me proferia em quase pronome de tratamento. Ao me ver, levantou a cabeça e tentou dizer o que eu bem entendia. Foi a única oportunidade que tive de vê-lo após ter sido internado. A última.

"My..."

A máscara de ar veio logo em seguida aos pedidos aflitos de minhas tias para ele descansar. Ele deitou a cabeça novamente. Eu fiquei ao lado, por poucos minutos. De pé, senti as pernas formigarem. A boca secou. Um frio espinhal me tomou. Eu nunca havia tido aquela sensação. Meu corpo sinalizava o que parecia inevitável, mas eu não queria acreditar.

Nenhuma lágrima rolou. Atônita palidez se fez em minha face, creio. Fiquei imóvel diante do assombro com a

certeza do porvir. Ele era tão forte! Como pode? Como pôde? Como eu pude? Interrogações seguidas de aposiopeses...

Minha mãe foi quem percebeu o meu estado e me retirou do quarto. Eu não queria sair, pois desejava ficar mais com ele. Eu desejava ficar mais com ele, ratifico. No entanto, sem reação, segui os passos dela enquanto ele seguia outro caminho. Uma última olhada para trás e o vi olhando para mim. Um olhar perdido, desvalido, profundo, de quem olhava para dentro de si.

Ver-me partir dali, mais um neto que ia, se despedia, era o sintoma do aparte. Um representante da família que vinha, uma rápida sobrevida que esvaía em meu adeus não dito.

Até hoje não consegui dizer.

* *

*

Quando Antônio Braighi se foi, meu tio Carlinhos sentiu muito. A vida de todos que ficaram perdeu um pouco de sentido. Mas, para o filho, muito mais, dado que seu melhor amigo tinha realizado a passagem para um plano superior. Ficava uma lacuna imensa. A recordação logo batia à porta: quantas não foram as tardes que os dois perderam – investiram, diria – a conversar, dos assuntos mais banais às reflexões mais profundas acerca das coisas da vida. Fio a fio, a costura se dava no banco branco, de madeira e ferro, socado na terra batida do quintal de casa. A conversa rendia ainda nos assentos da velha Brasília, nas ruas vizinhas a dar voltas e até no sofá de linha rasgada, em dia largado, lá na sala, qual seja, da casa de um que também era do outro. Assim o foi, aliás, por todo a vida – e talvez ainda o seja.

E falavam... nada sofistas, pois também agiam. Discursos que também faziam com atitude. Filósofos prosaicos, pensadores rudimentares de sentimentos nobres – esses, que saltavam das

bocas por palavras doces, das vistas por olhares brandos, das mãos por sinestésicas missivas de acolhimento.

Foram doutos no amor, sem título. Não aquele amor acadêmico, regrado, esquemático. Não aquele amor desejante, passional; era a verdadeira materialização da pureza do ágape. Viram como tudo era parte de tudo, como o mundo se encontrava em cada ser; nas mais ínfimas formas de vida se manifestava o universo para eles. Assim, não fazia sentido permitir que parte do mundo perecesse, posto que este morre junto, um pouco, em cada parte que cai, seja qual for o motivo.

Entretanto, da mesma forma o mundo renasce em cada ato puro, belo, desprevensioso, de ação direta, no regar de uma flor que se fortifica – signifique o que significar a água, a flora e o rejuvenescer, aqui apresentados como metáforas, signos potenciais de toda e qualquer forma de vida, de ação qual for – desde que positiva, e do retorno como lei, que advém da relação.

É por isso que a mensagem do meu avô, tão bem repercutida pelo meu tio, não podia se perder. É, só por isso afinal, que você devia ler isso aqui e se lembrar deles. É assim, somente a partir desse prisma, na essência de tão curta mensagem, que me recordo de meu tio. É por isso que cada um de nós, como eles fizeram, devíamos nos perguntar: que flor estamos a regar?

A distância material entre os dois nem durou tanto; pouco mais de uma década, até que o filho mais velho se despedisse de nós e fosse ao encontro do pai matar a saudade. Foram-se o verbo e sua extensão. Contudo, não ficou o silêncio. Como ecoam até hoje as palavras de Sócrates e Platão, num reverberar de ensinamentos mestre-aprendiz-mestre, ressoam em nossos corações os ditos e os implícitos das mensagens de nosso catedrático e de seu proeminente discípulo, de quem guardamos infinitas saudades – sim, no plural, me perdoem os gramáticos, pois os que sentem entenderão.

* *

*

Disse-me João Braichi que, já no leito de morte, quase sem respirar, meu avô tinha uma preocupação: não tinha levado ao bairro Bandeirinhas dez cestas básicas, seu compromisso com pessoas carentes daquela região naquele mês. Até nessa hora, nisso ele pensou! O alento veio quando o sobrinho disse que ele não precisava se preocupar, pois faria isso pelo tio. “*E, durante muitos anos, eu continuei fazendo isso por ele*”.

* *

*

“*My good friend!*” teria dito meu avô, se conseguisse, naquele leito de hospital...

O meu bom amigo ostentava um orgulho de falar as poucas expressões estrangeiras que aprendera, o que de fato se convertia em grande mérito, dadas as condições escolares que tivera. Mas, a questão aqui, em notas finais, tampouco é a alfabetização em segunda língua.

Como eu gostaria de me gabar e afirmar que essa frase só era dita a mim por ele; *magari!*

Quase sempre precedida por um tapa leve em meu ombro esquerdo, seguido de um firme aperto, ele pausadamente, e com rebuscada entonação, pronunciava as três palavras em inglês; naquele momento, me confirmava o quanto prezava por mim. O olhar complacente, quase irônico, somado à testa franzida, a sobrancelha que se juntava, trazia o não verbal para um enunciado pueril, mas com forte carga afetiva para mim. Se era ali, em meados da década de 1990, imagine agora, ao lembrar daquelas cenas.

Depois de uma pequena interrupção, mantendo ainda os olhos firmes em meus olhos, somava outra expressão anglo-

saxã que descobriria: *thank you*. Essa, imaginem, era mais difícil para ele – ainda que a mais repetida junto a quase totalidade de situações que lhe faziam ter gratidão. A dificuldade, pudera, talvez fosse advinda dos ensinamentos carinhosos da neta Letícia Braighi, uma das primeiras a estudar aquela língua, que o fazia lembrar que, no inglês, o “t” somado ao “h” exigia um esforço outro na pronúncia. Não sem motivos, a reprodução reentrante, quase sempre produzindo uma formação verbal, fonética, diferente.

Whatever; mais uma vez, a questão não é o idioma. O que importa é o que ele queria dizer e o sentido. A força de sentido. O que também sinto agora, enfim, perto do fim. Meu reconhecimento, meu orgulho, minha gratidão. O que não pertence só a mim, mas é de direito de outrem também, aliás, dever de muitos.

Mas, ao que me cabe, faço as honras: onde estiver, saiba que eu ainda tenho saudades, da velha Brasília, do jogo de damas e da oração; da segurança, do seu olhar, da sagrada “bença” no aperto de mãos... e de muito mais...

Meu bom amigo, *thank you!*

* *

*

(...)

Referências

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos Subúrbios da Nova Capital:** formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ALVES, Rubem. **O amor que acende a lua.** Campinas: Papirus Editorial, 1999.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; Ribeiro, Raphael Rajão (COORD.). **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte:** Regional Noroeste. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008.

ASSIS, Terezinha. **A história da construção de Betim:** Espaço geográfico construído por gente. 2^a ed. Betim: SEGRAC, 1997

BARTHES, Roland. **Mitologias.** São Paulo: Difel, 1985.

BRAIGHI, Antônio. **Indicação à Fiat Automóveis.** Documento número 072 de 21 de junho de 1983.

BRAIGHI, Antônio. **Requerimento 004/84:** Ao Prefeito acerca da execução da Lei Municipal 1.176/78 acerca da criação de Cooperativa de Consumo dos Servidores Municipais. Documento de 13 de fevereiro de 1984.

BRAIGHI, Antônio. **Requerimento 127/86:** Ao Prefeito acerca do expediente das farmácias em Betim. Documento de 30 de dezembro de 1986.

BRASIL. **Código penal.** Código de Menores – Decreto nº 17 943-A de 12 de outubro de 1927. São Paulo: Saraiva, 1970.

BRASIL. **Código de Menores.** Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990. São Paulo: Atlas, 1990.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Secretaria de Documentação. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira: Homenagem. **Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ**. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2007.

Câmara CASCUDO, Luís da. Sua excelêncie o Chauffeur. In: **A República**, 24 de outubro de 1959.

CARDOSO, António de Barros. **Os grandes vinhos que a Europa dá ao mundo**. Informe da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Pp. 247-265, 2014.

DE ANGELIS, Joana (Espírito). **Estudos espíritas**. Psicografado por Divaldo Pereira Franco. Brasília: Federação Espírita Brasileira, 2011.

ENCAUSE, P.; SEVANANDA, S. **O Mestre Philippe de Lyon - Taumaturgo e “Homem de Deus”**: Seus Prodígios, Suas Curas, Seus Ensinamentos. Volume 1. Tradução de Sri Sevananda Swami. Lajes: ALBA LUCIS, 1958.

ENCAUSE, P.; SEVANANDA, S. **O Mestre Philippe de Lyon - Taumaturgo e “Homem de Deus”**: Seus Prodígios, Suas Curas, Seus Ensinamentos. Volume 2. Tradução de Sri Sevananda Swami. Lajes: ALBA LUCIS, 1959a.

FLÓRES, Nelson Pereira. **O menino e o rio**. Betim: Morhan/Ceb, 2012.

FONSECA, L. Gonzava da. **História de Oliveira**. Oliveira: Edição-Centenário, 1961.

GRAÇA, Maria Fonte Cavalcante. **Estação Esperança**. Betim: Apromiv/MM Impressos, 2003.

KARDEC. Allan. **O Evangelho segundo o Espiritismo**. Tradução de Guillon Ribeiro da 3. ed. francesa revisada, corrigida e modificada pelo autor em 1866. 124. ed. Rio de Janeiro: FEB, 1991.

KRELL, W. **Rayonnements de la vie spirituelle**: science et morale de la philosophie spirite. Communications des esprits. Obtenues par mme. W. Krell. Bordeaux: 1875.

LARA, Maria do Carmo. **Aposentadoria para os ex-portadores de hanseníase**. Betim: s/e, 2007

LEMINSKI, Paulo. O poder é o sexo dos velhos. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 abr. 1982. Folhetim, p. 12.

LJUBOVIĆ, Enver. **Grbovnik**: Gacke, Krbave, Like, Senja i Vinodola. Senj – Hrvatsk (Croácia): Senjsko književno ognjište, 2007.

LUIZ, André (Espírito). **Nos domínios da mediunidade**. Psicografado por Francisco Cândido Xavier. 32. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2005.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e colonização em Minas – 1889-1930**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1994.

ORDO TEMPLI ORIENTIS. **Ida Hoffmann e Henri Oedenkoven**: Do Avante-Garde Anarquista aos Círculos Ocultistas. Apresentação Brasileira. Informe. 2007. Disponível em: <http://goo.gl/qbZyjd> - Acessado em 23 de ago de 2018.

OLIVEIRA, Giovane Rodrigues. **Perfil socioeconômico dos autores de atos infracionais na cidade de Montes Claros**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros como requisito à obtenção do título de Mestre. Orientador: Prof. Dr. Herbert Toledo Martins. Montes Claros – MG, 2010.

PALUMBO, Pier Fausto. **Patrioti, storici, eruditi, salentini e pugliesi**. Vol. 1. Biblioteca Storica Salentina - Fuori collana. Lecce: Ed. Milella, 1980

PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego**. Escrito pelo heterônimo Bernardo Soares. Lisboa: Ática, 1982.

PESSOA, Fernando. Passos da Cruz (Publicada originalmente em Centauro, 1916). In: **Antologia Poética – Obras selecionadas de Fernando Pessoa**. Relógio D'água: Lisboa, 2013.

RAMACHANDRA, Adilson Silva. **O pensamento em evolução: Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento – 100 anos – 1909-2009**. São Paulo: Pensamento, 2010.

RIBEIRO, Raphael Rajão. **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte:** Regional Pampulha. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011.

RODRIGUES, Maysa Gomes. **Sob o céu de outra pátria: imigrantes e educação em Juiz de Fora e Belo Horizonte, Minas Gerais (1888-1912)** / Belo Horizonte, 2009. 401 f. Orientadora: Cynthia Greive Veiga. Tese (doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2009.

SÁDHANĀ, Mæzinha. **A felicidade no matrimônio e a culpa da mulher no seu fracasso.** Belo Horizonte: CFAG, 1984.

SÁDHANĀ, Mæzinha. **Sabedoria da Vida.** 4.ed. Belo Horizonte: Luz Azul Editorial, 1994

SANCHES, Raphael Lugo; GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. **As representações de Sevananda como pioneiro no campo do Yoga brasileiro.** In: Revista Cultura Oriental. V. 2, n.1, p.59-70, jan-jun. 2015.

SEVANANDA, S. **O Mestre Philippe de Lyon.** Volume 3. Lajes: ALBA LUCIS, 1959b.

SEVANANDA, S. **O Mestre Philippe de Lyon.** Volume 4. Lajes: ALBA LUCIS, 1959c.

SILVA, Manuela Pacheco Nunes. Síndrome da anorexia-caquexia em portadores de câncer. In: **Revista Brasileira de Cancerologia.** 52(1): 59-77, 2006.

STALLAERTS, Robert. **Historical Dictionary of Croatia.** 4. ed. Scarecrow Press: Lanhan–Maryland, 2009.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. O menor, esse desconhecido. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (org.). **Direitos de família e do menor: inovações e tendências – doutrina e jurisprudência.** Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

UGUSSI, Lucia Moratto. **Buie d'Istria:** Famiglie e contrade. Collana degli Atti 40, Rovigno: Centro di ricerche storiche / Unione Italiana, Fiume / Università popolare di Trieste / Comunità degli Italiani di Buie, 2014

Livro produzido nas tipografias
Cardo e Enchanting Celebrations, na
primavera de 2018.